

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
TESE DE DOUTORADO

SAMANTA TRIVILIN COMIOTTO

**MIGRAÇÃO, TRABALHO E FAMÍLIAS OPERÁRIAS: A FORMAÇÃO DO
ESPAÇO URBANO E A VINÍCOLA PETERLONGO (GARIBALDI, RS, 1900-1960)**

São Leopoldo

2025

SAMANTA TRIVILIN COMIOTTO

**MIGRAÇÃO, TRABALHO E FAMÍLIAS OPERÁRIAS: A FORMAÇÃO DO
ESPAÇO URBANO E A VINÍCOLA PETERLONGO (GARIBALDI, RS, 1900-1960)**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do Título de Doutora em História,
pelo programa de Pós-Graduação em História
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS).

Orientador(a): Prof.^a Dra. Maíra Ines Vendrame

São Leopoldo

2025

C733m

Comiotto, Samanta Trivilin.

Migração, trabalho e famílias operárias: a formação do espaço urbano e a Vinícola Peterlongo (Garibaldi, RS, 1900-1960) / por Samanta Trivilin Comiotto. -- São Leopoldo, 2025.

210 f. : il.; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2025.

Orientação: Prof. Dr^a. Máira Ines Vendrame, Escola de Humanidades.

1.Imigrantes – Rio Grande do Sul – História. 2.Italianos – Garibaldi (RS) – História. 3.Garibaldi (RS) – História. 4.Indústria vinícola – Garibaldi (RS). 5.Crescimento urbano – Garibaldi (RS). I.Vendrame, Máira Ines. II.Título.

CDU 981.65

314.742(816.5)

316.334.56(816.5)

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

SAMANTA TRIVILIN COMIOTTO

**MIGRAÇÃO, TRABALHO E FAMÍLIAS OPERÁRIAS: A FORMAÇÃO DO
ESPAÇO URBANO E A VINÍCOLA PETERLONGO (GARIBALDI, RS, 1900-1960)**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do Título de Doutora em História,
pelo programa de Pós-Graduação em História
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS).

Aprovada em: 06 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Máira Ines Vendrame (orientadora) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof.^a Dra. Ana Silvia Volpi Scott – Universidade Estadual de Campinas

Prof.^a Dra. Vânia Beatriz Merlotti Herédia – Instituto Histórico de São Leopoldo

Prof.^a Dra. Terciane Angela Luchese – Universidade de Caxias do Sul

Prof.^a Dra. Isabel Aparecida Bilhão – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

A Deus, o autor da vida.

Ao Maikel, meu amor e parceiro de vida.

À minha querida e doce Isabel.

Aos meus pais, meus grandes incentivadores.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi uma jornada desafiadora e repleta de muitos aprendizados, por isso quero registrar minha gratidão a todos que, de alguma forma, fizeram parte deste caminho.

Primeiramente, agradeço a Deus, que me sustentou até aqui e foi meu porto seguro nos momentos difíceis.

A querida Máira Ines Vendrame, que gentilmente aceitou a tarefa de orientar a tese. Muito obrigada pela orientação competente e pelas inúmeras contribuições acadêmicas e pessoais que enriqueceram este estudo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, agradeço pelas discussões, aprendizados e incentivo a constante qualificação da pesquisa histórica.

Aos colegas, pela troca de conhecimento, pelo apoio e ajuda no processo de aprendizado ao longo do curso.

As servidoras do Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi agradeço a ajuda na busca pelos documentos e pela troca de conhecimentos sobre o acervo e a história da cidade.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS minha gratidão pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsa de estudos.

Ao Maikel, meu esposo e companheiro de vida, meu agradecimento mais profundo pela paciência, pelo amor com que me apoiou em todas as etapas do trabalho, pela compreensão nos momentos de ausência e por acreditar que este sonho seria possível. Obrigada por dividir o cuidado e a atenção da nossa pequena Isabel e ser presença quando eu não pude estar.

A minha doce Isabel, obrigada por sua presença amorosa. Seu carinho e afeto me motivaram a prosseguir e vencer os desafios.

Aos meus pais Gilberto e Cleusa, minha eterna gratidão pelos ensinamentos de vida e por sempre expressarem palavras de apoio e incentivo. Obrigada por acreditarem que eu conseguiria vencer mais esta etapa.

RESUMO

A tese busca reconstruir os espaços da cidade de Garibaldi apresentando-os como espacialidades produzidas por indivíduos e suas famílias no decorrer dos processos de migração e de formação dos bairros. Para isto, toma-se a vinícola Peterlongo e seus trabalhadores como objetos centrais da análise. Em um recorte temporal dos anos 1900 a 1960, que contempla o momento de emancipação política do município e o período de crescimento econômico da fábrica. A partir de um olhar sobre a decisão de migrar tomada por estes indivíduos, objetiva-se compreender em que medida o processo histórico da imigração italiana afetou as trajetórias de vida dos grupos parentais analisados. Ou seja, partindo do pressuposto que a colônia Conde D'Eu — hoje a cidade de Garibaldi — foi criada como espaço para o recebimento de famílias italianas, ela também recebeu imigrantes oriundos de outros países. Também é analisado o contexto de origem das famílias operárias, compreendendo os motivos que as levaram a optarem pelo trabalho operário, especialmente, na vinícola Peterlongo. Descrever os percursos de vida de algumas famílias operárias, a fim de detalhar as vivências desses trabalhadores em variados espaços e em diferentes papéis sociais exercidos ao longo de suas vidas. Contextualizaram-se os percursos de vida relacionando-os ao complexo enredo da dinâmica da vida humana, a fim de mostrar como as escolhas, os sucessos, os insucessos e as estratégias individuais, coletivas e familiares impactaram a estrutura de vida, de trabalho e de sociabilidade dos sujeitos estudados. O trabalho desenvolvido evidencia que as vias familiares funcionavam como canais privilegiados de acesso ao emprego na fábrica, constituindo não apenas uma forma de inserção econômica, mas também um mecanismo de reprodução e conformação social dos espaços urbanos próximos à unidade industrial. As relações de parentesco e de proximidade entre trabalhadores e o empregador revelam como os vínculos pessoais moldavam as oportunidades laborais e estruturavam a dinâmica comunitária, estabelecendo redes de confiança que ultrapassavam o âmbito estritamente profissional. A contribuição deste estudo reside justamente na demonstração de que o emprego na fábrica não se limitava à dimensão econômica, mas atuava como um elemento central na configuração social da cidade, mostrando como a história do trabalho e das famílias se entrelaçava com a organização do espaço urbano e com a vida coletiva.

Palavras-chave: Garibaldi; espaço urbano; vinícola Peterlongo; trajetórias; famílias operárias.

ABSTRACT

The thesis seeks to reconstruct the spaces of the city of Garibaldi, presenting them as spatialities produced by individuals and their families throughout the processes of migration and neighborhood formation. To this end, the Peterlongo winery and its workers are taken as central objects of analysis. The study focuses on the period between 1900 and 1960, which encompasses the municipality's political emancipation and the economic growth of the factory. By examining the migration decisions made by these individuals, the thesis aims to understand the extent to which the historical process of Italian immigration affected the life trajectories of the family groups analyzed. In other words, based on the premise that the Conde D'Eu colony—now the city of Garibaldi—was created as a settlement intended to receive Italian families, it also attracted immigrants from other countries. The research also examines the background of the working-class families, addressing the motives that led them to choose industrial labor, particularly at the Peterlongo winery. The study describes the life paths of several working families in order to detail the experiences of these laborers across various spaces and in the different social roles they occupied throughout their lives. These trajectories are contextualized within the complex dynamics of human life, highlighting how individual, collective, and family choices—alongside successes, failures, and strategies—shaped the structures of life, work, and sociability of the subjects studied. The research demonstrates that family networks functioned as privileged channels of access to employment at the factory, constituting not only a form of economic insertion but also a mechanism for the reproduction and social shaping of the urban spaces surrounding the industrial unit. The kinship and proximity relationships between workers and employer reveal how personal ties influenced labor opportunities and structured community dynamics, establishing networks of trust that extended beyond strictly professional interactions. The contribution of this study lies precisely in showing that employment at the factory was not limited to its economic dimension; rather, it played a central role in shaping the city's social configuration, revealing how the history of labor and families intersected with the organization of urban space and with collective life.

Keywords: Garibaldi; urban space; Peterlongo winery; trajectories; working-class families.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Colônia Conde d’Eu	30
Figura 2 – Colônia de Conde d’Eu no ano de 1884	35
Figura 3 – Cidade de Garibaldi no ano de 1917	36
Figura 4 – Mapa da cidade de Garibaldi produzido por Manoel Peterlongo Filho (1887)	48
Figura 5 – Vista da cidade de Garibaldi no ano de 1923	52
Figura 6 – Vista da cidade de Garibaldi no ano de 1928	52
Figura 7 – Casarão da rua Buarque de Macedo no ano de 1923	53
Figura 8 – Edificações na área urbana de Garibaldi	55
Figura 9 – Prédio da prefeitura e casarão Mazzini em 1926	56
Figura 10 – Residência da família Peterlongo em 1924	57
Figura 11 – Rua Buarque de Macedo, centro de Garibaldi, no ano de 1940	58
Figura 12 – Vista da cidade no ano de 1938	59
Figura 13 – Prédio da vinícola Peterlongo na década de 1930	63
Figura 14 – Vista da Vinícola Peterlongo na década de 1940	64
Figura 15 – Projeto arquitetônico da casa construída por Armando Peterlongo em 1950	65
Figura 16 – Mapa da cidade com a localização dos terrenos de propriedade de Armando Peterlongo e de alguns trabalhadores da vinícola até 1954	67
Figura 17 – Projeto arquitetônico em nome de Heitor.E para construção de uma casa de alvenaria para instalar uma oficina de carpintaria na rua Ijuí	71
Figura 18 – Solicitação de execução do projeto arquitetônico de Heitor.E	72
Figura 19 – Casa de venda de produtos	77
Figura 20 – Vinícola Armando Peterlongo	100
Figura 21 – Mulheres trabalhando na colheita da uva	104
Figura 22 – Mulheres no interior da Vinícola Armando Peterlongo	105
Figura 23 – Homens trabalhando na ampliação das instalações da Vinícola (década de 1940)	118
Figura 24 – Trabalhador analisando as garrafas de champanhe	119
Figura 25 – Retrato de Manoel Peterlongo Filho	138
Figura 26 – Linha do tempo com as datas de nascimento dos filhos de Manoel e Regina Peterlongo	139
Figura 27 – Linha do tempo com as datas dos casamentos dos filhos de Manoel e Regina Peterlongo	140

Figura 28 – Primeira residência da família Peterlongo e local de instalação da cantina.....	143
Figura 29 – Armando com 5 anos de idade	144
Figura 30 – Casal Addy e Armando Peterlongo.....	146
Figura 31 – Construção das novas instalações da vinícola em 1930.....	147
Figura 32 – Armando Peterlongo no interior da cave subterrânea da vinícola	148
Figura 33 – Projeto de ampliação das instalações da vinícola em 1949	152
Figura 34 – Genealogia da família Peterlongo	156
Figura 35 – Registro de trabalho da ex-operária	163
Figura 36 – Verso do registro de trabalho da ex-operária	164
Figura 37 – Vitor.S e outros trabalhadores no espaço da vinícola Peterlongo	167
Figura 38 – Reportagem da Revista “O Cruzeiro” sobre as habilidades de Vitor.S	168
Figura 39 – Folder com ilustrações sobre os conhecimentos de Vitor.S ano de 1954	169
Figura 40 – Genealogia da família E.	171
Figura 41 – Genealogia da família O.....	176
Figura 42 – Genealogia da família B.....	181

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixas etárias da população de Conde d’Eu em 1883	88
Gráfico 2 – Estado Civil das trabalhadoras da Vinícola Peterlongo	109
Gráfico 3 – Estado civil dos trabalhadores da Peterlongo	120
Gráfico 4 – Local de origem dos trabalhadores da vinícola Armando Peterlongo.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lotes ocupados e devolutos da colônia de Conde d’Eu em 1885.....	31
Tabela 2 – Primeiros intendentes municipais – 1900 a 1935	42
Tabela 3 – Infraestrutura e edificações arquitetônicas de 1894 a 1925 em Garibaldi.....	51
Tabela 4 – Origem da população da colônia Conde d’Eu nos anos de 1878 e 1879.....	84
Tabela 5 – Dados estatísticos da população da colônia de Conde d’Eu, em 31/12/1883.....	85
Tabela 6 – Cidades de origem dos trabalhadores da Peterlongo de 1930 a 1960.....	96
Tabela 7 – Contratações de operários na vinícola Peterlongo de 1929 a 1966	102
Tabela 8 – Funções exercidas pela mão de obra feminina da década de 1930 a 1960.....	103
Tabela 9 – Comparativo dos salários entre homens e mulheres na função de operário-servente – 1933-1960	106
Tabela 10 – Idade das operárias da vinícola Peterlongo, 1930-1960	108
Tabela 11 – Funções exercidas pela mão de obra masculina – 1930 a 1960	116
Tabela 12 – Salários da mão de obra masculina de acordo com as funções exercidas em 1948	117
Tabela 13 – Idade da mão de obra masculina – 1930-1960	120
Tabela 14 – Anos de entrada da mão de obra jovem.....	122
Tabela 15 – Informações gerais da mão de obra estrangeira.....	125
Tabela 16 – Contratações de operários por décadas.....	131
Tabela 17 – Tempo de permanência dos operários na vinícola Peterlongo –1930-1960.....	131
Tabela 18 – Balanço contábil da vinícola Armando Peterlongo de 1948	152

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
 CAPÍTULO 1. A CIDADE E A FÁBRICA: ESPAÇOS DE ATUAÇÃO E SOCIABILIDADE DA FAMÍLIA.....	 28
1.1 GARIBALDI E SUA CONSTITUIÇÃO COMO CIDADE.....	28
1.1.1 O processo emancipatório.....	36
1.2 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO GARIBALDENSE	42
1.2.1 Definindo espaço e território.....	43
1.2.2 A produção dos espaços da cidade	46
1.3 A VINÍCOLA ARMANDO PETERLONGO COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DO ESPAÇO URBANO.....	63
1.4 OS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E AS REDES INTERPESSOAIS	74
 CAPÍTULO 2. CONHECENDO AS FAMÍLIAS OPERÁRIAS.....	 80
2.1 FAMÍLIAS MIGRANTES E A FORMAÇÃO DA COLÔNIA CONDE D’EU.....	81
2.2 DO ESPAÇO RURAL AO OPERARIADO: REPERCUSSÕES NA ESTRUTURA FAMILIAR.....	89
2.3 A FAMÍLIA NA FÁBRICA – O COTIDIANO DE TRABALHO NA VINÍCOLA ARMANDO PETERLONGO	94
2.3.1 A presença feminina e seu protagonismo.....	100
2.3.2 O trabalho dos homens na fábrica	115
2.3.3 Os trabalhadores jovens e estrangeiros.....	121
2.4 A FAMÍLIA PETERLONGO: TECENDO REDES DE TRABALHO E SOCIABILIDADE	126
 CAPÍTULO 3. AS FAMÍLIAS OPERÁRIAS.....	 134
3.1 UM OLHAR MICRO: AS TRAJETÓRIAS OPERÁRIAS	134
3.2 A FAMÍLIA PETERLONGO: O EMPREENDEDORISMO NA CIDADE DE GARIBALDI	137
3.2.1 O início da produção de vinhos finos e champanhes: a inovação de Manoel	141
3.2.2 O filho Armando Peterlongo	144
3.2.1.1 Alcançando o mercado internacional.....	151

3.3 DA VINÍCOLA À APOSENTADORIA: A SAGA DA FAMÍLIA DA EX-OPERÁRIA MARINA.E.....	157
3.3.1 Os filhos na vinícola	159
3.1.1.1 O matrimônio	164
3.1.1.2 Filhos homens	165
3.3.2 A trajetória do tio Vitor. S.....	166
3.3.3 As primas Aurora e Olívia	170
3.4 FAMÍLIA O.: O TRABALHO NA VINÍCOLA AO LONGO DE GERAÇÕES	171
3.4.1 A primeira geração da Família O. na vinícola Peterlongo	172
3.4.2 A segunda geração da família O. na vinícola Peterlongo	174
3.5 A FAMÍLIA B.: A TRAJETÓRIA DE ELISA.B.....	177
3.5.1 A presença de familiares de Elisa.B na fábrica	180
3.6 DO PASSADO AO PRESENTE: A RELEVÂNCIA DO ESTUDO DE TRAJETÓRIAS	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
FONTES	193
BIBLIOGRAFIA.....	194
ANEXO A – CARTA DE CESSÃO	209

INTRODUÇÃO

Trabalhou meu pai, trabalhou minha irmã mais velha, que era a Alice, a Laura também minha irmã gêmea comigo, eu, trabalhei eu, trabalhou mais o meu irmão, o André, que hoje ele mora em Santa Catarina. O Gabriel, que foi o último que trabalhou, era o mais moço da família, que ele é falecido. Ele faleceu cedo também, que é o pai das meninas aqui onde eu moro (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E.).

Esta senhora, quando entrevistada, tinha 84 anos de idade. A entrevista ocorreu em uma tarde nublada e fria, em sua residência, na cidade de Garibaldi, região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Com uma fala mansa e um olhar nostálgico, mas cheio de entusiasmo pelas memórias do passado, foi assim que se deu o início à conversa. Foram horas muito agradáveis, marcadas por trocas de afeto e pela partilha de momentos representativos da vida dela e de sua família. Tratou-se de um retorno a um passado não muito distante, reconstruído como um exercício de encaixe de peças significativas no cenário que moldou o cotidiano de seu fazer social — contexto em que ela e sua família foram protagonistas em seu tempo.

Naquela tarde, por algumas horas, ela pôde rememorar o seu passado, contando histórias das quais tinha participado e momentos importantes que marcaram sua vida no trabalho e fora dele. Por diversas vezes, seu olhar vagou distante, demonstrando que fazia um exercício de reviver o passado que estava sendo compartilhado. Entre um assunto e outro, seu semblante revelava as diversas emoções despertadas pelas recordações do passado que estava sendo narrado. Sorrisos, olhos marejados ao recordar determinadas pessoas e familiares, tristeza e até um certo tom de julgamento foram expressões que a memória fez transparecer.

Dona Mariana.E (84 anos, solteira) encantou a pesquisadora, não apenas pela receptividade carinhosa, mesmo sendo desconhecidas uma para a outra antes da entrevista, mas também porque sua forma de contar o que viveu, permitiu rememorar suas lembranças. A conversa foi sobre sua origem familiar, sobre como o trabalho na vinícola Peterlongo chegou para ela, quais foram suas motivações e por que passou toda a sua vida laboral na referida empresa, como se tornou próxima da família Peterlongo e como foi sua saída, após tanto tempo de dedicação a uma mesma atividade. Ela identificou-se nas fotografias da vinícola, reconheceu seus colegas de trabalho e familiares, descreveu com detalhes a rotina de atividades, as tarefas produtivas, as máquinas utilizadas e até as “fofocas” que circulavam entre os operários e as operárias. Toda essa experiência de recordar, de voltar ao seu passado e de verbalizá-lo com outra pessoa, em um jogo de lembranças e esquecimentos, remete-se ao que Pierre Nora escreveu sobre a memória,

[...] a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 9).

Nessa perspectiva, toma-se como pressuposto que os relatos orais são imbuídos de intencionalidade, seja emocional, sentimental, do que se quer recordar, do que se quer esquecer e até do que se quer compartilhar das lembranças. A partir disso, munir-se desse tipo de fonte traz particularidades, detalhes que, muitas vezes, o documento escrito não fornece. Conhecer as histórias cotidianas, os sucessos e os insucessos, experienciados por alguém em seu passado, possibilita ao historiador, em seu exercício investigativo, cruzar informações entre diferentes fontes para que a reconstrução dos acontecimentos do passado aconteça da forma mais precisa possível. Este é o objetivo ao tomar o relato da dona Mariana.E como fonte histórica, uma vez que sua fala evidenciou informações que os documentos administrativos não mostraram. E, para o pesquisador, que quer compreender as ações que caracterizam trajetórias de vida, o uso de fontes diversas se torna de grande relevância.

Mas como foi estabelecido o contato com dona Mariana.E?

A fonte histórica foi o elo de contato, ou seja, um livro de registro de operários da Vinícola Armando Peterlongo encontrado no acervo particular da empresa, em que nele constam os primeiros cadastros de trabalhadores da vinícola, datados de 1929. O acesso às informações administrativas descritas no documento encaminhou à compreensão da existência de um entrelaçamento entre as trajetórias de vida dos operários registrados. Esse mesmo acesso conduziu à identificação de dona Mariana.E¹ e a outros trabalhadores que apresentaram percursos de vida semelhantes.

Foi realizado o contato com cada um deles. Contudo, por receio de conversar com uma pesquisadora desconhecida e falar sobre suas vidas e o trabalho na fábrica, o convite não foi aceito. Atualmente, Garibaldi é uma cidade pequena, com pouco mais de 35 mil habitantes, onde muitos dos ex-operários da vinícola ainda estão vivos e familiares próximos ainda vivem no lugar. Ao aceitarem participar das entrevistas, ainda que para um estudo acadêmico, os trabalhadores demonstraram desconforto em relação às possíveis consequências de suas falas.

Assim, apenas com dona Mariana.E. foi possível realizar a conversa, a qual se revelou riquíssima e repleta de informações importantes.

¹ Por se tratar de dados pessoais da primeira metade do século XX, portanto recentes, optou-se por manter no anonimato os indivíduos citados na tese, utilizando pseudônimos e a letra inicial do sobrenome das pessoas e de suas famílias.

Mariana.E nasceu na cidade de Garibaldi, em 1925. Sua avó paterna era uma das imigrantes italianas que chegaram à região no início do século XX. Nascida numa família de agricultores, tinha seis² irmãos. Aos dezessete anos, foi admitida como operária na vinícola Armando Peterlongo, juntamente com sua irmã gêmea Laura.E (17 anos, solteira). Antes da contratação das irmãs, seu pai já estava empregado, desde 1932, na função de zelador dos vinhedos. E ele foi o elo que as trouxe para o interior da fábrica, assim como todos os seus irmãos também.

A ligação entre os trabalhadores da vinícola é um fator que chamou a atenção durante a análise da documentação. Ela está presente em diversos registros e caracteriza os grupos familiares como constituintes da mão de obra empregada. A existência de vínculos de parentesco seria um elemento necessário para a efetivação da contratação? E para a manutenção no quadro de operários da fábrica? Como isto não acontece apenas com os trabalhadores, mas também com a própria família proprietária da vinícola, o vínculo parental teria outro significado para eles? Esses e outros aspectos caracterizadores do trabalho da fábrica e dos percursos de vida dos operários e de suas famílias serão tema da análise ao longo de toda a tese.

Passa-se, então, a retomada das trajetórias.

Quanta riqueza de aprendizado histórico tem-se na multidão? Quantas histórias de vida individuais pode-se conhecer em um passado coletivo? Como compreender a complexidade dos processos, das vivências e das escolhas realizadas por um sujeito ou por um grupo e dimensionar as relações estabelecidas por eles no espaço e no tempo? Enfim, a história de vida de uma pessoa não revela apenas o que lhe era singular para si, mas também complexifica a articulação de aspectos formadores da trama de relações interpessoais que a envolveram.

Nessa perspectiva, o interesse está voltado para investigar as trajetórias operárias e as histórias que, possivelmente, em meio a tantos registros e arquivos administrativos encontrados no interior da vinícola Peterlongo tendem a se “perder” ou a ficar “esquecidos”. As existências, experiências e percursos de vida de homens e mulheres que atuaram na vinícola revelam as particularidades do cotidiano no interior da fábrica e as dinâmicas que orientavam a contratação e a passagem por ela. A análise se utiliza de um olhar ao microscópio³, que atente para as subjetividades, as escolhas individuais e as vozes como maneira de captar contextos variados e

² Dado encontrado nos livros paroquiais. Nos documentos da vinícola, consta a admissão de quatro dos seus irmãos.

³ Termo utilizado pelo historiador Edoardo Grendi, um dos precursores do método da microanálise. Em seu texto “Micro-analisi e storia sociale”, publicado no ano de 1977, Grendi direciona os conceitos do que para ele seria a perspectiva metodológica. Neste sentido, indicou o uso da redução de escala na análise dos comportamentos sociais, trazendo o prefixo “micro” referindo-se ao uso do microscópio – ou seja, o olhar micro sobre a realidade e os sujeitos que a compõem, permitiriam compreender os enredos internos dos grupos sociais analisados.

problemáticas não possíveis de serem percebidas mediante outra perspectiva.

Como escreve Giovanni Levi,

é o isolamento abaixo da lupa do pesquisador e do leitor de uma peça, que para funcionar será encaixada no contexto global, mas que é movida, de forma experimental, no vácuo. De outro lado, o estudo de situações ou pessoas no próprio contexto, ou seja, na complexa relação de escolhas livres e de vínculos que indivíduos e grupos realizam nos interstícios da pluralidade contraditória dos sistemas normativos que os governam (Levi, 2016, p. 23-24).

Ao se observar com o microscópio, colocam-se os indivíduos e suas famílias no centro da pesquisa. O que permite, enquanto pesquisador, conhecê-los e compreendê-los numa interligação com o contexto que os envolveu no decorrer de suas trajetórias.

De acordo com Giovanni Levi, “o estudo de situações ou pessoas no próprio contexto, ou seja, na complexa relação de escolhas livres e de vínculos que indivíduos e grupos realizam nos interstícios da pluralidade contraditória dos sistemas normativos que os governam” (Levi, 2016, p. 23-24). Nesse sentido, considerar um processo global como o da imigração italiana para o Brasil no século XIX, por exemplo, como o contexto que antecede a história das famílias operárias e que também deixa marcas na vida de cada indivíduo, torna-se de grande relevância. Isto porque, se visto através do microscópio, possibilita que o protagonismo dos indivíduos seja contemplado, bem como a complexidade do cenário histórico vivido. Para Levi, “o normal e o cotidiano tornam-se protagonistas da história e as situações singulares assumem a intensidade de pontos de vista pelas quais explicam os funcionamentos sociais globais” (Levi, 2016, p. 24). Nesta perspectiva é que a micro-história⁴ com suas ferramentas metodológicas, constituem o fio condutor da análise a que se propôs.

Pensando nesses aspectos, o objeto de estudo da tese se originou a partir de alguns questionamentos que não puderam ser sanados durante a pesquisa realizada no mestrado. Neste

⁴ Considerado um dos fundadores deste método, Levi vivenciou, juntamente com Edoardo Grendi e Carlo Ginzburg o contexto que fez emergir os conceitos norteadores da pesquisa em microanálise. Para ele, “a micro-história nascia, pelo menos em minha opinião, da necessidade de recuperar a complexidade da análise, da renúncia às leituras esquemáticas e gerais para poder observar realmente como se originavam comportamentos, escolhas e solidariedades” (Levi, 2016, p. 21). Nesta perspectiva, escreve que a micro-história, enquanto metodologia que se baseia na análise empírica do local, dos sujeitos a seu tempo e de suas particularidades, entende como as ações interligadas contribuem no processo de construção dos contextos históricos. Ao conceituar a micro-história, Giovanni Levi aponta que, “se queremos entender a micro-história, podemos dizer que ela parte de uma imagem da história enquanto ciência das perguntas gerais e das respostas “locais”, ou seja, que não mira generalizar respostas, mas que, por meio de um caso, um lugar, um documento, um acontecimento, lidos a partir do aumento da escala, busca identificar perguntas que possuam valor geral e que, entretanto, permitam um amplo leque de respostas” (LEVI, 2020, p. 20). Ou seja, a micro-história proporciona ao historiador reconstruir trajetórias de indivíduos, a partir do cruzamento de fontes e da contextualização de suas ações em um cenário mais amplo, como a sociedade ou a comunidade em que viveram.

trabalho anterior, buscou-se compreender como ocorreu o processo de transição da família camponesa para a operária encontrada nos registros da vinícola Armando Peterlongo na primeira metade do século XX. Descendentes de imigrantes italianos, vindos para o Brasil, no final do século XIX, se instalaram na região nordeste do Rio Grande do Sul, em especial na Colônia Conde D'Eu, cidade de Garibaldi. Nos anos 1920, começaram a ser contratados como operários da vinícola, que estava em crescente ascensão econômica, concomitante aos processos de industrialização e de urbanização da cidade que estavam crescendo rapidamente. Até os anos 1960, centenas de trabalhadores puderam ser mapeados a partir da análise das fontes encontradas no arquivo particular da fábrica. Destes, alguns registros chamaram a atenção, pois envolviam a participação de grupos parentais com grande número de membros identificados.

Segundo as fontes orais consultadas, a presença de coletivos familiares era comum. Armando Peterlongo herdou, de seu pai Manoel, a vinícola. Criada no porão da casa da família, para produção de vinhos e espumantes visando o consumo próprio, aos poucos foi crescendo e tomando proporções de uma fábrica. Por ter surgido como um empreendimento familiar, Peterlongo estendeu a prática de trabalhar em família para todos os setores produtivos. Assim, selecionou como um dos pré-requisitos de contratação, a existência de laços parentais e/ou de sociabilidade entre os trabalhadores. O que acarretou a adoção de uma política paternalista⁵ e, em certa medida, à reprodução de papéis desempenhados pelo indivíduo e por sua família, agora transpostos para o interior da fábrica. Isso gerou um sentimento de pertencimento à vinícola, percebida como uma continuidade das relações paternas vivenciadas por eles em suas famílias.

No decorrer da tese, a trajetória da família Peterlongo será analisada com maior atenção, evidenciando-se a relevância da atuação de cada membro no contexto da vinícola e no espaço urbano de Garibaldi, bem como a importância dos percursos construídos pelos operários e operárias, além de o cruzamento entre eles, ocorrido por meio do elemento comum: o trabalho no interior da fábrica. Sendo assim, pode-se afirmar que o objeto de pesquisa proposto na tese se aproxima e, ao mesmo tempo, diferencia-se do tema a que foi dedicado no mestrado. Visto que, neste momento, almeja-se compreender a complexidade (Cerutti, 1998) que envolveu a construção das trajetórias de vida. Baseado nas ferramentas metodológicas da micro-história, trouxe à cena da análise, os diferentes elementos que se fizeram presentes na vida destes indivíduos e que construíram o contexto que caracterizou suas vidas (Grendi, 1977)⁶.

⁵ O conceito de paternalismo será analisado e discutido no decorrer da tese.

⁶ GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. Tradução de Henrique Espada Lima. *Revista Quaderni Storici*, v.12, n.35, 1977, p. 506-520.

A trajetória⁷ de um indivíduo é constituída por múltiplas relações, ações e experiências vivenciadas em distintos momentos e locais pelos quais ele passa. Não apenas o do trabalho, neste caso da vinícola, mas também os espaços de sociabilidade fora dela, como o bairro da cidade em que vive, a igreja que frequenta, o local de lazer, enfim, o indivíduo age e produz de múltiplas formas e em variadas situações no decorrer da vida. Os papéis sociais desempenhados por uma pessoa se mesclam e se complementam o tempo todo: o operário da vinícola também exerce a função de pai, de líder comunitário, de representante sindical, entre outros, de acordo com o momento que está vivenciando, de seus interesses pessoais ou mesmo coletivos, dependendo da prioridade. Assim, reconstruir a trajetória familiar ou individual se torna um processo complexo, já que diversas são as peças, como que de um quebra-cabeças, a serem consideradas e ponderadas a partir dos documentos consultados, fazendo uso do cruzamento de diferentes fontes históricas. Mariela Ceva escreve em seu artigo sobre trajetórias familiares que,

essas vidas não só mostram a migração familiar, mas também outro caminho da trama. Não a tapeçaria final, um produto pronto, mas os fios e pontos que só podem ser apreciados se os virarmos de cabeça para baixo e olharmos cuidadosamente para eles. Provavelmente, não será o mais agradável e o melhor, mas será aquele que nos permitirá perceber a família, os amigos, a partida, a reunião e uma nova conformação de sociabilidade que explica, em parte a sociedade contraditória do século XX nas Américas (Ceva, 2023, p. 347-348).

É nesta perspectiva que o cruzamento⁸ de informações e de dados oriundos de diferentes fontes documentais possibilita identificar e compreender a complexidade histórica que cerca uma trajetória de vida. Assim, a proposta é ampliar as fontes consultadas para que a análise possa levar a perceber as tramas sociais que direcionaram estes percursos. Isto porque, durante o mestrado, concentrou-se na análise das fontes encontradas, especialmente, no acervo particular da fábrica. Agora, objetivando, em um jogo de escalas, compreender os aspectos da vida dos operários e, ao mesmo tempo, a complexidade dos processos de construção dos espaços da cidade, será realizado o cruzamento de diferentes fontes, incluindo documentos que buscados nos registros paroquiais e cartoriais, concomitante a uma nova leitura dos documentos do acervo particular da Peterlongo.

Seguir os rastros mais particulares, atentar para os detalhes, mapear os sujeitos em

⁷ GRIBAUDI, Maurizio. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV, 2021, p. 160-197.

⁸ Sobre o cruzamento de fontes na pesquisa histórica, ver: GRIBAUDI, Maurizio. Forma, tensão e movimento: A plasticidade da história. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020, p. 49 - 68.

diferentes fontes é o que a micro-história⁹ sugere, e o que se buscar fazer. Assim sendo, atentar para as entrelinhas do documento, que possam revelar o complexo e os contextos que possam emergir da análise da documentação. Colocando o micro, mas não o pequeno¹⁰, no alvo direcionador da visão do pesquisador que, utilizando da lupa, possa encontrar, nas fontes pesquisadas, o que em uma leitura mais ampla e geral não poderia ser percebido. Ou seja, ao utiliza-se ferramentas metodológicas da micro-história, não se busca diminuir o objeto de pesquisa; ao contrário, objetiva-se conferir-lhe maior amplitude, complexificando os aspectos analisados.

Giovanni Levi, escreve que, enquanto metodologia se baseia na análise empírica do local, dos sujeitos a seu tempo e particularidades, a micro-história busca entender como as ações interligadas contribuem no processo de construção dos contextos históricos. Nesse sentido, destaca que, o método

[...] antes de tudo, pretende ser a reconstrução dos momentos, situações, pessoas que, observados com olhar analítico, em um âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referência dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os seres humanos agem (Levi, 2016, p.23).

Em continuidade, Giovanni Levi afirma que,

se queremos entender a micro-história, podemos dizer que ela parte de uma imagem da história enquanto ciência das perguntas gerais e das respostas “locais”, ou seja, que não mira generalizar respostas, mas que, por meio de um caso, um lugar, um documento, um acontecimento, lidos a partir do aumento da escala, busca identificar perguntas que possuam valor geral e que, entretanto, permitam um amplo leque de respostas (Levi, 2020, p. 20).

O historiador, ao analisar os documentos que serão utilizados como base de estudos para o seu objeto de pesquisa, necessita formular os questionamentos¹¹ certos, mais adequados para

⁹ KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Máira I. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-história. In: VENDRAME, Máira I.; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). *Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Editora OIKOS; Editora da Unisinos, 2016, p. 86-113.

¹⁰ Desde a sua criação, o método microanalítico passou por equivocadas interpretações devido à vulgarização do uso da palavra ‘micro’. Giovanni Levi, explica que “a origem do equívoco da micro-história estava também no nome, que chama atenção mais para a observação de coisas pequenas, acontecimentos, situações individuais ao invés de ser visto como um problema de metodologia histórica, de análise minuciosa, de uma observação profunda e concentrada em um ponto específico” LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: VENDRAME, Máira et.al. (org.). *Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Editora OIKOS; Editora da Unisinos, 2016, p. 32-51. VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra&Voz, 2020.

¹¹ LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: VENDRAME, Máira; KARSBURG,

que ele possa extrair conhecimentos além do que a mera descrição apresentada. Ou seja, ampliar seu olhar investigativo sobre as fontes, para que elas possam lhe trazer subsídios mais contundentes e complexos do que apenas uma leitura superficial e menos detalhada pode fornecer para a pesquisa histórica. Isso constitui o objetivo a ser alcançado ao longo da construção da presente tese. Nesse sentido, serão utilizadas como fontes os documentos do arquivo particular da vinícola, incluindo: os livros de registros dos trabalhadores, datados a partir de 1929 até 1960 — período que representa a ascensão econômica da fábrica e o maior número de contratações de operários; as fotografias dos espaços internos e externos da vinícola, bem como aquelas que retratam os operários em suas funções laborais. Também serão consultadas fontes nos registros paroquiais da cidade de Garibaldi, por meio da análise dos livros de batismo, casamento e óbito, datados de 1890 até 1960, com a pretensão de identificar as redes interpessoais formadas pelos trabalhadores e por suas famílias ao longo de seus percursos de vida. As fontes cartoriais serão utilizadas para perceber a participação destes indivíduos nos espaços da cidade, ampliando o conhecimento sobre sua atuação em meio aos setores sociais, políticos e econômicos de Garibaldi. Os registros presentes no Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi são de grande importância para o resgate histórico desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos na colônia, seu estabelecimento e localização dos lotes a eles disponibilizados. Também serão pesquisados documentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e a bibliografia sobre os temas estudados. Neste processo de pesquisa, a leitura atenta das fontes acontecerá conjuntamente ao cruzamento das informações contidas em cada uma, a fim de ampliar a compreensão do contexto histórico referido.

Os documentos, tão imprescindíveis ao historiador e seu trabalho investigativo do passado, precisam ser lembrados também como registros que estão cheios de intencionalidade¹², pois foram produzidos por alguém que tinha um objetivo ao realizar tal registro. Seja de caráter cartorial, paroquial, administrativo, político, econômico ou cultural, cada documento traz consigo um contexto motivador para sua produção. E, muitas vezes, o objetivo a que foi escrito não é o mesmo que o do historiador ao lê-lo como fonte, por isso, precisa ser considerado como um produto de seu tempo.

Sob este olhar de análise, as fontes também passam a ser percebidas de maneira diferente. Postuladas como documentos que registram o passado, ao historiador cabe lê-las a

Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). *Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Editora OIKOS; Editora da Unisinos, 2016, p. 18-31.

¹² VENDRAME, Máira I. A produção social dos lugares. In: VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre (org). *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023, p. 187-222.

‘contrapelo’, ou seja, identificar nas entrelinhas outros modos de perceber as dinâmicas que emolduram sua produção e, de modo especial, as dinâmicas sociais que estiveram por trás da produção do documento oficial. Como descreve Maurizio Gribaudi em entrevista realizada por Maíra Vendrame,

“escovar a história a contrapelo” significa [...] remontar através das diversas cadeias de interpretações que construíram as imagens de imanente linearidade da história para colocar luz sobre os dramas e descontinuidades que caracterizam o percurso mais que acidentado por meio do qual o conjunto da sociedade evolui no curso do tempo (*In: Vendrame; Gribaudi, 2020, p. 360*).

Busca-se lançar luz sobre as descontinuidades, as rupturas e as particularidades não aparentes nos registros documentais, uma vez que a própria produção de um documento envolve uma série de elementos dinâmicos que influenciaram o processo. Por que foi produzido? Que grupos sociais sofreram e/ou se beneficiaram com o registro documental? Enfim, este é um dos pontos-chave do trabalho do historiador: as perguntas¹³ que o pesquisador faz para as fontes se mostram tão ou mais importantes que as respostas que ele encontra. É a partir desses questionamentos, que diferentes dinâmicas espaciais podem ser elucidadas. Como pontua Angelo Torre, “nesta perspectiva, as próprias fontes se apresentam sob uma luz extraordinariamente dinâmica e não apenas — de modo positivista — como expressão de uma realidade, mas muito mais um momento de modificação da realidade em si (Torre, 2020, p. 78).

Edoardo Grendi, discute em seu texto “Microanálise e história social”¹⁴, a relevância das fontes documentais para a pesquisa histórica. Traz o conceito do “excepcional normal” para definir como um documento pode se tornar revelador de informações, destacando-se dentre o conjunto documental analisado, como testemunho único do passado. Para ele, “caracteristicamente, o historiador trabalha com muitos testemunhos indiretos: nessa situação, o documento excepcional pode ser extraordinariamente “normal”, precisamente por ser “revelador” (Grendi, 1977, p. 26-27). Sob esta óptica, a excepcionalidade de um documento pode se concretizar quando o pesquisador identifica nele elementos reveladores para o seu estudo. Ou seja, quando as fontes históricas analisadas são lidas numa perspectiva atenta aos detalhes, e as informações que podem trazer ineditismo à compreensão do passado. Como escreve Francesca Trivellato, “Grendi falou da necessidade de se focar no “excepcional

¹³ LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. *In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). Ensaios de Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Editora OIKOS; Editora da Unisinos, 2016, p. 18-31.

¹⁴ O artigo “Microanalisi e Storia sociale”, publicado na Revista *Quaderni Storici*, v.12, n.35, p. 506-520, ago.1977, foi traduzido por Henrique Espada Lima.

normal”, isto é, nos documentos fora do ordinário que — caso sujeitados a uma leitura microanalítica apropriada — poderiam não obstante, iluminar tendências mais amplas” (Trivellato, 2011, p. 5). Nesta mesma linha de análise, especialmente com relação ao conceito de “excepcional normal” defendido por Grendi, Carlo Ginzburg escreve que para a expressão é possível elencar dois significados, o primeiro deles “antes de mais nada, ela designa a documentação que só aparentemente é excepcional”. E “se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não frequente) pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados” (Ginzburg, 1989, p. 177).

Um exemplo clássico, dessa análise do documento excepcional normal, é o estudo realizado por Carlo Ginzburg em seu livro “O queijo e os Vermes”¹⁵. Na obra, o autor reconstrói o contexto histórico do período, trazendo à cena a trama de relações que permeiam os espaços e a vida dos indivíduos que a ele estavam interligados.

Por intermédio das proposições teóricas da microanálise, Edoardo Grendi (1977) deixou claro a importância de se dar atenção, na pesquisa histórica, para as singularidades, para a experiência dos sujeitos em seus tempos e espaços, isto é, a preocupação com a análise empírica e densa dos processos sociais do passado. Ao escrever sobre as contribuições deixadas por Grendi para os estudos da micro-história, Henrique Espada Lima destaca:

essa reivindicação da história social me parece profundamente articulada com a própria motivação de toda a empresa da microanálise e da micro-história: uma reflexão constante, politicamente motivada por um interesse genuíno e teoricamente articulado pelo problema da transformação social, as oportunidades do protagonismo social, e a própria definição mais concreta do próprio “sujeito” da história (Lima, 2006, p. 223).

Nessa mesma abordagem quanto à importância da análise minuciosa dos documentos por parte do historiador, Carlo Ginzburg faz referência ao método onomástico como instrumento da investigação histórica. Discorre sobre como o “nome” pode ser empregado como fio condutor na pesquisa, apresentando-o como elemento de interconexão entre os contextos analisados. Pode ser também empregado para estruturar a narrativa histórica, identificando os indivíduos e os elementos que compuseram a realidade que quer se contextualizar. Para Ginzburg, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem,

¹⁵ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (Ginzburg, 1989, p. 175). No decorrer do texto, o autor sugere como fazer uso deste método para melhor compor as relações sociais em uma análise, identificando nos documentos dos arquivos, fontes de grande relevância para a realização desta reconstrução histórica. segue afirmando que,

o melhor ponto de partida não é, provavelmente, o arquivo paroquial, mas o arquivo da grande propriedade. Isso permite selecionar nomes de camponeses e nomes de lugares que podemos procurar com mais esperança de sucesso nos outros arquivos (registros paroquiais e cadastros) onde deveriam estar contidos, em princípio, os nomes de todas as famílias e de todas as propriedades. Por um processo análogo é possível reconstituir, com base em autos notariais, as estratégias matrimoniais de famílias aliadas e afins. [...]. O fio condutor é, mais uma vez, o nome (Ginzburg, 1989, p. 174-175).

Nesta direção, é possível reconhecer como o uso do nome pode contribuir para os estudos sobre a história da família baseados nos dados trazidos pelos documentos, visto que, o nome permite reconstruir a cadeia de relações parentais e sociais que um indivíduo traçou em sua trajetória de vida. O que inevitavelmente leva a recompor a trama social que costurou o contexto histórico de uma comunidade, por exemplo.

Seguindo a prerrogativa de que a microanálise busca a reconstituição das ações dos atores sociais nos contextos e espaços em que atuaram, essas ideias vinculam-se ao objetivo central que é o de observar, de forma microanalítica, as trajetórias de famílias de operários. Para isso, a tese foi organizada em três capítulos: cada uma das partes foi estruturada para permitir o conhecimento sobre quem eram os indivíduos e seus grupos parentais identificados nos documentos administrativos da vinícola; qual era sua origem e suas motivações para se estabelecerem na cidade de Garibaldi e para optarem pelo trabalho na Peterlongo; em que medida sua participação e atuação produtiva ultrapassaram o interior da fábrica e se mostraram relevantes no processo de formação do espaço urbano, por meio da construção de redes de sociabilidades; como foram registrados seus percursos de vida e inseridos no contexto histórico da primeira metade do século XX; e, por fim, de que forma suas trajetórias influenciaram e foram influenciadas pelos elementos constitutivos da sociedade em seus diferentes espaços e intencionalidades de vida.

No capítulo 1, “A cidade e a fábrica: espaços de atuação e sociabilidade da família”, o intuito é reconstruir os espaços de Garibaldi apresentando-os como espacialidades produzidas por indivíduos e suas famílias no decorrer dos processos de migração de formação dos bairros,

tomando a vinícola e seus trabalhadores como objetos centrais da análise. A partir de um olhar sobre a decisão de migrar tomada por estes indivíduos, buscou-se compreender em que medida o processo histórico da imigração italiana afetou as trajetórias de vida dos grupos parentais analisados. Ou seja, partindo do pressuposto que a colônia Conde D’Eu — hoje a cidade de Garibaldi — foi criada como espaço para o recebimento de famílias italianas, ela também recebeu imigrantes oriundos de outros países. As famílias operárias da vinícola foram formadas por indivíduos descendentes destes imigrantes? Para o desenvolvimento dessa análise, será elaborado um exercício de jogo de escalas, ampliando o olhar para um processo global, como o da imigração internacional, e retornando à identificação do lugar ocupado — ou não — pelas famílias operárias nesse contexto. Trata-se, portanto, de uma observação ampla e, ao mesmo tempo, micro, sobre os processos, com o objetivo de possibilitar a compreensão do papel dos vínculos e das redes interpessoais na produção dos espaços pelos operários.

Nesta perspectiva microanalítica, objetiva-se compreender como se deu a estruturação do espaço urbano de Garibaldi e quais elementos foram importantes nesse processo. A formação do bairro operário é algo que se busca entender, visto que, há indícios de que a construção de casas era financiada por Armando Peterlongo nas proximidades da vinícola. Em igual medida, a análise sobre o conceito de espaço, como ele se formou, quais elementos o compõem e como dimensionar sua territorialidade são questões importantes no estudo.

No segundo capítulo, intitulado “Conhecendo as famílias operárias”, será analisado o contexto de origem das famílias operárias, compreendendo os motivos que as levaram a optarem pelo trabalho operário, especialmente, na vinícola Peterlongo. Além disso, a intenção é perceber como a própria família empresária influenciou nas escolhas de trabalho das famílias dos operários, visto que, Armando Peterlongo adotou, como um dos requisitos de contratação de seus trabalhadores, a existência de vínculos parentais e/ou de sociabilidade com outros sujeitos já empregados por ele na vinícola. Reconhecendo, no cotidiano da dinâmica fabril, os impactos que esta postura empresária trouxe para os operários e seus familiares presentes no espaço produtivo.

Edoardo Grendi (1977), é um dos referenciais que trará a fundamentação teórica e metodológica da tese. Fundamentado nos conceitos da histórica social e da micro-histórica, seus trabalhos possibilitam dialogar com diversas ideias propostas pela microanálise, por exemplo, o olhar ao microscópio, o “excepcional normal” dos documentos, a morfologia dos lugares, a importância de trazer ao centro da discussão histórica os atores sociais do passado, dando a eles visibilidade e protagonismo. Em igual medida, os trabalhos de Giovanni Levi (2000; 2016; 2020) comporão o arcabouço historiográfico e metodológico. Seus estudos conduzirão, em

diferentes momentos da análise, como base para a construção histórica e aplicação do método da micro-história no trabalho. Os estudos de Michel Bertrand (1999), por sua vez, auxiliarão na perspectiva histórica das redes de sociabilidade, conceito tão importante para a compreensão das estratégias adotadas pelos trabalhadores e suas famílias, uma vez que, é por meio da formação de redes interpessoais que o operariado da Peterlongo se formou e caracterizou, por meio de estudos produzidos pela historiografia regional, há a pretensão de construir a caracterização do grupo de trabalhadores analisados. A ideia é buscar a identificação de elementos do cotidiano fabril, a fim de os reconhecer como operariado ativo da vinícola na primeira metade do século XX.

E, por fim, no capítulo 3, chamado “Famílias operárias”, há a descrição de os percursos de vida de algumas famílias operárias, a fim de detalhar as vivências desses trabalhadores em variados espaços e em diferentes papéis sociais exercidos ao longo de suas vidas. Contextualizaram-se os percursos de vida relacionando-os ao complexo enredo da dinâmica da vida humana, a fim de mostrar como as escolhas, os sucessos, os insucessos e as estratégias individuais, coletivas e familiares impactaram a estrutura de vida, de trabalho e de sociabilidade dos sujeitos estudados. Maurizio Gribaudo (2020; 2021) será um dos principais teóricos utilizados, uma vez que se dedica à pesquisa sobre trajetórias operárias de pessoas que tinham uma origem rural. Seus trabalhos trazem um olhar social para pensar determinados processos, que conferem protagonismo aos atores sociais do passado, evidenciando suas ações na construção dos espaços e tempo em que viveram.

A escolha por apresentar as trajetórias das quatro famílias operárias, neste capítulo, fundamenta-se no conjunto de informações disponibilizadas pelas fontes empresariais. Cada uma dessas famílias revelou especificidades significativas em seus percursos pessoais e profissionais, justificando sua seleção para a análise. A primeira trajetória examinada corresponde à família empresária responsável pela fundação da Vinícola Peterlongo. A segunda refere-se à ex-operária Mariana E. e a seus familiares; seu pai e seu tio figuram entre os primeiros trabalhadores contratados por Armando Peterlongo, destacando-se pela relação de proximidade estabelecida com o proprietário. A terceira trajetória diz respeito a uma família cujas duas gerações tiveram membros admitidos como operários e operárias da empresa. Por fim, a quarta trajetória contempla a experiência de uma trabalhadora que ingressou na fábrica ainda solteira, desligou-se pouco antes de seu casamento e retornou anos mais tarde, após tornar-se viúva — situação identificada apenas uma vez no conjunto documental analisado. Ademais, outros integrantes dessa família também passaram pelo trabalho na Peterlongo.

A ideia, portanto, é a de realizar um exercício historiográfico baseado nos pressupostos

da história social, que busca, por meio da observação micro, mostrar a importância que indivíduos comuns, desconhecidos pela grande maioria, tiveram em seu tempo, enquanto sujeitos históricos ativos. Estudar a riqueza de elementos que compuseram a vida das pessoas, identificá-las no passado e trazê-las para o presente, como influenciadores na construção de uma sociedade, de uma comunidade ou de uma localidade. Conhecer indivíduos como dona Mariana.E, sua trajetória e sua família, possibilita dar sentido às vivências dos atores sociais do passado, não apenas aos processos.

CAPÍTULO 1. A CIDADE E A FÁBRICA: ESPAÇOS DE ATUAÇÃO E SOCIABILIDADE DA FAMÍLIA

[...] Quando o Peterlongo começou a fazer os parreirais, né, na colônia, né. Então meu pai foi o capataz geral. Meu pai que fez todos os parreirais, porque ele era, ele conhecia todos esses empregados, ele comandava. Fazia os parreirais e continua os parreirais, né. Esse o da casa era o pequeno, do lado todo da casa, depois tem dois em São Roque, um na entrada de São Roque que foi desmanchado e que eles fizeram loteamento e mais um perto de Carlos Barbosa que ali indo para Barbosa e continua ali (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E.).

O trecho de fala da ex-operária Mariana.E indica que seu pai, Heitor.E (49 anos, casado), participou ativamente das atividades laborais da Peterlongo, trabalhando especialmente em parreirais particulares. Por ser um dos primeiros trabalhadores a ser empregado por Armando, foi conhecedor de diversas tarefas e desempenhou várias funções dentro da vinícola. O propósito dessa descrição é ressaltar a ocupação dos espaços. Conforme a fala de Mariana.E, a vinícola não apenas esteve presente no local onde construiu a edificação da fábrica em si, mas se estendeu por diferentes regiões. As localidades¹⁶ citadas no trecho fazem parte da área urbana e rural da cidade de Garibaldi.

Neste capítulo, o objetivo é identificar os espaços e contextualizar a formação e a ocupação da cidade de Garibaldi na primeira metade do século XX. Para isso, parte-se dos indícios encontrados nas fontes da vinícola, bem como de pesquisas em livros, mapas e jornais localizados no Arquivo Histórico de Garibaldi. Os registros cartoriais também orientaram esse processo de investigação histórica.

1.1 GARIBALDI E SUA CONSTITUIÇÃO COMO CIDADE

A formação do território de Garibaldi¹⁷ remete a política adotada pelo governo imperial brasileiro para a ocupação das áreas situadas à nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Iniciada no final do século XIX, com o incentivo da vinda de imigrantes italianos para se estabelecerem nos núcleos coloniais criados nesta região. Isso ocorreu no ano de 1870, por meio

¹⁶ A localidade de Carlos Barbosa mencionada na fala da ex-operária é hoje a cidade de Carlos Barbosa. Que teve sua emancipação consolidada no ano de 1959. Antes, era designada como um distrito de Garibaldi.

¹⁷ No ano de 1875, foi fundada a colônia de Caxias, também com o objetivo de receber imigrantes italianos, que se estabelecia próxima às de Conde d'Eu e Dona Isabel. Quarto núcleo colonial italiano é o de Silveira Martins, ocupado a partir do ano de 1877.

do Ato de 24 de maio¹⁸, quando foi oficializada a criação das colônias Conde d’Eu e Dona Isabel.

Segundo o relatório escrito por Enrico Perrod¹⁹, cônsul italiano em Porto Alegre, em 1883, a colônia de Conde d’Eu estava dividida em distritos, inicialmente denominados de picadas ou linhas, alguns mais distantes da sede e com difícil acesso. De acordo com Perrod,

Nestes 13 distritos há 2.000 lotes em via de colonização, cultivados, em média, em menos de sua sexta parte. Alguns deles distam 6 ou 7 horas da sede, e não têm outra via de comunicação com a estrada geral, além de um trilho estreitíssimo, apenas praticável, com árvores a cortá-lo, tendo banhados que atingem até a cintura, por demais perigosos sob todos os aspectos (Perrod *apud* COSTA; BONI; SALVAGNI; GRISON; 1999, p. 16).

A partir do movimento de ocupação dos lotes de terra pelos imigrantes e da definição das áreas centrais da sede colonial, bem como das mais distantes, os limites territoriais e espaciais da localidade tornaram-se mais claros. Como se observa no mapa, na Figura 1, trata-se de um dos primeiros registros que representam a área de demarcação de Garibaldi.

¹⁸ “Ato de 24 de maio de 1870. Denomina: Conde d’Eu e Princesa Dona Izabel – os dois territórios concedidos à Província pelo aviso do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 9 de fevereiro do corrente ano. Tendo o Governo Imperial autorizado por aviso expedido pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 9 de fevereiro do corrente ano, vender dois territórios de terras devolutas de quatro léguas em quatro cada um, situados entre os campos de Vacaria, rio Caí e Município de Triunfo, para serem subdivididos em lotes coloniais e cedidos aos emigrantes, que se destinarem a esta Província, constando das informações do delegado da repartição especial das terras públicas, que o 1º de tais territórios contém uma área superficial de 16 léguas quadradas, ou 144.000.000 de braças quadradas, que demoram na margem esquerda da estrada que segue para Maratá ao rio das Antas, confinando ao norte com este rio, ao sul com terras devolutas, a leste com a parte da referida estrada compreendida entre os marcos da mesma de nº 8 a 15 e ao oeste com o mencionado rio e terras devolutas; que o 2º também contém igualmente uma área superficial de 16 léguas quadradas na margem direita da já citada estrada, confinando ao norte com o rio das Antas, ao sul com terras concedidas pelo governo Imperial a Ignácio José Ferreira de Moura, com a concessão ultimamente feita a Luiz Antônio Feijó Júnior & Machado e com terras devolutas, a leste também com terras devolutas e ao oeste com a mesma estrada a começar pouco acima do marco nº 11, o Presidente da Província resolve que o 1º daqueles territórios se denomine - Colônia Conde d’Eu e o 2º Princesa Dona Izabel. – Pela Secretaria do Governo façam-se as devidas comunicações. Palácio do Governo em Porto Alegre, 24 de maio de 1870. João Sertório.” (Italiano, Itália) In: IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 656.

¹⁹ In: COSTA, Rovílio; BONI, Luis Alberto de; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1999, p. 16.

Figura 1 – Mapa da Colônia Conde d’Eu



Fonte: Koff (1991, n.p.).

Sob essa divisão, a colônia de Conde d’Eu ficou com um total de 13 linhas, sendo elas denominadas: sede (Garibaldi), Estrada Geral, Garibaldi Nova, Garibaldi Velha, Costa Real, Figueira de Mello, Azevedo Castro, Boa Vista, Alencar Araripe, Araújo e Souza, Presidente Soares, Vitória e Barão de Santa Clara (João da Silva Tavares).

Segundo Vânia Herédia (1997), o procedimento da distribuição dos lotes para os imigrantes, em cada Linha, acontecia da seguinte forma: quando chegavam à sede da colônia, realizavam a matrícula para os interessados, que eram entrevistados para verificar os locais de interesse devido à proximidade de familiares e amigos nas áreas de assentamento. Logo após, recebiam as informações das Linhas e Travessões em que havia lotes devolutos e seguiam com um guia da administração da colônia para a verificação do lote de terra e para sua aprovação. Se o lote fosse do agrado do imigrante, ele seguia para o Barracão mais próximo daquela Linha e recebia a declaração de concessão pronta. Na Tabela 1, pode-se analisar as linhas e a quantidade de ocupações de imigrantes.

Tabela 1 – Lotes ocupados e devolutos da colônia de Conde d’Eu em 1885

Linhas	Lotes Ocupados	Devolutos	Total
Sede da Colônia	90		90
Estrada Geral	79		79
Alencar Araripe	27		27
Araújo e Souza	17		17
Garibaldi Nova	18		18
Garibaldi Velha	44		44
Camargo	30		30
Costa Real	100		100
Boa Vista	86		86
Azevedo Castro	111		111
Vitória	15		15
Santa Clara	65		65
Figueira de Mello	136		136
Total de lotes devolutos	0		
Total de lotes ocupados	818		
Número total de lotes	818		

Fonte: Elaborada pela autora, com base em De Boni (1985, p. 55).

Os dados trazidos por Luís De Boni, na Tabela 1, indicam que a ocupação dos lotes ocorreu de forma rápida. Transcorridos dez anos do início do povoamento das terras, em 1885, todos estavam sendo utilizados pelos imigrantes. Estas propriedades produziam gêneros agrícolas basicamente. Na sede da colônia, casas de negócio²⁰ já haviam sido abertas e o comércio iniciado suas atividades.

Quem ocupou estes lotes? Qual sua origem? Como chegaram até eles? Que atrativos locais motivaram a rápida ocupação? Os ocupantes permaneceram nessas terras ou retornaram para seus destinos de origem? Estas são algumas das perguntas que foram feitas ao observar as informações contidas na Tabela 1. As respostas desses questionamentos poderão ser encontradas por meio da análise de outras fontes históricas.

O início da ocupação das terras do núcleo colonial, com a identificação da origem dos imigrantes que chegaram, é descrito por Elenita Girondi e Elma Sant’Ana,

²⁰ Sobre as casas de negócio criadas, ver: CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930. Porto Alegre: CORAG, 2005.

no mesmo ano em que o Governo Provincial recebeu as colônias no alto da serra, um pequeno grupo de imigrantes chegava a Conde D'Eu. Eram 37 colonos, todos prussianos (alemães). O local era um pequeno povoado e há registros que nos lotes nº 12 e 13 da II Secção da Linha Estrada Geral residiam dois luso-brasileiros [...] (Girondi; Sant'Ana, 2007, p. 21).

As autoras também descrevem a chegada de outros grupos de imigrantes, de distintas origens, indicando, assim, os primeiros povoadores do núcleo colonial. Segundo elas, “[...] em 1871, chegaram à Colônia Conde D'Eu 50 imigrantes. No ano de 1872, vieram 77 e em 1873, 88 imigrantes. Entre esses grupos chegaram alguns com sobrenomes italianos e muitos suíço-franceses” (Girondi; Sant'Ana, 2007, p. 21). Cabe destacar que os europeus mencionados se estabeleceram nas novas terras antes mesmo do marco inicial de colonização da região, isso em 1875.

Seguindo a narrativa histórica das pesquisadoras citadas, os anos seguintes também se destacaram pelo contínuo movimento de chegada de europeus. “No ano de 1875, chegaram à Colônia Conde D'Eu mais suíço-franceses, poloneses, austríacos e os primeiros italianos que, em sua maioria, vieram do Norte da Itália” (Girondi; Sant'Ana, 2007, p. 22). Nesse mesmo trecho, é identificado o imigrante que iniciou o povoamento da área central da colônia, o que nos indica que os lotes da sede foram sendo ocupados de forma concomitante com os lotes da área rural. “Entre eles estava Cirillo Zamboni, primeiro imigrante que se estabeleceu onde hoje é o centro da cidade de Garibaldi” (Girondi; Sant'Ana, 2007, p. 22).

No mesmo ano, novos grupos também registraram sua chegada à colônia. “Em 19 de dezembro de 1875, chegaram a Conde D'Eu 110 tirolezes e, no dia 24, outra leva de mais de 400 tirolezes. Iam chegando e ocupando progressivamente os lotes rurais. Em 1876, chegaram 700 imigrantes italianos oriundos do Tirol Austríaco e várias famílias polonesas” (Girondi; Sant'Ana, 2007, p. 22).

Os anos finais do século XIX foram marcados pela contínua chegada de grupos de imigrantes. Nesse contexto, é possível interligar os dados descritos com as informações trazidas na Tabela 1, que mostra a inexistência de lotes devolutos até 1885. Isso devido ao movimento populacional na região, que motivava os indivíduos a buscarem pelo estabelecimento e a consequente permanência nos lotes de terra após sua chegada às terras brasileiras.

De acordo com Elenita Girondi e Elma Sant'Ana (2007), no ano de 1879, a população de Conde D'Eu era de cerca de 3 mil habitantes, sendo a maioria formada por italianos. O

crescimento populacional foi contínuo, e até o final de 1883²¹ o número de pessoas duplicou. A chegada de imigrantes italianos superou a de grupos oriundos de outros países europeus, caracterizando a sociedade e a cultura local a partir da predominância desse grupo.

Ao dialogar com os estudos realizados pelas pesquisadoras Elenita Girondi e Elma Sant’Ana (2007), buscou-se evidenciar, de forma mais detalhada, como a vinda de europeus se configurou como um processo, uma ação contínua de ocupação dos espaços coloniais²². A presença ativa desses imigrantes, ao longo dos anos, impulsionou o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico, político, arquitetônico e cultural dos núcleos coloniais onde se estabeleceram. Esse processo favoreceu a estruturação de relações voltadas à construção e ao aprimoramento das formas de ocupação dos espaços rural e urbano dessas comunidades, acompanhando sua evolução ao longo do tempo.

Um exemplo do movimento de produção dos espaços foi a construção da principal via rodoviária, em 1879. A partir dela pode-se interligar as áreas territoriais de Conde D’Eu a outras localidades, o que contribui de forma efetiva para a melhoria da condição de vida dos imigrantes, para a circulação de produtos de primeira necessidade e o escoamento da produção agrícola local. De acordo com Elenita Girondi e Elma Sant’Ana,

é iniciada, em 1879, a construção da rodovia Buarque de Macedo, que se constituiu em importante fator no desenvolvimento regional por ligar o Sul aos grandes centros comerciais como São Paulo. [...] A estrada ligava São João de Montenegro aos Campos de Lagoa Vermelha e Vacaria, atravessando as Colônias Conde D’Eu e Dona Isabel (Girondi; Sant’Ana, 2007, p. 23).

No ano de 1882, novas ações foram organizadas, a fim de preparar as colônias para mudanças administrativas, como a emancipação. Como descrevem as pesquisadoras,

são criadas novas regras administrativas, e os diretores que passam a assumir a administração das colônias Conde d’Eu, Dona Isabel e Caxias, a partir de 1882, recebem instruções para que estas colônias sejam preparadas para a sua emancipação e passem ao regime de povoações comuns. Assim, Conde D’Eu e Dona Isabel são administradas, no período de sua emancipação, pelo diretor Joaquim Rodrigues Antunes [...] (Caprara; Luchese, 2005, p. 49).

²¹ Ver Tabela 5 apresentada no Capítulo 2.

²² As autoras destacam que o Governo Provincial não atendeu a todas as necessidades dos colonos, que passaram dificuldades pela falta de alimentos, de itens básicos para o trabalho agrícola e, especialmente, de estradas. Estas eram necessárias para o transporte da produção agrícola excedente, de itens oriundos de outras regiões e para o deslocamento das pessoas. Em virtude da falta de assessoramento do governo para essas questões, os colonos se revoltaram e foi necessário o envio de tropas policiais para Conde D’Eu (Girondi; Sant’ana, 2007, p. 23).

O relatório produzido no ano 1883 também menciona a transição administrativa que o governo organiza para as colônias:

a comissão de que é chefe o engenheiro Joaquim Rodrigues Antunes Júnior, encarregada dos trabalhos preparatórios da emancipação das colônias Dona Isabel e Conde d'Eu, tem medido naquela 327 lotes e modificado a medição de muitos outros. Dos lotes novamente medidos acham-se na mesma data desocupados 143. Dos títulos provisórios passados a favor dos ocupantes de lotes têm sido entregues 1297, achando-se prontos para a distribuição 352, bem como 32 títulos definitivos. [...] Com o livre trânsito que acaba de ser estabelecido na estrada de rodagem Buarque de Macedo, principal artéria do sistema de viação externa das colônias Dona Isabel e Conde d'Eu, ficou perfeitamente atendida esta essencial condição de prosperidade das mesmas colônias. Tem esta estrada o desenvolvimento de 63 quilômetros e liga a sede da colônia Conde d'Eu à vila de São João de Monte Negro. [...] Acham-se em via de conclusão cerca de 50 quilômetros de caminhos interiores nas duas colônias, tendo sido construída sobre o rio Buratti uma ponte com vão de 20 metros [...]. Estão recolhidas todas as plantas parciais e dados ministrados pelos agrimensores para a organização da planta geral das colônias Dona Isabel e Conde d'Eu (Relatório²³ da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 26º relatório em 1883, p. 234 a 237).

Ainda seguindo os estudos de Bernardete Caprara e Terciane Luchese, as melhorias executadas nos núcleos coloniais os levaram à condição de freguesias. Com a realização de “alguns melhoramentos, Conde d'Eu e Dona Isabel foram elevadas à condição de freguesias perdendo assim algumas condições especiais que tinham enquanto colônias” (Caprara; Luchese; 2005, p. 55). Essa nova posição as mantinha sem autonomia administrativa, ainda vinculadas a um município. Apesar de serem reconhecidas pelo seu crescimento econômico e social, bem como pela formação das áreas rural e urbana de cada localidade, ainda era preciso que existisse uma infraestrutura adequada para que a emancipação política fosse reconhecida²⁴.

Com relação à administração das colônias, Bernardete Caprara e Terciane Luchese afirmam que,

no período de 1884 a 1889, os núcleos de Conde d'Eu e Dona Isabel e Caxias são administrados por fiscais nomeados pelos municípios de São João de Montenegro e São Sebastião do Caí. Estes fiscais eram responsáveis também pela cobrança de impostos. Nestas ex-colônias, no entanto, permanecem as comissões de terra que recebiam inúmeros pedidos e, de certa forma, eram um poder paralelo ao dos fiscais. As câmaras municipais se tornaram responsáveis

²³ In: CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves-1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 50-51.

²⁴ *Ibid.*, p. 57.

pela realização de melhorias e construções que, pelos ofícios do período, parecem não ter acontecido ou terem deixado a desejar (Caprara; Luchese, 2005, p. 55 e 56).

Essas primeiras mudanças no espaço colonial podem ser observadas nas Figuras 2 e 3 a seguir.

Figura 2 – Colônia de Conde d’Eu no ano de 1884



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

Figura 3 – Cidade de Garibaldi no ano de 1917



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

Em um exercício comparativo entre as duas fotografias (Figuras 1 e 2), é possível verificar como, passados cerca de trinta anos, o espaço de Garibaldi passou por diversas mudanças. Na Figura 1, observa-se uma paisagem típica dos primeiros momentos de ocupação, com poucas casas, todas pequenas e construídas de madeira. A vegetação nativa permanece preservada, pois trata-se do início da intervenção humana naquele espaço. Apenas duas mulheres aparecem em uma das residências. Divisões de cercas de madeira separam as propriedades, e estreitas trilhas de chão batido conectam as casas e seus moradores.

Por outro lado, na Figura 2, vê-se mudanças realizadas no espaço. Aparecem casas de dois pisos de alvenaria, de tamanho maior comparada às casas da Figura 1. O crescimento populacional da cidade pode ser percebido por meio do aumento do número de moradias. A igreja matriz aparece no canto direito da imagem, áreas de plantação estão demarcadas e organizadas, as estradas são mais largas e em maior número. Sendo assim, as Figuras 1 e 2 indicam alguns elementos que marcaram a transformação do espaço de Garibaldi, especialmente nos primeiros anos de ocupação inicial.

1.1.1 O processo emancipatório

O crescimento econômico e populacional da colônia e a formação da área urbana contribuíram para o processo de emancipação de Conde D'Eu em 1884. Legitimado pelo

Decreto nº 9.183, de 12 de abril de 1884, onde consta:

DECRETO Nº 9183 DE 12 DE ABRIL DE 1884.

Determina que as colônias Conde d'Eu e Dona Isabel, na Província do Rio Grande do Sul, passem ao regime comum às outras povoações do Império. Hei por bem determinar que as colônias Conde d'Eu e Dona Isabel, na Província do Rio Grande do Sul, sejam emancipadas do regime colonial, passando ao domínio da legislação comum às outras povoações do Império e cessando a administração especial a que, até a presente data, se acham sujeitas. Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 12 de abril de 1884, 63º da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.

Affonso Augusto Moreira Penna. Italiano (Itália)²⁵ (Iotti, 2001, p. 434).

De acordo com Bernardete Caprara e Terciane Luchese (2005, p. 57), o processo emancipatório das duas colônias aconteceu de forma antecipada, a fim de atender aos interesses dos municípios de São João de Montenegro e São Sebastião do Caí. Para elas, “esses municípios pretendiam, segundo Greppi²⁶, fazer a cobrança de impostos dos colonos que tinham pequenas indústrias ou algum comércio, ameaçando com sequestro de bens os que se recusassem a pagar” (Caprara; Luchese, 2005, p. 57). Com base no relatório do cônsul italiano, a cobrança não era devida, pois era exigido o pagamento retroativo sobre os anos em que as localidades ainda eram colônias. Segundo Antônio Greppi,

Mas tais razões não cessam de existir, pois dificilmente se pode admitir que colonos que ainda lutam com dificuldade para pagar os débitos contraídos ante o governo, e que possuem apenas alguns gêneros de consumo necessários aos seus familiares, devem estar sujeitos às mesmas obrigações e deveres que atingem àqueles que, estranhos às colônias, já nelas residiam há mais tempo, ou foram estabelecer-se para praticar uma profissão ou montar uma indústria. Como também é injusto que estes estejam obrigados a pagar também os impostos dos anos anteriores, quando suas colônias não estavam ainda emancipadas. Não há, aliás, lei alguma que os obrigue a tanto (Trecho do relatório do cônsul Antônio Greppi, de maio de 1884²⁷).

Ao analisar as fontes historiográficas e documentais, observou-se que as decisões,

²⁵ In: IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

²⁶ Antônio Greppi era cônsul italiano em Porto Alegre. Em seu relatório de 1884, ele cita as dificuldades enfrentadas entre os municípios e as colônias de Conde D'Eu e Dona Isabel.

²⁷ In: COSTA, Rovílio; BONI, Luis Alberto de; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1999, p. 36 e 37.

fossem de cunho administrativo, político ou econômico, ocorreram sem a efetiva participação dos colonos. Infelizmente, não foi possível localizar nenhuma fonte que indicasse a interpretação desses acontecimentos pelos colonos que viviam em Conde D’Eu e Dona Isabel. Assim, algumas questões permanecem em aberto: que impactos a antecipação da emancipação das colônias trouxe para o dia a dia de seus habitantes? Houve melhoria nas condições de vida da população? Todos os habitantes foram afetados de igual forma e intensidade? Esses questionamentos não encontram resposta nas fontes consultadas, permanecendo em aberto para investigações futuras.

Um aspecto relevante a ser considerado nesta etapa da análise refere-se ao modo como as fontes documentais abordam o objeto de estudo. Observa-se que, de maneira predominante, os registros fazem referência às colônias de Conde D’Eu e Dona Isabel em conjunto, sem promover distinções claras entre elas. Essa característica constitui um obstáculo metodológico, pois dificulta a identificação e a compreensão das especificidades históricas e estruturais de cada núcleo colonial. Ademais, alguns elementos contextuais contribuem para essa fusão interpretativa, tais como a simultaneidade de sua fundação, a convergência dos objetivos que orientaram sua criação, os critérios de medição e divisão territorial — estabelecidos em léguas quadradas —, bem como as semelhanças de ordem geográfica.

A ausência de diferenciações nas fontes reforça uma tendência de homogeneização que limita o aprofundamento da análise individualizada das colônias. As diferenças contextuais tornam-se mais evidentes nos registros documentais sobretudo a partir do processo de emancipação, momento em que Conde D’Eu passou a integrar a então freguesia de Dona Isabel, formando conjuntamente o município de Bento Gonçalves. Essa mudança foi significativa, pois, ao comparar o crescimento econômico e demográfico das duas localidades, verifica-se que Conde D’Eu apresentou índices mais baixos e um desenvolvimento mais lento.

Tais aspectos, que serão examinados ao longo do capítulo, evidenciam limitações na busca por informações e justificam a necessidade de explicitar as razões pelas quais se opta por considerar as duas colônias em conjunto, e não apenas Conde D’Eu, como objeto de análise.

Retomando as medidas administrativas que envolveram as localidades de Conde d’Eu e Dona Isabel, observa-se que ambas foram elevadas à condição de freguesias, recebendo as denominações de São Pedro de Conde D’Eu e Santo Antônio de Dona Isabel, por meio do Decreto de 1884. Tal documento formalizou a emancipação dessas localidades, embora o termo “emancipação” não deva ser compreendido como sinônimo de independência política plena, mas sim como a concessão de autonomia administrativa. Dessa forma, tais localidades permaneciam vinculadas a territórios que já haviam alcançado um grau mais consolidado de

organização político-administrativa, mantendo-se, portanto, em posição de dependência relativa. Nesse sentido, o cônsul Antônio Greppi esclarece o significado dessa determinação, evidenciando os limites e as implicações do referido processo,

com o decreto imperial emanado na segunda metade de abril, as três colônias Conde D'Eu, Dona Isabel e Caxias foram declaradas emancipadas, o que significa que, tornando-se municípios, ou parte de municípios já existentes, dependem de ora em diante da administração direta do governo da Província, em vez de depender, como antes, da administração do governo central (Trecho do relatório do cônsul Antônio Greppi, de maio de 1884. *In*: Costa; Boni; Salvagni; Grison, 1999, p. 36²⁸).

Conde d'Eu e Dona Isabel, particularmente, ficaram ligadas aos municípios de São Sebastião do Caí e São João de Montenegro, pelo menos até o ano de 1890, momento que alcançaram a autonomia política de fato. Durante o período de 1884 a 1890, os relatórios oficiais registraram informações sobre o desenvolvimento econômico e populacional das localidades. Em muitos aspectos, esses registros apresentam semelhanças, indicando certa homogeneidade entre os dois núcleos. Exemplo disso é a descrição que consta no relatório do Ministério da Agricultura de 1887,

[...] as ex-colônias Conde d'Eu e Dona Isabel desenvolvendo-se sempre com adiantamento notável constituem uma das mais florescentes povoações coloniais da Província do Rio Grande do Sul. [...] As ex-colônias Conde D'Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves formam uma só circunscrição civil, mantendo, todavia, a divisão colonial conforme foi constituída. [...] O núcleo Conde d'Eu tem uma população de 8516 habitantes e Dona Isabel mais ou menos o mesmo número, o que dá um total de 16032 habitantes. [...] O núcleo Conde d'Eu tem 7 escolas, sendo 5 particulares frequentadas por 207 alunos. Dona Isabel tem 8 escolas, sendo 6 particulares frequentadas por 253 alunos (Trecho do Relatório de Ministério da Agricultura de 1887²⁹).

A emancipação política foi conquistada pelo Ato nº 474 de 11 de outubro de 1890. A partir dele, Dona Isabel e Conde d'Eu passaram a formar o município de Bento Gonçalves³⁰. No documento conforme Bernardete Caprara e Terciane Luchese (2005, p. 65),

²⁸ *In*: COSTA, Rovílio; BONI, Luis Alberto de; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1999, p. 36.

²⁹ *In*: CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves-1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 58-59.

³⁰ Nome escolhido para homenagear o líder da Guerra dos Farrapos, Bento Gonçalves da Silva.

Ato 474 de 11 de outubro de 1890 — Cria o município de Bento Gonçalves. O Governo do Estado, no uso dos poderes que lhe confere o decreto nº 7, de 20 de novembro do ano passado, resolve criar um Município, constituído dos territórios das freguesias de São Pedro, na Colônia Conde d'Eu e Santo Antônio, na Colônia Dona Isabel, elevando-se esta à categoria de Vila, com a denominação de Bento Gonçalves, sede do município. Palácio do Governo, 11 de outubro de 1890. Cândido Costa, General de Divisão³¹.

Assim, por meio da descrição documental, apenas Dona Isabel foi elevada à categoria de município, e Conde d'Eu se tornou uma parte dele. Nos registros oficiais, não foi encontrado um dado específico que tenha corroborado para esta decisão por parte do governo. É possível identificar elementos que influenciaram tal decisão, como o maior desenvolvimento econômico de Dona Isabel se comparado a Conde D'Eu, bem como a existência de maior contingente de imigrantes.

De acordo com Bernadete Caprara e Terciane Luchese, o novo município foi organizado da seguinte maneira,

a organização do território do novo município inicialmente se fez através da divisão em distritos. O estabelecimento destas divisões foi feita pelo então Governador do Estado, General Carlos Machado Bitencourt. Bento Gonçalves foi organizado então em cinco distritos: 1. Vila. 2. Zenith. 3. Palmeiro. 4. Conde d'Eu. 5. Azevedo de Castro (Caprara; Luchese, 2005, p. 155).

No relatório de 25 de março de 1892, o cônsul Eduardo dos Condes Compans de Brichanteau escreveu sobre o significado da emancipação. Em suas palavras, “[...] emancipar uma colônia significa subtraí-la da dependência da Comissão de engenheiros, encarregados da distribuição dos lotes, e instituir nela as autoridades ordinárias” (Costa; Boni; Salvagni; Grison³², 1999, p. 45). A constituição, desta autoridade citada pelo cônsul, é a de intendente, nomeado pelo governador do Estado. Sua maior responsabilidade é a da administração do território juntamente com o conselho municipal que responde pelas questões legislativas.

No mesmo relatório, o cônsul descreveu alguns aspectos de Conde d'Eu que se mostram significativos para a análise. A referida autoridade destacou as dívidas de muitos colonos com o governo e sua condição econômica. Desse modo, foram indicados alguns dos possíveis fatores que teriam dificultado o desenvolvimento de Conde D'Eu em comparação ao núcleo colonial

³¹ In: CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves-1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 65.

³² In: COSTA, Rovílio; BONI, Luis Alberto de; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1999, p. 45.

vizinho. Segundo o cônsul (*apud* Costa; Boni; Salvagni; Grison, 1999, p. 49),

Pelo último censo, empreendido pelas autoridades brasileiras em 1891, pode-se calcular que a população italiana desta colônia chegue a 11 mil pessoas. Destas, apenas uma centena chegou da Itália sem família, mas logo se desposaram. [...] Os lotes eram concedidos sob a condição de que dentro de 6 meses os concessionários construíssem uma casa de madeira e cultivassem uma superfície de mata de 5 a 6 ares. [...] Quase todos os colonos ainda se encontram em débito com o Estado [...]. Os produtos da colônia são trigo, milho, feijão e vinho. [...] Nesta colônia produzem-se bom vinho e queijo, mas a indústria mais desenvolvida é a relacionada com a criação de porcos. [...].

Conforme as pesquisadoras, a emancipação de Conde D’Eu ocorreu posterior a Dona Isabel por motivos econômicos e políticos. Para ambas, “tudo dava a entender que no ano de 1890 iria ocorrer a Emancipação da Colônia de Conde D’Eu, mas por questões políticas e econômicas só foi ocorrer em 1900” (Sant’Ana; Girondi, 2007, p. 24). No entanto, as fontes não detalham com exatidão o que teria sido determinante para o adiamento do decreto de independência política, mas indicam que a resolução estava muito além das possibilidades de ação e interesses das autoridades locais, dependendo das tratativas do governo estadual, que apenas aconteceriam dez anos mais tarde. O decreto que oficializou a independência política da colônia foi promulgado pelo governo estadual em 31 de outubro de 1900, por meio do Decreto nº 327, instituindo o município de Garibaldi³³.

A partir deste novo contexto político, as primeiras ações foram tomadas para a organização administrativa do novo município,

Um grupo de cidadãos da colônia Conde D’Eu, [...] trabalhou intensamente pela emancipação e consequente municipalização. O coronel Jacob Nicolau Ely assume a intendência provisoriamente até que fossem eleitos o Intendente e o Conselho Municipal. Para reger o município, foi usada a Lei Orgânica de Bento Gonçalves até a promulgação do Município em 07 de setembro de 1902 (Sant’Ana; Girondi, 2007, p. 24).

Com a instauração da independência política, Garibaldi passou a ser administrada por intendentess. Esse formato de governança permaneceu até o ano de 1935, data da eleição do primeiro prefeito municipal. A seguir, apresenta-se a Tabela 2 com os primeiros gestores locais.

³³ O nome do município foi escolhido para homenagear Giuseppe Garibaldi, um dos líderes da Revolta dos Farrapos – 1835 a 1845.

Tabela 2 – Primeiros intendentess municipais – 1900 a 1935

Nome	Período de governo
Coronel Jacob Nicolau Ely	1900 a 1909
Júlio Azambuja	1909 a 1912
Affonso Aurélio Porto	1912 a 1917
Manoel Marques da Silva Acauan	1917 a 1924
Coronel Jacob Nicolau Ely	1924 a 1929
Manoel Coelho Parreira	1929 a 1930
Abdon de Mello	Fevereiro a maio de 1930
José Loureiro da Silva	Maio a setembro de 1930
Lauro de Moura e Cunha	Setembro de 1930 a maio de 1931
Davide Sartori	Maio de 1931 a dezembro de 1933
Dormelindo de Oliveira	1934 a novembro de 1935

Fonte: Elaborada pela autora com base em Girondi; Sant’Ana (2007, p. 30 e 31).

Durante o governo dos intendentess, algumas importantes obras públicas de relevância foram viabilizadas, como a construção da sede da intendência, que posteriormente se tornou a Prefeitura. Foram construídas pontes interligando localidades, além da edificação da sede do quartel da Guarda Municipal, de um clube de lazer e de escolas públicas. Todas essas construções possibilitaram a ampliação da infraestrutura do município, especialmente na área urbana em formação, conforme será analisado a seguir.

1.2 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO GARIBALDENSE

Ao pensar sobre os conceitos de espaço, de território e de espacialidade vinculados a um determinado local e tempo, precisa-se antes definir a concepção teórica da qual se apropria. Neste sentido, antecedendo a análise propriamente dita da espacialidade urbana garibaldense, propõe-se um diálogo teórico e metodológico sobre essas questões, especialmente, com o intuito de problematizar o objeto de estudo. O processo de formação do espaço urbano de Garibaldi foi semelhante ao de outras cidades próximas? A vinícola Peterlongo influenciou, em alguma medida, a estruturação dos bairros próximos às suas instalações? É possível identificar a ação dos operários e suas famílias neste contexto urbano que se constituía? Buscar-se-á responder as questões no decorrer do capítulo.

1.2.1 Definindo espaço e território

Partindo do pressuposto de que os atores sociais atuam e interagem de forma dinâmica e constante no local onde vivem, o espaço resulta de interações e ações, ou seja, ele é moldado e construído pelo contínuo agir social nele no decorrer do tempo. De acordo com Angelo Torre,

[...] el espacio es entendido no tanto como una dimensión objetiva, absoluta, sino como “the common médium for the construction of meaning”. El espacio es una dimensión comunicativa y se resiste a cualquier intento de clasificación rigurosa (público/privado): son las acciones y las prácticas las que lo llenan de connotaciones y lo hacen existir (Torre, 2018, p. 44).

Susana Bandieri também reflete sobre o espaço e sua conceituação e coloca a necessidade de fundamentar a ideia de ‘região’, considerando as variáveis de tempo e espaço interligadas simultaneamente. Segundo a pesquisadora, “definimos entonces a la región como un espacio abierto, heterogéneo, discontinuo y no exatamente coincidente con los limites naturales y/o políticos” (Bandieri, 2021, p. 4). Dessa forma, o espaço se constitui a partir da dinâmica dos processos intrínsecos e extrínsecos a ele, tendo a possibilidade de serem compreendidos por diferentes olhares, em diferentes escalas e tempos de acordo com as escolhas de análise feitas pelo historiador. O que torna evidente a complexidade que o espaço, tomado como objeto de pesquisa, carrega consigo e se apresenta em uma imensidão de projeções analíticas e historiográficas possíveis.

O local é resultado de um contexto que articula diferentes relações e fenômenos complexos ocorridos em um determinado espaço, conforme aponta Arjun Appadurai (2001, p. 187), que também sugere que o local é compreendido como

[...] como algo primariamente relacional y contextual, en vez de algo espacial o una mera cuestión de escala. Lo entiendo como una cualidad fenomenológica compleja, constituida por una serie de relaciones entre un sentido de la inmediatez social, las tecnologías de la interacción social y la relatividad de los contextos (Appadurai, 2001, p. 187).

Claude Raffestin analisa as concepções de espaço e território, suas complementaridades e interligações escrevendo que, “o espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação”. Consequentemente, para o autor, “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço” (Raffestin, 1993, p.144). Neste viés analítico, o território representa um espaço, indicando ser uma produção de poder, um projeto sustentado por ações,

práticas e conhecimentos que supõe a existência de um sistema sêmico que o fundamenta.

Nesse emaranhado contextual que o pressupõe, torna-se concreta a ideia de que o espaço pode ser compreendido como o resultado das ações, das relações e das tessituras que os atores que nele vivem e interagem constituem como sistemas interligados. As tessituras que envolvem o espaço e o organiza são, na verdade, fruto das próprias necessidades e prioridades dos sujeitos e grupos em uma determinada espacialidade e tempo. Pode ser diferentes e/ou semelhante na visão dos coletivos que o habitam e, ao mesmo tempo, pode fazer parte de uma mesma construção espacial com suas particularidades, discrepâncias e similitudes. Como escreve Claude Raffestin, “[...] as tessituras se superpõem, se cortam e se recortam sem cessar”. Era nesse ponto (Raffestin, 1993, p. 154). É neste ponto que residia a riqueza da construção dos espaços, pois adquirem e se revelam, em seu valor particular, a representatividade do vivido pelos atores históricos e sociais, em sua funcionalidade coletiva e existencial. Cada espaço pode ser visto como único e, ao mesmo tempo, apresentar elementos que o assemelham a outros distintos. Em contrapartida, diferentes partes de um mesmo espaço podem refletir heterogeneidades que se distanciam ou até mesmo se opõem em suas formas de vivência, o que em nada retira ou apaga a riqueza dos sistemas e das funcionalidades estruturados pelos sujeitos que ali viveram e o construíram.

Ao citar os atores sociais e sua relevância neste processo de edificação do espaço, parece pertinente mencionar também as reflexões de Edoardo Grendi, realizadas no texto intitulado, “Microanálise e história social”. Neste, o referido historiador, aponta para a importância de se considerar a “correspondência entre a morfologia social e a morfologia da ocupação do espaço” (1977, p. 21, 22), visando a qualificação das compreensões dos grupos sociais e suas homogeneidades. O entendimento é de que o espaço se forma a partir das relações sociais, como simbologia das conexões entre os diversos elementos que fazem parte da vida de cada sujeito. Por exemplo, um indivíduo ao longo de sua trajetória de vida estabelece inúmeras ligações com outros indivíduos, sejam matrimoniais, de clientela, de parentesco, de cunho econômico, político ou mesmo de vizinhança. Essas conexões, ocorridas no interior de um mesmo local, fora dele ou até por meio da articulação de ações e práticas que unem o que ocorre na localidade com o que está fora dela, resultam na construção simbólica do espaço e o permeiam de significados para os atores envolvidos.

Neste viés de análise, o indivíduo é identificado como um ser ativo em diferentes esferas, como na família, no trabalho, na política, na economia, o que o torna um agente de seu tempo e um agente protagonista em diferentes instâncias espaciais. Daí a sua relevância enquanto construtor de relações sociais.

Dessa maneira, Edoardo Grendi (1977, p. 29) chama a atenção dos pesquisadores para considerar a importância das relações sociais. Elas devem ser vistas como elementos constituintes dos espaços, pois são resultados das próprias práticas ocorridas nele, uma vez que se busca percebê-las como arranjos históricos, de objetivos diversos que, juntas, canalizam para a fundamentação simbólica espacial. Assim, destaca, “a dilatação dessas relações para além do espaço da comunidade amplia por isso mesmo a dimensão territorial da estrutura social para o nível de uma assimetria fundamental intracomunitária, o que não exclui o aprofundamento analítico da estrutura específica da comunidade subalterna” (Grendi, 1977, p. 29).

Nesta mesma compreensão sobre a formação dos espaços, Angelo Torre escreve em seu texto, “A produção histórica dos lugares”, que ao pensar sobre o processo que envolve a formação de um local, considera as diversas práticas que nele aconteceram. Segundo o autor, a [...] produção histórica dos lugares. Essa expressão refere-se às práticas econômicas, sociais, culturais e políticas por meio das quais se recria incessantemente o universo das suas relações circunscritas em função das demandas do mundo externo, organizando-as no espaço imediato (Torre, 2020, p. 73).

Ambos, Edoardo Grendi e Angelo Torre sugerem a utilização do método topográfico na pesquisa histórica, buscando alcançar uma compreensão mais detalhada e precisa da caracterização de um local, bem como dos sentidos que determinadas práticas e ações adquirem nesse espaço. O método permite avançar (Vendrame, 2025)³⁴. Para uma representação gráfica das particularidades que legitimam as localidades, considerando os distintos elementos que os compuseram e as redes e conexões nas quais os atores atuaram dentro e fora do espaço analisado.

Sob este olhar de investigação, as fontes também passam a ser percebidas de maneira diferente, postuladas como documentos que registram o passado. Assim sendo, ao historiador cabe lê-las a ‘contrapelo’, ou seja, identificar nas entrelinhas outros modos de perceber as ações que emolduram sua construção e, de modo especial, as dinâmicas sociais que estiveram por trás

da escrita do documento oficial, como descreve Maurizio Gribaudo em entrevista realizada por Maíra Vendrame,

³⁴ VENDRAME, Maíra I. Micro-história socioespacial*: práticas, saberes e territórios no debate historiográfico italiano. *Socio-Spatial Microhistory: Practices, Knowledge and Territories in the Italian Historiographical Debate*. Microhistoria socioespacial: prácticas, saberes e a produção dos territórios no debate historiográfico italiano en el debate historiográfico italiano. *Lócus*, v. 31, p. 60-81, 2025. VENDRAME, Maíra I. A produção social dos lugares. In: VENDRAME, Maíra I; KARSBURG, Alexandre (org.). *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023, p. 187-222. VENDRAME, Maíra I. BECKER NETO, O. *Produção social do espaço imigrante (Brasil Meridional, século XIX)*: Reflexões a partir da metodologia da micro-história. *Vozes, pretérito & devir*, v. XIV, p. 76-95, 2022.

“escovar a história a contrapelo” significa [...] remontar através das diversas cadeias de interpretações que construíram as imagens de imanente linearidade da história para colocar luz sobre os dramas e discontinuidades que caracterizam o percurso mais que acidentado por meio do qual o conjunto da sociedade evolui no curso do tempo (*In: Vendrame; Gribaudi, 2020, p. 360*).

Coloca-se luz sobre as discontinuidades, rupturas e particularidades não aparentes nos registros documentais, uma vez que a própria produção de um documento contém, de forma intrínseca, diversos elementos dinâmicos que influenciaram o processo. As perguntas feitas para as fontes se mostram tão ou mais importantes que as respostas que se encontram, pois a partir delas é possível acessar diferentes dinâmicas espaciais e intencionalidades que estão por trás das mais variadas ações.

Como pontua Angelo Torre, “nesta perspectiva, as próprias fontes se apresentam sob uma luz extraordinariamente dinâmica e não apenas — de modo positivista — como expressão de uma realidade, mas muito mais um momento de modificação da realidade em si” (Torre, 2020, p. 78). É a partir deste panorama historiográfico e metodológico que se buscou pensar as questões e as tessituras que caracterizam o espaço urbano de Garibaldi. Observando, assim, seus atores sociais e o processo de construção espacial, como estruturas dinâmicas permeadas de significados históricos complexos.

1.2.2 A produção dos espaços da cidade

Como já mencionado, as delimitações territoriais de Garibaldi foram demarcadas com a criação dos núcleos coloniais. Com o avanço da colonização, o povoamento foi crescendo e a ocupação dos espaços ganhando amplitude. Nos primeiros anos de 1900, logo após a emancipação, as áreas rurais e urbanas já estavam definidas.

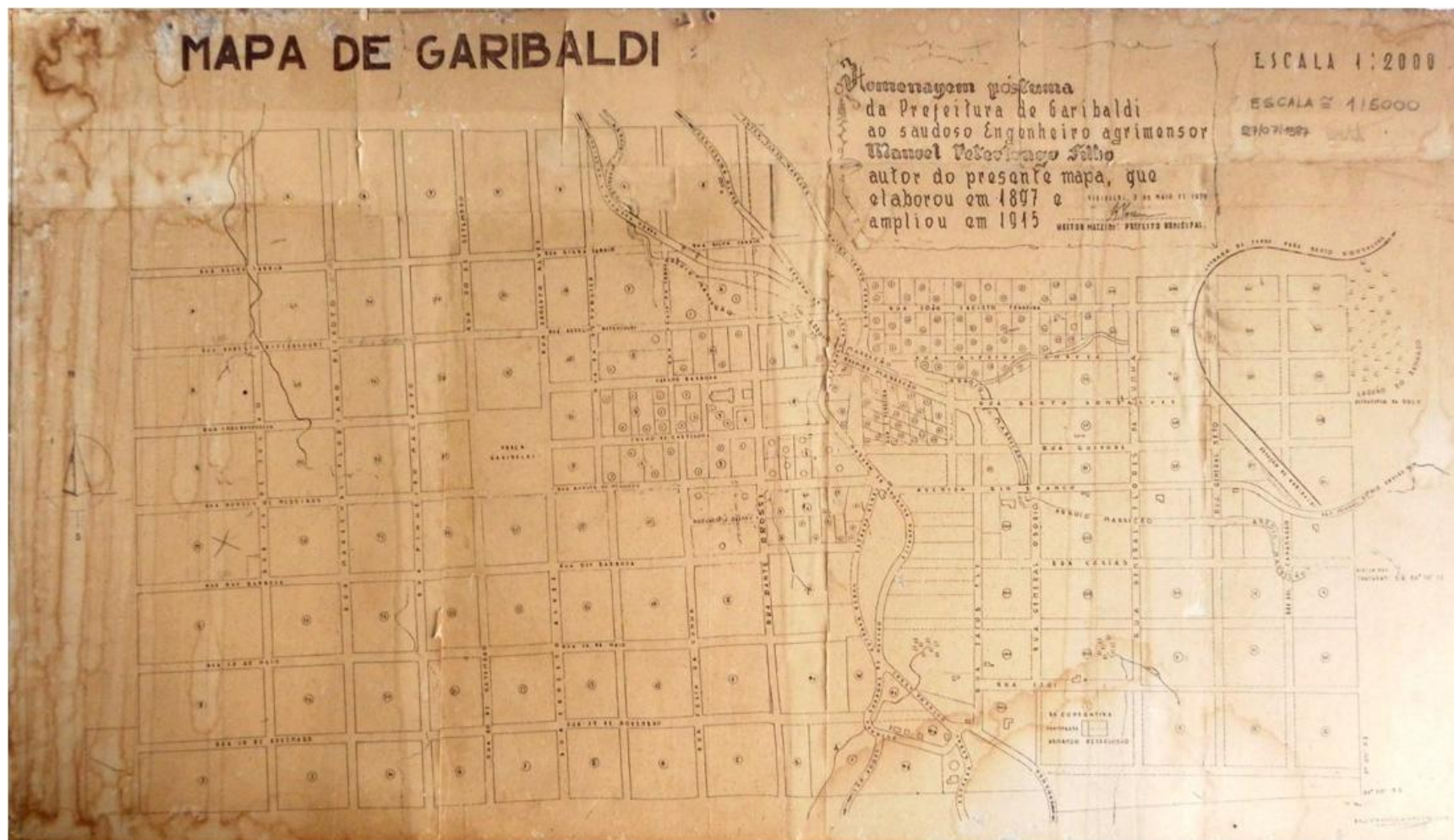
Um dos primeiros registros cartográficos da cidade foi organizado por Manoel Peterlongo Filho no ano de 1897. Anos mais tarde, em 1915, ele realizou a ampliação do mapa, incluindo novas áreas demarcadas. Com a formação profissional em engenharia agrimensura, contribuiu nas medições e demarcações territoriais.

O mapa produzido por Manoel, representado na Figura 4, assim como todos os documentos, carrega uma intencionalidade³⁵ em sua criação. Apesar de ter sido feito a partir da demanda do governo de obter um registro cartográfico da cidade, o autor também informa nele

³⁵ VENDRAME, Maíra I. A produção social dos lugares. *In: VENDRAME, Maíra I; KARSBURG, Alexandre (org.). Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023, p. 187-222.

dados de interesse pessoal, por exemplo, o desenho da residência particular no terreno de propriedade da família e o desenho da vinícola Peterlongo. Isto porque, ao que indica, objetivava evidenciar suas propriedades particulares e mostrar a presença de sua família nos espaços da cidade.

Figura 4 – Mapa da cidade de Garibaldi produzido por Manoel Peterlongo Filho (1887)



Fonte: Arquivo Histórico de Garibaldi.

No mapa, ilustrado na Figura 4, é possível identificar a organização das áreas rural e urbana, incluindo as estradas que interligam as regiões da cidade. Na parte mais à direita do mapa, algumas ruas principais foram nomeadas e contam com a demarcação definitiva. Outras, localizadas paralelamente, ainda não possuíam nomeação, mas podem ser identificadas pelas quadras que as perpassam. Essas quadras, por sua vez, são mencionadas por letras, apresentadas em ordem alfabética, a partir do centro em direção aos bairros e às localidades mais distantes. Ainda na parte direita do mapa, percebe-se que há quadras divididas em lotes menores, demonstrando a contínua ocupação e procura de lotes nesta região. Já na parte mais à esquerda, as quadras foram demarcadas e algumas ruas denominadas. Não há a presença de estradas mais extensas que interligam as regiões, como na outra área da cidade.

Na parte mais à esquerda, também se vê a identificação da praça, outro elemento característico desse processo de construto do espaço da cidade. Muito além de ser uma área demarcada, composta por elementos naturais e materiais específicos que a identificam, a praça exerce a função de espaço comunitário. Ela se constitui como o local em que interações sociais aconteciam, sejam elas em momentos de sociabilidade, em que se formavam ou se fortaleciam laços de amizade, de vizinhança e/ou de parentesco, bem como nos momentos³⁶ de conflitos e acordos de cunho político, econômico e social.

Decisões, disputas, acordos/desacordos, homenagens, comemorações foram resultados de interações e relações promovidas no espaço da praça, por exemplo. Como afirma Sandra Fernández (2019, p. 94), “el lugar es el escenario privilegiado como ámbito de identidade, como espacio de resistencia y de petición de derechos, de conflicto, como continente de expresión privilegiado de la sociabilidad en sus múltiples formas” (Fernández, 2020, p. 94). Isto porque ao ser delimitada, a praça não era apenas um espaço, ela se tornou um local de construção da vida social dos indivíduos que habitavam na cidade. Ela se tornou parte das dimensões do urbano e do pessoal que coexistem e, assim como os demais espaços juntos, constituem Garibaldi.

Voltando ao mapa, na Figura 4, na parte superior, percebe-se a divisão de cada terreno e sua respectiva identificação com uma numeração correspondente. Com base na representação, as medidas de cada terreno variam e, por isso, algumas quadras chegam a ser divididas em até dez terrenos, enquanto outras apenas em algumas. Isso indica que alguns terrenos ainda estavam à venda nesse período. A variável “lote” também permite compreender que certos

³⁶ Sobre comportamentos de parte da população urbana, ver: CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

terrenos possuíam subdivisões menores do que as mencionadas.

As propriedades construídas ao longo das ruas têm, em seu endereço, a citação das quadras que as cercam. A partir do ano de 1928, pôde-se identificá-las nos livros de registros dos impostos municipais³⁷.

Outra informação importante que os livros de registros dos impostos³⁸ trazem é a especificação da metragem dos lotes, descrevendo também o tipo de construção, por exemplo, elas variavam desde o tamanho de 23 x 27 metros até 6 x 7 metros. Nos terrenos de maior metragem apenas se identificou como proprietário, Armando Peterlongo. E os menores, com variações em suas metragens, eram de propriedade de alguns dos operários³⁹ da vinícola de Armando.

Com relação às construções, os registros apontam para algumas formas diferentes, como: alvenaria, alvenaria simples, alvenaria sobrado, madeira simples e galpão. O que chamou a atenção nestas descrições se refere ao termo utilizado como “grupos de casas”⁴⁰. Essa definição aparece nos registros a partir do ano 1950, em dois endereços diferentes, ambos de propriedade de Armando Peterlongo. Este registro corrobora a informação fornecida pela ex-operária Mariana.E. em sua entrevista, de que Armando Peterlongo financiava a construção de casas para seus operários. Seriam estes os terrenos e as casas mencionados? Estas casas realmente foram construídas com esse intuito ou eram propriedades para uso da família Peterlongo? Essa fonte suscitou alguns questionamentos, sendo necessário o cruzamento com outros documentos para conseguir avançar na coleta de informações, por isso, apresentar-se-á os dados na Figura 15.

Retorna-se a observação da formação dos espaços da cidade⁴¹ de Garibaldi. A partir da data de sua emancipação, os administradores municipais passaram a organizar a infraestrutura necessária para o funcionamento da cidade, pensando sua autonomia política. Neste sentido, as gestões públicas se destacaram pelos investimentos na construção de edificações arquitetônicas, pontes, fundação de instituições e estradas, por exemplo. Para que se possa melhor identificar

³⁷ Nos livros de registros de impostos constam os dados: nome do proprietário, número do terreno ou da edificação, localização, área total, valor venal, taxa do imposto e data do pagamento.

³⁸ Os livros de registros de impostos a que se teve acesso são do período de 1928 a 1954. Contudo, apenas a partir do ano de 1937 é que as medições dos terrenos foram descritas nos livros.

³⁹ Sobre as casas de operários construídas em áreas próximas à fábrica, ver: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A Construção de Vilas operárias no Sul do Brasil: O caso de Galópolis. *Scripta Nova (Barcelona)*, v. VII, p. 146(080), 2003.

⁴⁰ Essa descrição consta no livro de registros de impostos de 1950, página 277.

⁴¹ Com relação à formação dos centros urbanos na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul, ver: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; MACHADO, Maria A.I. A formação de núcleos urbanos na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Scripta Nova (Barcelona)*, Barcelona, v. VII, p. 146(065), 2003.

este processo construtivo, organizou-se a Tabela 3 que segue abaixo.

Tabela 3 – Infraestrutura e edificações arquitetônicas de 1894 a 1925 em Garibaldi

Ano	Administração	Investimentos
1894 a 1900	Abramo Canini	Energia elétrica, ferrovias, primeiro cinema de Garibaldi, fundação da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Stella D'Itália.
1901 a 1908	Jacob Nicolau Ely	Construção do edifício da Prefeitura, ponte sobre o Arroio Marrecão, ponte na Linha Bela Vista, ponte na Avenida Rio Branco, prédio do Quartel da Guarda Municipal da Vila Garibaldi, inauguração da Estação Férrea de Carlos Barbosa.
1909	Júlio Azambuja	Sede do Clube Borges de Medeiros, instalação de energia elétrica, construção do matadouro municipal, colocação de cordões de pedras em três ruas, acomodações para a cadeia, construção de depósito e estrebarias para cavalgadas da Intendência.
1910 a 1917	Affonso Aurélio Porto	Construção de escolas, melhorias e ampliação de estradas e pontes, investimentos em energia elétrica, melhoria na telefonia municipal.
Até 1925	Outros administradores	Igreja Matriz, Cemitério público e 60 particulares, agência de correios, Esporte Clube Gaúcho, Sociedade Dramática Lobo da Costa, quatro Sociedades de Tiro de Guerra, 41 escolas públicas e 2 particulares.

Fonte: Elaborada pela autora com base em Girondi e Sant'Ana (2007, p. 25-33).

Os dados históricos apresentados na Tabela 3 indicam o contínuo processo de desenvolvimento e de crescimento dos investimentos em infraestrutura no espaço urbano da cidade. De acordo com Elenita Girondi e Elma Sant'Ana, os primeiros intendentess investiram em melhorias na mobilidade, no transporte e na arquitetura. Reforçam que, “Garibaldi, depois de decorridos 25 anos de sua autonomia, longe de ser uma *Villa* colonial, oferecia um aspecto de cidade florescente e civilizada, contando, além de uma bela praça e de uma Igreja magnífica de estilo gótico simplificado, com prédios de arquitetura moderna e diversas ruas arborizadas e calçadas” (Girondi; Sant'Ana; 2007, p. 34). É possível observar parcialmente este cenário descrito pelas autoras em algumas fotografias, conforme Figuras 5, 6 e 7. Elas apresentam a cidade, na década de 1920, como um espaço urbanizado, com arquitetura e infraestrutura modernas.

Figura 5 – Vista da cidade de Garibaldi no ano de 1923



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

Figura 6 – Vista da cidade de Garibaldi no ano de 1928



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

Nas Figuras 5 e 6, pode-se reconhecer o avanço no processo da produção do espaço. As quadras demarcadas, no mapa apresentado na Figura 4, tornam-se visíveis, assim como a ocupação dos lotes de terra nelas distribuídos. Observa-se também que algumas das ruas já estão calçadas. A igreja matriz, localizada à direita da imagem, destaca-se pela imponência de sua arquitetura. Do mesmo modo, algumas residências se sobressaem no centro da cidade, como o casarão da rua Buarque de Macedo, evidenciado em maior detalhe na Figura 7 a seguir. Já a edificação da vinícola Peterlongo e as casas dos operários, situadas mais à esquerda da Figura 6, não aparecem neste registro.

Figura 7 – Casarão da rua Buarque de Macedo no ano de 1923



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

Na Figura 7, outros elementos são perceptíveis em relação às mudanças em Garibaldi, como a iluminação pública, a arborização das ruas, o calçamento das ruas, calçadas para os pedestres e a junção das casas mais simples dos moradores. No canto esquerdo inferior, o registro de um homem em uma bicicleta circulando pela rua. Na parte direita, um grupo de homens parados conversando, indicando aspectos do cotidiano do lugar. De acordo com Ana Maria Mauad,

a fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sógnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem (Mauad, 1996, p. 79).

As fotografias auxiliam na compreensão das descrições encontradas nos livros e documentos sobre a cidade de Garibaldi. Por meio delas, pode-se alcançar uma melhor percepção sobre a formação dos espaços. Assim como escreve Angelo Torre (2023, p. 165, 166), “[...] às dinâmicas que se instauram entre os atores se adicionam aquelas que operam entre atores e instituições, assim como aquelas entre a documentação de tal maneira gerada e o historiador, que deverão ser, por isso, tomadas em consideração”. Dessa forma, a leitura de variados tipos de fontes permite encontrar dados diferentes que, ao serem vistos juntos, aproximam-se da compreensão do passado e de sua reconstrução enquanto tempo da ação social.

Os autores locais, Elenita Girondi e Elma Sant’Ana (2007), Elvo Clemente e Maura Ungaretti (1993)⁴², trazem dados importantes quanto às mudanças e ao progresso, não apenas nas áreas citadas anteriormente, mas também com relação às questões socioeconômicas, por exemplo. No ano de 1925, a população contabilizava cerca de 18 mil habitantes entre brasileiros e estrangeiros. Havia cerca de 41 escolas públicas e 2 particulares distribuídas nas áreas rural e urbana. Em sua economia, Garibaldi permanecia baseada na atividade agrícola, tendo o comércio e a indústria como segmentos em crescimento. Dentre as casas comerciais havia 2 cinemas, 2 hotéis de primeira classe e 5 considerados de segunda classe e 3 agências bancárias. Com relação às indústrias, existiam 6 cantinas⁴³ que se destacavam por sua produção e faturamento, são elas: Fracalanza Companhia, Antônio Paganelli & Cia, Irmãos Maristas – Colégio Santo Antônio, Armando Peterlongo, Guilherme Fontanari e José Gava & Cia.

Nesse mesmo período, a vila – assim chamada a área urbana de Garibaldi, contava com 10 ruas. Dentre as principais estavam: Buarque de Macedo, Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos, Saldanha Marinho, Dr. Carlos Barbosa e Avenida Rio Branco. Nesta espacialidade,

⁴² GIRONDI, Elenita; SANT’ANA, Elma. *Garibaldi: a cidade e o herói*. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2007. CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. *História de Garibaldi: 1870 – 1993*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

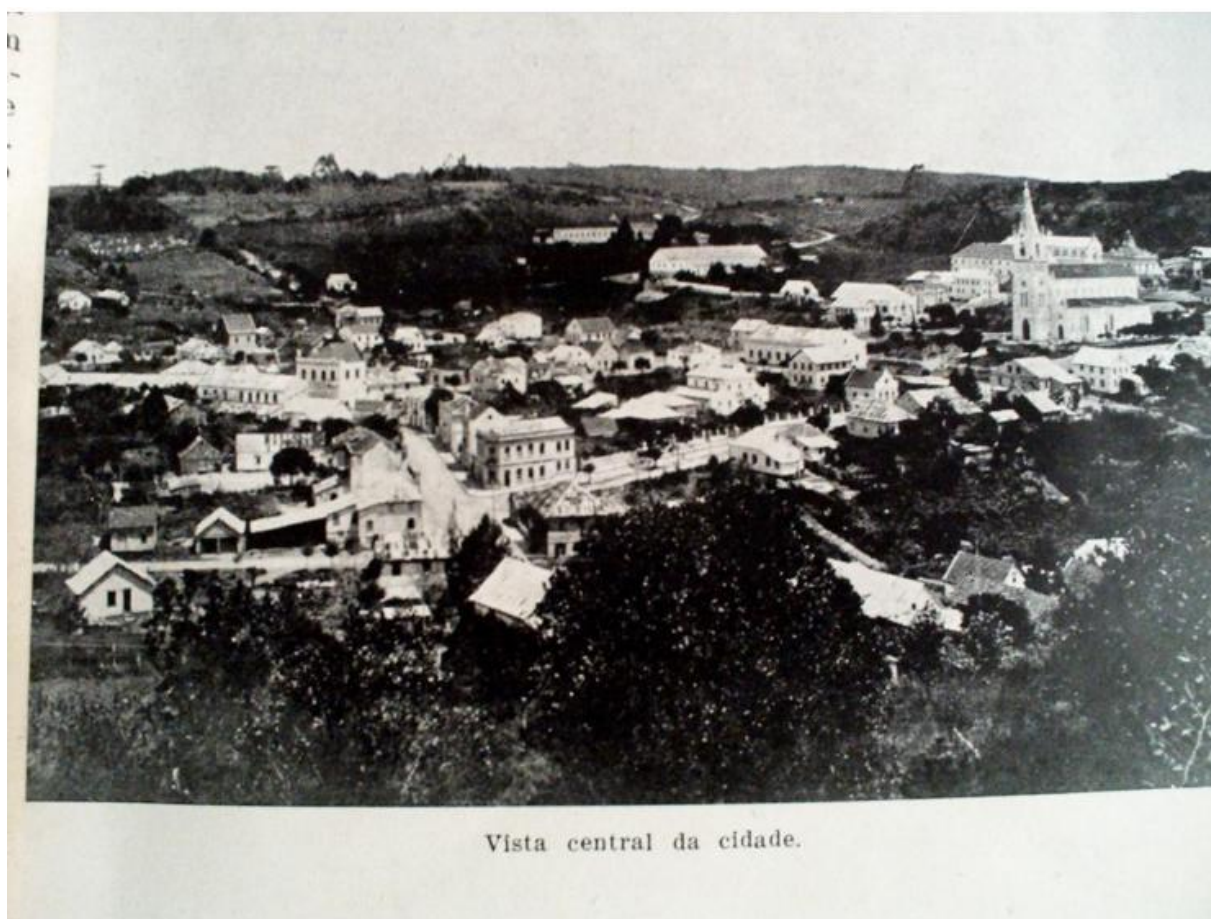
⁴³ As autoras Elenita Girondi e Elma Sant’Ana (2007) descrevem as cantinas nesta mesma ordem em que foram citadas, de acordo com a produtividade e o faturamento de cada uma. Sendo primeiro a de maior destaque até a sexta colocada com menor rendimento comparada às demais nesse período. Cabe observar que, a vinícola Peterlongo, nesse período, não é a de maior destaque. Seu auge de crescimento econômico aconteceu a partir da década de 1930, quando iniciaram as contratações de trabalhadores e a edificação da vinícola foi ampliada.

havia um total de 300 edificações ocupadas por cerca de 2.500 pessoas que residiam nesta área. De acordo com Elenita Girondi e Elma Sant'Ana,

destacam-se de seu conjunto admirável, diversos prédios, entre os quais contam-se os seguintes: o palacete do Sr. Agostinho Mazzini, o edifício da Intendência Municipal, o belo prédio da Usina Elétrica do município, as casas de comércio dos senhores Antônio Koff, Ângelo Paganelli, André Koff, Antônio Carlotto, Alberto Paganelli, entre outros (Girondi, Sant'Ana, 2007, p. 41).

Algumas das mencionadas edificações são possíveis de serem vistas e identificadas nas Figuras 8, 9, 10 e 12 a seguir.

Figura 8 – Edificações na área urbana de Garibaldi



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

Na Figura 8, é possível visualizar diversos casarões construídos na área central da cidade, próximos à igreja matriz, localizada na parte alta. Observa-se como os traços do processo de urbanização vão se estruturando. Da mesma forma, a presença destas edificações

indica que famílias com maior poder econômico foram os moradores da área central da cidade. Algumas casas menores estão dispostas em terrenos um pouco mais distantes dos casarões e se aproximam de terrenos disponíveis na parte com menor ocupação, onde existem terrenos com vegetação nativa.

Figura 9 – Prédio da prefeitura e casarão Mazzini em 1926



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi

A Figura 9 apresenta o prédio da prefeitura e a residência da família Mazzini⁴⁴.

⁴⁴ Em relação ao casarão apresentado na Figura 9, foi localizado um breve histórico no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi, onde consta: “O prédio da família Mazzini, situada na Rua Júlio de Castilhos ao lado da Prefeitura Municipal é uma obra arquitetônica que reúne tradição, beleza e história em suas estruturas. Construída no ano de 1921, por Agostinho Mazzini, que projetou e construiu a obra como engenheiro e proprietário, a mansão é composta de um volume simples e imponente, no estilo Renascentista Italiano. Há uma profusão de elementos decorativos como a balaustrada nas sacadas, coruchéus, colunetas que sustentam as sacadas, denticulos que arrematam a cornija além da cúpula. No alto da fachada principal, encontra-se o brasão da família Mazzini, tradicional da história de Garibaldi. Conta-se que, em 1921, Mazzini constrói essa mansão para presentear sua filha caçula, Adelina Mazzini. Adiante, Adelina casa-se com seu primo Heitor, que foi prefeito de Garibaldi anos depois. Hoje, já falecida, deixou cláusulas testamentárias relativas a casa, entre elas a que proíbe o uso da mesma para outros fins que não sejam residência ou museu. Na década de 1940, parte da intendência municipal nesta casa, hoje fechada. [...]” (Novo Inventário do Acervo Arquitetônico da cidade de Garibaldi – 21 de junho de 2018).

A área central de Garibaldi é repleta de casarões edificadas, em sua maioria, a partir dos anos 1920. Foram construídos por imigrantes de diferentes origens, como italianos e sírios libaneses, por exemplo. Muitos desses estabelecimentos eram pontos de encontros das famílias, palco para discursos políticos, casas comerciais e residências. Enfim, eram espaços de socialização na área urbana. Um dos casarões modernos era de propriedade da família Peterlongo. Edificada na década de 1920, a residência familiar está localizada no lado do prédio da vinícola e abrigava nela o casal e seus filhos. Como se pode ver na Figura 10, de forma mais aproximada, apenas a casa. Nas duas imagens seguintes, Figuras 11 e 12, aparecem o casarão e a vinícola juntos.

Figura 10 – Residência da família Peterlongo em 1924



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

Na Figura 11, pode-se ver algumas das construções imponentes edificadas na década de 1940, numa das principais ruas da cidade, na Buarque de Macedo.

Figura 11 – Rua Buarque de Macedo, centro de Garibaldi, no ano de 1940



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

Retomando a reflexão acerca do crescimento da cidade, nota-se que o interesse de diferentes grupos em conhecer e residir no local também aumentou. Como destacam Elenita Girondi e Elma Sant’Ana, “as antigas famílias do município de Garibaldi relatam que, nos primórdios de 1900, muitas pessoas vinham conhecer o município já com a intenção de aqui residirem, uma vez que, na época, era o lugar de maior desenvolvimento em toda região” (Girondi, Sant’Ana, 2007, p. 46). O sucesso econômico das empresas familiares e casas de negócios⁴⁵ se torna visível nas edificações modernas. Dessa forma, os administradores locais

⁴⁵ GIRON, Loraine S.; BERGAMASCHI, Heloisa. *Casas de negócios*. Caxias do Sul: Educs, 2000.

passaram a planejar a construção de edificações que podiam atender as demandas dos habitantes da cidade. Para as referidas autoras,

com a emancipação em 1900 e a chegada de mais imigrantes, foi sentindo-se a necessidade de criar um lugar que abrigasse os festejos. Surge, então, o Clube Borges de Medeiros que na época serviria concomitantemente de teatro, cinema, salão de festas e ainda, em 1913, de palco para a Primeira Festa da Uva (Girondi, Sant'Ana, 2007, p. 46).

Mais uma vez, a fotografia contribui para compreender como a chegada de novos indivíduos à cidade mudou o contexto espacial. Em 1938, por meio da Figura 12, observa-se o aumento do número de casas construídas e, conseqüentemente, o início da formação dos bairros. Alguns apresentavam residências mais imponentes, indicando a moradia de famílias com melhores condições econômicas, enquanto outros exibiam casas mais simples, distribuídas em terrenos com menores dimensões. Como registrado na Figura 12, as características arquitetônicas dessas edificações eram semelhantes.

Figura 12 – Vista da cidade no ano de 1938



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

No canto esquerdo da Figura 12, é possível identificar casas menores e muito semelhantes em suas construções, dispostas em fila e distribuídas de forma uniforme em terrenos próximos uns aos outros.

Seguindo uma cronologia do processo de construção da espacialidade urbana, na década de 1930, foi fundado o primeiro hospital da cidade, denominado Sociedade Hospitalar Beneficente São Pedro, localizado na área central, na rua Heitor Mazzini, próximo à Igreja Matriz. Como explicam Elvo Clemente e Maura Ungaretti, “fundou-se em 16 de fevereiro de 1933 a Sociedade Hospitalar Beneficente São Pedro que criou o Hospital, que foi inaugurado a 13 de abril de 1933 na antiga casa canônica à Rua Félix da Cunha, atual Heitor Mazzini” (Clemente; Ungaretti, 1993, p. 40). Além do espaço destinado aos cuidados de saúde da população.

Novos avanços foram realizados na cidade na década seguinte. Durante os anos 1940, com o intuito de comunicar às pessoas os acontecimentos diários da cidade, foram instalados alto-falantes em pontos estratégicos da cidade. Segundo Elvo Clemente e Maura Ungaretti,

[...] a União de Moços Católicos, que criaram um serviço de alto-falante e o estenderam em pontos estratégicos da cidade. Através deles eram transmitidos noticiários (ao meio-dia), notas de falecimentos e a hora da Ave Maria. Em ocasiões festivas havia “as dedicatórias” que muitas vezes terminavam em casamentos. Este sistema chamava a atenção das pessoas (Clemente; Ungaretti, 1993, p. 53)

Além dos investimentos na infraestrutura dos espaços coletivos e centrais da cidade, que trouxeram melhorias para a população em geral, ocorreu também a criação do aeroclube. Esse fato representou, ao mesmo tempo, a modernização dos transportes e o benefício restrito a apenas uma parcela dos habitantes de Garibaldi — aqueles com melhores condições econômicas para arcar com a sua utilização. De acordo com Elvo Clemente e Maura Ungaretti, “em 1945 Itaner Rossi e Gilmar Tedesco fundaram o Aeroclube de Garibaldi. [...] Em 1949 inauguraram-se as novas instalações” (Clemente; Ungaretti, 1993, p.55).

Na sequência, nas décadas de 1950 e 1960, ocorreu a fundação de indústrias, casas de comércio e a ampliação dos serviços. De acordo com as demandas e necessidades dos habitantes de Garibaldi, alguns setores produtivos cresceram mais do que outros, como foi o caso do setor vinícola. E, apesar da cidade vivenciar os contínuos processos de urbanização e industrialização, o maior contingente populacional vivia na zona rural. O cultivo agrícola tinha grande importância para a ampliação da economia industrial na cidade. De acordo com os dados do censo de 1940⁴⁶, a população total de Garibaldi era de 17.873 habitantes. Destes, 2.321 indivíduos viviam na cidade, 1.054 nas vilas e 14.498 na zona rural.

⁴⁶ Dados do IBGE disponíveis no site <https://seculoxx.ibge.gov.br/>

Ou seja, majoritariamente a cidade ainda tinha seu espaço interiorano muito mais povoado do que o urbano. Realidade esta, que é resultado de alguns fatores concomitantes, que remontam ainda o início da colonização da região, por exemplo, a chegada de imigrantes europeus que, em sua maioria, desempenharam atividades agrícolas anteriores, a distribuição dos lotes de terra às famílias que chegavam, a continuidade da posse da propriedade pelas gerações seguintes dos imigrantes, as próprias relações internas entre os membros das famílias que optavam por manter sua vida vinculada ao espaço do campo. Enfim, esses elementos explicam a permanência dos indivíduos nas propriedades camponesas, mas também podem atuar como motivadores para a migração urbana, seja de forma permanente, com a transferência de sua residência e trabalho, seja de forma sazonal e temporária, diante do surgimento de oportunidades em períodos específicos do ano, como a colheita da uva.

A atividade vitivinícola esteve presente na economia da região desde o início do século XX. Diversas foram as cantinas fundadas nesse período, muitas delas surgidas nos porões das casas das famílias de imigrantes europeus. Para Vânia Herédia, “a cantina do colono fazia parte da sua moradia” (Herédia, 2024, p. 131). Já Luís De Boni escreve que,

um dos primeiros cultivos além do milho e do trigo, foi a videira, visando a produção do vinho. A produção artesanal dessa bebida acabou se expandindo e dando origem às primeiras cantinas. Os colonos italianos, por estarem subordinados economicamente aos comerciantes de origem germânica, procuraram desenvolver uma produção agrícola e manufatureira diferenciada, dedicando-se à cultura da uva e da produção de vinho. A venda do vinho forneceu os primeiros capitais a serem investidos nas pequenas oficinas, que mais tarde se tornaram indústrias (De Boni, 1985, p. 13).

Com o intuito de promover a produção dos vinhos, o governo rio-grandense organizou ações de políticas públicas que pudessem fortalecer o setor. De acordo com Vânia Herédia,

em 1911, o governo do Estado do Rio Grande do Sul acredita que o sistema cooperativista pode ajudar o setor vitivinícola. Nessa direção, a fim de estimular o movimento cooperativista, o governo cria uma regulamentação que favorece o sistema cooperativista, isentando os impostos de transmissão de propriedades, os imóveis nas cooperativas agrícolas para as instalações de suas sedes e estabelecimentos (Herédia, 2024, p. 133).

Neste contexto, começaram a surgir as cooperativas vinícolas na região nordeste do Estado. Apesar de não conseguirem impulsionar a produção do setor como esperado, o

cooperativismo trouxe contribuições⁴⁷ importantes, como a regulamentação da produção, por exemplo. Entre os anos 1911 e 1913, foram criadas 16 cooperativas⁴⁸ na região nordeste do Rio Grande do Sul.

Elenita Girondi e Elma Sant’Ana escrevem que, durante a década de 1920, em Garibaldi,

o município, nesse período, contava com seis cantinas importantes pertencentes às conceituadas firmas: Fracalanza Companhia, com o capital aproximado de 1.200:000\$000 produzia anualmente 3.840.000 litros de vinho superior. Antônio Paganelli & CIA., a principal marca de vinho dessa creditada fábrica era o Toscano, que tinha um consumo considerável. Irmãos Maristas (Colégio Santo Antônio) produzia anualmente 200.000 litros de vinho de qualidade fina, inclusive champagne. Armando Peterlongo produzia, durante o ano, 160.000 litros de vinho superior, inclusive champagne, que era muito acreditada, e de notável consumo. Guilherme Fontanari, com capital regular, produzia anualmente 130.000 litros de bons vinhos. José Gava & CIA, com regular capital também, produzia por ano, mais ou menos 100.000 litros de saboroso vinho (Girondi; Sant’Ana, 2007 p. 40).

A década de 1930 foi marcada pela expansão das indústrias vinícolas⁴⁷ na região e, em Garibaldi, a vinícola de Armando Peterlongo, mesmo não tendo se associado a nenhuma cooperativa do setor, permaneceu tendo destaque. Como afirma Celeste Gobbato,

[...] Em Flores da Cunha com a indústria “Granja União (90 hectares de videiras), Caxias do Sul com a “Granja Sorriso” e as Granjas de “São Luiz”, “Cruzeiro”, “Santa Teresinha”. [...] Em Garibaldi, sobressaem a de Armando Peterlongo, a dos Irmãos Maristas e a dos Padres Capuchinhos, em Bento Gonçalves os vinhedos de Augusto Pasquali, de Paulo Salton & Irmãos, de Calegari, Simon & Pianca. Em Viamão, a Granja de Vicente Dal Molin, em Taquari as “Granjas Taquari”, de H. Fett & Cia.; em Porto Alegre, as granjas de João Weidmann, em Ipanema; de Monteggia, Bissacot e José Grendene, em Vila Nova e do Gal. Firmino Paim Filho, no Caminho do Meio; em São Leopoldo, a Quinta do esteio; em Guaíba, a de Ismael Chaves Barcelos e outras ainda [...]; Em Pelotas e Rio Grande, as Prefeituras e a Escola Agrícola Eliseu Maciel adquirem mudas e as distribuem aos agricultores, estimulando e intensificando o melhoramento da viticultura (Celeste Gobbato, 1940, p. 27).

Nesta perspectiva, percebe-se que a atividade vitivinícola teve grande representatividade econômica para a região nordeste do Estado, tendo fábricas instaladas em diversas cidades. Em especial, no caso de Garibaldi, a vinícola Peterlongo apareceu como uma

⁴⁷ HERÉDIA, Vânia B. M. A vitivinicultura na zona colonial italiana do Rio Grande do Sul. In: NODARI, Eunice Sueli; ROJAS, Facundo; CERDÁ, Juan Manuel; MORETTO, Samira Peruchi (org.). *História ambiental da vitivinicultura americana*. Cinco séculos de territórios e natureza em torno do vinho. [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2024, 126-142.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 133.

das maiores produtoras de vinho do período entre 1920 e 1960. Seu crescimento produtivo foi reconhecido em diferentes fontes consultadas.

1.3 A VINÍCOLA ARMANDO PETERLONGO COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DO ESPAÇO URBANO

A cantina criada por Manoel Peterlongo, no porão de sua casa, tornou-se, aos poucos, uma vinícola de grande estrutura arquitetônica e de produção. Foi nos anos 1930, que Armando Peterlongo decidiu investir na ampliação do prédio fabril, em uma área de terra, na parte central da cidade, onde foi delimitado um espaço. Neste, foi construído um prédio com semelhanças arquitetônicas europeias, objetivando aproximar as técnicas produtivas à geografia do terreno, conforme Figura 13.

Figura 13 – Prédio da vinícola Peterlongo na década de 1930



Fonte: Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo

A Figura 13 mostra como a edificação da vinícola transformou o espaço ao seu redor. Essa área da cidade, apesar de situada algumas quadras da igreja matriz, ainda se encontrava

pouco povoada. No canto superior direito da Figura 13, observam-se parreirais e, à frente, uma estrada de chão batido que conduzia ao terreno edificado.

O local escolhido para a construção do prédio da fábrica⁴⁹ estava ligado à proximidade com a área central da cidade. A localização facilitava o escoamento da produção, a chegada de matéria-prima e a distribuição dos produtos. Além disso, situava-se próximo às plantações de parreirais particulares da família Peterlongo, como indicado pela ex-operária Mariana.E,

Fazia os parreirais e continua os parreirais, né. Esse o da casa era o pequeno, do lado todo da casa, depois tem dois em São Roque, um na entrada de São Roque que foi desmanchado e que eles fizeram loteamento e mais um perto de Carlos Barbosa que ali indo pra Barbosa e continua ali (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E.).

Alguns desses parreirais, a que se refere a entrevistada, podem ser vistos na Figura 13 e na Figura 14 a seguir. São áreas próximas à vinícola, e nelas, trabalhavam alguns dos homens e mulheres contratados pelo proprietário. A colheita advinda das plantações era utilizada como matéria-prima para a produção das bebidas da fábrica.

Figura 14 – Vista da Vinícola Peterlongo na década de 1940



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

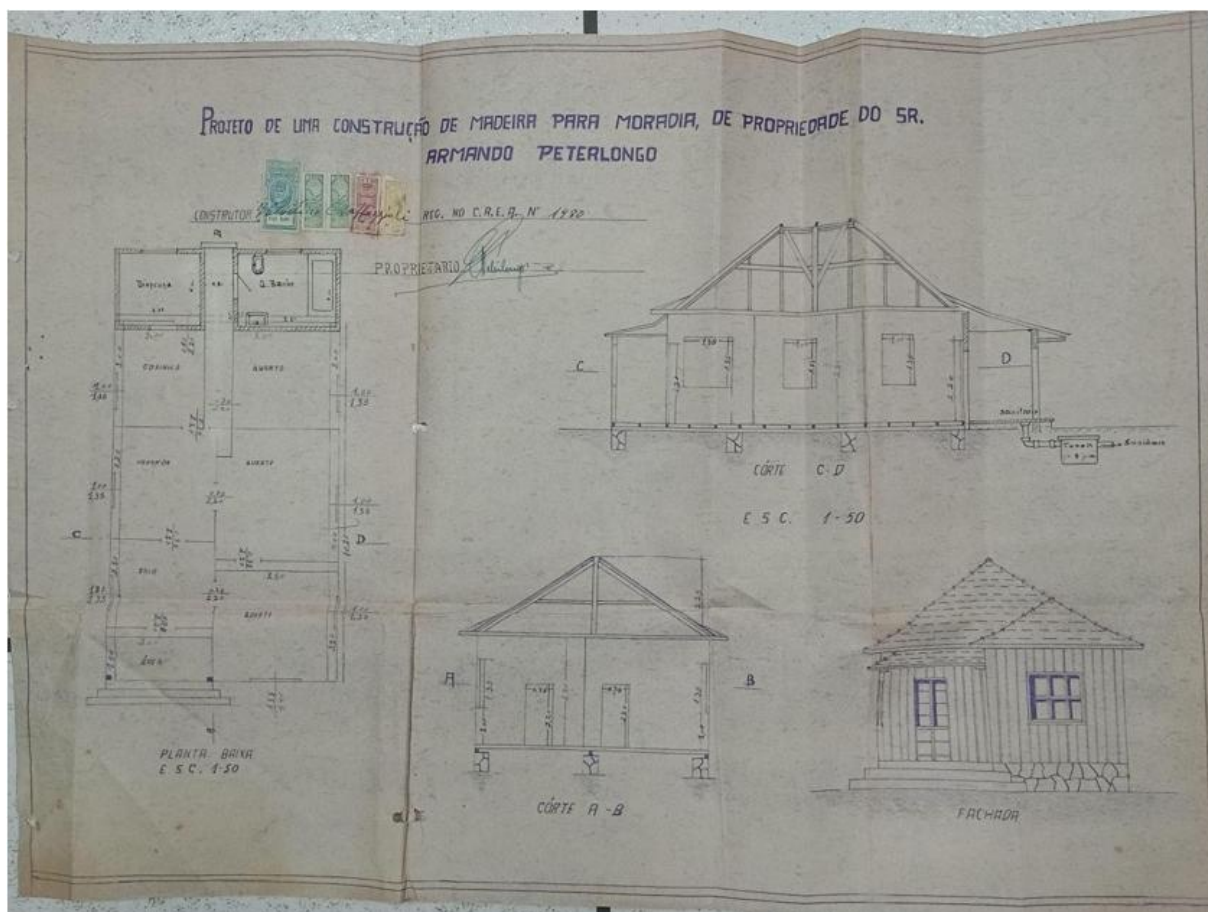
Na Figura 14, percebem-se as mudanças ocorridas na década seguinte à edificação das

⁴⁹ A área de construção da sede da vinícola pode ser também observada na figura 20 apresentada no capítulo 2. Nela é possível visualizar, de forma mais aproximada, a edificação e os parreirais particulares da família. Demonstrando as modificações realizadas no espaço de terra que recebe a ampliação da fábrica.

instalações da vinícola. Novas residências foram construídas próximas à fábrica, as áreas de plantações de parreirais foram ampliadas e o próprio prédio fabril recebeu melhorias. Elementos que evidenciam os avanços da ação humana e a utilização da espacialidade de acordo com as demandas e necessidades dos seus habitantes.

Já nos anos 1950, uma nova estratégia foi adotada por Armando Peterlongo em relação à fábrica, aos trabalhadores e à ocupação dos espaços urbanos: a construção e financiamento de casas. Essas residências seriam construídas e financiadas pelo proprietário para famílias de operários contratados. Elas seriam edificadas em terrenos menores, com madeira simples e em áreas próximas da vinícola que facilitasse o acesso às dependências da fábrica e ao trabalho. A seguir, na Figura 15, o projeto de uma das casas.

Figura 15 – Projeto arquitetônico da casa construída por Armando Peterlongo em 1950



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

O projeto parece ser de uma residência simples, construída em madeira. Ela conta com três quartos, cozinha, sala, dispensa, um banheiro e uma área/varanda de entrada.

Características muito semelhantes a outras casas edificadas na cidade e na região de

colonização italiana no estado. Como escreve o imigrante Júlio Lorenzoni, “as casas dos colonos são na sua maioria de madeira, como também as cozinhas, os galpões, estrebarias e cantinas” (Lorenzoni, 2011, p. 94).

A colocação do imigrante remete ao período inicial da ocupação dos espaços coloniais, mas, mesmo tendo passado algumas décadas, muitas residências continuaram sendo construídas em madeira por diversos motivos. Entre eles: econômico, pelo menor custo do material em comparação à alvenaria; o natural, por ter em abundância e fácil acesso à madeira na região; e o social, pelo menor tempo exigido no processo construtivo, o que favorecia a rápida acomodação das famílias em relação à edificação de alvenaria. Dessa forma, o financiamento da casa ao trabalhador tornava-se economicamente viável, considerando os valores dos salários recebidos na vinícola⁵⁰. Em relação às remunerações e às dificuldades econômicas dos trabalhadores, a ex-operária Mariana.E afirma:

Nós trabalhava que nem hoje. Tu ganhava o teu ordenado. Que dizer, que era da família o ordenado. E era a vida como tu trabalha hoje. Tu trabalha pra viver, né. Porque pra fazer fortuna, tu não faz. Porque o salário não era lá tão grande. Aquele tempo lá, era o salário-mínimo, que nem hoje, né. E tu, pra ti ganha pra te compra, vamos supor um móvel, uma coisa, era muito difícil. Era muito difícil. Era coisa muito cara na época (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E.).

Nos livros de registros dos impostos municipais⁵¹, também constam novos imóveis construídos e de propriedade de Armando Peterlongo. No ano de 1950, apareceu a descrição de “casas” nas ruas Buarque de Macedo e Jacob Ely. Nesta última, dois registros de imóveis são apontados. Contudo, em nenhum deles é descrito o tipo de casa, as medições e os detalhamentos específicos, apenas a citação da existência do imóvel. No ano seguinte, em 1951, foram apontadas seis casas existentes na rua Buarque de Macedo, a informação de “casas” aparece na rua Ijuí e não mais constam as casas da rua Jacob Ely. Uma nova edificação descrita como “madeira simples” tem a indicação de localização na rua Figueira de Melo. Em 1952, os dados dos imóveis são os mesmos. Apenas, no apontamento do proprietário, um dos imóveis existentes na rua Ijuí foi indicado como pertencente a “Armando Peterlongo Ltda”. Isso sugere a possibilidade de ter sido transferido para a posse da vinícola. No entanto, por que isso teria acontecido? Infelizmente, as fontes não apresentam maiores informações sobre a mudança, mas

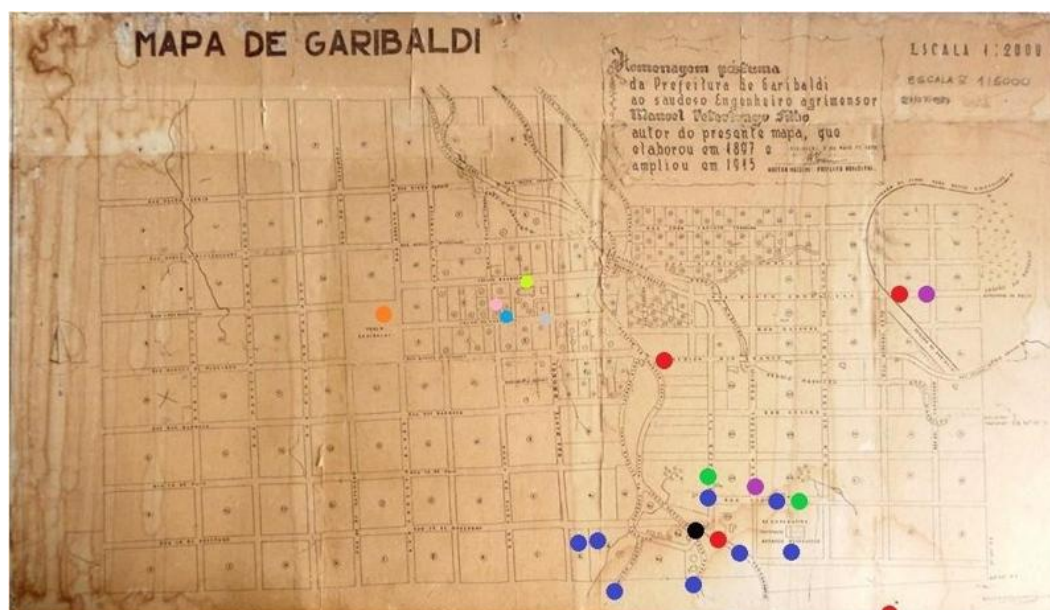
⁵⁰ Ver dados dos salários dos trabalhadores expostos na Tabela 9 presente no Capítulo 2.

⁵¹ Foram consultados os livros de impostos municipais referentes ao período de 1928 a 1954 que estão disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

é possível refletir se essa transferência estaria vinculada à questão do financiamento para os trabalhadores. Essa permanece como uma possibilidade explicativa.

Para melhor compreender a localização dos terrenos de propriedade de Armando Peterlongo e identificar os espaços da cidade utilizados para a construção das casas, algumas sinalizações foram realizadas no mapa apresentado na Figura 16 a seguir.

Figura 16 – Mapa da cidade com a localização dos terrenos de propriedade de Armando Peterlongo e de alguns trabalhadores da vinícola até 1954⁵²



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

Legenda:

- * Propriedades de Armando Peterlongo
- Propriedades da mãe de Armando
- Propriedade do operário Vitor.S
- Propriedades do operário José.O
- Propriedades do operário Heitor.E
- Praça da Ermida
- Igreja Matriz
- Clube Borges de Medeiros
- Prefeitura
- Mansão da família Mazzini

Ainda em 1951, um dos terrenos de posse de Peterlongo, situado na rua Buarque de

⁵² Alterações no mapa realizadas pela pesquisadora, a fim de ilustrar a localização de cada lote e propriedade.

Macedo, foi descrito como de “madeira simples”, com medição de 8 metros x 6 metros, tratando-se de um lote de menores proporções em comparação a outros de sua propriedade. É o caso do localizado nas Quadras A e B, com medição de 23 metros x 27 metros e composto por uma edificação de alvenaria. Este endereço, por sua vez, indicaria ser a propriedade particular da família, onde estaria localizada sua residência. Nesse mesmo ano, foram registrados dois outros terrenos em nome de uma de suas filhas e de seu genro, Luiza.P. e Carlos.F., localizados, respectivamente, nas ruas Buarque de Macedo e Jacob Ely. No segundo endereço, constava uma edificação de “alvenaria sobrado”, com área de 14 metros x 16 metros, sendo, possivelmente, a residência do casal Armando e Eddy Peterlongo.

Em 1953, oito foram os registros de cobrança de impostos em propriedades. Dois deles na localização de sua residência e próxima a ela, e os outros seis como terrenos nos endereços das ruas Buarque de Macedo, dois na rua Ijuí e um na Figueira de Melo. O restante dos registros está em nome de Armando Peterlongo Ltda na rua Buarque de Macedo. No ano de 1954, os endereços e as propriedades foram indicados como sendo os mesmos do ano anterior, porém com alguns dados adicionais. Na rua Buarque de Macedo e em um dos imóveis da rua Ijuí, volta a constar a informação “grupo de casas”; na rua Figueira de Melo, a descrição do imóvel é de “alvenaria”; e, na rua Buarque de Macedo, esquina com a rua Ijuí, os registros apontam uma casa de “alvenaria sobrado” em um terreno de 8 metros x 6 metros. Tais informações, já mencionadas em fontes de anos anteriores, reforçam a ideia de promoção do financiamento de casas para os trabalhadores vinculados à vinícola de Armando Peterlongo.

Com base em conversas informais obtidas com ex-trabalhadoras⁵³ da vinícola, o financiamento das moradias foi realmente realizado por Armando. Contudo, ambas mulheres não lembraram das tratativas que foram realizadas para efetivação do processo junto ao empresário. E, infelizmente, tampouco foi encontrado esse detalhamento nas fontes documentais consultadas.

Por meio da observação do mapa, na Figura 16, fica visível que os terrenos de propriedade da família estão próximos uns aos outros, incluindo as instalações da vinícola. Identifica-se que, o lote recebido pelos pais de Manoel⁵⁴, ao chegarem à colônia, foi ilustrado por ele no mapa, conforme Figura 16, por meio de um desenho. A área ocupada pelo núcleo

⁵³ Uma das ex-trabalhadoras não autorizou a divulgação oficial das informações fornecidas por ela na entrevista. Por isso, apenas utilizou-se o dado por ser semelhante ao que, Mariana.E., também relatou.

⁵⁴ PETERLONGO, Emanuelle (Estrada Geral, I Seção, 472.998 m², título provisório em 5.2. 1884 e definitivo em 1894), casado com Luígia, austríacos. Filhos: Manoel, Victoria (L 312, p.14). In: COSTA, Rovílio; BONI, Luis Alberto de; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1999, p. 361.

familiar ficava mais distante da Igreja Matriz e da prefeitura, mas se aproximava de espaços onde havia o cultivo de parreirais, e a presença de residências familiares era incipiente. Desse modo, é possível perceber a influência familiar na ocupação da área e na formação dos bairros da cidade. Especialmente, porque, nesta localidade, também estavam as casas edificadas por Armando e que seriam financiadas para os trabalhadores.

O lote que fica mais distante é o da rua Frederico Dahne, sendo uma área próxima da Estação Férrea. Dessa forma, a aquisição do terreno se justificaria por ser um espaço de importância econômica e de transportes da cidade, podendo, assim, facilitar a prática das atividades logísticas da vinícola. O terreno aparece registrado no nome da esposa de Manoel, Regina.

Também foram encontradas informações de imóveis em nome de Regina Peterlongo, mãe de Armando Peterlongo. Essas edificações datam do ano de 1928 e são identificadas como proprietárias “Regina Peterlongo — viúva” e “Regina Peterlongo e irmãs”. O primeiro registro localizado na rua Buarque de Macedo, lote número 74; e o segundo, em nome de Regina e suas irmãs, com dois endereços de imóveis, um na Avenida Rio Branco e outro na rua Dr. Frederico Dahne, respectivamente. No ano seguinte, um dos registros foi modificado, passando a ser escrito como “Viúva Regina Peterlongo e irmãs”, rua D. Paganelli, lote número 9. Em 1930, o registro foi novamente modificado constando como proprietários “Regina Peterlongo e filhos”, no mesmo endereço.

Entre os anos de 1931 e 1933, Regina foi identificada como proprietária do lote apenas na rua Frederico Dahne, e, no segundo imóvel, não consta mais o seu nome. No ano de 1936, voltam a aparecer os dois registros. O primeiro, em 1928, foi identificado como sendo apenas de sua propriedade, agora é descrito como de “Regina Peterlongo e filhos (Armando, Gabriela.P., Milena.P. e Diana.P.)”, sendo “madeira/sobrado” no lote número 112 da rua Buarque de Macedo. E o existente na rua Dr. Frederico Dahne, agora é descrito como “madeira simples”. Em 1937, foi acrescido o dado da metragem do primeiro lote, 9 metros x 19 metros. Estas informações se mantiveram até o ano de 1947.

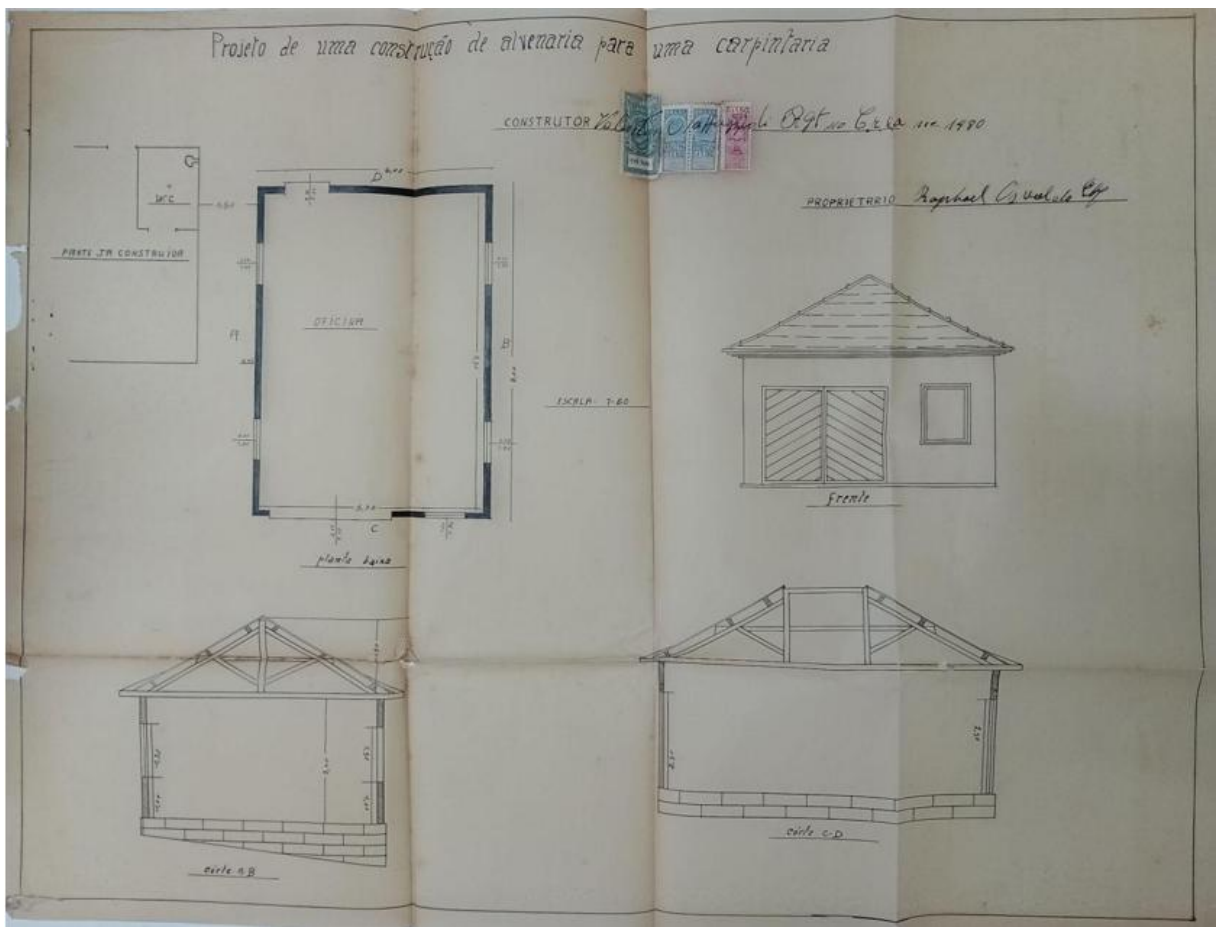
Nos documentos onde constam os dados das descrições citadas chama a atenção o fato de poucos nomes de mulheres serem descritas como proprietárias dos terrenos. No caso de Regina Peterlongo, por exemplo, seu nome vem seguido pelo nome dos filhos ou de sua condição civil — viúva. O que mais uma vez aponta para a marcante presença do patriarcalismo nas relações familiares locais. A mulher permanece na condição de submissão à liderança masculina, seja do marido ou do filho homem.

Por meio dos dados apresentados, foi possível perceber que a família Peterlongo era

proprietária de diversos terrenos espalhados por áreas da cidade. Além da edificação da vinícola e da residência, outras propriedades foram adquiridas por eles. Alguns lotes de terra próximos à fábrica e, outros distantes, por exemplo, a área nas proximidades da estação férrea da cidade. Indicando que, além dos investimentos econômicos feitos na ampliação da vinícola, a família também se interessava pela compra de terrenos.

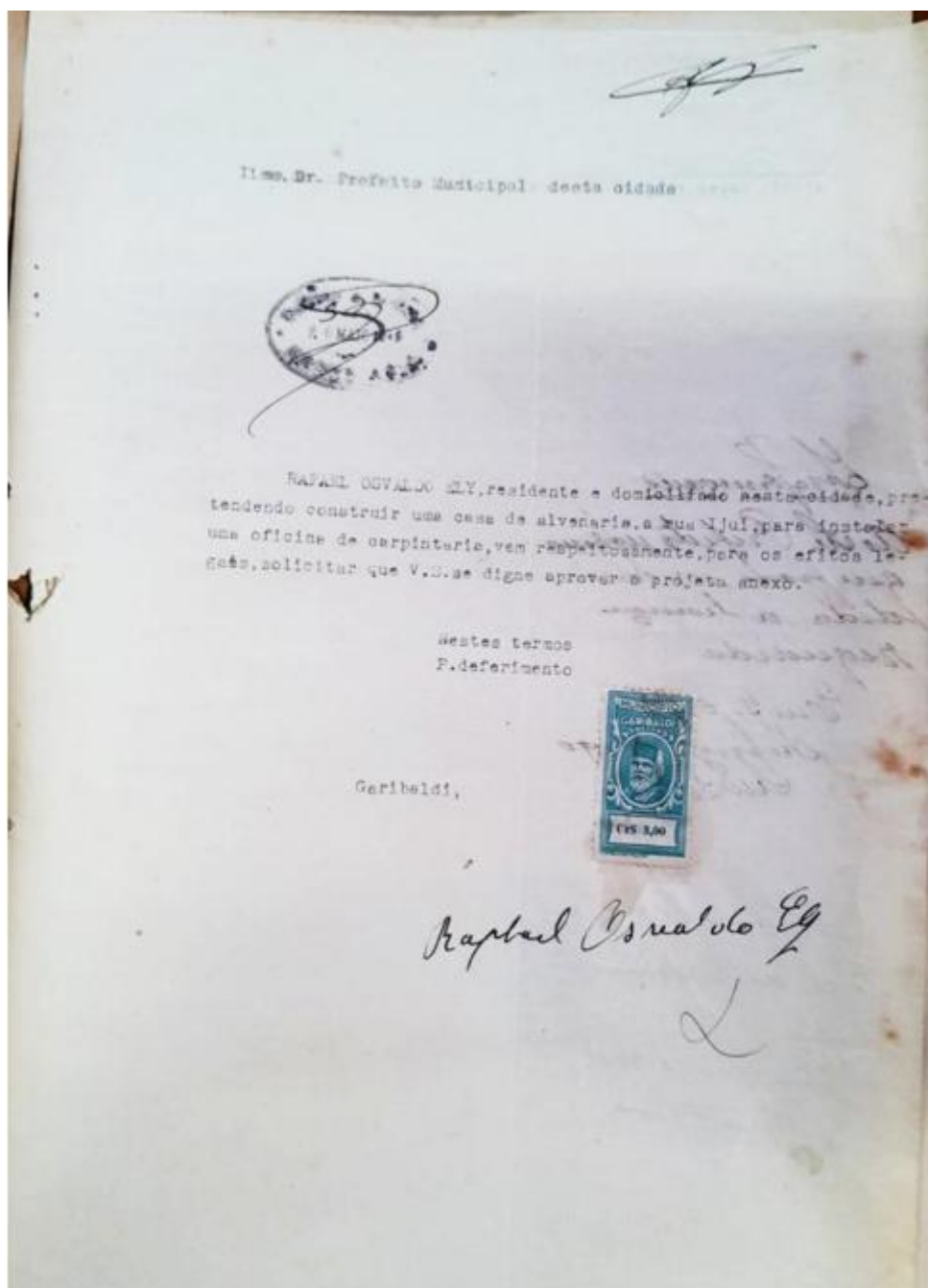
Além das propriedades de Armando Peterlongo, identificaram-se, nos livros de registros de impostos da cidade, algumas propriedades de posse de trabalhadores da vinícola. O primeiro deles data do ano de 1928 e corresponde ao pai da ex-operária que entrevistamos a Mariana.E, situado na rua Jacob Ely, nos lotes de números 15 e 16. Neste registro não foram informados os dados de construção do imóvel. Mas, no ano de 1937, consta o detalhamento da edificação como “madeira simples” e a área de 7 metros x 10 metros da propriedade. Uma mudança nos registros foi pontuada no ano de 1951, quando foram descritas duas edificações correspondentes em cada lote de propriedade da família. Em um deles, repete-se a informação de 1937 e, em outro, é acrescido o dado de construção “madeira simples” em uma dimensão de 6 metros x 7 metros. Em 1952, um novo terreno consta ser de propriedade da família na rua Ijuí, com construção de “alvenaria simples”. Possivelmente, esta construção, na rua Ijuí, fora utilizada como oficina de carpintaria. Ao observar a Figura 17, onde mostra o projeto, fica evidente para qual objetivo o pai da ex-operária Mariana.E desejou realizar a construção. Já na Figura 18, é um documento em que se apresenta a solicitação de execução do projeto arquitetônico de Heitor.E (49 anos, casado).

Figura 17 – Projeto arquitetônico em nome de Heitor.E para construção de uma casa de alvenaria para instalar uma oficina de carpintaria na rua Ijuí



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi (1952).

Figura 18 – Solicitação de execução do projeto arquitetônico de Heitor.E



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi (1952).

A ex-operária Mariana.E não relatou que seu pai teve uma outra profissão depois de ter saído da vinícola Peterlongo. Apenas, menciona que antes de ser contratado por Armando, seu pai era taxista. “Quando meu pai, quando meu pai casou com a minha mãe, ele era taxista. Ele era taxista de Garibaldi.” (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E.). Ela destaca que o emprego mais duradouro foi na vinícola, sendo esse o seu único emprego.

Nós só trabalhamos dentro da firma. Meu pai, eu era pequena quando meu pai saiu da firma, foi trabalhar nos parreirais. Quando o Peterlongo começou a fazer os parreirais, né, na colônia, né. Então meu pai foi o capataz geral. Meu pai que fez todos os parreirais, porque ele era, ele conhecia todos esses empregados, ele comandava (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E.).

Com base nas informações encontradas, entende-se que a oficina foi construída para atender às necessidades e demandas familiares, visto que estava localizada em um dos lotes particulares do patriarca. A construção da oficina ajudaria a aumentar a renda da família? Infelizmente, como a filha não comentou nada sobre outras atividades exercidas pelo pai ou pelos irmãos, não foi possível entender a utilização prática. Sabe-se, porém, que era comum as famílias possuírem, próximos às casas, galpões semelhantes a esse, para o armazenamento de ferramentas e para o conserto de objetos⁵⁵.

Outro operário identificado na fonte como proprietário de imóvel é José.O (21 anos, solteiro)⁵⁶, no ano de 1944. Sua propriedade estava localizada na rua Dr. Frederico Dahne, descrita como “madeira simples”, com área de 6 metros x 5 metros⁵⁷. Em 1951, ele adquiriu um segundo lote na mesma rua, com dimensões um pouco maiores, 7 metros x 10 metros, no qual também consta edificação de “madeira simples”. Já em 1953, outros dois irmãos de José.O, Mateus.O (17 anos, solteiro) e Lucas.O (21 anos, solteiro), também operários da vinícola Peterlongo, foram identificados como proprietários de imóvel na rua General Osório, descrito como “alvenaria simples”. No registro, ambos aparecem como donos da referida propriedade.

Em 1954, um quarto registro de propriedade de um operário da vinícola é de Vitor.S. (32 anos, casado). O trabalhador é tio da ex-operária Mariana.E. Seus imóveis estão identificados como “madeira simples” e “galpão”, ambos localizados na rua Buarque de Macedo.

Com base nas informações levantadas, compreende-se que existia proximidade entre a maioria das propriedades dos operários da Peterlongo. Localizados em espaços próximos à fábrica e alguns na vizinhança, com seus colegas de trabalho. O que oportuniza pensar que a opção escolhida pelos trabalhadores foi a de residir e trabalhar em espaços próximos uns dos outros, otimizando suas rotinas e familiares. Como escreve Simona Cerutti, “é preciso de fato apreender a cidade como uma cena na qual se inscrevem os comportamentos, ou antes como uma parte integrante e indissociável desses comportamentos: como um ator social” (Cerutti,

⁵⁵ LORENZONI, Julio. *Memórias de um emigrante italiano*. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011.

⁵⁶ Caro leitor, lembrar-se de que se adotou a estratégia de utilizar pseudônimos para identificação do operário.

⁵⁷ No ano de 1951, a informação de medição do lote modificou-se, aparecendo como sendo de 7 metros x 8 metros.

1998, p.182). A vizinhança e o espaço do bairro atuam como um ator social, configurando-se a partir das afinidades, das relações de trabalho e dos interesses entre o(a)s operário(a)s.

A cidade também pode ser compreendida como um ator social, pois ela é produzida pela ação contínua e dinâmica da vida social que carrega. Para Simona Cerutti,

considerar a cidade como um ator social consiste, portanto, em se interrogar sobre a construção das categorias dos atores sociais que a habitavam e sobre a construção das categorias atuais. Em lugar de considerar evidente o pertencimento dos indivíduos a grupos sociais (e de analisar as relações entre sujeitos definidos *a priori*), é preciso inverter a perspectiva de análise e se interrogar sobre o modo pelo qual as relações criam solidariedades e alianças, criam, afinal, grupo sociais (Cerutti, 1998, p. 183).

Em consonância com Angelo Torre, “a localidade é, portanto, uma construção cultural, obtida por meio de uma espécie de negociação entre homem e espaço: os símbolos comunicam o significado experiencial do lugar, e, fazendo isso, o fazem existir” (Torre, 2023, p. 173). Concomitante a Angelo Torre, Maíra Vendrame (2023a) também escreve sobre a produção dos espaços, “Torre defende que as práticas sejam lidas como uma sequência de atos que carregam interesses de validação de significados e prerrogativas, tanto por parte de quem os realiza, atribui sentido (ou tenta atribuir) e busca fazer reconhecer e validar”. Desse modo, os lugares se moldam com base nas práticas humanas e nas interações que os indivíduos neles protagonizam, demonstrando que são o resultado da produção social, exercida por meio de acordos, desacordos, uniões ou conflitos, manifestados pelo agir dinâmico e contínuo dos sujeitos históricos no tempo.

1.4 OS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E AS REDES INTERPESSOAIS

No decorrer do processo que envolve a produção dos lugares, neste caso, a área urbana da cidade de Garibaldi, diversos elementos contribuem para a constituição da espacialidade. Entre eles, os de maior complexidade e vinculados a padrões sociais e estruturais são os de cunho econômico, político e social. Esses elementos são mais difíceis de serem acessados ou protagonizados por indivíduos oriundos da classe operária, que, teoricamente, apresentariam menores condições econômicas para investir em espaços públicos que demandem investimentos financeiros, como a carreira política. Não foram identificadas nas fontes participações dos operários e de suas famílias nas questões políticas e econômicas da cidade. Observou-se apenas a atuação do empresário Armando Peterlongo, que concorreu ao cargo político de vereador e

possuía influência econômica, tema que será analisado com maior detalhamento no terceiro capítulo da tese.

Há também os elementos imateriais, presentes no convívio social, que podem remeter ao sentimento de pertencimento, de identidade, de comunidade. Nesse sentido, o convívio social, as amizades e a proximidade advinda da atuação profissional podem formar, ampliar ou mesmo interligar diferentes indivíduos a diferentes grupos, os quais, juntos, orientam as condutas de sociabilidade, como ocorreu no caso da igreja. Luís Fernando Beneduzi escreveu sobre as reelaborações do imaginário vêneto na ex-colônia Conde d'Eu e citou a paróquia como espaço de sociabilidade na comunidade. Para ele,

a figura mnemônica na qual se constitui o *paese* tem sua imagem vinculada a um conjunto de estruturas emblemáticas que o compõe. A primeira edificação a ser destacada é a igreja paroquial, ponto-chave e originário das pequenas comunidades rurais. Ela se constitui enquanto lugar de encontro para a comunidade dos fiéis, lugar no qual se pode encontrar pessoas de diversos estratos sociais e culturais, todas partilhando um mesmo espaço e participando dos mesmos ritos. Assim, a paróquia, centro dinâmico no *paese*, adquire uma posição central na recordação e re-evocação da terra de partida, por parte do emigrante (Beneduzi, 2004, p. 131).

Nesta perspectiva, Maíra Vendrame escreve sobre a formação dos lugares a partir dos processos de territorialização em espaços distantes. Em suas palavras,

buscar reconstruir através de uma perspectiva micro as ações e práticas que viabilizaram a construção dos territórios imigrantes em regiões de colonização europeia no Brasil, na relação com a elaboração de centros de identificação, pertencimento, instituição de vínculos e reconhecimentos na escala local e mais ampla, é algo fundamental para entender a produção de espaços sociais e políticos de direitos, estruturados pela atuação de grupos familiares reconhecidos por instituições informais e formais (Vendrame, 2023a, p. 216-217).

A continuidade das práticas presentes na memória dos indivíduos migrantes e de seus familiares, como crenças, hábitos cotidianos e culturais, constitui importantes elos de conexão com a vida no novo lugar e com as pessoas que passam a compor sua rede interpessoal de convívio. A identificação da presença desses elementos permite compreender o significado identitário dos indivíduos que habitam esse espaço. Como coloca Maíra Vendrame,

estudar a maneira como as diferentes ações, reivindicações e práticas

conformam os lugares de prerrogativas e identificação, como o da paróquia, comunidade e vizinhança, seja no meio urbano ou rural, é uma proposta que permite lançar novos questionamentos sobre processos e dinâmicas acerca das mobilidades e dos mecanismos de integração, diferenciação e separação em realidades migratórias (Vendrame, 2023a, p. 217).

A realidade é válida para os indivíduos pesquisados? É para todos os grupos sociais ou apenas parte deles? Os espaços da cidade de Garibaldi também possuem os elementos que transmitem o sentimento de pertencimento aos grupos? De acordo com as fontes consultadas, sim. Os espaços da cidade interligam os moradores locais por representarem áreas propícias de convívio e trocas sociais.

Além da paróquia, também é possível identificar as praças como espaços propícios para a prática da socialização e do convívio entre os moradores. De acordo com Luís Fernando Beneduzi,

no espaço da Igreja paroquial, associa-se um outro *locus* privilegiado da memória *paesana*: a praça. Enquanto lugar do reconhecimento da comunidade, tanto em sua sociabilidade cotidiana quanto nas imagens e nomes que a ela caracterizam, a praça assume uma função pedagógica na comunidade local. Esse lugar físico composto por bancos, jardins, fontes e monumentos tem algo que se constrói para além do plano sensível e concreto, dando a conhecer seu relacionamento com a população. Ela traz em si um conjunto simbólico que foi sendo forjado em séculos de existência, toda uma relação de empatia com esse lugar de descanso e de trocas (Beneduzi, 2004, p. 133).

A área urbana de Garibaldi possui duas praças que foram construídas na primeira metade do século XX. A primeira delas na Praça da Ermida, e a segunda, na Praça das Rosas.

Na perspectiva do estudo de Luís Fernando Beneduzi (2004) sobre a ex-colônia Conde d'Eu, a praça é vista como um lugar de trocas sociais, onde os indivíduos passeiam com suas famílias e amigos, é também local para encontros amorosos, discursos políticos, conversas cotidianas e de festividades. Segundo o autor,

a praça é um lugar de encontros amorosos, fraternos, políticos, sociais, também de desencontros. Ela se constitui em um local de luta e de festa, das paradas militares e da busca de emprego, das conversas após a missa e das discussões sobre o socialismo. Dessa forma, esse espaço interconecta a sua paisagem concreta com uma estreita relação de sensibilidade, o que a faz ser elemento de rememoração e de certezas (Beneduzi, 2004, p. 133-134).

Outro local propício para o convívio entre os habitantes da cidade são as casas de

comércio, como bares e restaurantes. Em Garibaldi, vários deles estão localizados na Rua Buarque de Macedo em alguns dos casarões construídos ali. Indivíduos de diferentes grupos sociais frequentavam os mesmos bares e restaurantes, em sua maioria homens. Luís Fernando Beneduzi (2004) escreve sobre as diferenças entre os espaços de convivência dos grupos sociais distintos. Para ele,

enquanto a *osteria*⁵⁸ é o local do proletário, da língua falada e da subversão, o *caffè* é o lugar de encontro do burguês e do aristocrático, da cultura escrita e figurativa, o lugar da integração. Mas ao se perceber esses dois locais como partícipes de um sistema de comunicação e sociabilidades, eles adquirem um caráter comum, como ambientes de discussão de ideias, de partilha de pensamentos e das expressões da quotidianidade (Beneduzi, 2004, p. 135-136).

As trocas interpessoais podem acontecer também no comércio de produtos secos e molhados, conforme a Figura 19 a seguir.

Figura 19 – Casa de venda de produtos



Venda de Secos e Molhados de Carlos Bonet, início do século 20

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

⁵⁸ De acordo com os dados trazidos por Luís Fernando Beneduzi, “caffè - manteve-se o nome original desses lugares que ainda existem na Itália que condensam em si os serviços de um bar e de uma cafeteria; são os grandes salões públicos do século XIX. Osteria – é uma espécie de antigo bar” (Beneduzi, 2004, p. 135).

Na Figura 19, observam-se homens, mulheres e crianças que frequentavam o local. Alguns homens a cavalo, possivelmente utilizavam o animal para auxiliar no transporte das mercadorias compradas. Outros elementos presentes no registro mostram o início da ocupação do espaço de Garibaldi, como a estrada de chão batido, a vegetação abundante atrás da edificação, a arquitetura do prédio comercial. Infelizmente, a fonte não indicou qual é o local exato da venda. Olívio Manfroi (2001) refletiu sobre o espaço da venda como referência de encontros e trocas sociais. Para ele,

o negociante ou o bodegueiro foi outro elemento importante na estrutura destas comunidades coloniais. Foi um segundo líder e, em muitos casos, o principal animador da sociedade local. Ao lado de todas as igrejas e capelas estabelecia-se a venda, a casa de comércio, na qual os colonos encontravam tudo o que precisavam, desde os mais variados xaropes até os finos tecidos. [...] A venda era, também, o banco local [...]. A venda era uma espécie de parlamento rural, onde os colonos discutiam, [...], tudo o que acontecia na sociedade local, na vida política. Na venda chegavam todas as notícias, as novidades e tudo era comentado, criticado pelos colonos (Manfroi, 2001, p. 146-147).

Diversos são os aspectos que compõem os espaços de sociabilidade e favorecem a formação de redes interpessoais de convívio, como os espaços físicos das casas de comércio, das vendas, das bodegas, da igreja e das praças. Além disso, há o valor simbólico que cada um desses espaços pode despertar ou significar para os indivíduos que os frequentam. Para alguns, representam apenas o comércio de produtos de uso comum, necessários à manutenção das necessidades básicas cotidianas. Para outros, constituem momentos de encontro com amigos, de diversão e entretenimento, de troca de informações ou de fortalecimento de sentimento de pertencimento a um grupo e ao coletivo social. Enfim, a significação depende da percepção de cada indivíduo sobre determinado espaço ou das escolhas que realiza em relação a ele, podendo essas interpretações mudarem ao longo do tempo, em função das transformações que cada sujeito experimenta em sua trajetória de vida. Nessa perspectiva, Maíra Vendrame escreve que,

analisar as escolhas, comportamentos, experiências e relações que unem as pessoas e criam identificações com um espaço, aparece como algo importante para compreender como um território se conforma. Enquanto um local do vivido e do agir social, a dimensão espacial vai assumindo significados diferentes no decorrer do tempo para aqueles que nele vivem, bem como passa por um processo de transformação que está ligado ao controle sobre os mais variados recursos, atividades socioculturais e poder territorial (Vendrame, 2023a, p. 218)

Diante disso, o espaço não é visto apenas como um território demarcado ou como um

local de edificação de um prédio ou de uma casa; ele resulta da ação dos indivíduos sobre ele. Essas ações, carregadas de valor simbólico, englobam valores, crenças, relações interpessoais e comportamentos refletidos nas práticas sociais dos grupos. O espaço é, ainda, dinâmico, estando interligado às mudanças pelas quais a sociedade passa no decorrer do tempo. Como escreve Maíra Vendrame,

o território deve ser compreendido através da perspectiva relacional, centrando nos comportamentos e práticas sociais, sem deixar de considerar a dimensão concreta, como uma área onde se constituem referências materiais e simbólicas, estruturas de poder que se sobrepõem, espaço de embates pelo controle de recursos e direitos (Vendrame, 2023a, p. 221).

Neste sentido, foram observadas as fontes sobre o processo de formação do espaço urbano de Garibaldi, originado a partir da colonização italiana no Rio Grande do Sul, inicialmente concebido como uma colônia para receber esses viajantes e que, no decorrer do século XX, passou por inúmeras transformações. A cidade atingiu o patamar territorial de município e, posteriormente, estruturou seu processo de urbanização e industrialização. É nesse contexto que se consideram também a vinícola, os trabalhadores e suas famílias, observando-se o espaço como fruto das experiências e das vivências de tantas mulheres, homens e crianças que por ele passaram, e não apenas como um conjunto de edificações arquitetônicas conectadas por estradas.

Dessa forma, este capítulo foi organizado com o objetivo de apresentar ao leitor não apenas o contexto histórico formador da cidade de Garibaldi, mas também a produção dos espaços como constituintes das práticas de sociabilidades entre os habitantes locais. Considerando essas questões, na sequência se avança para apresentar os trabalhadores da vinícola Armando Peterlongo e seu cotidiano de trabalho.

CAPÍTULO 2. CONHECENDO AS FAMÍLIAS OPERÁRIAS

Muita gente veio da colônia, morava pra cá pra trabalhar na firma. Sim, que nem hoje, quanta gente não vem da colônia, que eles vêm trabalhar aqui, quanta gente. Sim e daí ganhava mais, né. Era um salário fixo, né. E então ali era uma coisa boa, ali pra eles. Enfim, trabalhava até marido e mulher, trabalhava todos, né (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E.).

Dona Mariana.E trabalhou por toda sua vida na vinícola da família Peterlongo, dos seus dezessete até os quarenta e nove anos, quando se aposentou. Foi seu primeiro e único emprego. Por ter passado tanto tempo na vinícola, ela conheceu muitos do(a)s operário(a)s. Neste trecho de sua fala, ela comentou que muitos trabalhadores vinham de áreas rurais para trabalhar, pois teriam um salário fixo, uma garantia de sustento. Citou a presença de casais entre os empregados, pontuando a existência de grupos familiares no interior da vinícola. Nessa perspectiva, o capítulo dois discorrerá sobre a história de trabalhadores e trabalhadoras, bem como as escolhas que fizeram.

Na primeira parte do estudo, analisar-se-á as origens do(a)s operário(a)s, as ações deles na fábrica, descrevendo as rotinas laborais e tecendo, mesmo que inicialmente, aspectos que caracterizaram suas trajetórias no espaço da Peterlongo. Para isso, faz-se necessário identificar o contexto de origem das famílias, a fim de compreender os motivos que as levaram a optarem pelo trabalho fabril e, especialmente, na vinícola Peterlongo. Neste processo de mudança socioeconômica vivenciado pelos grupos familiares, antes caracterizados pelo trabalho agrícola e pela vida na área rural, almeja-se compreender as motivações que os levaram a tomar tais decisões e como elas impactaram na organização interna da família, de forma coletiva e/ou individual.

Esta parte do estudo é voltada à identificação dos elementos que compunham o cotidiano de trabalho na vinícola, por exemplo, a forma de contratação, a carga horária laboral diária, cargos e atividades exercidas e direitos trabalhistas concedidos. Elementos estes, que permitem ter o conhecimento de como era ser um(a) trabalhador(a) na vinícola. Da mesma forma, torna-se importante analisar, nesse momento, como as redes interpessoais entre o(a)s operário(a)s e até mesmo com os membros da família empresária se formaram. Quem integrava essas famílias, como eram organizadas e quais impactos exerciam na formação do operariado vinculado à empresa de Armando Peterlongo até a década de 1960.

2.1 FAMÍLIAS MIGRANTES E A FORMAÇÃO DA COLÔNIA CONDE D'EU

Os protagonistas têm sua origem na imigração italiana para o Brasil, especialmente para a região sulista. Iniciada no ano de 1875⁵⁹, quando os primeiros imigrantes chegaram aos núcleos coloniais criados na região nordeste da província⁶⁰.

Em 1848, o Governo Geral doou 36 léguas quadradas de terras para a colonização de imigrantes europeus na região da planície dos Vales do Rio Caí e do Rio dos Sinos. Na sequência, a autoridade provincial solicitou mais terras devolutas na área do planalto, que também seriam destinadas para a colonização europeia. Foram entregues 32 léguas quadradas, divididas em dois territórios, que, posteriormente, transformar-se-iam em duas colônias destinadas aos imigrantes italianos. Segundo Thales Azevedo,

o Rio Grande legisla pela primeira vez em 1851 sobre a concessão dos lotes aos colonos, dando a estes gratuitamente a terra, alguns instrumentos agrícolas e sementes. Somente em 1854 é promulgada uma legislação provincial que regula a colonização até o fim do século e supera os inconvenientes da cessão gratuita de terras. As normas então estabelecidas são as que se adotarão para a colonização italiana, de 1875 em diante (Azevedo, 1975, p.78).

Essa concessão de terras⁶¹ destinadas para a fundação de duas colônias fora realizada pelo Ato de 09 de fevereiro de 1870 pelo Ministério da Agricultura, pelo preço de um real por braça quadrada, medida que seria paga ao governo imperial. O presidente da província Dr. João Sertório tomou as medidas necessárias para o loteamento imediato desses territórios e, pelo Ato de 24 de maio de 1870, decidiu que essas terras seriam chamadas de Colônia Conde d'Eu, em homenagem ao genro do imperador D. Pedro II, e de Colônia Dona Isabel em homenagem à princesa imperial.

O plano do Governo Provincial, nesse momento, era de integração desses colonos italianos, para a colonização do território por agricultores e pequenos proprietários de terras que se mantivessem nos lotes com suas famílias, evitando que retornassem para o país de origem.

⁵⁹ Apesar do objeto de estudo estar delimitado temporalmente entre os anos de 1900 e 1960, faz-se necessário recuar algumas décadas — para os anos finais do século XIX — a fim de compreender melhor a formação dos lugares a serem analisados.

⁶⁰ Apesar do objeto de estudo estar delimitado temporalmente entre os anos de 1900 e 1960, faz-se necessário recuar algumas décadas — para os anos finais do século XIX — a fim de compreender melhor a formação dos lugares a serem analisados.

⁶¹ AZEVEDO, Thales. *Italianos e gaúchos*. Porto Alegre: A Nação, 1975. MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul - implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: Est Edições, 2001.

Contudo, essas primeiras colônias apresentaram uma série de dificuldades para serem povoadas. Segundo Vânia Herédia, “em 1871, os sintomas do fracasso da ocupação dessas terras eram visíveis, pois apenas 37 lotes haviam sido ocupados em Conde d’Eu e nenhum em Dona Isabel” (Herédia, 1997, p. 35). Diante dessa situação de paralisia da imigração, o governo provincial, por meio do presidente Francisco Xavier Pinto Lima, assinou um contrato em 28 de abril de 1871, pela Lei nº 749, com a Companhia Caetano Pinto & Irmãos, e também com Holtzweissig & Cia, para a introdução de 40.000 colonos europeus no prazo de dez anos. As condições estabelecidas entre o governo provincial e essas companhias são apresentadas por Olívio Manfroi:

com efeito, pelo contrato, Caetano Pinto se comprometia introduzir, cada ano, ao mínimo 2.000 imigrantes e ao máximo 6.000, dos quais o número de não-agricultores não poderia exceder o 10%. Caetano Pinto receberia por imigrante adulto recrutado 60\$000 réis e 25\$000 pelos imigrantes de 1 a 10 anos. A Província encarregar-se-ia da hospedagem e do transporte até as colônias (Manfroi, 2001, p. 54).

Com o fechamento desse contrato, o presidente da província esperava um grande número de imigrantes e, em 1872, ordenou a delimitação de 500 lotes de terras na colônia Conde d’Eu. Mas, dois anos depois, o agente Luiz Kraemer Walter descreveu a situação da colônia: “não fez progressos a colônia Conde d’Eu, apesar da uberdade de seu solo e da excelente posição em que se acha colocada [...]”.⁶²

O fracasso da iniciativa e o não cumprimento das cláusulas⁶³ do contrato levaram o governo provincial a devolver esse projeto para o governo imperial nos anos de 1875 e 1876. As colônias de Conde d’Eu e Dona Isabel foram entregues para o império, pois a província se mostrava incapaz de povoá-las. Em 1878, o contrato estabelecido com Caetano Pinto foi anulado. A partir dessa anulação, a corrente imigratória italiana se intensificou, passando a ser subsidiada pelo governo imperial.

As primeiras colônias a serem fundadas para receber especialmente imigrantes italianos na província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram as colônias de Conde d’Eu e Dona Isabel, no ano de 1870⁶⁴. Inseridas no contexto da política do governo imperial e provincial do

⁶² Dados trazidos pelo Relatório do Presidente da Província de 1872. In: MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul* - implicações econômicas, políticas e culturais. 2. ed. Porto Alegre: Est Edições, 2001, p. 54.

⁶³ TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico* - um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989. MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul* - implicações econômicas, políticas e culturais. 2. ed. Porto Alegre: Est Edições, 2001.

⁶⁴ No ano de 1875, foi fundada a colônia Colônia Fundos de Nova Palmira- posterior Caxias, com o objetivo de

final do século XIX, a colonização italiana visava transformar o território colonial em espaço ocupado e destinado à produção agrícola.

Foram estabelecidas na região da Encosta da Serra⁶⁵, ao norte das colônias alemãs de São Sebastião do Caí, Montenegro, Estrela e Lajeado. Como indica Olívio Manfroi, “em poucos anos, a serra, até então abandonada pelos gaúchos e colonos de outras nacionalidades, tornou-se uma região tipicamente italiana” (Manfroi, 2001, p. 61).

Os núcleos coloniais começaram a ser povoados⁶⁶, de forma regular, apenas cinco anos após a sua fundação, a partir de 1875, com a chegada dos primeiros imigrantes. Administrativamente, Conde d’Eu e Dona Isabel representavam apenas uma colônia e cada uma delas media 16 léguas quadradas. Conde d’Eu estava situada à esquerda do caminho da colônia Maratá; que seguia para o Rio das Antas, estando, ao norte e a oeste, limitada por esse mesmo rio e, ao sul, por terras devolutas. Em relação ao clima característico do lugar, Luís De Boni esclarece a percepção que o italiano quando da sua chegada,

embora a altitude acima do nível do mar não seja de mais de 770 metros, sente-se muito frio, não sendo rara a neve nos meses de setembro e outubro. Por isso, os nossos colonos encontram nestas regiões uma temperatura semelhante à de sua pátria e um solo fertilíssimo, que produz quase todos os produtos da Europa (De Boni, 1987, p. 21).

Esses espaços territoriais foram ocupados de acordo com a chegada das famílias dos imigrantes. Segundo Loraine S. Giron (1992), “a colonização compunha-se principalmente de famílias”, visto que, para o desenvolvimento da produção no lote de terra e sua manutenção, a mão de obra familiar era primordial. Esse foi um dos fatores que diferenciam a colonização da região Sul e Sudeste do Brasil por italianos. Enquanto na primeira, a colonização foi realizada basicamente por famílias que foram organizadas em propriedades de terra para facilitar e garantir a sua permanência; na segunda, a intenção era fornecer mão de obra nas lavouras de café, não tendo como objetivo principal fundar colônias agrícolas.

A população recebida pela colônia de Conde d’Eu era majoritariamente constituída por italianos, vindos das regiões das províncias do norte da Itália, em especial do Vêneto e Trentino.

também receber imigrantes italianos. Ela foi estabelecida próxima às de Conde d’Eu e Dona Isabel. Enquanto na região nordeste do Estado foram fundados os primeiros três núcleos de colonização italiana, o quarto foi constituído na área central da província, em 1877. A Colônia Silveira Martins localizava-se nos municípios de Santa Maria da Boca do Monte e Cachoeira do Sul (Tedesco, 2001).

⁶⁵ A palavra “serra” designava a região que, geograficamente, representa a orla meridional do planalto. Possui como paisagem natural, a floresta subtropical com a presença de profundos vales, o que dificulta sua exploração (Tedesco, 2001).

⁶⁶ Relatórios do presidente da província dos anos de 1870 a 1873 (Manfroi, 2001, p.65).

Também havia a presença de franceses, alemães, austríacos (Tirol) e brasileiros⁶⁷. Devido à marcante presença de italianos, a forma de organização dos espaços coloniais se relacionava fortemente com a cultura do grupo, que após estabelecido os lotes de terras, eles buscaram organizar os espaços de sociabilidade e devoções⁶⁸.

Para representar a origem dos imigrantes europeus que se instalaram na Colônia Conde D'Eu, a seguir pode-se conferir nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4 – Origem da população da colônia Conde d'Eu nos anos de 1878 e 1879

Origem populacional	Quantitativos
Italianos	2291
Austríacos – Tirol	780
Brasileiros	395
Franceses	118
Total	3957

Fonte: Elaborada pela autora com base em Caprara e Luchese (2005, p. 160-161).

⁶⁷ Os dados das nacionalidades constam no Arquivo Público e Histórico de Bento Gonçalves. In: CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves - 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

⁶⁸ Sobre a forma de organização dos imigrantes no espaço colonial ver: VENDRAME, Máira I. *Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914)*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, 2007. VENDRAME, Máira I. *Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910) (1875-1915)*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, 2013.

Tabela 5 – Dados estatísticos da população da colônia de Conde d’Eu, em 31/12/1883

Habitantes				Estado Civil				Nacionalidade								
Linhas	Homens	Mulhe- res	Total	Soltei- ros	Casa- dos	Viú- vos	Total	Italia- nos	Austría- cos	France- ses	Alemães	Espanhóis	Suíços	Inglese	Brasileiros	Total
Sede da Colônia	106	83	189	96	90	3	189	96	13	3	1	-	-	-	76	189
Estrada Geral	369	323	692	423	258	11	692	366	51	191	2	-	-	-	82	692
Alencar Araripe	152	120	272	161	100	11	272	173	28	4	-	2	-	-	65	272
Araujo e Souza	61	55	116	68	46	2	116	74	15	-	-	-	-	-	27	116
Garibaldi Nova	56	46	102	60	40	2	102	75	2	-	-	-	-	-	25	102
Garibaldi Velha	117	123	240	135	100	5	240	185	10	-	-	-	-	-	45	240
Camargo	79	67	146	86	56	4	146	56	-	-	-	-	-	-	90	146
Costa Real	174	146	320	192	123	5	320	265	-	-	-	-	-	-	55	320
Presidente Soares	90	79	169	97	68	4	169	146	23	-	-	-	-	-	-	169
Boa Vista	543	362	905	599	295	11	905	608	8	8	57	-	-	-	224	905
Azevedo	557	417	974	535	408	31	974	289	147	4	258	2	27	4	243	974
Vitória	53	44	97	54	36	7	97	82	-	-	-	-	-	-	15	97
Santa Clara	375	329	704	444	240	20	704	297	1	22	86	5	85	-	208	704
Figueira de Mello	770	610	1.380	862	488	30	1.380	641	377	1	-	-	-	-	361	1.380
TOTAL																6.306

Fonte: De Boni (1985, p. 54).

Os dados descritos nas Tabelas 4 e 5 apontam para o contínuo crescimento da população da colônia Conde d'Eu — atual município de Garibaldi — durante os primeiros anos da imigração para a região. Apesar da diversidade da origem dos imigrantes, a grande maioria foi composta por italianos. Na descrição mais detalhada, apresentada pela Tabela 5, é possível apontar outros elementos que caracterizavam os imigrantes. Observando os contingentes totais da colônia, incluindo todas as comunidades existentes, percebe-se a presença maior de homens em relação ao de mulheres, bem como é maior o grupo de indivíduos solteiros do que dos casados e viúvos. Para este dado em específico, pode-se compreendê-lo sob duas hipóteses: a primeira, pelo grande número de filhos em cada família; e a segunda, pela vinda antecipada de alguns indivíduos, que migraram sozinhos, precedendo seus familiares e, que com passar do tempo, dependendo de seu êxito ou não, motivaram a migração dos demais membros da família.

Sobre estes dados migratórios, deve-se considerar a decisão de migrar como uma escolha e/ou uma estratégia adotada por indivíduos e grupos. Seja como opção pessoal ou decisão coletiva de famílias, como objetivo de mudança de vida. Sob essa óptica, as pessoas que migram são agentes ativos no processo migratório. A decisão de abandonar a terra natal e deslocar-se para outro continente era um aspecto que desencadeava uma série de consequências em seus percursos de vida. Dessa forma, apesar da imigração ser entendida, pela historiografia tradicional, como um processo global, é, em igual medida, um processo individual. Isso se deve, antes de tudo, à decisão tomada por cada pessoa, motivada por diferentes situações; indivíduos e grupos, impulsionados por esses fatores, protagonizaram o ato de migrar.

Em decorrência da ação conjunta de milhares de pessoas, a migração tomou proporções internacionais, conhecida como um processo de participação global ocorrida nos séculos XIX e XX. Maíra Vendrame menciona que “as novas pesquisas destacaram as escolhas dos imigrantes como sujeitos ativos que agiram segundo lógicas próprias de ação” (Vendrame, 2016, p. 69). Nesse sentido, defende que sob esta nova visão, os camponeses são percebidos como atores sociais que buscaram informações sobre locais e condições de trabalho antes de tomar a decisão de migrar. Isso faz com que os imigrantes sejam percebidos como sujeitos que fizeram escolhas, estabeleceram estratégias, possuíam projetos individuais e coletivos, não sendo, portanto, apenas vítimas de um processo estrutural mais amplo que desencadeava a saída dessas pessoas de seus locais de origem em busca de novas oportunidades de vida no além-mar.

Sobre a importância de se observar a realidade social que cerceava a vida dos indivíduos que migraram, Vânia Herédia afirma que, “os quadros sociais em que ocorreu o fenômeno da imigração são importantes para entender o sentimento de pertencimento, que gera elementos de identidade entre os que se deslocaram (Herédia, 2016, p. 11). Quais seriam as motivações, os

objetivos e os gatilhos que impulsionaram milhares de sujeitos, em diferentes localidades, mover-se para continentes e terras tão distantes? Como eram as vidas destes migrantes antes da partida? Quem deixaram para trás? Quais suas expectativas? Alguém os esperava no além-mar? Bem, estas são algumas das dúvidas que vêm à mente ao analisar os nomes de registros nas fontes documentais. Quantas informações estão implícitas no documento que carrega um nome?

Nesta reflexão sobre a relevância de se observar as fontes ao microscópio, buscando compreender a história pelas pessoas que a construíram, seguindo as sugestões de Carlo Ginzburg, conferidas no texto intitulado: “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico⁶⁹”, o historiador faz referência ao método onomástico como instrumento da investigação histórica. Discorre sobre como o “nome” pode ser empregado como fio condutor na pesquisa, apresentando-o como elemento de interconexão entre os contextos analisados. Pode ser também empregado para estruturar a narrativa histórica, identificando os indivíduos e os elementos que compuseram a realidade que quer se contextualizar. Para Carlo Ginzburg, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”. (Ginzburg, 1989, p. 175). No decorrer do texto, o autor sugere como fazer uso deste método para melhor compor as relações sociais em uma análise, identificando nos documentos dos arquivos, fontes de grande relevância para a realização desta reconstrução histórica. Nas palavras de desse autor,

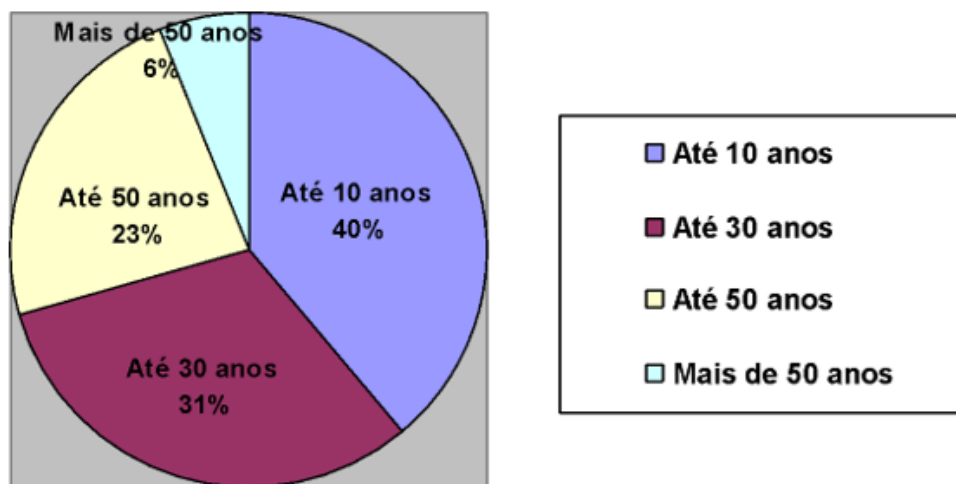
o melhor ponto de partida não é, provavelmente, o arquivo paroquial, mas o arquivo da grande propriedade. Isso permite selecionar nomes de camponeses e nomes de lugares que podemos procurar com mais esperança de sucesso nos outros arquivos (registros paroquiais e cadastros) onde deveriam estar contidos, em princípio, os nomes de todas as famílias e de todas as propriedades. Por um processo análogo é possível reconstituir, com base em autos notariais, as estratégias matrimoniais de famílias aliadas e afins. [...]. O fio condutor é, mais uma vez, o nome (Ginzburg, 1989, p. 174-175).

Nesta direção, o nome permite reconstruir a cadeia de relações parentais e sociais que um indivíduo traçou em sua trajetória de vida. O que inevitavelmente, leva à recomposição da trama social que costurou o contexto histórico de uma família e/ou de uma comunidade, por exemplo.

Voltar-se-á à caracterização do grupo populacional que compunha a sociedade colonial de Conde d’Eu e, para isso, observa-se o Gráfico 1.

⁶⁹ GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989.

Gráfico 1 – Faixas etárias da população de Conde d’Eu em 1883



Fonte: Elaborado pela autora, com base em De Boni (1985, n. p.).

Segundo o Gráfico 1, a maioria da população era formada por indivíduos até 10 anos de idade, seguidos pelos indivíduos de até 30 anos de idade. Esses dados corroboram com a afirmativa anterior quanto aos números da Tabela 5: maior número de solteiros do que de casados. Isto porque, ao juntar os dados percebe-se que o elevado número de crianças mostra que muitos migrantes chegaram acompanhados por suas famílias, esposa e filhos. E, também, como os relatórios não distinguem as crianças dos jovens solteiros, compreende-se que os dados se referem a ambas as informações, o que faz com que o grupo designado ‘solteiros’ seja maior que o de casados, em sua totalidade.

Conde d’Eu foi formada por famílias imigrantes, que optaram pelo caminho da travessia oceânica. Como destaca Maíra Vendrame, “pode-se afirmar que as famílias se utilizaram das relações de parentesco e reciprocidade como vínculo de transmissão de notícias e de auxílio, permitindo que, de diferentes maneiras, os indivíduos encontrassem espaço na sociedade receptora” (Vendrame, 2016, p. 82). Os vínculos de parentesco, as amizades estabelecidas na viagem auxiliaram na instalação das famílias nos núcleos coloniais. O que levou a formação de comunidades com uma certa homogeneidade étnica. Segundo Thales Azevedo,

as colônias vieram a ser agrupamentos de famílias e indivíduos procedentes de diferentes nações da península itálica, aglutinados em núcleos mais ou menos homogêneos e caracterizados pela origem étnica de seus componentes, mas todos englobados na mente dos administradores brasileiros e dos demais rio-grandenses como ‘italianos’ (Azevedo, 1975, p. 82).

Essa homogeneidade cultural⁷⁰ que ocorreu no período inicial da colonização possibilitou aos imigrantes e a seus descendentes organizarem-se segundo suas tradições e costumes. Como afirma Gustavo Valduga, “[...] instituições como a Igreja, a escola e a família tinham a função de manter vivos os laços de origem através da religião, da língua e da ancestralidade comum” (Valduga, 2007, p.12). Assim, para o imigrante, tornar-se-ia mais fácil a sua acomodação na nova sociedade.

2.2 DO ESPAÇO RURAL AO OPERARIADO: REPERCUSSÕES NA ESTRUTURA FAMILIAR

Os contingentes populacionais de imigrantes que chegavam ao Brasil, mais especificamente à província do Rio Grande do Sul, seguiam as condições impostas pelo governo imperial, uma das quais era a de que fossem agricultores. Contudo, entre os agricultores, também existiam aqueles que desempenhavam outros trabalhos. Nos relatórios escritos aos intendentes,⁷¹ é possível constatar outras profissões desempenhadas pelos estrangeiros, como alfaiate, carpinteiro, sapateiro, tanoeiro, hoteleiro, barbeiro, confeitiro, funileiro, moleiro, relojoeiro, ferreiro, carreteiro, caminhoneiro, boticário, oleiro, pintor, mecânico, ourives. Essas habilidades, muitas vezes, eram omitidas no momento da chegada ao Brasil, sendo apenas registrada a condição de agricultores dos imigrantes. Segundo Luís De Boni, “os que se dedicavam à agricultura, que são a grande maioria, pertencem às províncias vênetas, enquanto os de outras regiões da Itália, como os toscanos e os meridionais, exercem diversos outros ofícios” (De Boni, 1985, p.62). Para ele, essa situação não ocorria apenas no Rio Grande do Sul. Nos relatórios do estado de São Paulo também é possível perceber que os imigrantes se apresentavam como agricultores para receberem os benefícios destinados aos estrangeiros que desejavam atuar como colonos.

O conhecimento de outras atividades facilitou ao imigrante organizar-se em seu lote de terra e possibilitou para alguns abrir seus próprios negócios. Como destaca Vânia Herédia,

o fato dos colonos fabricarem os produtos necessários para a produção agrícola criou inicialmente um mercado que foi se ampliando em toda a zona colonial, principalmente porque eram produtos fabricados artesanalmente, necessários para o desenrolar das atividades agrícolas (Herédia, 1997, p. 68).

⁷⁰ MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul- implicações econômicas, políticas e culturais*.

⁷¹ Dados inscritos no Relatório de 1929. In: CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves - 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

A partir da década de 1880, o cenário econômico das colônias⁷² já se mostrava diversificado, por conta da variedade de casas de negócios e comércio existentes. Na análise de Bernardete Caprara e Terciane Luchese, “a diversidade de negócios, profissões e mesmo de conhecimentos acerca das possibilidades de produção, inicialmente para satisfazer as necessidades, após para melhorar a renda familiar e, quem sabe, ‘fazer fortuna’, são os diferenciais das regiões de colonização” (Caprara; Luchese, 2005, p. 191). Esse diferencial, explicitado pelas autoras, tem suas raízes fundamentadas na presença de uma colonização basicamente realizada por famílias de imigrantes. Essas oferecem, como alicerce para o trabalho na pequena propriedade e/ou na casa de negócios e comércio, a mão de obra disponibilizada por todos seus integrantes, o que se constitui em princípio gerador da economia familiar e da colônia.

Dentre as casas de negócio abertas por imigrantes estão⁷³: sapatarias, moinhos a vapor, moinhos a água, carpintarias, alfaiatarias, hotéis, cervejarias, fábrica de licores, ferrarias, relojoaria e olarias. O que mostra a diversidade de negócios estabelecidos na colônia e os variados conhecimentos profissionais dos imigrantes chegados. Mesmo trazendo poucos recursos financeiros, a grande maioria dos imigrantes conseguiu utilizar de suas habilidades laborais de forma a beneficiá-los. Não só no que dizia respeito ao aumento da renda familiar, mas também no que se referia à melhoria das condições de vida na nova terra. Ampliando as oportunidades produtivas. Concomitante à forte presença da produção agrícola local, ocorria o crescimento das atividades de comércio e o aparecimento de pequenas indústrias artesanais. Conforme Bernardete Caprara e Terciane Luchese,

o desenvolvimento econômico na Região de Colonização Italiana ocorreu lenta e gradativamente primeiro o colono cuidou de prover, fazendo uma agricultura de subsistência, com o tempo e melhor estruturado, apesar das dificuldades de escoamento, pela falta de boas estradas e das condições precárias dos meios usados para transportar os produtos a serem comercializados em São Sebastião do Caí ou em São João de Montenegro (Caprara; Luchese, 2005, p.178).

Nesta perspectiva, Luís De Boni escreve que “as colheitas são suficientes para o consumo das famílias e ainda sobra alguma coisa para ser vendida” (De Boni, 1985, p.63). Dentre os principais produtos cultivados pelos agricultores da colônia estavam o milho, o trigo e a uva. Este último, com o passar do tempo, tornou-se uma das mais importantes atividades

⁷² As colônias a que as autoras se referem são Conde d’Eu e Dona Isabel.

⁷³ Dados consultados na obra CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves - 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

econômicas desenvolvidas pela indústria local, pois foi utilizada como base para a elaboração de vinhos, licores e champanhes. Pela sua importância, a produção da uva e de seus derivados levou à pesquisa das fontes da vinícola de Garibaldi.

A figura do comerciante⁷⁴, que começava a aparecer como um agente de intermediação mercantil e financeira junto aos colonos e que trazia inovações externas para o sistema de trabalho e modernidade do lar, mostrou-se como um elo entre a sociedade rural e a que surgiu posteriormente, centrada em um espaço urbano. Mas, antes de tudo, traçou a ponte que ligou os processos econômicos locais ao mundo externo da colônia. Esse processo de mudança ocorrido nos núcleos coloniais europeus do Estado pode ser explicado da seguinte maneira por Paul Singer,

seguir as fases do desmatamento e agricultura de subsistência no período inicial de assentamento, produzindo através da agricultura excedentes comercializáveis que levaram a uma ‘agricultura comercial’ especializada na produção de gêneros alimentícios, dirigida ao mercado local, regional e mais tarde nacional (Singer, 1968, p.167).

No contexto da evolução das atividades comerciais exercidas na zona colonial italiana, especificamente em Conde d’Eu e Dona Isabel, pode-se compreender dois momentos: no primeiro, a circulação dos produtos acontecia pela troca destes por outros gêneros, pois, em geral, os agricultores plantavam e produziam os mesmos tipos de produtos, o que dificultava a realização da troca de mercadorias entre eles; num segundo, os colonos adquiriram certa capacidade aquisitiva por meio da agricultura comercial, sob a forma de escambo. A troca de produtos aconteceu à medida que o colono passou a inserir sua produção no mercado e a convertê-la em valor monetário.

As atividades comerciais tiveram, como momento de intensificação de seu crescimento na construção da ferrovia, a partir do ano de 1910, por meio da estrada de ferro que ligava Montenegro a Caxias do Sul. Dessa forma, os comerciantes tiveram maior facilidade para o escoamento das mercadorias da zona colonial para os grandes centros. De acordo com os dados trazidos no relatório de 1910⁷⁵, a construção da estrada de ferro era uma aspiração da população pelo desenvolvimento econômico do município, pois, com a sua chegada, o escoamento dos produtos se tornaria mais fácil e rápido. A construção da estrada de ferro no estado do Rio

⁷⁴ TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. Ver também CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves - 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

⁷⁵ Relatório de 1910. Protocolo de Ofícios 1906 a 1918. In: CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves - 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

Grande do Sul se deu em virtude do objetivo de ampliação das atividades comerciais. Seu início ocorreu no ano de 1869, partindo de Porto Alegre e atingindo os municípios de São Leopoldo em 1874, Novo Hamburgo em 1876, Taquara em 1903 e Canela em 1924. Outras linhas também foram construídas após esta data inicial. Dessa forma, os municípios de Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi também foram beneficiados pela construção, mesmo que anos mais tarde, da rede ferroviária.

Para João Carlos Tedesco (2001), as atividades comerciais estimulavam o contato entre os vários setores da sociedade colonial. Assim, esse autor afirma que,

a produção comercial, promovendo a circulação de mercadorias e de pessoas, provocou fricções interétnicas entre zonas coloniais econômica e etnicamente distintas, propiciando, assim, informações, trocas, orientações, intermediações, conflitos, novidades etc. (Tedesco, 2001, p. 35).

Os produtos começaram a ser encaminhados não apenas para o autoconsumo, mas também para as indústrias. Segundo Ronaldo Herrlein e Gentil Corazza,

o desenvolvimento industrial, consistindo na crescente transformação das matérias-primas, fornecidas pela agropecuária, por processos produtivos mais complexos, é de grande importância para a sociedade, ao incrementar seu bem-estar, ampliando e qualificando sua provisão de bens e serviços, estendendo oportunidades de ocupação e obtenção de renda e possibilitando maior mercado à produção primária (Herrlein; Corazza, 2007, p. 137).

A produção de uvas e a consequente elaboração de vinhos é, sem dúvida, o principal produto de exportação da região colonial analisada. Diferenciando-se da realidade do final do século XIX, que mostrava que o vinho não era o produto de maior interesse dos agricultores, o crescimento na produção ocorreu devido à grande presença de cantinas familiares. Já no início do século XX e nos anos seguintes, o número de cantinas foi aumentando, e os agricultores começaram a realizar vendas de seus excedentes produtivos para outras regiões do Estado e do país. Segundo Luiz Fernando Fontoura,

já o cultivo de uva à produção de vinho vai acompanhar a colonização italiana nas encostas dos vales da escarpa na região de Caxias do Sul e entorno, onde no fim do século XIX visava apenas ao abastecimento local. É a partir dos anos 30 que o vinho produzido começa a ser transportado em barris para Santa Catarina, São Paulo e Porto Alegre, desenhando uma produção em escala comercial (Fontoura, 2007, p. 135).

A partir desse contexto, o processo de industrialização se iniciou nos núcleos coloniais

a nordeste do estado. Estas regiões participaram da atividade por emprestar dinamicidade às relações comerciais inter-regionais, possibilitando a acumulação de capital, originário do comércio e repassado à indústria por meio dos investimentos. Segundo Heloísa Reichel, “o imigrante possuía um poder de compra bem maior do que aquele que, radicado em outras regiões do país, se integrava à massa assalariada de campo e da cidade”. (Reichel, 1979, p. 268).

As indústrias que tinham por objetivo atender ao mercado regional não precisavam se deparar com maiores dificuldades para a obtenção de matérias-primas, pois utilizavam os produtos da região para atender às necessidades locais. Mesmo que não obtivessem tecnologias avançadas, havia formas mais rudimentares de produção.

A primeira metade do século XX representou, para as colônias italianas, um importante período de desenvolvimento econômico. Esse processo iniciou-se com a produção de subsistência, baseada na autossuficiência e em uma policultura bastante diversificada, que se mantinha devido às necessidades de consumo e à utilização de técnicas rotineiras. A posteriori, passa-se a praticar a produção comercial. Essa se baseava na dependência de condições econômicas externas decorrentes da divisão inter-regional de trabalho. O que realmente se torna um fator de destaque em todo esse processo é a questão principal que norteia a economia colonial, que é a de estar voltada para a satisfação do mercado interno, como fornecedor de matérias-primas e de gêneros alimentícios. Dessa forma, cabe dizer que todo esse processo não ocorreu de forma simultânea em todas as regiões coloniais, mas seguiu a lógica de crescimento econômico e da implementação da infraestrutura para o transporte em cada região, por exemplo, a construção e ampliação das estradas.

Ao trabalhar com a questão da formação do espaço industrial gaúcho e refletir sobre a participação da região colonial imigrante, Sandra Pesavento afirma:

a atividade dos comerciantes de origem imigrante permitia uma razoável acumulação de capital; formara-se um mercado regional para manufaturados na zona colonial e nos centros urbanos; a agropecuária fornecia matéria-prima e a mão de obra imigrante que deixava a lavoura colonial em demanda das cidades era da melhor qualidade (Pesavento, 2002, p.75).

Pode-se observar que, à medida que crescia o mercado local, ocorreu também um aumento no montante de estabelecimentos que se dedicaram ao beneficiamento da matéria-prima obtida com a agropecuária, por exemplo, a uva, o feijão, o vinho e a banha. Assim, a integração econômica de Garibaldi ao mercado regional ocorreu, inicialmente, por meio do trabalho de tropeiros, cargueiros e carroceiros. Para João Carlos Tedesco, “por mais de quarenta anos, o transporte das mercadorias dos colonos fez-se, em grande parte, por meio do balseiro,

do cargueiro e, posteriormente, das carroças e carretas” (Tedesco, 2001, p.33). No período de 1910 a 1920, a inauguração da estrada de ferro e a instalação de energia elétrica, em 1913, favoreceram a expansão do setor industrial local garibaldense. Segundo Bernardete Caprara e Terciane Luchese, “no ano de 1913 a preocupação da administração é com a energia, isto é, fornecer a força hidráulica às fábricas e indústrias, que lutam com sérias dificuldades em seus estabelecimentos, em razão das despesas avultadas com o motor a vapor” (Caprara; Luchese, 2005, p. 212). O período foi marcado por um grande crescimento no setor de indústrias de vinhos, produto que, no decorrer do tempo, tornou-se o sustentáculo para a economia local. Com a utilização de “matéria-prima da região, a mão de obra abundante e barata e o capital oriundo do comércio, foi possível às indústrias locais ampliarem suas atividades, passando a importar máquinas e tecnologia moderna” (Giron, 1989, p. 66).

A partir do final do século XIX e início dos anos de 1900, o município de Garibaldi começou a participar das atividades de exportação de vinho para regiões próximas e para outros Estados brasileiros. Com o surgimento das cooperativas vinícolas⁷⁶, a produção do vinho teve condições de enfrentar o mercado regional e solidificar a sua participação no mercado nacional. Assim, a partir da década de 1920, o setor vinícola começou a apresentar maiores índices de participação na economia interna da região colonial italiana e na gaúcha de um modo geral. Isso ocorreu em virtude do crescimento do número de cantinas e de estabelecimentos industriais que se destinaram à elaboração de bebidas vinícolas, como o vinho, o champanhe e os licores. Um dos exemplos mais claros desse desenvolvimento é a vinícola Armando Peterlongo. Fundada com o objetivo de ser uma pequena cantina familiar, tomou grandes proporções ao longo do século XX, transformando-se em uma indústria exportadora de champanhes, responsável por grande parte do crescimento econômico regional.

2.3 A FAMÍLIA NA FÁBRICA – O COTIDIANO DE TRABALHO NA VINÍCOLA ARMANDO PETERLONGO

Devido ao fato de a base da economia familiar⁷⁷ estar voltada para o plantio na pequena propriedade de terra, com o passar do tempo, ocorreu o esgotamento do solo e a decorrente

⁷⁶ HERÉDIA, Vania B.M. A vitivinicultura na zona colonial italiana do Rio Grande do Sul. In: NODARI, Eunice Sueli; ROJAS, Facundo; CERDÁ, Juan Manuel; MORETTO, Samira Peruchi (org.). *História ambiental da vitivinicultura americana*. Cinco séculos de territórios e natureza em torno do vinho. [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2024, 126-142.

⁷⁷ Sobre a economia da família camponesa ver: TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

escassez de produção e de mantimentos para o sustento dos membros da família. Essa situação da diminuição produtiva do solo no lote familiar foi agravada pela pulverização das propriedades, após a segunda ou terceira geração, com o fracionamento da propriedade⁷⁸ entre os filhos. Devido ao problema da falta de terras para as novas gerações, desencadeou-se a migração para regiões urbanas ou a opção de inserção no trabalho industrial assalariado. Contudo, cabe indicar que, esse fenômeno não é generalizado, pois nem todas as famílias enfrentaram essa realidade. Muitas permaneceram no campo, e o lote de terra que possuíam se manteve suficiente para o sustento coletivo do grupo parental.

A busca por ocupações fora da unidade produtiva doméstica e familiar configurou-se como estratégia econômica fundamental para assegurar a reprodução social das famílias camponesas⁷⁹. Nesse contexto, muitos trabalhadores rurais foram compelidos a integrar-se às atividades assalariadas ofertadas pelas fábricas ou a migrar para as cidades, como forma de compensar as perdas das safras agrícolas, impactadas por oscilações climáticas e intempéries que fragilizaram a segurança produtiva.

Em geral, as famílias rurais eram numerosas e ofereciam uma abundante força de trabalho para as indústrias⁸⁰ da região. Nesse sentido, havendo alguns membros da família na indústria, existia a possibilidade de manter a pequena propriedade agrícola e a subsistência do seu grupo familiar. Apesar dos baixos salários pagos pela indústria, esta oportunidade laboral garantia a preservação do lote de terra, contribuindo, assim, para o sustento de todos os membros de sua família.

A concepção que o colono⁸¹ fazia do trabalho, tanto rural como industrial, não era considerada como uma sobrecarga, mas, sim, como uma forma necessária de manter o padrão mínimo de vida merecido. Para os primeiros operários da vinícola Armando Peterlongo e suas

⁷⁸ TEDESCO, João Carlos. Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. TEDESCO, João Carlos. Imigrantes e desenvolvimento econômico nos espaços de origem. A imigração e o retorno de brasileiros da Itália. In: HERÉDIA, Vânia B. M.; RADÜNZ, Roberto (org.). *145 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2021, p. 232- 257.

⁷⁹ HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de Industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

⁸⁰ *Ibid.*, n.p.

⁸¹ O termo colono era utilizado pelas autoridades da época (final do século XIX e início do XX) para designar os imigrantes estabelecidos nos lotes coloniais. Sendo assim, entende-se como colono, o agricultor residente na ‘colônia’ ou na área colonial do estado, o camponês que se dedica à prática do trabalho no campo. O artigo “A dimensão cultural da imigração” de Giralda Seyferth aponta para a construção cultural das relações sociais estabelecidas com a imigração, como o apontamento dos termos ‘imigrante’ para o europeu recém-chegado às áreas coloniais e que ainda aguardava seu estabelecimento e, ‘colono’ para os que já haviam se organizado nos espaços destinados. Em um trecho de seu texto, ao citar a realização de trocas comerciais nas áreas de colonização, Giralda evidencia a diferenciação entre os termos. Funcionavam como ponto de abastecimento de alimentos para imigrantes que aguardavam a concessão de terra e lugar de trocas com os colonos já estabelecidos [...]” (Seyferth, 2011, p. 57).

famílias, a dupla condição de trabalho, tanto na propriedade de terra quanto na indústria, impôs-se como estratégia de reprodução da unidade familiar doméstica camponesa e a diferenciação entre os colonos - proletários e os camponeses encontravam-se mais em nível de ocupação do que em relação aos aspectos de organização do trabalho.

Essa constatação depende do período em que se reproduziu essa força de trabalho. A esse respeito, convém destacar que a mão de obra da vinícola era em parte proveniente da zona rural colonial. Os colonos migrados para a região urbana dessas antigas colônias teriam constituído uma população de cunho fabril. Logo, na primeira e segunda geração, o operariado era oriundo da zona agrícola e das comunidades e dos distritos próximos. Com o decorrer do tempo, os colonos⁸², que se tornaram operários da Peterlongo, indicavam parentes e conhecidos de outras regiões agrícolas ao proprietário. Isto contribuiu para o crescimento da área urbana da cidade e do contingente de trabalhadores da vinícola. Já as gerações seguintes foram formadas pelos filhos e netos desses colonos — operários que nasceram na cidade de Garibaldi. A seguir a Tabela 6:

Tabela 6 – Cidades de origem dos trabalhadores da Peterlongo de 1930 a 1960⁸³

(continua)

Cidade de origem	Homens/mulheres	Cidade de origem	Homens/mulheres
Garibaldi	367	Ijuí	2
Montenegro	25	Boqueirão	1
Bento Gonçalves	6	São Sebastião do Caí	1
Chapecó	6	Passo Fundo	1
Lavras do Sul	5	Osório	1
Carlos Barbosa	4	Estrela	1
Porto Alegre	3	Uruguaiana	1
Lajeado	3	Sarandi	1
Caxias do Sul	3	Iboré	1
Santa Maria	3	Arroio do Meio	1
Alegrete	3	Cachoeira do Sul	1
Júlio de Castilhos	3	Gramado	1
Soledade	2	São Pedro do Sul	1
Encantado	2	Bagé	1
Canoas	2	Bom Jesus	1

⁸² SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, outubro de 2011, p. 47 a 62.

⁸³ A tabela foi construída a partir dos dados pessoais dos (as) operários(as) contratados pela vinícola Peterlongo, registrados no livro oficial da fábrica Armando Peterlongo.

(conclusão)

Cidade de origem	Homens/mulheres	Cidade de origem	Homens/mulheres
São Gabriel	2	Camaquã	1
Guaporé	2	Flores da Cunha	1
Tubarão	2	Criciúma	1
São Paulo	2	São Sepé	1
TOTAL 465			

Fonte: Elaborada pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo 1929-1960.

Este período, de 1930 a 1960, representado pela Tabela 6, configura-se, ainda, como um momento de transição entre a tomada de decisão de ingressar na fábrica e a manutenção das atividades na propriedade agrícola. Sendo, também, um momento de formação da população urbana do município. Os dados dessa Tabela 6 indicam que, 367 trabalhadores eram de Garibaldi, correspondendo ao percentual de 78% do número total, ou seja, esses cidadãos residiam em áreas próximas à edificação da vinícola.

Ao perderem o controle de sua produção e ao se desligarem do papel de proprietário para assumirem o de operário de uma indústria, os trabalhadores passaram a experienciar um novo modo de vida. Como analisa Maria Abel Machado,

viram-se obrigados ao cumprimento de regras e normas disciplinares muito rígidas, impostas pelo dono da fábrica, que passou a ser o dono dos meios de produção. As fábricas transformaram-se em territórios fechados, com seus regulamentos e seus guardiães (Machado, 1998, p. 94).

Essa mudança, dentre todas as que ocorreram, parece ser a que mais afetou o trabalhador em sua estrutura de vida familiar.

Dentre o período de 1930 a 1960, a mão de obra que caracterizava a força de trabalho utilizada pela vinícola Armando Peterlongo tinha, em sua constituição, a presença de mulheres, homens, jovens, brasileiros e estrangeiros, nesse caso, italianos. Esses trabalhadores cumpriam uma jornada de trabalho⁸⁴ de, no mínimo, oito horas diárias, que se estendia das 8 horas da manhã até o meio-dia e das 13h30min até as 17h30min. De acordo com as funções exercidas na vinícola, alguns operários seguiam um horário distinto do descrito acima. Como é o caso dos trabalhadores responsáveis pela vigia e segurança da fábrica, que trabalhavam das 17h30min às 22 horas; e nos dias santos e domingos, das 8 horas às 11 horas e das 12 horas às 16h30min,

⁸⁴ A informação sobre a carga horária de trabalho cumprida pelo(a)s trabalhadores (as) é identificada nos livros de registros de contratação da vinícola dos anos 1929 a 1960.

sendo substituídos pelos vigias noturnos, das 17 horas até as 22 horas. Já os responsáveis pela ronda noturna trabalhavam, diariamente, das 22 horas até as 6 horas da manhã⁸⁵.

O início e o término dos turnos de trabalho eram demarcados por meio de um apito⁸⁶, que soava nos horários estipulados. Já o cumprimento da frequência de trabalho era controlado por livros-pontos, que eram assinados pelos capatazes de cada setor, no momento de chegada e de saída dos operários. Na década de 1960, foi implantado o relógio-ponto para controlar a pontualidade e assiduidade ao trabalho. Sobre a doutrinação do tempo no espaço industrial, Edward P. Thompson escreve,

essa medição incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu ‘próprio’ tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta (Thompson, 1998, p. 272).

Como essa rotina de trabalho era vista pelos operários? Como eles se sentiam no soar do apito? Eles compreendiam os controles de assiduidade como forma de regulação do tempo de trabalho ou não? Difícil saber sem realizar uma exímia pesquisa em diferentes fontes. Já que, compreender seu papel produtivo, pensar-se como integrante do proletariado e unir forças questionadoras da realidade laboral requer a formação de um coeso grupo de trabalhadores. O que, de acordo com as fontes que se teve acesso, possivelmente não aconteceu. Pelo menos, entre o grupo de operários empregados na vinícola de Armando Peterlongo.

Essa carga de trabalho diária poderia ser alterada conforme as necessidades impostas pelas atividades que estavam sendo realizadas pelos operários, por exemplo, a da execução do processo de “*dégorgement*” pelo qual passavam as garrafas de champanhe produzidos pelo método Champenoise⁸⁷. Para melhor compreender essa rotina, apresentar-se-á um

⁸⁵ Livro de registro de contratação dos operários da vinícola Peterlongo dos anos 1929 a 1966.

⁸⁶ Sobre o controle nas fábricas ver: LOBATO, Mirta Z. *La vida en las fábricas: trabajo, protesta y política en una comunidad obrera*, Berisso (1904-1970). Buenos Aires: Prometeo libros, 2001, p. 149- 153.

⁸⁷ O *champagne* (palavra em francês) surge por volta de 1670, pelo monge Dom Pérignon, mestre da adega da Abadia de Hautvillers (povoado próximo a Epernay). Ele ficou curioso com a afirmação dos vinicultores da região de que certos tipos de vinhos fermentavam novamente depois de engarrafados. Contudo, durante esse processo, os gases estouravam as rolhas ou arrebentavam as garrafas. Dom Pérignon, então, experimentou garrafas mais fortes e rolhas amarradas com arame, conseguindo obter a segunda fermentação dentro do recipiente e transformando o vinho em champanha. No entanto, havia um problema com o vinho: os resíduos da segunda fermentação permaneciam na garrafa, fazendo com que a bebida tivesse uma aparência feia, o líquido turvo e não límpido. Foi então que a viúva Clicquot (Viúve Clicquot) inventou os processos de *remuage* (girar as garrafas) e *dégorgement* (degolar). No primeiro, os funcionários da adega inclinam e giram as garrafas, fazendo que os resíduos se descolassem do corpo do recipiente e ficassem acumulados no gargalo. Com o *dégorgement*, que retira todas as impurezas, conseguiram fazer com que o vinho ficasse límpido e transparente, iniciando o processo de *Champenoise* para a elaboração de champanhas. In: Associação Brasileira de Enologia – História do Champagne, [2025].

trecho da entrevista de uma ex-operária.

depois que enchia as câmaras, por exemplo, nós botávamos pra fazer o “dégorgement”, enchia de noite, enchia toda a câmara e então durante a noite ficava uma pessoa que cuidava dos compressores e congelava até os -25°C e depois parava. Depois, no outro dia, já estava na hora de tirar e ir trabalhando aquele. Durante todo o dia, nós tínhamos que terminar toda aquela parte lá dentro, tudo que estava lá dentro. Quando terminava, terminava o “dégorgement” do dia. No outro dia, começava de novo. Se terminasse, vamos supor, às 4 horas da tarde, aí termina e limpa tudo e deixa tudo limpinho. E vai trabalhar até as 17h45min, que nós saímos às 17h45min. Até as 17h45min, vai rotular, vai fazer outro trabalho. Mas tinha que terminar no dia. Assim era engarrafamento também. O champanha quando tava com o próprio fermento, que eles botam o fermento, vamos supor, que botavam o fermento na pipa, no tonel aquele, era feito pra aquele dia. Então, aquele dia tinha que engarrafar todo, porque, depois que começa, em questão de 24 horas, começa a fermentar. Não tem mais. Tem que ser todo dia. Não pode deixar pro outro dia. Se tivesse que quebrar uma máquina ou coisa parecida, tipo tinha que parar e, às vezes, paravam até 1 hora, ficava 1 hora depois. Até terminar o vinho. Quando terminava todo o vinho que estava na pipa. Aí podia ir embora pra casa. Fazia hora extra. Mas era assim, começava às 7h30min e ia até meio-dia. Das 13 horas até as 18 horas. Sem parar. E trabalho sem parar. Os intervalos, assim, que nós fazíamos, assim, por exemplo, se a pessoa saía pra ir no banheiro, vamos supor, e tinha uma pessoa ali que substituída [...] (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E.)

Como é possível perceber, durante o período do ano em que se estendeu a execução do processo que finalizava a elaboração dos champanhes a partir do método *Champenoise*, a rotina diária laboral é alterada, e os operários precisavam cumprir horas extras de trabalho para que suas tarefas fossem cumpridas. No entanto, essa alternância do cotidiano não era um fato que incomodava os trabalhadores, visto que as horas extras de trabalho eram remuneradas.

Abaixo na Figura 20, apresenta-se uma fotografia da Vinícola Armando Peterlongo na década de 1930,

Figura 20 – Vinícola Armando Peterlongo



Fonte: Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo (1930).

De acordo com as fontes documentais da vinícola⁸⁸, entre os anos de 1930 e 1960, o contingente total de operários alcançou 465 trabalhadores. Dentre esse número total, tem-se a divisão entre os gêneros: 303 homens e 162 mulheres. Alguns trabalhavam no interior da fábrica e outros nos parreirais. Essas contratações não aconteceram simultaneamente, porque era comum a prática do emprego sazonal. No período de colheita da uva, por exemplo, pelo aumento da demanda produtiva, a contratação de operários era maior. Muitos, depois do término desse período, encerravam seu vínculo empregatício. Alguns permaneciam na vinícola e, outros repetiam o trabalho sazonal na próxima temporada.

Em relação à faixa etária do operariado, constatou-se que ela começava aos 13 anos e ia até os 58 anos. Um aspecto relevante nesse contexto é a presença de moças na faixa de 13 a 15 anos e de homens entre os trabalhadores de maior idade, com mais de 50 anos.

2.3.1 A presença feminina e seu protagonismo

A mulher marcou presença na vida economicamente ativa da cidade de Garibaldi desde o início de sua formação. Por meio da prática de múltiplas tarefas no espaço doméstico, as mulheres também somaram o trabalho nas primeiras oficinas familiares, ao lado do marido, do pai ou de seus filhos, nas primeiras manufaturas e artesanatos e mesmo nas atividades domésticas de produção no lote de terra da família, na função de auxiliar das atividades diárias.

⁸⁸ Livro de registro de contratação dos operários da vinícola Peterlongo dos anos 1929 a 1966.

Com o passar do tempo, a propriedade de terra familiar começou a se tornar pequena para a produção que se fazia necessário para a subsistência de todos os membros da família. Dessa forma, a mulher se viu na obrigação de se inserir no mercado de trabalho oportunizado pela indústria que se estruturava, tendo que se dividir entre os afazeres domésticos e as novas funções exercidas no espaço industrial.

Como assalariada, a mulher operária entrou na fábrica com os primeiros trabalhadores, para vender a sua força de trabalho em troca de poucos salários. Mas era essa remuneração mensal que a auxiliava a aumentar a renda familiar. Como destaca Maria Abel Machado, a mulher “marcou a sua presença anonimamente, cabisbaixa e silenciosa, numa rotina de anos, ajudando a construir a riqueza da cidade, ao lado dos trabalhadores do sexo masculino e dos empresários, donos do capital” (Machado, 1998, p. 111). Mesmo igualando-se aos homens trabalhadores, ocupando funções no mercado industrial como força de trabalho, as operárias ainda se mantinham na condição de auxiliaadoras da figura masculina, exercendo funções, em sua maioria, nos setores de produção e sendo remuneradas de forma bastante desigual, como se percebe ao comparar seu salário com o recebido pelos homens⁸⁹.

Essa discriminação enfrentada pela mão de obra feminina no interior das fábricas era considerada como um fato natural pela sociedade do século XX. A mulher representava uma força de trabalho frágil e menos exigente que o homem, embora sua participação estivesse ligada à ocupação de cargos e tarefas, por vezes ocupados e efetivados por homens, mesmo que ainda não estivesse inserida em setores mais administrativos da indústria. Como afirma Valentim Lazzarotto,

no entanto, apesar de sua fragilidade, ou graças a ela, ela passou a substituir o homem em muitas atividades por ser uma mão de obra barata, que se adapta facilmente a tarefas mais minuciosas e que exigem mais concentração de detalhamento. O momento do seu aparecimento coincide com a maquinaria e tecnologia mais sofisticada, quando a força bruta pode ser dispensável (Lazzarotto, 1981, p.111).

A partir da década de 1930, é possível constatar que, a cada ano, o número de admissões de mulheres aumentou. Esse crescimento das admissões femininas mostra que, paulatinamente, a presença de trabalhadoras começou a representar uma parcela maior. As mulheres tiveram participação ativa no processo industrial como um todo.

Na Tabela 7 a seguir, é possível visualizar o número total de operários na vinícola

⁸⁹ Sobre as diferenças salariais entre mulheres e homens ver Tabela 9.

Peterlongo, divididos entre homens e mulheres.

Tabela 7 – Contratações de operários na vinícola Peterlongo de 1929 a 1966⁹⁰

Anos	Mulheres	Homens	Total	Anos	Mulheres	Homens	Total
1929	2	2	4	1948	21	10	31
1931		2	2	1949	11	22	33
1932	1	2	3	1950	17	30	47
1933		1	1	1951		30	30
1936		1	1	1952		7	7
1937	1	1	2	1953	14	9	23
1938	5	6	11	1954	1	12	13
1939	6	8	14	1957	5	3	8
1940	3	1	4	1958	5	13	18
1941	6		6	1959	2	9	11
1942	8	8	16	1960		10	10
1943	12	13	25	1961		8	8
1944	16	10	26	1962		11	11
1945	4	4	8	1963	5	19	24
1946	6	16	22	1964	7	4	11
1947		18	18	1965	2	9	11
				1966	2	4	6
				Total	162	303	
				Total em %	35 %	65 %	

Fonte: Elaborada pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo (1929-1966).

De acordo com as fontes analisadas, a história da vinícola divide-se em três fases: a primeira, vinculada ao momento de fundação dela por Manoel Peterlongo Filho; a segunda, o período de crescimento econômico atingido durante a administração de Armando Peterlongo e a terceira, a fase administrada pelos genros de Armando após a sua morte. Abordar-se-á com mais detalhes sobre esses períodos no Capítulo 3, quando será feita a análise das trajetórias.

A década de 1940 representa, para Armando Peterlongo, um período de grande ascensão econômica de sua vinícola. Devido não apenas ao crescimento produtivo da fábrica e ao aumento das vendas de seus produtos, mas especialmente pela visibilidade nacional e internacional que o champanhe produzido alcançou. Dois foram os episódios responsáveis pela

⁹⁰ Na Tabela 7, não constam os anos em que não ocorreram novas contratações.

divulgação de sua marca. O primeiro marco ocorreu quando Getúlio Vargas, então presidente da República, tornou o champanhe Peterlongo a bebida oficial a ser servida nos eventos presidenciais; o segundo, quando a bebida foi oferecida à corte real inglesa, em passagem pelo país⁹¹.

A descrição, desse contexto dos anos 1940, ajuda a compreender dados da Tabela 4. Por exemplo, no ano de 1948, quando o número de mulheres contratadas ultrapassa, de forma considerável, o de homens. Segundo o relato de Mariana.E, ex-operária da fábrica, a explicação estaria no aumento das atividades exercidas pelas mulheres.

a mulher não fazia serviço pesado, por exemplo, carregar uma caixa, fazer coisa pesada assim. Mas coisas leves era tudo nós. A rotulagem não ia quase homem na rotulagem. Era só mulher. No “dégorgement” que iam os homens só pra abrir o champanha. O resto era tudo mulher e ali não era homem que trabalhava [...] (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

Os dados administrativos encontrados no acervo documental da vinícola também mostram o crescimento econômico da época. O aumento no número de admissões das mulheres ocorreu à medida que o crescimento da produção e das vendas de bebidas da Peterlongo acontecia, concomitante ao processo de mecanização da produção. A Tabela 8 também traz dados nesse sentido. A partir dela, percebe-se como a década de 1940 foi o momento de maiores contratações femininas, apresentando de fato, a ascensão econômica vivenciada pela vinícola, conforme Tabela 8.

Tabela 8 – Funções exercidas pela mão de obra feminina da década de 1930 a 1960

Funções femininas	1930	1940	1950	1960
Operária-servente	15	77	45	16
Secretária		1		
Enóloga		1		
Tarefaira		4		
Almoxarife		3		

Fonte: Elaborada pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo (1929-1960).

⁹¹ No acervo particular da vinícola, encontram-se fotografias que comprovam esses feitos. Há o registro da imagem de Getúlio Vargas e a de Elizabeth tomando a champanha brasileira.

A mulher não era apenas contratada para exercer as funções internas da vinícola. Como a Peterlongo possuía vinhedos próprios, muitas delas também trabalhavam nos parreirais próximos às instalações da fábrica. Monitoradas diariamente por um ‘capataz geral’ da vinícola, as mulheres eram admitidas nos períodos de colheita da safra da uva, nos meses de janeiro e fevereiro de cada ano. De acordo com seu rendimento no trabalho e da necessidade de mão de obra da indústria, havia a possibilidade de continuarem no emprego, exercendo funções no interior da vinícola.

Contudo, o registro de entrada dessas trabalhadoras não foi possível de ser encontrado. Apesar de serem registradas como funcionárias da vinícola, não aparecem nos documentos de registros como mão de obra externa da indústria e sim misturadas com as outras operárias na função de ‘operária-servente’. Por que isso acontecia? O que essa ausência pode indicar? Quais seriam os canais de admissão delas? Esses são alguns dos questionamentos que foi feito devido à falta de informações nas fontes documentais sobre essas trabalhadoras. A ausência nos registros dificultou a sua quantificação e a análise mais detalhada como trabalhadoras do espaço externo e agrícola. Como registro, o que se encontrou foram apenas fotografias. As imagens mostram a presença feminina em todas as etapas importantes de produção do vinho, desde a colheita da uva até a finalização, incluindo o engarrafamento. Conforme Figuras 21 e 22.

Figura 21 – Mulheres trabalhando na colheita da uva



Fonte: Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo.

Figura 22 – Mulheres no interior da Vinícola Armando Peterlongo



Fonte: Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo (Década de 1940).

Outro ponto importante a ser destacado quanto à mão de obra feminina da Peterlongo, é o salário. Segundo Valentim Lazzarotto, “o salário mensal é o melhor elemento para análise da situação da mulher na empresa capitalista contemporânea, o que melhor traz o desprezo ou a valorização do seu setor” (Lazzarotto, 1981, p.117). Para esse autor, a questão salarial reflete a real situação vivida pelos trabalhadores no interior da indústria, na primeira metade do século XX.

Até o ano de 1943, quando passou a vigorar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) durante o primeiro governo de Getúlio Vargas⁹² na presidência do Brasil, muitos direitos, que antes tinham variações de acordo com interesses de cada indústria, passaram a ser concedidos aos trabalhadores a partir da instauração dessas leis. Um deles se refere à questão salarial. Como escreve Maria Abel Machado, em seu estudo sobre as operárias da cidade de Caxias do Sul, na primeira metade do século XX, “ocupando as posições mais baixas na escala de tarefas dentro da fábrica, as mulheres recebiam salários inferiores aos dos trabalhadores do sexo masculino. Na eventualidade de executarem as mesmas tarefas, os salários continuavam desiguais”

⁹² D'ARAUJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. 6. Impressão. São Paulo: Moderna, 2004.

(Machado, 1998, p. 140).

Essa realidade, proporcionada pela indústria no século passado na região nordeste do Rio Grande do Sul, não se diferenciava das práticas industriais dos grandes centros do país. Como destaca Maria Valéria J. Pena:

o que convém ressaltar é que, desde o início do processo fabril no Brasil, as mulheres, mesmo quando se desincumbiam de tarefas semelhantes às aquelas desempenhadas pelos elementos masculinos, recebiam salários menores...pagava-se lhes salários mais baixos na suposição patriarcal de que parte de seus custos de reprodução estariam cobertos pelos dos homens (Pena, 1981, p. 109).

No caso das trabalhadoras da vinícola Peterlongo, acontecia exatamente o mesmo. Os salários menores eram pagos para as mulheres, ou seja, o preço da força de trabalho feminina era inferior ao da força de trabalho masculina. Isso significa que elas eram vistas apenas como auxiliares dos trabalhadores homens? As fontes nos indicam que as diferenças estavam na valorização⁹³ do trabalho feminino.

Os primeiros registros de admissão encontrados referentes à mão de obra feminina na Peterlongo datam do ano de 1929, pelas operárias Elisa.B, de 15 anos de idade, admitida em 05 de agosto de 1929 e sua prima Cecília.B, com 14 anos, contratada em 16 de setembro de 1929. Elas exerciam a função de ‘operária-servente’, trabalhando, em média, oito horas diárias e recebendo um salário de \$ 625 réis a hora. Ao se comparar a remuneração recebida pelas mulheres com aquela destinada aos homens que atuavam na vinícola no mesmo período, percebe-se que os valores pagos às trabalhadoras podiam ser contabilizados em menos da metade do montante destinado aos trabalhadores do gênero masculino.

O que se pode analisar na Tabela 9.

Tabela 9 – Comparativo dos salários entre homens e mulheres na função de operário-servente – 1933-1960⁹⁴

(continua)		
Ano	Homens	Mulheres
1933	1\$000/hora	
1938	CR\$ 0,875/hora	CR\$ 0,565/hora
1939	CR\$ 0,937/hora	CR\$ 0,565/hora
1940	CR\$ 1,00/hora	CR\$ 0,80/hora

⁹³ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário – notas sobre Marx, gênero e feminismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.

⁹⁴ Os dados que faltam não foram encontrados nos registros dos operários.

Ano	Homens	(conclusão)
		Mulheres
1941		CR\$ 0,80/hora
1942	CR\$ 1,10/hora	CR\$ 0,80/hora
1943	CR\$ 1,10/hora	CR\$ 1,10/hora
1944	CR\$ 1,50/hora	CR\$ 1,10/hora
1945	CR\$ 2,00/hora	CR\$ 1,50/hora
1946	CR\$ 2,712/hora	CR\$ 1,875/hora
1947	CR\$ 2,712/hora	
1948	CR\$ 2,712/hora	CR\$ 1,875/hora
1949	CR\$ 3,22/hora	CR\$ 2,00/hora
1950	CR\$ 3,22/hora	CR\$ 2,00/hora
1951	CR\$ 3,22/hora	
1952	CR\$ 3,70/hora	
1953	CR\$ 4,30/hora	CR\$ 2,709/hora
1954	CR\$ 5,20/hora	CR\$ 3,90/hora
1957	CR\$ 20,42/hora	CR\$ 12,08/hora
1958	CR\$ 20,42/hora	CR\$ 12,08/hora
1959	CR\$ 25,00/hora	CR\$ 20,42/hora
1960	CR\$ 4.900,00/mês	
1961	CR\$ 7.840,00/mês	
1962	CR\$ 45,73/hora	
1963	CR\$ 75,40/hora	CR\$ 70,00/hora
1964	CR\$ 75,40/hora	CR\$ 70,00/hora
1965	CR\$ 60.000,00/mês	
1966	CR\$ 76.500,00/mês	CR\$ 319,00/hora

Fonte: Elaborada pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo.

De modo geral, entre os salários pagos aos operários na Peterlongo, há uma tendência para a valorização do trabalho masculino. Nesses dados consultados, em nenhum momento, as mulheres apresentaram uma remuneração igual ou superior à recebida pelos homens. Essa questão pode estar vinculada à idade das mulheres, bastante jovens quando ingressaram no trabalho industrial e, também, às atividades exercidas por elas, consideradas de menor complexidade do que as desempenhadas pelos homens e, por isso, vistas com menor valor e importância pelos contratantes. Mesmo identificadas de forma semelhante nos documentos, pela função de ‘operária-servente’, na prática, as atividades executadas pelas trabalhadoras eram mais ‘leves’ do que as dos homens, como relatado pela entrevistada Mariana.E e citado anteriormente. Aspectos que podem pesar na quantificação dos valores pagos nos salários dos

operários e, em sua consequente, valorização profissional.

Ao observar as mulheres contratadas que possuíam vínculos parentais com outros trabalhadores — como seu pai, irmão ou tio, por exemplo, — nota-se que, a maioria desempenhava funções operacionais, como a de ‘operária-servente’, recebendo salários semelhantes aos das demais trabalhadoras. Entretanto, algumas exceções se destacaram, como o caso das filhas do proprietário da vinícola, empregadas em cargos de maior prestígio, tais como ‘enóloga’ e secretária’. Ambas recebiam remunerações superiores em comparação ao restante das operárias. É possível perceber, ainda, que o pai e o tio da operária, Mariana.E., ao longo de sua trajetória na fábrica, deixaram o trabalho braçal e passaram a exercer atividades ligadas à gerência da produção e no laboratório. Essa mudança proporcionou a eles uma elevação salarial em relação aos demais operários.

Em média, a diferença salarial fixou-se em 26%, o que concretiza a afirmação anterior e mostra que, na vinícola, a força de trabalho masculina tinha uma valorização superior à feminina em relação aos salários pagos. Contudo, cabe destacar que, nesse período de análise, ocorreram variações monetárias. Por isso, tomou-se como referência os números da forma como estavam registrados nas fontes documentais, não sendo realizadas atualizações quanto às variações da moeda nacional.

O perfil das mulheres contratadas pela vinícola apresentou algumas particularidades que merecem ser analisadas, por exemplo, a que diz respeito à faixa etária dessas trabalhadoras ao ingressarem na indústria. A Tabela 10 mostra esses dados, já o Gráfico 2 apresenta o estado civil das mulheres contratadas pela Peterlongo.

Tabela 10 – Idade das operárias da vinícola Peterlongo, 1930-1960⁹⁵

(continua)

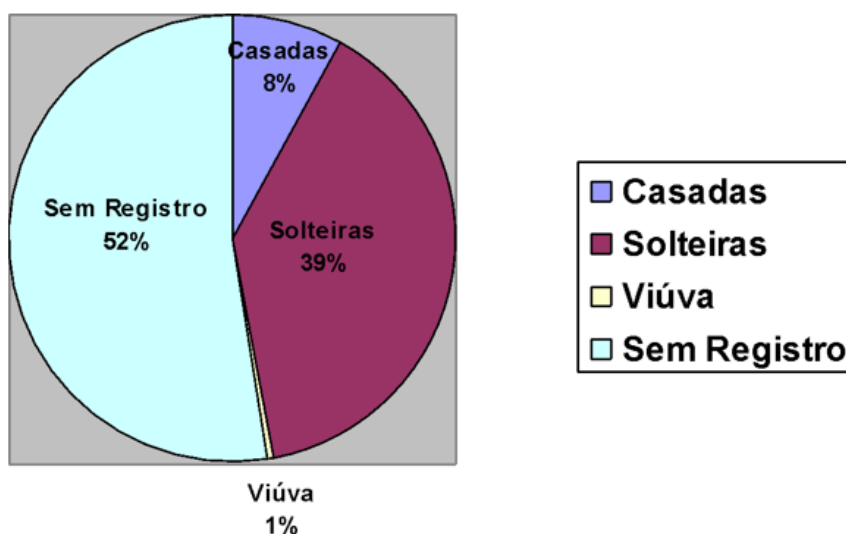
Faixa etária	Número
13 a 15 anos	19
16 a 20 anos	85
21 a 25 anos	22
26 a 30 anos	4
31 a 35 anos	5

⁹⁵ Em 31 registros de operárias, não havia data de nascimento.

(conclusão)	
Faixa etária	Número
36 a 40 anos	3
41 a 50 anos	6
mais de 50 ⁹⁶ anos	1
Total	156

Fonte: Elaborada pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo (1930-1960).

Gráfico 2 – Estado Civil das trabalhadoras da Vinícola Peterlongo⁹⁷



Fonte: Elaborado pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo (1930-1960).

De acordo com as informações anteriores, a grande maioria da mão de obra feminina ingressou na vinícola ainda muito jovem, na faixa etária entre 13 e 20 anos de idade. Ao crescer a idade, o número de trabalhadoras diminuía, mantendo-se a preferência de contratação por mulheres mais jovens e que ainda não tivessem se casado. Assim, é possível identificar que as mulheres foram levadas a ingressar no mercado de trabalho industrial quando eram mais jovens e que, posteriormente, desligaram-se da vinícola quando passaram para a condição de casadas, agora passando a se dedicar a sua própria família. Quais fatores as levariam para o mercado de trabalho industrial? Essa é uma escolha individual ou uma necessidade coletiva familiar? O

⁹⁶ A operária Angelina.B., contratada em 5 de novembro de 1943 aos 50 anos como tarefeira, recebia CR\$ 20,00 por milheiro de coroas. Casada e mãe, trabalhou na vinícola até 31 de dezembro de 1946, com um breve desligamento e retorno em 1945. Não há registros adicionais sobre suas funções nem sobre vínculos familiares, pois os dados parentais não foram informados.

⁹⁷ O dado que nomeamos como “sem registro” se refere à falta desta informação nos documentos de contratação das operárias.

trabalho na fábrica é uma opção para obter recursos financeiros visando a vida adulta, independente e/ou o casamento? A decisão segue padrões sociais e culturais?

Margareth Rago aborda o contexto controverso vivido pelas mulheres no momento de sua inserção no mercado industrial. De um lado, as oportunidades de trabalho que surgiram fora do espaço doméstico e de outro, a manutenção das práticas de normas e padrões sociais que colocavam a mulher em uma posição de submissão frente às relações patriarcalistas e a necessidade de sua presença nas atividades diárias do lar. Segundo essa autora,

às mulheres pobres e miseráveis, as fábricas, os escritórios comerciais, os serviços em lojas, nas casas elegantes ou na Companhia Telefônica apareciam com alternativas possíveis e necessárias. A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade (Rago, 1985, p. 63).

Em continuidade, Margareth Rago afirma que as exigências para as mulheres partiam dos próprios operários homens que reproduziam condutas patriarcalistas vividas nas famílias. Em suas palavras,

o movimento operário, por sua vez, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar. Ao reproduzir a exigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino da mãe, “vigilante do lar”, o movimento operário obstaculizou sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção, demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade (Rago, 1985, p. 63-64).

Para a mulher, o matrimônio significava uma mudança de *status* e uma dedicação maior à nova unidade familiar formada. Por isso, o trabalho na fábrica, em um momento que antecede essa mudança de vida, poderia representar uma possibilidade de juntar recursos financeiros para o casamento. Visto que, na condição de filhas solteiras, suas obrigações com o sustento da família tinham peso diferente do que a que passariam a assumir quando casadas.

Da mesma forma, as responsabilidades advindas após o casamento poderiam levar a mulher de volta ao espaço doméstico⁹⁸ justamente como forma de cumprir com as novas

⁹⁸ Sobre o que trabalho doméstico ver: PINSKY, C. B. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014. BEAUVOIR, S. de. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Trad. Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

demandas ligadas à reprodução e uma diversidade de trabalhos invisibilizados, como aquele ligado ao cuidado. Como escreve Margareth Rago,

muitos acreditavam [...] que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixavam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além de que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade (Rago, 1997, p. 585).

Outro fator que explica esse perfil jovem da mão de obra feminina está ligado ao patriarcalismo⁹⁹, aspecto que marcava as relações na sociedade em que estavam inseridas. Segundo esses critérios, o pai, entendido como o chefe da família, tinha autoridade para tomar decisões. Neste caso, atuando na opção da adoção do trabalho industrial ou não por estas jovens. Por vezes, entre as mulheres, ocorria também uma espécie de contrato de trabalho sazonal, ou seja, algumas operárias eram admitidas para trabalhar durante o período do ano de maior produção, entre os meses de novembro a março, momento em que mulheres com mais idade eram contratadas. Em alguns casos, essa situação se repetiu por vários anos.

Há também o caso de viúvas e de mulheres que ingressaram na Peterlongo durante sua juventude e permaneceram até a sua aposentadoria, como é o exemplo das funcionárias Elisa.C e Mariana.E.. O primeiro caso é de uma das primeiras mulheres a serem contratadas pela Peterlongo, ainda no ano de 1929. Permaneceu até o momento em que se casou, retornando, anos depois, em 1941, quando seus filhos já estavam maiores. Manteve-se no trabalho, objetivando obter uma maior fonte de renda para o sustento de sua família, em virtude do falecimento de seu marido. A condição de viuvez proporcionava maior liberdade e autonomia às mulheres, indicando que a permanência no trabalho na vinícola era uma escolha pessoal, livre de possíveis interferências que poderiam ocorrer caso ainda fosse casada.

O segundo caso também se refere ao ingresso na vinícola bastante jovem, com 17 anos, no ano de 1942, por causa da influência de seu pai, que já trabalhava na Peterlongo. Como ela mesma relatou, em virtude de não ter se casado, permaneceu trabalhando até o ano de 1974, quando pôde se aposentar. De acordo com o relato da ex-operária, Mariana.E, o casamento era

BEAUVOIR, S. de. *Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. CONCEIÇÃO, N.; BÁRBARA, J.; QUEIROZ, F. Dupla jornada de trabalho feminina: uma análise das influências na qualidade de vida da mulher. *Revista Imersão*, Bahia, v.3, n.3. setembro de 2021. Disponível em: <http://www.fcgb.com.br/revista>. Acesso em: 12 nov. 2023. GUEDES, R. da S; BEZERRA, S. R.; SILVA, F. R. Da. As mulheres e o trabalho do cuidado: sobrecarga, amor ou uma problemática invisível? *Mnemosine Revista*, v. 14, n.2, julho/dezembro, 2025.

⁹⁹ LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

um fator que interferia na possibilidade de permanecer ou não no trabalho na vinícola, especialmente devido à possibilidade de gravidez das trabalhadoras.

porque ali na firma, o Peterlongo, uma coisa que ele não queria, ah, por exemplo, a moça que trabalhava lá, se ela casava ele não queria mais que ela voltasse a trabalhar. Não, porque se ela tivesse filho. Se ela quisesse trabalhar, ele fazia ela assinar um termo que o dia que ela ficasse grávida ela era obrigada a sair. Ela saía. Só as solteiras. Tinha muito pouca de casada. Mas alguma de solteira que casasse e continuasse a trabalhar, ela tinha que ficar lá até o dia que ela ficasse grávida. O dia que ela ficasse grávida ela era obrigada a ir embora. E ele não queria pessoa grávida lá dentro. Porque se incomodavam muito, aquele tempo lá também. Tinha que botar num serviço leve, não podia pegar qualquer coisa. Lá serviço muito, muito leve também não tinha. E o médico, aquela coisa toda. E estava sempre de atestado. Então ele evitava. Essa C.C ali, que ela tinha dois filhos, mas ela trabalhou de solteira, depois ela casou e ficou em casa. E ela teve os filhos e quando os filhos estavam criados ela voltou a trabalhar. Também, nesse meio tempo, ela ficou viúva. Então ela criou os filhos sozinha. Ela tinha que trabalhar pra criar os filhos (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

Armando Peterlongo adotou, como diretriz administrativa da vinícola, dar a preferência à contratação de mulheres solteiras, pois via na mudança de seu estado civil, a possibilidade da gravidez como um empecilho para que as mulheres continuassem a desempenhar suas atividades. Ou mesmo, com o receio de que as faltas ao trabalho se tornassem frequentes, e a produtividade pudesse ser prejudicada. Limitando, dessa forma, a atuação das mulheres no espaço industrial.

Em relação à viuvez¹⁰⁰ das mulheres na região colonial, Loraine Slomp Giron afirma que, “submetida a condições de desigualdade de atividades e de bens, tendo sido treinada a obedecer, a mulher, ao enviuvar, deveria assumir as funções desempenhadas pelo marido, para as quais não havia sido preparada” (Giron, 1992, p. 17). Esse é o caso da operária Elisa.B.C (26 anos, casada). A realidade enfrentada por mulheres ao se tornarem viúvas não se restringiu apenas ao caso da operária da vinícola Peterlongo, essa é uma constante que pode ser identificada em outras situações, como das proprietárias dos lotes de terra e donas de casas de comércio, por exemplo.

A presença da mulher¹⁰¹ no trabalho externo ao lar pode ter diferentes razões, sendo o

¹⁰⁰ Sobre a viuvez ver: BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Edição original: 1970. MOTTA, Alda Britto da. Viúvas: o mistério da ausência. *Estudos interdisciplinares do envelhecimento*. Porto Alegre, v. 7, p. 7-24, 2005. BUAES, Caroline Stumpf. O envelhecimento e a viuvez da mulher num contexto rural: algumas reflexões. *RBCEH*, Passo Fundo, v. 4, n. 1, p. 103-114, jan./jun. 2007.

¹⁰¹ Sobre esse assunto ver: HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

de cunho econômico um dos mais importantes. Como escreve Cristina Bruschini (1990, p. 67), “a presença das mulheres no mundo produtivo não depende apenas da demanda do mercado, mas de uma articulação complexa e em permanente transformação que envolve responsabilidades familiares, cuidados, presença ou não de filhos”. E estas responsabilidades são acrescidas a elas ao se tornarem viúvas e tomarem para si a demanda da provisão financeira familiar.

A caracterização da força de trabalho feminina da vinícola, ao longo da primeira metade do século XX, marcada pela presença de jovens trabalhadoras, assemelha-se, em alguns aspectos, a de outras indústrias da região nesse mesmo período, por exemplo, a Metalúrgica Abramo Eberle, em Caxias do Sul. Segundo Valentim Lazzarotto (1981, p. 123), “a concentração de idade, se realiza entre os 14 e 20 anos, descendo ligeiramente não somente até os 24 anos, mas até a velhice. Não existe a ascensão propalada nos 35 anos”. Evidenciando que indústrias da região mantinham uma política administrativa de inserção e contratação de mulheres jovens. Sob dois aspectos principais: para que houvesse menores possibilidades de se ausentar por problemas de saúde ou por terem que cuidar de seus filhos.

Histórica e culturalmente, as mulheres sempre foram as responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos. O trabalho doméstico está atrelado ao papel exercido pela mulher dentro da família. O cuidado com a casa, com as crianças e com o marido é visto como fundamental para que os homens possam exercer suas atividades produtivas após o casamento. Silvia Federici destaca que a preparação da mulher para o trabalho doméstico acontece desde sua infância, recebendo uma educação preparatória para isso. Para ela,

a diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado (Federici, 2019, p. 42-43).

Com o advento da indústria, no início do século XX, as funções exercidas pelo homem e pela mulher na família começaram a sofrer modificações. O trabalho industrial abriu possibilidades de ampliação do orçamento familiar, por meio da inserção de outros membros do grupo parental em suas atividades produtivas, como é o caso das mulheres e dos filhos. Em virtude dos baixos salários pagos, a família reestruturou-se, a fim de acompanhar as mudanças sociais que estavam acontecendo. Por isso, a estratégia de inserir a mulher — dona de casa — na indústria passou a ser comum. Assim, como os filhos ainda bastante jovens passaram a

compor a mão de obra industrial, também percebidos nos registros da vinícola Peterlongo.

A partir da inserção feminina no espaço industrial, a mulher passou a acumular funções laborais: o trabalho doméstico e na fábrica¹⁰². Essa mudança afetou diretamente a estrutura organizacional da família. Já que, a mãe não dedicava mais seu tempo, de forma exclusiva, aos afazeres da casa, mas precisava conciliar as atividades do lar com as da fábrica. De acordo com Clara Araújo e Alinne Veiga, a mulher passou por dificuldades em gerenciar a acumulação de trabalho, o que a levou a fazer escolhas individuais. Para as pesquisadoras,

a persistência dessas desigualdades, bem como a forma da conciliação entre atividades na esfera pública e responsabilidades familiares são aspectos que afetam a vida das mulheres e determinam suas ‘opções’ profissionais e públicas, ou seja, interferem diretamente na vida doméstica cotidiana e subjazem às possibilidades da presença na vida pública. Mulheres inseridas no mercado de trabalho e que realizam afazeres domésticos tendem a auferir uma remuneração menor que aquelas que não realizam afazeres domésticos [...] (Araújo; Veiga, 2015, p.183).

A formação da família operária, bem como a transformação dos papéis familiares e sociais da mulher, trouxeram novas formas de organização interna das relações parentais. Joana El-Jaick Andrade discute essas mudanças a partir das ideias defendidas por Engels e Marx, quando se referem aos impactos da industrialização na vida das pessoas no final do século XIX. Segundo Joana Andrade,

a descrição das condições de vida das operárias e dos efeitos sociais da substituição da mão de obra masculina pela feminina e infantil colaborou para a consolidação de uma nova imagem feminina associada às “mulheres proletárias”. Esse empreendimento representou uma mudança significativa na concepção do papel desempenhado pelas mulheres sob o modo de produção capitalista, que passavam a avocar um papel ativo social, política e economicamente. Ao considerarem o ingresso no trabalho social um caminho para a conquista de maior liberdade e autonomia das mulheres em relação ao poder patriarcal, Marx e Engels abriram caminho para a defesa da socialização das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças (Andrade, 2015, p. 275-276).

Esta realidade também foi sentida pelas mulheres operárias da vinícola Peterlongo? As famílias foram impactadas pela indústria? Suas trajetórias de vida se modificaram? As fontes

¹⁰² Sobre a acumulação de funções laborais das mulheres ver: ARAÚJO, Clara; PIKANÇO, Felícia; SCALON, Celi (org.) *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: Edusc, 2007. ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (org.). *Gênero, família, e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? In: ARAÚJO, C.; PIKANÇO, F. & SCALON, C. (org.). *Novas conciliações e antigas tensões: gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: Edusc, 2007. TORRES, Anália. *Vida conjugal e trabalho: uma perspectiva sociológica*. Lisboa: Celta, 2004.

documentais indicam que sim. Em diferentes medidas e proporções, a saída da mulher do trabalho doméstico¹⁰³ trouxe consequências para a vida familiar.

Segundo Chiara Saraceno (1997, p. 35), “é precisamente desta nova divisão do trabalho e separação das tarefas das várias figuras familiares que surge tanto a possibilidade como a necessidade de um verdadeiro espaço doméstico, não envolvida no espaço laboral”. Por conseguinte, as mulheres situavam-se mais decisivamente fora dos locais de trabalho fabril devido à condição da maternidade; os homens, por sua vez, passavam mais tempo fora do espaço doméstico familiar, buscando condições favoráveis para o sustento familiar por meio do trabalho industrial.

Embora a mulher casada e com filhos tenha passado por um processo mais lento de inserção no trabalho industrial, as solteiras sentiram, de forma precoce, essas mudanças. Como destaca Chiara Saraceno,

embora a operária de uma fábrica se tivesse tornado quase uma figura emblemática da industrialização, a verdade é que se tratava geralmente de uma jovem, não casada. As mulheres adultas casadas encontravam-se geralmente naquela a que hoje se chamaria economia informal (Saraceno, 1997, p. 35).

Essa nova divisão dos papéis dos sexos¹⁰⁴ na família operária, também é sentida nas famílias da região de Garibaldi e, especialmente, nas que constituíam a mão de obra da vinícola Peterlongo a partir da década de 1930. Em conformidade com Chiara Saraceno (1997) que retratou as condições impostas às mulheres para a sua inserção no mercado industrial têxtil europeu, é possível perceber semelhante caracterização na realidade identificada na vinícola garibaldense.

2.3.2 O trabalho dos homens na fábrica

A mão de obra masculina constituiu a maior parte do contingente de trabalhadores da vinícola Peterlongo. Admitidos a partir do ano de 1929, os homens representavam a força de trabalho que exercia funções em praticamente todos os setores da vinícola. Desempenhavam desde o trabalho de cuidado e colheita da uva nos vinhedos próprios da indústria, nos vários setores de produção, até o exercido na administração e na vigilância das instalações da

¹⁰³ ABRAMO, Lais; VALENZUELA, Elena. Repartição desigual do tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In: ABREU, A. P. et al. (org.). *Travail, care et politiques sociales*. Débat Brésil-France Paris: Mage, 2014.

¹⁰⁴ THERBORN, Göran. *Sexo e Poder: a família no mundo - 1900/2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

Peterlongo, nos turnos diurnos e noturnos, conforme se apresenta na Tabela 11.

Tabela 11 – Funções exercidas pela mão de obra masculina – 1930 a 1960

Funções masculinas	1930	1940	1950	1960
Operário-servente	15	73	89	52
Capataz	2			
Auxiliar de escritório	2	8	9	6
Guarda- livros	1			
Zelador dos vinhedos	1			
Maquinista	1			
Agricultor/cuida operários	1			
Perito contador		1		
Operador da turma volante		6		
Pedreiro		2	4	5
Vigia		10	3	1
Mecânico		1		
Ronda noturno		4	1	
Motorista		1	1	
Carpinteiro			2	
Pintor			1	
Total		303		

Fonte: Elaborada pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo (1930-1960).

No decorrer dos anos, apesar do aumento do número de mulheres inseridas no espaço industrial, os homens sempre representaram a grande maioria da força de trabalho da vinícola Armando Peterlongo. Dos 465 registros de operários identificados de 1929 até 1960, eles representavam um total de 303 trabalhadores, 65% do total.

Ao analisar a caracterização da mão de obra industrial, especialmente no que se refere a homens e mulheres, torna-se inevitável comparar esses dois grupos. Isso porque, apesar de ocuparem o mesmo espaço laboral, há diferenças em suas funções e no cotidiano de trabalho, fatores que muitas vezes acabam por distinguir e, em certos casos, discriminar essas pessoas.

Um desses aspectos está na questão salarial. Como explicitado anteriormente, os homens recebiam cerca de 26% a mais da quantia paga às mulheres na função de ‘operário-servente’. O que coloca a mão de obra masculina em um patamar de valorização e importância à feminina, como se pode analisar na Tabela 12. Um segundo aspecto se volta para a ocupação

de cargos e funções no interior da Peterlongo. De acordo com as fontes documentais, apenas os homens compunham a mão de obra empregada para as atividades administrativas. Com exceção das duas filhas de Armando, que possuíam cargos e salários mais elevados, uma como secretária e a outra como enóloga da indústria.

Tabela 12 – Salários da mão de obra masculina de acordo com as funções exercidas em 1948

Funções	Remuneração
Operário-servente	CR\$ 24,00/dia
Auxiliar de escritório	CR\$ 100,00/dia
Pedreiro	CR\$ 56,00/dia
Mecânico	CR\$ 56,00/dia
Motorista	CR\$ 35,00/dia
Perito contador	CR\$ 240,00/dia
Vigia	CR\$ 25,00/dia
Pintor	CR\$ 56,00/dia
Carpinteiro	CR\$ 56,00/dia

Fonte: Elaborada pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo (1948).

Como as funções de auxiliar de escritório e perito contador estavam entre os cargos mais elevados dentre os operários, os trabalhadores que as exerciam mantinham sempre remuneração salarial mais elevada, dentre todos os outros trabalhadores da vinícola. Já entre, os operários do setor de produção, havia uma distinção salarial entre os ‘operários-serventes’ e os capatazes ou operadores da turma volante, que eram como chefes desses serventes. Esses tinham a responsabilidade de cuidar da execução do trabalho e delegar tarefas a serem realizadas por eles. Assim, por estarem em uma posição de maior controle, os capatazes também recebiam mais do que o restante dos trabalhadores da produção. Com a mesma responsabilidade do ‘chefe de produção’, estava o ‘supervisor’ dos trabalhadores dos parreirais da vinícola, chamado também de ‘agricultor – cuida operários’ ou de ‘zelador dos vinhedos’. Ele recebia o mesmo salário do capataz responsável pelos operários internos.

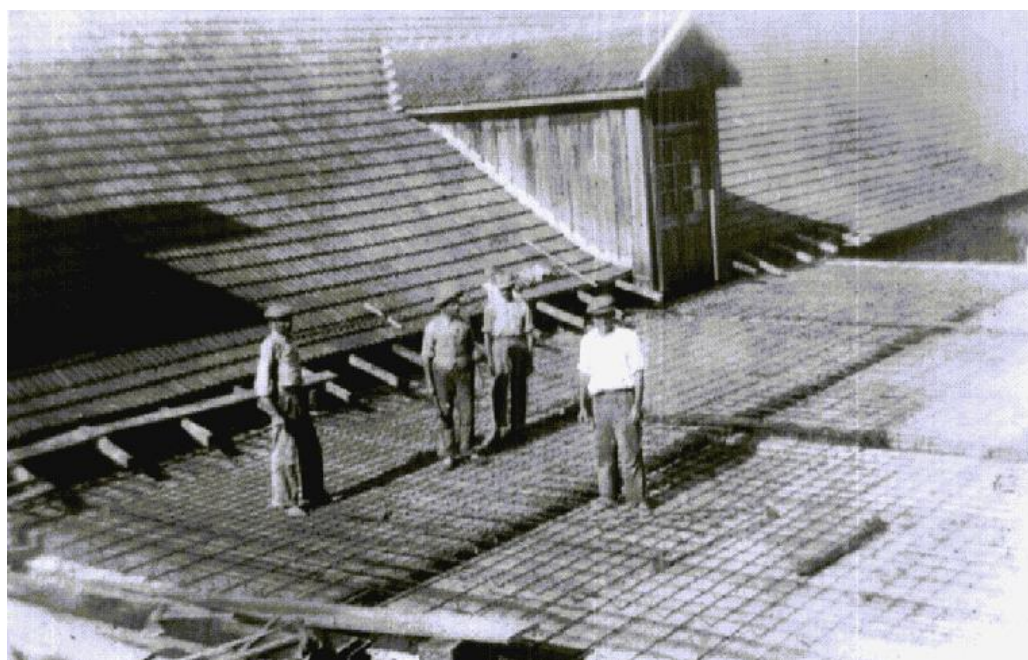
Outras funções exercidas pela mão de obra masculina representavam distintos salários. Como as de pedreiros, mecânicos, carpinteiros, pintores e maquinistas, que trabalhavam tanto na manutenção de máquinas e equipamentos de produção como na ampliação das áreas de instalações da Peterlongo, ao longo das décadas de 1930 e 1940, especialmente. Os trabalhadores responsabilizados pela vigilância do espaço interno da vinícola e das instalações próximas a ela, como os parreirais, tinham além de uma remuneração diferenciada dos demais,

um horário de trabalho também distinto. Como era a única função que se mantinha o ano inteiro nos turnos diurnos e noturnos, os funcionários trabalhavam mais de oito horas diárias, e sua carga semanal laboral estendia-se aos domingos e feriados.

Por fim, a função de motorista ou ‘choufer’, como era denominada nos registros, era exercida pelo trabalhador que ficava à disposição para serviços externos da vinícola, ou para a execução de tarefas solicitadas pela família de Armando.

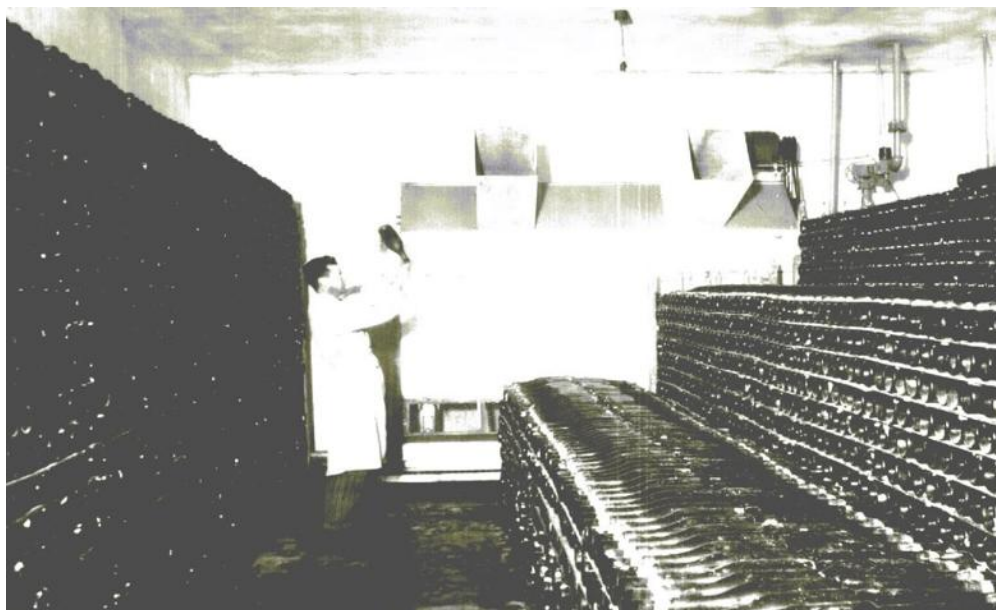
Na Figura 23, pode-se verificar na fotografia homens trabalhando na ampliação das instalações da Vinícola, mais especificamente na década de 1940. Já a Figura 24 mostra o trabalhador analisando as garrafas de champanhe.

Figura 23 – Homens trabalhando na ampliação das instalações da Vinícola (década de 1940)



Fonte: Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo (1940).

Figura 24 – Trabalhador analisando as garrafas de champanhe



Fonte: Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo.

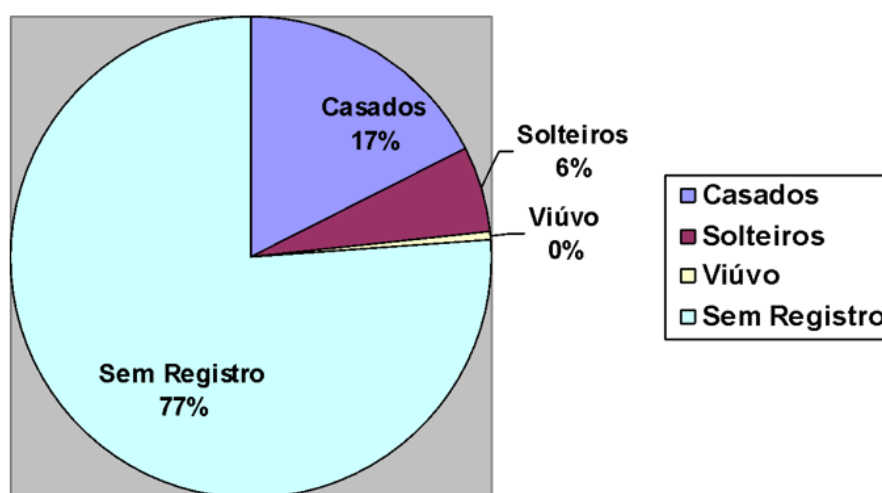
Semelhante à Tabela 10, em que consta a faixa etária das mulheres, os homens que trabalhavam na vinícola também possuíam, em sua maioria, uma idade mais jovem. Pode-se constatar que o contingente maior de trabalhadores do gênero masculino tem sua idade entre 14 e 20 anos. Logo após, vem o grupo constituído por operários com idade de 21 a 25 anos, que também representa grande parte dos operários e, posteriormente, os de 26 a 30 anos, conforme Tabela 13. Segundo esses dados, a situação etária dos trabalhadores passou por um processo de diminuição, de acordo com o seu envelhecimento: quanto maior era a idade, menor era o número de operários na vinícola, perpassando a ideia de que a mão de obra mais jovem era a que tinha maior aceitação e valorização no espaço industrial da Peterlongo.

Outro dado importante que chamou a atenção foi o estado civil. A partir da faixa etária dos 20 anos, percebeu-se que a grande maioria dos trabalhadores do gênero masculino era casada e possuía filhos, conforme Gráfico 3. Inseridos em uma sociedade em que as famílias foram estruturadas de acordo com os preceitos do patriarcalismo, em que a figura do pai tinha como responsabilidade zelar pelo sustento de sua família, os trabalhadores da vinícola tinham, no trabalho na indústria, uma das principais fontes de renda para prover as necessidades básicas do grupo familiar. Sendo essa uma das fontes explicativas para a questão da maior valorização do trabalho masculino em relação ao exercido pelas mulheres. Mesmo que o trabalho delas significasse invisibilizado, não valorizado como o desempenhado pelos homens, a mão de obra feminina foi fundamental para a realização das atividades produtivas e para que os operários trabalhassem na vinícola.

Tabela 13 – Idade da mão de obra masculina – 1930-1960¹⁰⁵

Faixa etária	Número
13 a 15 anos	7
16 a 20 anos	93
21 a 25 anos	62
26 a 30 anos	39
31 a 35 anos	25
36 a 40 anos	14
41 a 50 anos	13
Mais de 50 anos	7
Total	303

Fonte: Elaborada pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo (1930-1960).

Gráfico 3 – Estado civil dos trabalhadores da Peterlongo¹⁰⁶

Fonte: Elaborada pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo (1930-1960).

Com base nos dados da Tabela 13, percebe-se que o maior grupo de trabalhadores estão dentro da faixa etária entre 16 e 20 anos, reunindo 93 indivíduos. Número que corresponde a cerca de 30% do total dos jovens empregados. Esse momento da vida é fundamental na formação de um indivíduo que precisa encontrar um trabalho, aprender uma profissão, como forma de preparação para a vida adulta e para o casamento. Segundo José Victor Maritan

¹⁰⁵ Em 44 registros de trabalhadores, não estão completos os dados da data de nascimento e idade.

¹⁰⁶ Optou-se por usar o termo “sem registro” para designar a falta desta informação nos registros de contratação dos operários da vinícola.

Gonçalves¹⁰⁷, ao analisar a nupcialidade entre imigrantes italianos em São Paulo, a maioria dos jovens viam o casamento como forma de manutenção e de aproximação com os laços culturais de seu país de origem. A constituição de uma nova família levaria ao fortalecimento do sustento econômico dos seus integrantes. Neste caso, quanto mais cedo ela acontecesse, maiores seriam as chances de formação de famílias numerosas, ou seja, mais mão de obra para auxiliar na produção.

[...] tratava-se de famílias em pleno processo reprodutivo, portanto, com possibilidades de crescer em tamanho na comunidade de destino. O alargamento das bases da pirâmide etária e o maior contingente de homens traduzem o perfil da população imigrante, de composição familiar e em idade produtiva (Gonçalves, 2021, p. 7-8).

Mesmo que no caso paulista¹⁰⁸, o casamento acontecesse sob aspectos um pouco diferentes do ocorrido na região de imigração italiana no Rio Grande do Sul, as duas realidades refletiram a necessidade da obtenção e da permanência no trabalho como alternativa de fortalecimento econômico dos grupos parentais. Mas, aconteceram casamentos entre os jovens trabalhadores da vinícola? Havia oportunidades de ascensão profissional para os homens que ingressaram ainda jovens na Peterlongo? Alguns dos questionamentos realizados às fontes neste momento poderão ser explicados com maior detalhamento no Capítulo 3, quando serão apresentadas as trajetórias.

2.3.3 Os trabalhadores jovens e estrangeiros

Nas regiões marcadas pela presença de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, jovens e crianças fazem parte da força de trabalho desde seus primeiros anos. Eles auxiliavam nas tarefas na pequena propriedade familiar. Segundo a análise realizada por Valentim Lazzarotto (1981, p. 125), “o trabalho não representa uma ruptura na sua evolução; ele brota do sentimento de solidariedade de pais e filhos”. Em contrapartida, nos centros onde havia processos de industrialização, inserir esses jovens num mundo diferente do trabalho poderia romper com suas anteriores estruturas, modificando sua trajetória de vida, como foi o caso dos trabalhadores jovens da vinícola de Armando Peterlongo.

¹⁰⁷ GONÇALVES, José Victor Maritan. Sposarsi a Franca: tendências da nupcialidade entre imigrantes italianos no interior paulista, 1885-1930. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v.38, 2021, p. 1-23.

¹⁰⁸ BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. Sposarsi nel Brasile. Alguns aspectos da nupcialidade entre imigrantes italianos em terras paulistas. In: DE BONI, L. A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Edições Est, v. 3, 1996. TRUZZI, Oswaldo. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1860-1930). *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 29, n. 1, p. 169-189, 2012.

Esse segmento de trabalhadores da vinícola foi considerado mão de obra feminina e masculina, pois, diferentemente do que ocorreu nas indústrias Eberle e do Lanifício São Pedro, em Caxias do Sul, por exemplo, essa indústria não realizou contratos de trabalho distintos para esse grupo de trabalhadores, ou pelo menos não foram encontrados nas fontes documentais. Por fundamentar sua força de trabalho a partir da contratação de operários que possuísem ligações parentais e sociais entre si, o proprietário Armando Peterlongo registrava-os como trabalhadores iguais aos adultos, sem assinar um contrato de aprendiz no trabalho da vinícola. Segundo Valentim Lazzarotto, a contratação de jovens como operários era uma prática das indústrias no início do século XX. Para ele,

a máquina, ao tornar a força muscular supérflua, permite a utilização de crianças pelo sistema capitalista. A utilização de uma mão de obra de pouca idade passa a ser um recurso na execução de uma política mais voltada para a utilização de operários economicamente disponíveis, que permitirão uma remuneração baixa executando tarefas de pessoas adultas (Lazzarotto, 1981, p. 125).

Os jovens foram empregados na indústria com o objetivo de executar as mesmas tarefas designadas para os adultos, cumprindo a mesma carga horária diária de trabalho, porém recebendo um salário menor. No caso da vinícola Peterlongo, não foram encontrados registros de trabalho infantil. A mão de obra jovem¹⁰⁹ estava constituída por trabalhadores na faixa etária a partir dos 13 anos de idade. Esses operários eram admitidos na vinícola, porque seus pais ou tios já eram trabalhadores contratados pela indústria. Dessa forma, segundo informações das entrevistas realizadas, esses responsáveis davam o seu aval para a contratação desses jovens, por meio de uma autorização informal para Armando Peterlongo, o proprietário da vinícola.

Na Tabela 14, pode-se analisar os dados de admissão e o número total dentre o contingente de trabalhadores jovens da vinícola Peterlongo, a partir de 1929 até 1960.

Tabela 14 – Anos de entrada da mão de obra jovem

(continua)					
Ano	Moças	Rapazes	Ano	Moças	Rapazes
1929	2		1953	7	1
1932	1		1954	1	3
1939	2	1	1957	2	
1942	1		1958	1	1
1943	1		1959		1

¹⁰⁹ Neste estudo, emprega-se o conceito de mão de obra jovem para trabalhadores entre a faixa etária dos 13 aos 16 anos de idade. O critério adotado para classificar a mão de obra jovem foi devido a essa faixa etária ser a de menos idade entre os operários e também devido à classificação regulamentada pela lei.

(conclusão)					
Ano	Moças	Rapazes	Ano	Moças	Rapazes
1944	2		1960		2
1948	9		1961		2
1949	2	2	1962		2
1950	3		1963		1
1952		1	1964	1	2
			Total	35	19

Fonte: Elaborada pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo (1930-1966).

A mão de obra jovem, situada dentro da faixa etária dos 13 aos 16 anos de idade, não representa um número muito significativo se comparado ao total de trabalhadores. Ou seja, segundo os dados na Tabela 14 acima, essa mão de obra constituiu cerca de 12% do total do contingente de trabalhadores. No contexto de aproximadamente 35 anos, apareceram apenas 35 registros de jovens mulheres e 19 registros do sexo masculino, num total de 465 operários em toda a vinícola. Sendo assim, o contingente representativo não configura grande força na formação da mão de obra como um todo, apesar de se constituir de grande valia para a produção. Visto que os jovens executam as mesmas tarefas dos operários de mais idade e com igual carga horária diária.

O que chama a atenção nesse grupo de trabalhadores é que, segundo os dados documentais e o depoimento de dona Mariana.E, essa força de trabalho jovem não era considerada dessa forma, pois constituía um grupo de trabalhadores como os demais. A única diferença entre eles é que, para a sua contratação, era necessária a autorização verbal de seu responsável. Como destaca a entrevistada,

[...] Não, tudo de maior idade. A maior idade aquela época era 16 anos. Lá, podia entrar com 16 anos, menos não. Ele nem queria criança lá. Botar uma criança pra aprender lá numa garrafa de champanha. E se estourar a garrafa de champanhe, e ele bater numa outra? Que ele se machucar? Pode até morrer! Não, não pode. É um serviço perigoso lá, pra dizer a verdade [...] (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

De acordo com as memórias da ex-operária, não era aceito o trabalho infantil na vinícola, e a contratação era feita apenas a partir dos 16 anos de idade, que seria considerada a faixa etária da maioridade e de habilidade para o trabalho. Entretanto, os dados documentais mostram informações contrárias a essas afirmações da entrevistada, pois existiam trabalhadores com 13, 14 e 15 anos de idade executando as funções produtivas da Peterlongo. Esse aspecto

permite inferir que as memórias podem demonstrar pontos de fragilidade, pois, como analisa Alistair Thomson¹¹⁰ (1997), elas podem estar suscetíveis à nostalgia, às tendências pessoais do entrevistado e às influências do tempo. Mas, por outro lado, as memórias reportam a uma compreensão do vivido por meio da interação que o entrevistado consegue realizar entre o presente e o passado. Sob essa óptica, as lembranças são utilizadas, nesse estudo, como fonte histórica que proporciona ao pesquisador recompor e reconstruir as reminiscências registradas pelos entrevistados ao longo do tempo.

Voltando ao trecho da fala de Mariana.E., outro aspecto de destaque está nas condições de trabalho por ela relatadas. Segundo a ex-operária, a situação cotidiana enfrentada pelos trabalhadores seria uma hipótese explicativa para a não presença de menores no interior da indústria, já que eles ficavam em contato constante com as garrafas de vidro, o que representava situações de perigo de acidentes. De acordo com registros documentais encontrados, os operários estavam suscetíveis a passar por situações perigosas e de risco. Isso porque era comum estourarem garrafas de vidro, ocorrerem problemas em máquinas ou até mesmo no carregamento e descarregamento de caminhões. Mas será que essa era uma das preocupações da família empresária?

Apesar de os dados descritos serem reais, extraídos de relatórios de registros de operários no momento da admissão dos jovens na Peterlongo, eles colocam o pesquisador frente a questionamentos como este: será que são apenas estes os operários jovens? Na realidade, não se tem dados quantitativos que possam apresentar a situação de trabalho no interior da vinícola e, tampouco, os que foram registrados, mostram a participação deles como força de trabalho presente nos setores de produção industrial. Parte da documentação da vinícola que poderia ajudar a compreender melhor a situação dos trabalhadores e trabalhadoras foi queimada e extraviada durante administrações passadas.

Com relação à inserção da mão de obra jovem na Peterlongo, ela está ligada aos interesses de familiares como do empresário. Isso porque, para a indústria, eles exerceriam as mesmas funções designadas a operários adultos. E, para a família, a sua inserção, no espaço industrial, representava um aumento da renda familiar. Visto que, a anterior unidade produtiva — a propriedade de terra — não era mais suficiente para manter a subsistência de todos os membros da família, que, assim, necessitava buscar trabalhos na indústria.

Os estrangeiros¹¹¹, por sua vez, representavam a menor parcela dentre os operários,

¹¹⁰ THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Revista Projeto História*, São Paulo, EDUC, n° 15, abr. 1997, p. 51-71.

¹¹¹ No livro de registros da vinícola Peterlongo, os quatro trabalhadores têm nacionalidade italiana.

conforme Tabela 15. Do número total de operários analisados, eles foram representados apenas por quatro trabalhadores, três do sexo masculino e um do sexo feminino.

São eles Helena.S (23 anos, solteira), contratada em 18 de agosto de 1940; Augusto. M. (31 anos, casado), admitido em 01 de dezembro de 1943; Pedro.M (17 anos, solteiro), admitido em 13 de outubro de 1959 e Nelson.M (51 anos, casado) admitido em 09 de março de 1964.

Devido à fragilidade dos dados documentais referentes a esse grupo de trabalhadores, é possível ter o conhecimento apenas de seu país de origem, mas não de suas localidades em específico. Oriundos da Itália, esses trabalhadores foram contratados pela vinícola Peterlongo, a partir da década de 1940, para exercer as funções de ‘operário-servente’, pedreiro e a de ‘auxiliar de escritório’.

Tabela 15 – Informações gerais da mão de obra estrangeira

Nome	Nacionalidade	Idade	Admissão	Função	Salário	Estado civil
Augusto.M.	italiana	31 anos	01/12/1943	operário-servente	CR\$ 1,50/hora	casado
Helena. S	italiana	23 anos	18/08/1940	operário-servente	CR\$ 0,80/hora	solteira
Pedro. M	italiana	17 anos	13/10/1959	aux. de escritório	CR\$ 4.900,00/mês	solteiro
Nelson. M	italiana	51 anos	09/03/1964	pedreiro	CR\$ 280,00/hora	casado

Fonte: Elaborada pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo (1930-1966).

Na análise da força de trabalho estrangeira, foi possível identificar que, apesar de serem oriundos do mesmo país, não se caracterizavam da mesma forma no interior da Peterlongo. Isso porque, ao ingressarem no trabalho industrial, ocuparam funções distintas de trabalho, receberam distintas remunerações salariais e estavam distribuídos por variados setores da produção e administração da indústria. Outro aspecto que contribuiu para a heterogeneidade desse grupo está relacionado à faixa etária dos trabalhadores quando foram contratados para exercer funções laborais nesse espaço industrial.

Percebe-se que esses são dados extremos, isto é, englobam desde operários com 17 anos até 51 anos de idade, o que demonstra não ser a idade um aspecto de exclusão e de não-contratação, nesse caso em especial. Por esses trabalhadores possuírem distintos conhecimentos laborais, pode ser que para a vinícola Peterlongo fosse um ponto favorável, em virtude de sua

experiência.

Sendo assim, ao tratar desse grupo de trabalhadores estrangeiros, foi necessário realizar uma análise qualitativa dos dados, por representarem apenas quatro casos dentre os 465 registros pesquisados, diferentemente do que ocorreu em relação aos outros agrupamentos de trabalhadores, analisados de forma quantitativa.

Ao pesquisar a mão de obra estrangeira da vinícola, cabe dizer que esse grupo de trabalhadores não foi admitido em um mesmo ano e década. Suas distintas características quanto à força de produção podem estar relacionadas à própria inserção nessa indústria e ao momento de contratação. A análise dos casos de Helena S. e Nelson M. evidencia trajetórias que, embora vinculadas ao mesmo estabelecimento industrial, revelam distintas formas de inserção no mundo do trabalho. As divergências quanto ao período de admissão, à função exercida e à idade no ingresso indicam que a fábrica incorporava trabalhadores conforme demandas específicas de produção e perfis sociais diversos. Assim, a relevância de cada um não se deu de modo homogêneo, mas em tempos e setores distintos, o que demonstra a flexibilidade da indústria em articular diferentes segmentos de mão de obra conforme suas necessidades e contextos históricos.

2.4 A FAMÍLIA PETERLONGO: TECENDO REDES DE TRABALHO E SOCIABILIDADE

Uma das particularidades que caracterizaram a mão de obra operária da vinícola Peterlongo é a sua relação com a formação de redes sociais e de parentesco entre si. Elas foram formadas a partir da presença de membros de grupos familiares no interior do espaço industrial, favorecendo a entrada de outros indivíduos que pertenceram à mesma família ou que tinham algum vínculo social com os(as) operários(as). Segundo Françoise Zonabend, “[...] o parentesco constitui a instituição social chave, aquela que estrutura o grupo, regula a residência, organiza o modo de transmissão dos haveres e saberes e define as formas da aliança matrimonial” (Zonabend, 1996, p. 14).

Assim, o parentesco constitui-se como um fenômeno social que tem funções de ordem simbólica, ou seja, está submetido à própria concepção, ao biológico e ao aspecto social que permeia o cotidiano de cada indivíduo. As relações de parentesco são a configuração parental que forma um grupo social ao qual cada indivíduo está agregado e que o apoia de acordo com suas necessidades. É possível compreender as relações de parentesco como um fenômeno social que caracteriza diferentes sociedades, segundo David Kertzer e Marzio Barbagli,

o grupo familiar, mesmo quando limitado à família nuclear ou à família extensa de três gerações, não está nunca isolado nas suas atividades relacionadas com a parentela ou com o clã. O indivíduo tem sempre o sentimento de pertencer a um grupo maior do que a sua família; sabe que pode contar com os parentes ou aliados, bem para além dos limites de sua aldeia (Kertzer; Barbagli, 2004, p. 63).

Alguns aspectos podem ser pontuados como princípios norteadores para a formação dessas redes interpessoais. Como os movimentos intermunicipais e os de regiões rurais para regiões urbanas, por exemplo. Vinculados aos movimentos migratórios efetuados pelos indivíduos. No caso da cidade de Garibaldi, esses movimentos da população ocorrem, especialmente, motivados pela busca por vagas de trabalho na indústria.

Os movimentos migratórios do campo para a cidade, que objetivam encontrar oportunidades de trabalho ofertadas pela indústria, possuem relações diretas com as estratégias traçadas pela instituição familiar. Como afirma Rocío Garcia Abad, “las migraciones se han explicado en el seno del ámbito familiar como estrategias de adaptación o de maximización que se adoptan en el seno de la familia para adecuar sus recursos humanos a realidades económicas y sociales cambiantes” (Abad, 2004, p.03).

A família, como instituição social organizadora dos indivíduos, tem responsabilidade perante a participação e a inserção de seus membros no movimento migratório. Isso porque parte dela a decisão de migrar, de disponibilizar sua força de trabalho à indústria e de deixar a produção agrícola da pequena propriedade, como única forma de renda e sustento nos novos lugares. Segundo Rocío Garcia Abad, “la familia es la unidad decisora, sufradora de gastos y receptora de beneficios, que adopta diferentes estrategias dependiendo del ciclo vital en el que ésta se encuentre, ante las nuevas realidades demográficas y económicas” (Abad, 2004, p. 14). É da instituição familiar que parte a tomada de decisão para que todos seus membros migrem para centros urbanos, ou que apenas alguns deles possam participar desse processo, de acordo com as necessidades e prioridades de cada família em especial.

A vinícola Armando Peterlongo contribuiu para acelerar o processo de saída do campo. Devido à absorção de mão de obra disponível, proveniente não só das áreas rurais da cidade de Garibaldi como também de outras, próximas ou mais distantes. Por meio dos dados colhidos nos arquivos da vinícola, foi possível localizar as cidades de origem, a partir do que o fenômeno da ‘migração industrial’¹¹² se tornou mais concreto.

De acordo com a Tabela 6, os trabalhadores da vinícola Peterlongo originam-se de

¹¹² Termo utilizado por Valentim Lazzarotto, para explicar o movimento migratório de áreas rurais para áreas urbanas e sua relação com a Metalúrgica Abramo Eberle em Caxias do Sul, durante o século XX.

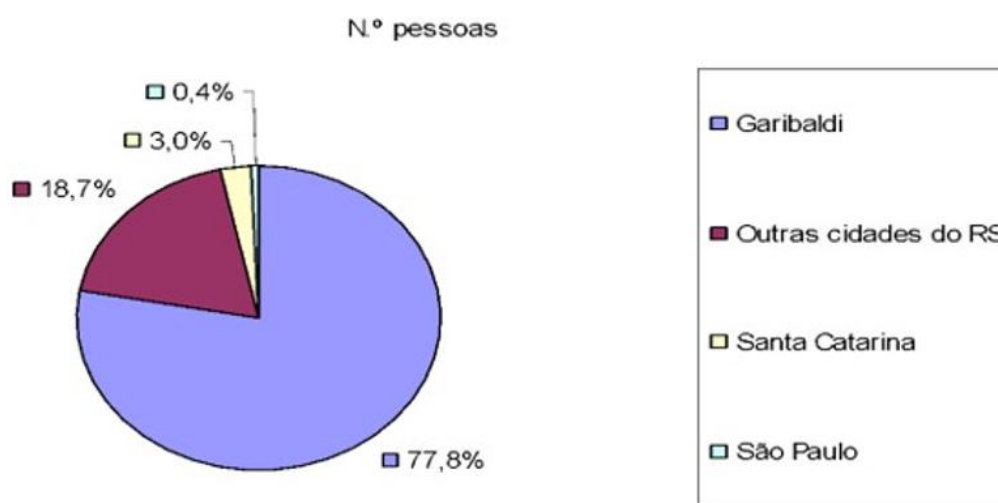
diversas cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Essas regiões possuem características distintas em vários aspectos, além da questão comum de não conseguirem absorver o contingente de trabalhadores, que emigra em busca de oportunidades de emprego. Como afirma Valentim Lazzarotto, “a ausência de mecanismos de retenção é que transforma em quase deserto as cidades que não têm indústrias ou que não dispõem de boa estrutura agrária ou comercial” (Lazzarotto, 1981, p. 67). É o que parece que ocorreu, em alguma medida, com essas cidades de origem dos operários da Peterlongo.

Apesar de receber pessoas vindas de várias cidades e regiões do Estado e de fora dele, Garibaldi foi responsável pelo provimento da grande maioria dos proletários empregados na Peterlongo. Isto porque ela se constituía como a maior indústria da cidade até meados do século XX. Essa força de trabalho vinha de bairros próximos à indústria e do interior, bem como de distritos mais afastados do centro da cidade. Como destaca Mariana. E,

tinha muita gente da colônia que trabalhava ali com nós. Muita gente veio da colônia, morava pra cá pra trabalhar na firma. Sim, que nem hoje, quanta gente não vem da colônia, que eles vêm trabalhar aqui, quanta gente. Sim, e daí ganhava mais. Era um salário fixo. E então, ali, era uma coisa boa, ali pra eles. Enfim trabalhava até marido e mulher, E eles vinham porque não tinham emprego. Eles vinham pra trabalhar. Não tinham emprego. Emprego não era assim fácil pra arrumar (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

A seguir, no Gráfico 4, apresentam-se os dados quantitativos de forma mais detalhada:

Gráfico 4 – Local de origem dos trabalhadores da vinícola Armando Peterlongo



Fonte: Elaborado pela autora, com base no livro de registros dos

operários da vinícola Armando Peterlongo (1930-1966).

Qual a relação entre a origem diversificada dos indivíduos e a formação de redes de sociabilidade estabelecidas na vinícola?

A partir dos movimentos migratórios dos trabalhadores chegados à cidade de Garibaldi e admitidos no emprego industrial, a obtenção de trabalho, pelo menos na Peterlongo, tornou-se mais fácil para pessoas aparentadas e familiares próximos. De acordo com o relato da ex-operária, Mariana.E., isso ocorria devido à política empresarial adotada pela administração de Armando Peterlongo, que priorizava a contratação de operários que mantivessem relações interpessoais com algum trabalhador anteriormente contratado, para que pudesse conhecer sua procedência. Essa também foi a forma encontrada por Armando para manter a vinícola ainda sob moldes familiares, em relação a seus proprietários e operários. Um outro trecho da fala de Mariana.E. elucida essa realidade: *“ele gostava, sim. Porque ele sabia os familiares, conhecia as pessoas, conhecia os familiares”*. Seguindo, na maioria das contratações, essa lógica de seleção para os candidatos ao trabalho na vinícola, Armando conseguiu estruturar a força de trabalho empregada em trabalhadores que mantinham relações sociais entre si, as quais haviam sido estabelecidas anteriormente à entrada na vinícola. Como destaca Franco Ramella, *“la fisonomía social de los individuos fue definida empíricamente a partir de las relaciones personales que éstos entrelazan y activan, las cuales delinean así las redes sociales en las que concretamente se encuentran insertos”* (Ramella, 1995, p. 14). É a partir da formação dessas redes que os indivíduos foram favorecidos para que ocorresse inserção no trabalho industrial.

Cabe chamar a atenção que, quando se fala em redes, sejam elas sociais ou de parentesco, reporta-se para o conceito definido pela pesquisadora Rocío García Abad. Para ela, as redes sociais podem ser definidas como *“el conjunto de vínculos sociales y económicos establecidos entre emigrantes y no imigrantes que favorecen la inserción y desenvolvimiento de los emigrantes potenciales en el lugar de destino a través de relaciones de parentesco, amistad”* (Abad, 2004, p. 15). Ou seja, as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos que migram e os que optam pelo trabalho fabril são muito importantes. Elas influenciam na tomada de decisões variadas, como aquela que ocorre na inserção no mercado de trabalho.

De acordo com Michel Bertrand, *“la red remite en primer lugar a una estructura construida por la existencia de lazos o de relaciones entre diversos individuos”* (Bertrand, 1999, p. 119). O autor destaca que o conceito de rede na morfologia pode ser compreendido no sentido de sua forma, de seus limites e de possíveis construções de sub-redes a partir de articulações que ocorrem entre os indivíduos que dela participam. Da mesma forma, partindo de um viés

sociológico, a caracterização pode ser entendida por meio da identificação de formas de sociabilidade promovidas pelas redes.

Os estudos de Ana Silvia Scott e Oswaldo Truzzi também apontam para essa mesma perspectiva, pois segundo eles as redes sociais “fornecem contextos sociais de referência para o indivíduo que deseja emigrar, tornando-se assim um instrumento valioso para se estudar ação social, já que elas são capazes de condicionar comportamentos” (Scott; Truzzi, 2006, p. 5). Assim como as redes sociais foram fundamentais para indivíduos envolvidos em movimentos migratórios internacionais no século XIX, elas também desempenharam papel importante nas migrações de curta distância, vivenciadas pelos trabalhadores da vinícola Peterlongo na primeira metade do século XX. Essas redes influenciavam decisões, como deixar suas cidades de origem para buscar oportunidades em Garibaldi e ingressar no setor industrial, apoiando-se nas relações de ajuda já estabelecidas.

O fato de haver o encontro entre conhecidos e/ou familiares dentro do espaço laboral, este reproduz as relações existentes fora da fábrica, como apoio em situações conflitantes e auxílio para realização de tarefas laborais, por exemplo. Neste sentido, a permanência na fábrica se tornou uma das características marcantes da força de trabalho. Em sua maioria, os trabalhadores se mantinham na Peterlongo por um período de um a cinco anos. Por vezes, deixando a fábrica por motivos de saúde, de casamentos, por encontrar um outro emprego, ou até por ter diminuído a produção. Mas muitos retornavam tempo depois para continuar exercendo suas funções na vinícola.

É comum encontrar mais de um registro de cada operário, pois muitos deixavam o trabalho na vinícola por algum tempo e, após retornavam, em uma espécie de trabalho sazonal. Será que o trabalho na vinícola era visto apenas como temporário? Está ligado a um momento do ciclo familiar? O que se analisou nos registros documentais é que, no período de maior produção, entre os meses de agosto e dezembro, o número de contratações era maior. Alguns trabalhadores permaneceram até o final desse período e saíram da vinícola, e outros mantiveram-se empregados. Como destaca Mariana.E,

Mais ou menos começava a pegar em agosto. Os funcionários que vão entrando, os novatos, pegavam em agosto (...). Então, ficavam com gente nova muitas vezes, ficava porque precisava. Então, ficavam com novatos. Então, esses eram efetivos. E agora, se não precisasse, não. Mas a maior parte ficava gente. Porque, muitas vezes, ou casavam as gurias ou iam embora, trocavam de serviço, sabe. Sempre tem gente que sai. Então, já pegam os novatos, as pessoas novas (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

Durante a administração de Armando, a vinícola Peterlongo vivenciou um período de expressivo desenvolvimento econômico, chegando inclusive a exportar produtos para os Estados Unidos na década de 1940. Por esse motivo, as contratações continuaram a ocorrer ao longo de todo o ano, embora o período da colheita da uva, como mencionado anteriormente, permanecesse como o momento de maior contratação de trabalhadores, conforme Tabelas 16 e 17.

Tabela 16 – Contratações de operários por décadas

Ano	Nº de homens	Nº de mulheres	Total
1930	23	15	38
1940	104	86	190
1950	114	45	159
1960	62	16	78
Total	303	162	465

Fonte: Elaborada pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo (1930-1960).

Tabela 17 – Tempo de permanência dos operários na vinícola Peterlongo –1930-1960

Tempo	nº	%
até 1 ano	93	20,00%
de 1 a 5 anos	129	27,74%
de 6 a 10 anos	21	4,52%
de 11 a 15 anos	4	0,86%
de 16 a 20 anos	2	0,43%
de 21 a 25 anos	3	0,65%
de 26 a 30 anos	3	0,65%
de 31 a 35 anos	1	0,22%
Nada Consta	209	44,95%
Total	465	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora, com base no livro de registros dos operários da vinícola Armando Peterlongo (1930-1960).

Os dados nas Tabelas 16 e 17 comprovam o que anteriormente foi apontado: muitos operários foram admitidos por um determinado período, em uma espécie de trabalho sazonal, isto é, apenas durante os meses de maior produção da vinícola. Quando então a vinícola iniciava novamente as contratações, muitos retornavam para exercer as mesmas funções anteriores. Por outro lado, existem, também, um número considerável de operários que se mantinham na Peterlongo por períodos maiores de tempo, chegando até a se aposentar na função de trabalho

na vinícola. Um exemplo claro dessa situação é o da ex-operária Mariana.E, que foi admitida no ano de 1942 e permaneceu na Peterlongo até o ano de 1974, quando se aposentou. Ao ser questionada, durante a entrevista, se o trabalho na vinícola Peterlongo teria sido o único em sua vida ativa como trabalhadora industrial, relatou: *“O único. Trabalhei em tudo lá dentro. Trabalhei desde o pequenininho até o mais alto. No fim, eu era capataz geral”*. Como relata Mariana.E., para alguns dos trabalhadores que permaneceram por tempos maiores ou até mesmo por toda vida economicamente ativa na Peterlongo, eram dadas oportunidades de alcançar funções com maiores responsabilidades e salários melhores. Já os que eram contratados temporariamente, e que tinham idas e vindas no trabalho da vinícola, no momento em que voltassem à indústria, reassumiriam, na maioria dos casos, as mesmas funções que, em geral, eram de ‘operário-servente’.

Até 1940, dos operários registrados, nenhum deles permaneceu na vinícola por menos de 10 anos, havendo os que chegaram a 30 anos de serviços prestados. Já a partir dos anos de 1945, essa porcentagem começou a baixar consideravelmente, não mais caracterizando a mão de obra por sua permanência, mas, sim, pela imensa rotatividade. Esses dados, portanto, reforçam a hipótese de que os operários fichados no início pertenciam ao grupo muito próximo aos familiares, o que explicaria que os tantos anos de permanência na indústria estavam relacionados ao estabelecimento de fortes ligações econômicas e afetivas. Em contrapartida, à medida que os anos foram passando e essas ligações começaram a se distanciar, de algum modo, isso refletiu diretamente na permanência desses trabalhadores no espaço industrial.

Cabe dizer também que, a partir da década de 1950, apesar da vinícola Peterlongo se manter como a principal indústria da cidade, o setor industrial se ampliou. Abriram-se novas oportunidades de emprego aos trabalhadores urbanos, mesmo que em pequenas proporções. Outro fator de grande influência foi a questão da remuneração salarial, que, para muitos, foi determinante para permanecer ou não na Peterlongo. Segundo os dados documentais, esse pôde ter sido mais um aspecto explicativo para a rotatividade de operários, juntamente com os anteriormente mencionados.

A primeira metade do século XX foi um período marcado por diversas mudanças econômicas e sociais na região receptora de imigrantes italianos no Estado. A industrialização foi uma delas. Impulsionada pelo crescimento das casas de comércio e pela urbanização, as fábricas locais foram ganhando maior destaque. Como é o caso da vinícola Peterlongo. Criada para ser uma cantina familiar, com produção pequena de bebidas, destinadas para o consumo entre os que faziam parte de suas redes de sociabilidade; a fábrica cresceu e se consolidou como uma das maiores indústrias de Garibaldi. Neste contexto, é que as contratações de trabalhadores

se iniciaram nos anos 1930. A migração rural, a oportunidade de trabalho e de renda e a urbanização favoreceram a vinda de famílias para as áreas próximas à fábrica.

As fontes documentais do acervo particular da Peterlongo proporcionaram identificar nomes e caracterizar as pessoas que compunham a mão de obra da vinícola. Os registros dos dados pessoais e profissionais de cada trabalhador levaram a compreensão da rotina de trabalho, das funções exercidas, do tempo que permaneceram na fábrica e de reconhecê-los como agentes históricos de seu tempo. Pelos documentos administrativos, foi possível perceber que o operário não vinha sozinho para o trabalho industrial, ele trazia consigo familiares e amigos que faziam parte de sua rede interpessoal, caracterizando a mão de obra pela presença de famílias operárias. Neste capítulo, apresentaram-se os dados obtidos a partir da análise das fontes encontradas no interior da vinícola, utilizando do método onomástico e o exercício de microanálise. Os documentos evidenciaram a existência de grupos familiares e parte de suas trajetórias no espaço da fábrica. Por meio do cruzamento com outros registros documentais e da observação sobre as famílias e os indivíduos, buscar-se-á aprofundar as informações para reconstruir dos percursos vividos por eles na cidade de Garibaldi durante a primeira metade do século passado.

CAPÍTULO 3. AS FAMÍLIAS OPERÁRIAS

Ele tratava a gente como se fosse filho dele. Ele sempre dizia: Vocês são todos meus filhos. Vocês não são meus empregados, vocês são meus filhos. Então vamos trabalhar junto, vamos fazer junto. E todo mundo seguia certo (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E.).

Um empresário que tratava os seus empregados como filhos. Isso realmente aconteceu? Ou é apenas uma memória pessoal e afetiva da entrevistada? Bem, pode ser que as duas hipóteses se misturem e integrem a compreensão ou não. Mas o que chama a atenção neste trecho que foi selecionado para iniciar o último capítulo da tese, é a maneira como as relações interpessoais e familiares se entrelaçam.

Nesta parte do trabalho, serão apresentadas as trajetórias de operárias, operários e seus familiares na vinícola Peterlongo. Especialmente, alguns casos que chamaram a atenção desde o primeiro contato que foi estabelecido com as fontes da empresa. Apresentar-se-á percursos por meio dos registros de contratação dos(a)s trabalhadores(a)s. O espaço de trabalho era o cenário de múltiplas relações sociais, seja de amizades, encontros amorosos, conflitos e aprendizados.

Optou-se por trazer quatro diferentes trajetórias de famílias. Suas singularidades se constituem por aspectos distintos, como o papel que cada um exerceu na vinícola, as relações interpessoais que estabeleceram e a forma como o trabalho influenciava diretamente seus percursos de vida pessoal e familiar. Para essa reconstrução, usar-se-á fontes empresariais, fotografias, história oral e documentos paroquiais.

3.1 UM OLHAR MICRO: AS TRAJETÓRIAS OPERÁRIAS

Diversos são os desafios que se apresentam ao pesquisador no estudo de trajetórias, visto que grande é a dinamicidade da vida humana. Sobre esse desafio, Maurizio Gribaudi escreve, “como apresentar e, sobretudo, como descrever percursos que se cruzam num espaço que se modifica a cada movimento?” (Gribaudi, 2021, p. 160). No decorrer dos anos de vida de um indivíduo, suas inúmeras decisões e ações diárias acarretam mudanças na realidade pessoal em que vive, de um grupo, seja ele familiar, laboral, social, político ou religioso.

a ideia é que, a cada momento, a realidade surge como algo totalmente determinado pelo conjunto de atos que a precede, mas também como algo totalmente aberto, fruto instável do cruzamento de inúmeras ações realizadas

intempestivamente, por seres totalmente imersos em um presente, composto por olhares e práticas que os acompanham (Gribaudi, 2021, p.160).

A fim de entender a complexidade que cerceia a vida humana como um todo, escolheu-se direcionar o olhar para as situações e experiências individuais. Nessa inspiração, a metodologia da micro-história oportuniza ver ao ‘microscópio’, e perceber as singularidades em meio aos processos e às estruturas que organizam as vivências em sociedade.

A atenção dada aos casos particulares, individuais e suas especificidades não deve deixar de lado os contextos maiores que os envolvem. As estruturas e os sistemas que organizam e regulam os contextos sociais se constituem também objeto de análise na perspectiva micro histórica. Contudo, são as “relevâncias invisíveis”, como afirma Giovanni Levi (2020), que formam o objeto central de análise. Ou seja, a mudança na escala de observação leva o pesquisador a perceber os atores sociais como protagonistas de seu tempo, identificando-os como agentes ativos da construção dos espaços e da própria sistematização das macroestruturas sociais. Como afirma Maurizio Gribaudi,

tomando o indivíduo e o contexto como duas entidades separadas, perde-se a possibilidade de considerar a natureza do espaço social através dos usos concretos feitos pelos indivíduos que o compõem. O indivíduo e o espaço social evoluem e se modificam mutuamente, um sendo parte do outro (Gribaudi, 2021, p. 161-162).

Os espaços são o resultado do conjunto de ações realizadas pelos indivíduos. As evoluções, as permanências, as mudanças e os desequilíbrios a que estão suscetíveis e são perceptíveis, no decorrer do tempo, constituem-se fruto das mesmas modificações pelas quais as pessoas passam. Isto porque os percursos de vida se misturam com a produção das espacialidades, numa dinâmica que movimenta tanto a sociedade como as estruturas nele edificadas. Como aponta Maíra Vendrame,

[...] a compreensão de que o espaço resulta de uma construção contínua por meio de fatos, escolhas e comportamentos daqueles que o usam, surge, portanto, como uma ideia que pode ser apreendida se lermos as fontes de maneira espacializada, buscando perceber as intenções, sentidos e prerrogativas que decisões e fatos assumem localmente (Vendrame, 2023a, p. 211).

E neste contexto se encaixam os percursos de vida dos indivíduos que passam, — seja de forma passageira, temporária ou permanente —, pelos espaços e pelas suas comunidades locais. Para Maurizio Gribaudi “uma vida, a evolução de um ser orgânico ao longo do tempo

que contribui para construir com o próprio movimento e as próprias relações, ‘os pisos e as paredes da história’, reduz-se a algo único, duro e compacto, colocado como pedra fundamental da sociedade” (Gribaudi, 2021, p. 161). Uma sociedade, uma comunidade ou mesmo um grupo familiar constituem-se pela união de ideais pessoais, sonhos e ambições que, em conjunto, caracterizam o coletivo.

O exercício de ler as fontes a ‘contrapelo’¹¹³ pode levar a compreensão dos detalhes que envolvem uma trajetória. Especificidades que ficam ‘escondidas’ e ‘esquecidas’ em meio à documentação podem se tornar visíveis quando se adota uma perspectiva microanalítica. Para que os sujeitos, antes desconhecidos na historiografia que trata das grandes estruturas e sistemas sociais, possam aparecer nas análises, é preciso adotar uma leitura atenta para as escolhas e percursos individuais, que olhe o grupo por dentro.

Ainda sobre a importância da busca por compreender o cenário histórico que contextualiza a vida dos indivíduos, Fredrik Barth propõe,

se as pessoas, em virtude da sua posição social, refletem ideias e conhecimentos diferentes e, portanto, constroem a sua realidade dando-lhe significado, por meio destas ideias e estes conhecimentos, então, o contexto significativo para todas as suas ações será eternamente contingente [...]. Os contextos e as conexões devem ser cruciais para a nossa compreensão das intenções e do significado das ações (Barth, 1993, p. 171).

Como se produz e define um contexto? Em que medida a sua produção pode ser influenciada pelos sujeitos? Ele é dinâmico ou estático? Bem, esse trecho, de Fredrik Barth (1993), convida o leitor a pensar de forma mais aprofundada sobre a noção do contexto. Apresentando algumas formas de compreendê-lo e interpretá-lo, a partir da atenção sobre os sujeitos. Cada indivíduo passa por experiências únicas, estabelece vínculos diferentes e compartilha valores sociais e culturais que norteiam suas práticas e vivências cotidianas.

Inseridos no contexto histórico, político, socioeconômico e cultural formado na cidade de Garibaldi estão os operários da vinícola e suas famílias. Para a reconstrução das trajetórias, faz-se necessário compreender previamente todo o cenário que os envolve. A contextualização dos percursos individuais e coletivos possibilita uma visão mais ampla e até assertiva dos elementos que motivam as estratégias adotadas. Como explica Giovanni Levi,

¹¹³ Conceito utilizado por Maurizio Gribaudi ao se referir quanto à importância do olhar do historiador para as fontes e nelas observar as descontinuidades e as singularidades históricas. Em suas palavras, “Escovar a história a contrapelo significa [...] remontar através das diversas cadeias de interpretações que construíram as imagens de imanente linearidade da história para colocar luz sobre os dramas e descontinuidades que caracterizam o percurso mais que acidentado por meio do qual o conjunto da sociedade evolui no curso do tempo” (Vendrame; Gribaudi, 2020, p. 360).

a história da família deve ser, portanto, contextualizada. A família isolada nos dá informações, não raro, desviantes, até porque nos leva a supor uma igualdade de condições entre pares, o que não é confirmado quando nos colocamos no âmbito de um quadro mais complexo. De fato, a família, entendida como um conjunto de parentes e aliados, não se estruturou de forma uniforme, com indivíduos que gozassem de deveres e direitos iguais, e sim como um conjunto diferenciado e hierarquizado, muito embora bastante coeso (Levi, 2000, p. 110).

Muito embora o percurso de um indivíduo possa ser lido em suas singularidades, ele se conecta com o de outros sujeitos. Essas relações começam a ser estabelecidas na família.

Assim, através das sugestões metodológicas da micro-história, analisar-se-ão as trajetórias das operárias, dos operários e seus grupos parentais na vinícola Peterlongo, estendendo a percepção da atuação em diferentes espaços da cidade de Garibaldi.

3.2 A FAMÍLIA PETERLONGO: O EMPREENDEDORISMO NA CIDADE DE GARIBALDI

Optou-se por iniciar pelos proprietários da vinícola — a família Peterlongo — pois ela é o ponto de partida e o elo interpessoal que une os indivíduos que se busca identificar no contexto da cidade. O imigrante Manoel Peterlongo Filho chegou ao Brasil no final do século XIX, por volta do ano de 1880, oriundo da região de Trento, na Áustria¹¹⁴. Ele possui uma trajetória distinta dos imigrantes italianos que chegaram no mesmo período.

Ao chegar a terras brasileiras, Manoel se instalou em um lote colonial localizado na região central da colônia de Conde d'Eu (atual município de Garibaldi). Diferentemente da maioria dos italianos que foram para as colônias de colonização do Estado e que possuíam conhecimentos ligados ao trabalho com a terra, Peterlongo era engenheiro. Por conta disso, foi convidado pela intendência estadual a participar da medição da área que se destinaria ao município de Garibaldi, realizando todo o traçado urbano e rural da cidade, no ano de 1897. Posteriormente, tornou-se coletor estadual, passando a exercer a função de controle e cobrança de impostos territoriais do município. Manoel e sua família trouxeram, em sua bagagem, um volume de capital financeiro considerável que lhes proporcionou a instalação em um lote¹¹⁵ da sede colonial, que possuía um preço maior do que os do interior da colônia por estar em uma

¹¹⁴ Como descreve o livro de registro de óbito do ano de 1924 da Paróquia de Garibaldi.

¹¹⁵ “[...] Como parte do acordo de migração, o italiano trabalhava para o governo, em troca ganhava porções de terra e pedras. Em poucos meses, ele já possuiu um terreno de 96 mil metros quadrados, cercado por pedras de basalto. Lá, também foi construído um imponente casarão, chamado de castelo. E lá, a família plantou a semente de um grande patrimônio: A Vinícola Peterlongo. [...] (trecho publicado na revista eletrônica em 03 de outubro de 2015). <https://revistasaboresdosul.com.br/a-historia-centenario-da-peterlongo/>.

melhor localização.

Na data de 25 de setembro de 1886, Manoel casou-se com Regina Vivan, também imigrante italiana, oriunda da província de Treviso, região do Vêneto. Regina era costureira¹¹⁶. Da união matrimonial nasceram dez filhos, sendo 9 filhas e apenas um filho, de nome Armando. Na Figura 25, a fotografia de Manoel Peterlongo Filho.

Figura 25 – Retrato de Manoel Peterlongo Filho



Fonte: Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo.

Com base nos dados encontrados nos livros de batismo da Paróquia de Garibaldi, foi elaborada uma linha do tempo com as datas de nascimento dos filhos do casal, que pode ser observada na Figura 26 a seguir.

¹¹⁶ Informação descrita no livro de óbito do ano de 1957 da Paróquia São Pedro de Garibaldi.

Figura 26 – Linha do tempo com as datas de nascimento dos filhos de Manoel e Regina Peterlongo

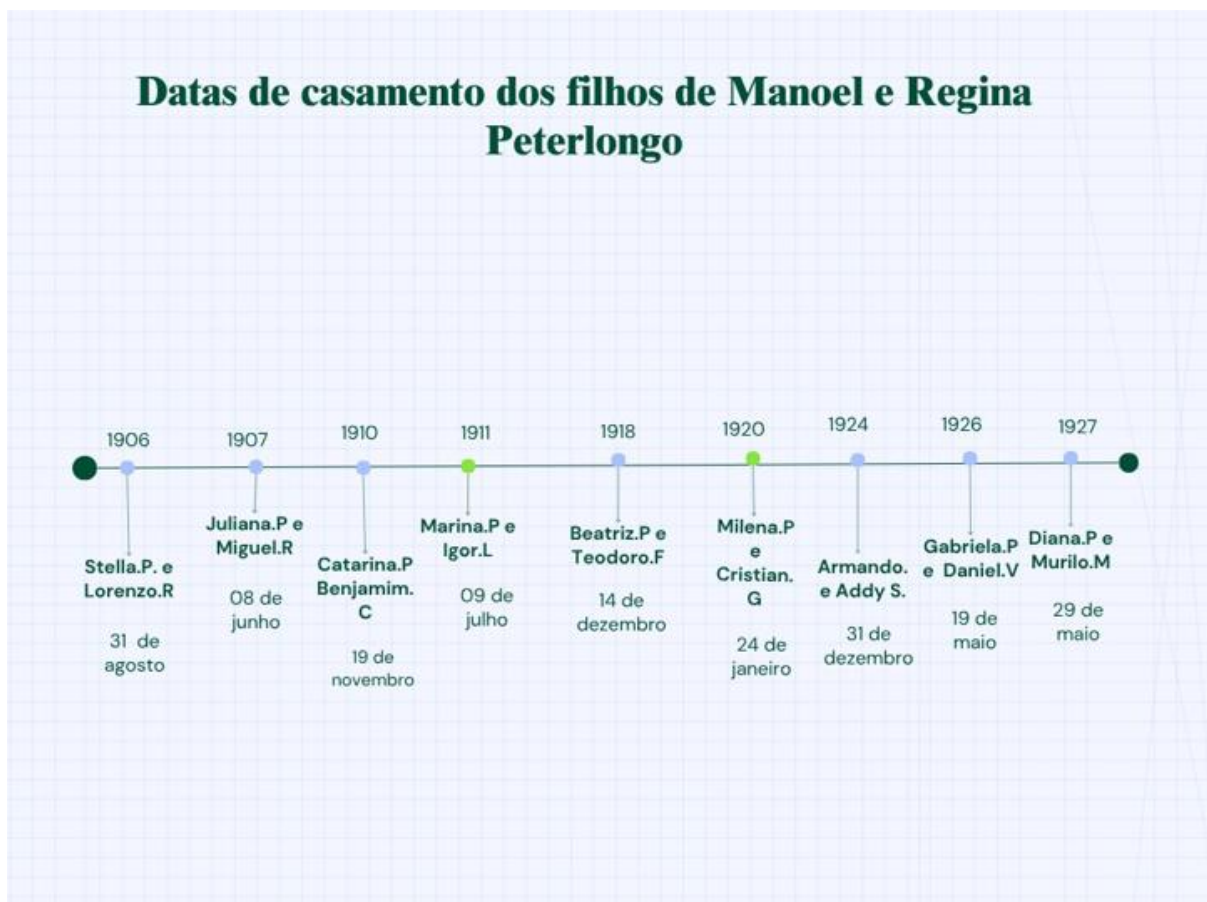


Fonte: Elaborada pela autora, com base nos Livros de Batismo da Paróquia de Garibaldi¹¹⁷ (2025).

A primeira filha do casal nasceu no ano seguinte ao matrimônio, e os registros acontecem até 1909, momento do nascimento da caçula. Os filhos mais velhos permaneceram vivendo com os pais até o ano de 1906, data do primeiro casamento na família. Conforme a Figura 27, pode-se observar a cronologia das datas dos matrimônios dos filhos de Manoel e Regina.

¹¹⁷ A fim de preservar a identidade dos indivíduos utiliza-se pseudônimos.

Figura 27 – Linha do tempo com as datas dos casamentos dos filhos de Manoel e Regina Peterlongo



Fonte: Elaborada pela autora, com base nos Livros de Batismo da Paróquia de Garibaldi (2025).

As primeiras a se casarem foram as filhas mais velhas. Os livros de casamento da Paróquia de Garibaldi trazem alguns dados sobre os genros de Manoel e Regina. Sobre o primeiro matrimônio, que aconteceu entre Stella.P. (17 anos) e Lorenzo.R. (22 anos), o jovem era natural da cidade de São João de Montenegro. O segundo casamento foi entre Juliana.P. (20 anos) e Miguel.R. (24 anos, natural de Bento Gonçalves). No ano de 1910, contraiu núpcias a filha Catarina.P. (18 anos) com Benjamin.C. (22 anos), morador de Caxias do Sul. O quarto casamento aconteceu em 1911, entre Marina.P. (20 anos) e Igor.L. (22 anos, natural da cidade de Estrela). Sete anos depois, em 1918, foi a vez de Beatriz.P. (22 anos) e Teodoro.F¹¹⁸. (22 anos).

No ano de 1920, aconteceu o matrimônio de Milena.P. (19 anos) e Cristian.G. (22 anos, natural de “Las Piedras – República Oriental¹¹⁹”, morador da cidade de Caxias do Sul). No no

¹¹⁸ No livro paroquial de casamento não consta a informação sobre a naturalidade do rapaz.

¹¹⁹ Esta é a descrição que aparece no livro de casamento de 1920 da Paróquia de Garibaldi. Acredita-se que se refere à República Oriental do Uruguai.

de 1924, Armando¹²⁰ (25 anos) e Addy¹²¹ se casaram. Depois de seis anos, em 1926, foi a vez de Gabriela.P. (22 anos) e Daniel.V. (30 anos, morador de Porto Alegre). E o último casamento, ocorrido na Paróquia de Garibaldi, foi o de Diana.P. e Murilo.M. realizado em 1927. A noiva tinha 18 anos; e o noivo, 30 anos. Ele era natural de Bento Gonçalves. O que chamou a atenção foi que nos dois últimos casamentos há uma diferença de idade maior entre os noivos, se comparado aos demais casais formados na família. Não foi encontrado o registro do matrimônio de uma das irmãs, Vitória.P., não sendo possível saber se ela se casou.

Da mesma forma, não estão registrados os óbitos dos filhos de Manoel e Regina nos livros paroquiais da cidade. Possivelmente, estes registros constam nos livros paroquiais de outras cidades, onde as filhas foram morar depois de se casarem. Infelizmente, não se conseguiu rastrear estas fontes, bem como o registro de óbito de Armando, que faleceu durante uma viagem pela Itália.

3.2.1 O início da produção de vinhos finos e champanhes: a inovação de Manoel

A partir dos anos de 1906 e 1907, Manoel iniciou a elaboração de vinhos brancos finos, nas instalações de sua própria casa, com o produto de suas primeiras colheitas de uvas de especialidades, como Malvazia, Moscatel, Vernacia, Rabosa e Formosa. Durante quase uma década, limitou a produção apenas às necessidades domésticas. No ano de 1913, decidiu iniciar a fabricação de champanhes¹²², com o objetivo de elaborar exemplares da bebida com que já havia trabalhado. Devido ao seu conhecimento na área vinícola trazido das atividades exercidas na Itália, ele passou a utilizar um processo inovador de fermentação na própria garrafa, conhecido como método *Champenoise*. Esse método, característico da região da França de

¹²⁰ Devido à grande divulgação dos dados pessoais dos membros da família de Armando Peterlongo, até mesmo no site oficial da vinícola, optou-se por citar seus nomes completos e não pseudônimos, como nas demais indicações referentes aos indivíduos pesquisados.

¹²¹ Não foi encontrada sua data de nascimento nas fontes pesquisadas.

¹²² O *champagne* (palavra em francês) surge por volta de 1670, pelo monge Dom Pérignon, mestre da adega da Abadia de Hautvillers (povoado próximo a Epernay). Ele ficou curioso com a afirmação dos vinicultores da região de que certos tipos de vinhos fermentavam novamente depois de engarrafados. Contudo, durante esse processo, os gases estouravam as rolhas ou arrebentavam as garrafas. Dom Pérignon, então, experimentou garrafas mais fortes e rolhas amarradas com arame, conseguindo obter a segunda fermentação dentro do recipiente e transformando o vinho em champanha. No entanto, havia um problema com o vinho: os resíduos da segunda fermentação permaneciam na garrafa, fazendo com que a bebida tivesse uma aparência feia, o líquido turvo e não límpido. Foi então que a viúva Clicquot (*Viúve Clicquot*) inventou os processos de *remuage* (girar as garrafas) e *dégorgement* (degolar). Assim sendo, funcionários da adega inclinam e giram as garrafas, fazendo que os resíduos se descolem do corpo do recipiente e fiquem acumulados no gargalo. Com o *dégorgement*, que retira todas as impurezas, conseguiram fazer com que o vinho ficasse límpido e transparente, iniciando o processo de *Champenoise* para a elaboração de champanhas (ABE, [2025]).

Champagne¹²³, desenvolvia-se a partir da colheita de uvas brancas realizada durante o mês de fevereiro. Ao serem levadas à cantina, as uvas eram prensadas e apenas o líquido retirado era colocado em pipas, onde ficava armazenado para fermentar, formando o mosto.

O método exigia uma dupla fermentação do mosto que passa, primeiramente, pelo armazenamento em barris de carvalho e, no segundo momento, pelo acondicionamento, nas próprias garrafas, dispostas em adegas. Depois de transcorrida a primeira fermentação, semelhante à dos vinhos comuns (não efervescentes), o líquido era engarrafado. O início da estação da primavera é o momento em que se realiza o engarrafamento do vinho, sendo acrescido um composto de fermentos e uma pequena quantidade de açúcar.¹²⁴ Isso provocará a segunda e última fermentação, onde aparecerão as bolhas de dióxido de carbono e o acúmulo de borras, que deverão ser retiradas posteriormente. A garrafa, então, é tapada com uma cápsula metálica, seguindo para um período de descanso de um a dois anos. Posteriormente ao descanso, as garrafas são posicionadas em estantes, conhecidas pelos franceses como *pupitres*, com o gargalo para baixo. Todos os dias, as garrafas são giradas, manualmente, em um quarto de volta, para que as borras acumuladas nas paredes da garrafa possam descer e ficar depositadas no gargalo, prática chamada de *remoage*. Para poder retirar o depósito da borra, o gargalo da garrafa é congelado.

Manoel contratou um engenheiro francês para que o auxiliasse a encontrar um local apropriado para a construção de um túnel subterrâneo para conservação das garrafas. Aproveitando o clima de frio intenso da região, projetou o túnel, que possibilitaria o congelamento das garrafas. Durante o inverno, Manoel colocava as garrafas na parte final e exterior do túnel, para que a geada noturna pudesse congelar os gargalos. Após, retirava a cápsula, e a borra saía pela pressão do gás formado pela fermentação. O volume de líquido que era perdido no momento da abertura da garrafa era substituído por uma mistura de vinho e açúcar, chamado de licor ou vinho de dosagem. Conforme a quantidade de licor que completava a garrafa, podia-se determinar se o champanha seria de especialidade *brut*, *sec* ou *demi sec*. Por fim, a garrafa era tapada com uma rolha de cortiça e mantida na adega para o envelhecimento antes de seu consumo. Todo esse processo, em geral, durava cerca de quatro anos, desde o início da colheita da uva até o champanha estar pronto para o consumo¹²⁵.

No início de sua produção caseira, Manoel mantinha uma quantidade limitada de

¹²³ Região localizada a mais ou menos 150 quilômetros de distância de Paris.

¹²⁴ De acordo com informações descritas em documentos do acervo particular da vinícola, a quantidade de açúcar a ser acrescentada é de 24 gramas por litro de vinho.

¹²⁵ As informações técnicas descritas foram obtidas em conversa realizada com o enólogo que trabalhava na vinícola e em fontes documentais encontradas no arquivo particular da fábrica.

champanhas, que produzia nos momentos em que não estava trabalhando na Coletoria do Estado. Como socializava a bebida com familiares e amigos próximos em reuniões e encontros, logo começaram a surgir pedidos de encomendas e reservas de exemplares de sua produção. Então, em 1915, iniciava-se a construção da Casa Peterlongo, espaço dedicado à elaboração de champanhas, conforme Figura 28. No mesmo ano, decidiu participar da primeira exposição de uvas da cidade de Garibaldi, sendo premiado com a medalha de ouro, pela qualidade da produção de suas videiras.

Figura 28 – Primeira residência da família Peterlongo e local de instalação da cantina



Fonte: Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo (1915).

Com o paulatino aumento da produção de champanhes na década de 1910, Manoel passou a contar com o auxílio de sua esposa Regina. O único filho homem foi enviado pela família para concluir os estudos secundários em Porto Alegre.

Em 1921, Manoel teve que abandonar a produção de sua cantina, por causa de problemas de saúde. Com o receio de que seu trabalho ficasse sem gerência e cuidados, solicitou que seu filho retornasse à cidade de Garibaldi. Três anos após a chegada dele, Manoel faleceu¹²⁶, e os negócios da família ficaram sob os cuidados de Armando, o que pôs fim ao primeiro período

¹²⁶ Sua esposa Regina permaneceu residindo com o filho e sua esposa. Ela faleceu em 15 de maio de 1957, com 89 anos de idade.

administrativo e econômico da cantina Peterlongo.

A indicação do término de um ciclo da vinícola significou que ocorreu uma mudança na forma de administrar o negócio. Considera-se que entre os anos de 1913 e 1924 foi primeiro período administrativo da Peterlongo, pois compreendeu sua fundação e o início produtivo em que Manoel esteve à frente da fábrica. Com a sua morte e a passagem da gerência do negócio para seu filho, novas estratégias foram organizadas, e o rumo econômico da vinícola mudou.

3.2.2 O filho Armando Peterlongo

Nascido em 23 de fevereiro de 1899, Armando estudou no Colégio dos Irmãos Maristas de Garibaldi, — até a conclusão dos estudos primários. Nos turnos em que estava em casa, auxiliava seu pai nos trabalhos na cantina. Durante esse período em que esteve na cidade, pôde ter acesso às informações quanto ao funcionamento do processo de elaboração dos vinhos e do champanhe. Ao concluir os estudos no Colégio Marista, Armando se transferiu para Porto Alegre com o intuito de avançar na formação. Formou-se no curso de Farmácia e seguiu para a cidade de Vacaria, onde iniciaria seus trabalhos profissionais. Quando seu pai o chamou para substituí-lo à frente dos negócios da família, Armando decidiu largar sua profissão e se dedicar aos trabalhos vinícolas. Na Figura 29, pode-se ver uma fotografia de Armando com 5 anos de idade.

Figura 29 – Armando com 5 anos de idade



Fonte: Flores¹²⁷¹²⁶ (2015).

¹²⁷ Não nos foi disponibilizado o acesso ao acervo particular da família Peterlongo. Apenas ao acervo da vinícola e as informações empresariais.

A escolha de Manoel para que Armando — e não uma de suas filhas — assumisse a cantina pode estar alicerçada nas práticas culturais dos imigrantes italianos. Para eles, os filhos homens deveriam assumir a posição do pai, quando este faltasse. Como a mulher era vista como uma figura auxiliar do homem, devendo ficar especialmente ligada às atividades domésticas e ao cuidado dos filhos, publicamente ela ocuparia uma posição secundária na hierarquia interna da família. Segundo Maria Abel Machado, “a situação das mulheres na família patriarcal era de obediência e submissão ao poder do *pater familias*. Destinavam-se à procriação dos filhos, a cuidar da casa e a executar as tarefas domésticas” (Machado, 1998, p. 68). A dedicação à família foi, portanto, o destino das nove irmãs de Armando; contudo, isso não significa que tenham exercido protagonismo ou recebido reconhecimento pelo trabalho realizado no interior da unidade doméstica.¹²⁷¹²⁸ Como afirma Silvia Federeci, “isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas” (Federeci, 2021, p. 29). Nesta perspectiva, entende-se que, o esforço empregado nas tarefas domésticas não era considerado trabalho propriamente dito.

No mesmo ano em que assumiu o controle da empresa, Armando casou-se com Addy Sobrosa. A cerimônia aconteceu no dia 31 de dezembro de 1924, passando a residir na casa da família, junto com a mãe.

Addy nasceu em Porto Alegre e era professora. Nesse período, estava trabalhando em Garibaldi no Grupo Escolar Carlos Gomes¹²⁹. Em sua caminhada docente, também atuou como diretora dessa instituição e orientadora da 4ª Região Estadual de Ensino. Juntos, contribuíram financeiramente com o pagamento do salário de professoras com o intuito de ampliar a oferta e o acesso de vagas para as crianças nas escolas do município, especialmente, na fase de alfabetização. Também auxiliaram na construção do prédio do atual Colégio Carlos Gomes. Na Figura 30, a fotografia do casal.

¹²⁸ FEDERECI, Silvia. O patriarcado do salário – notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

¹²⁹ Informações obtidas em documento disponível no acervo particular da vinícola Peterlongo. Nele constam algumas informações da biografia de Armando Peterlongo.

Figura 30 – Casal Addy e Armando Peterlongo



Fonte: Jornal Zero Hora, Caderno Almanaque Gaúcho de 06 de agosto de 2014.

Ainda no ano de 1924, Armando começou a introduzir novas estratégias para o crescimento da cantina, demonstrando possuir grandes habilidades para a administração. No momento de sua posse, a economia do Estado — assim como a da região — vivia um período de expansão, impulsionado pelas indústrias que utilizavam como matéria-prima os produtos provenientes das atividades agrícolas locais. Dentre as indústrias, há o destaque para as do setor vinícola, devido ao aumento da produção local. Segundo Ronaldo Herrlein e Gentil Corazza,

a economia do Rio Grande do Sul era basicamente *exportadora* de produtos primários e agroindustriais, voltando-se a diversos mercados regionais brasileiros. Embora fosse uma economia regional subsidiária, na época configurou-se como importante economia de mercado interno, especialmente a partir do desdobramento da produção agropecuária e agroindustrial das colônias de pequenos proprietários e da indústria de Porto Alegre (Herrlein; Corazza, 2007, p. 141).

Passados seis anos de adaptações ao novo trabalho e de formação de estratégias de negócio, em 1930, devido ao crescente aumento das vendas de champanha, Armando decidiu iniciar a construção da vinícola, seguindo os padrões arquitetônicos das encontradas na região de Champagne, na França, conforme Figura 31. Dessa forma, a cantina foi estruturada em pavilhões destinados à produção, sendo também construída uma cave subterrânea para o armazenamento das garrafas. A obra foi erguida com a utilização de pedras de basalto, que poderiam manter uma temperatura sempre estável de 12 a 14° C, no interior das instalações.

Acoplada à estrutura da vinícola e possibilitando a circulação interna entre todos os espaços, Armando construiu também sua casa, totalizando uma área de 10 mil metros quadrados de instalações. E à medida que foi crescendo a demanda por produção, a vinícola foi sendo ampliada¹³⁰. Foi a partir dessa nova fase administrativa e econômica da indústria que ela passou a ser chamada de Vinícola Armando Peterlongo.

Figura 31 – Construção das novas instalações da vinícola em 1930



Fonte: Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo.

A década de 1930 mostrou-se como um período de grande importância para o crescimento e a ascensão econômica da vinícola Armando Peterlongo. Além de expandir seu espaço de produção, alcançou patamares de comercialização nacional. O setor de vendas ganhou impulso após a visita do governador do estado Getúlio Dornelles Vargas. A presença da autoridade foi um marco na história da indústria, porque, a partir do conhecimento e degustação do champagne, Vargas definiu-o como a bebida a ser servida nas cerimônias oficiais do Governo Federal. Pouco tempo depois, a rainha inglesa Elisabeth, em visita oficial ao Brasil, também degustou o champagne. Como consta no documento pertencente ao acervo que narra a biografia do empresário,

Deste momento em diante, o champagne elaborado por Armando passou a ser considerado o champagne oficial do país. Era servido em cerimônias oficiais, em festas particulares, com ele eram batizados aviões e navios segundo a tradição da época. Até mesmo o submarino Humaitá foi batizado com

¹³⁰ Informações técnicas da construção e ampliação da fábrica foram obtidas em documentos do arquivo particular da empresa.

champagne Peterlongo (Biografia de Armando Peterlongo – Acervo particular da vinícola Peterlongo).

Na Figura 32, há uma fotografia de Armando Peterlongo no interior da cave subterrânea da vinícola.

Figura 32 – Armando Peterlongo no interior da cave subterrânea da vinícola



Fonte: Acervo de fotografias do arquivo particular da vinícola Armando Peterlongo.

O sucesso do empresário em Garibaldi, bem como a visibilidade na cena pública, investimentos em obras, como indicadas anteriormente, o sucesso econômico do produto abriu espaço para uma participação política mais efetiva de Armando. Assim, nas eleições de 1930, candidatou-se à prefeitura municipal.

A referida década foi marcada pela expansão das indústrias vinícolas¹³¹ na região e, em

¹³¹ HERÉDIA, Vânia B. M. A vitivinicultura na zona colonial italiana do Rio Grande do Sul. In: NODARI, Eunice Sueli; ROJAS, Facundo; CERDÁ, Juan Manuel; MORETTO, Samira Peruchi (org.). *História ambiental da vitivinicultura americana*. Cinco séculos de territórios e natureza em torno do vinho. [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2024, 138-139.

Garibaldi, a empresa de Armando Peterlongo, mesmo não tendo se associado a nenhuma cooperativa do setor, permaneceu tendo destaque. Como afirma Celeste Gobbato,

[...] Em Flores da Cunha com a indústria “Granja União (90 hectares de videiras), Caxias do Sul com a “Granja Sorriso” e as Granjas de “São Luiz”, “Cruzeiro”, “Santa Teresinha”. [...] Em Garibaldi, sobressaem a de Armando Peterlongo, a dos Irmãos Maristas e a dos Padres Capuchinhos, em Bento Gonçalves os vinhedos de Augusto Pasquali, de Paulo Salton & Irmãos, de Calegari, Simon & Pianca. Em Viamão, a Granja de Vicente Dal Molin, em Taquari as “Granjas Taquari”, de H. Fett & Cia.; em Porto Alegre, as granjas de João Weidmann, em Ipanema; de Monteggia, Bissacot e José Grendene, em Vila Nova e do Gal. Firmino Paim Filho, no Caminho do Meio; em São Leopoldo, a Quinta do esteio; em Guaíba, a de Ismael Chaves Barcelos e outras ainda [...]; Em Pelotas e Rio Grande, as Prefeituras e a Escola Agrícola Eliseu Maciel adquirem mudas e as distribuem aos agricultores, estimulando e intensificando o melhoramento da viticultura (Celeste Gobbato, 1940, p. 27).

A atividade vitivinícola tem grande representatividade econômica para a região nordeste do Estado, tendo fábricas instaladas em diversas cidades. Em especial, no caso de Garibaldi, a vinícola Peterlongo apareceu como uma das maiores produtoras de vinho do período entre 1920 e 1960. Seu crescimento produtivo é reconhecido em diferentes fontes consultadas¹³².

Além das visitas recebidas, foi na década de 1930 que a vinícola Peterlongo começou a empregar operários para trabalhar na produção. Alguns anos antes, havia iniciado as contratações com um pequeno número de trabalhadores para as atividades nos parreirais; muitos deles, vindos do interior de Garibaldi.

Esse período também foi marcado pelo nascimento das filhas do empresário. A primogênita, Júlia.P, nasceu em 06 de outubro de 1928; e a segunda, Luiza.P, em 10 de agosto de 1930, na cidade de Garibaldi. Ambas aparecem registradas como trabalhadoras da vinícola, assumindo, a mais velha, a função de “gerência” com 17 anos de idade. De acordo com trabalhadores¹³³ da vinícola, a filha Júlia.P também atuava como enóloga, auxiliando o pai a criar alguns dos rótulos de champanhe que continham símbolos e desenhos com significados importantes para ela e sua família. Já Luiza.P teve sua admissão registrada na fábrica em 02 de

¹³² GIRONDI, Elenita; SANT’ANA, Elma. *Garibaldi: a cidade e o herói*. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2007. HERÉDIA, Vânia B. M. A vitivinicultura na zona colonial italiana do Rio Grande do Sul. In: NODARI, Eunice Sueli; ROJAS, Facundo; CERDÁ, Juan Manuel; MORETTO, Samira Peruchi (org.). *História ambiental da vitivinicultura americana*. Cinco séculos de territórios e natureza em torno do vinho. [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2024, 126-142. GOBBATO, Celeste. *Manual do viti-vinicultor brasileiro*. Vol. I, Globo, Porto Alegre, 1940.

¹³³ Os trabalhadores a que se faz referências são operários com os quais se manteve contato informal durante os momentos de pesquisa realizados na vinícola. Eles estão empregados há anos na fábrica e relataram informações sobre experiências que vivenciadas com os familiares de Armando, quando estes ainda atuavam na administração.

janeiro de 1948 na função de “secretária”, com a mesma idade de 17 anos. Devido às atividades serem diferentes, os salários das filhas¹³⁴ também o eram.

Além das filhas, Armando também empregou outros familiares, como sua irmã Catarina.P.C. (49 anos, casada), admitida em 13 de novembro de 1944, na função de “almoxarife”. Além dela, o sobrinho Davi.P.R (18 anos, solteiro), filho de sua irmã Stela.P.R, admitido em 01 de maio de 1931, para trabalhar no escritório.

Ao ler o livro de registro das contratações não foi identificada a contratação de nenhuma outra irmã de Armando ou mesmo de outros sobrinhos. Então, por que apenas uma das irmãs de Armando trabalhou na vinícola? Infelizmente, as fontes pesquisadas não fornecem respostas para essa questão. Contudo, sob um olhar dos padrões culturais regionais propagados nesse período, a maioria das mulheres casadas permaneciam em casa exercendo tarefas doméstica. Apesar da realidade vivenciada ser diferente de acordo com a classe social¹³⁵ de cada uma.

Como escreve a historiadora Loraine Slomp Giron, “à mulher cabiam os trabalhos não lucrativos da propriedade e ao homem as atividades que proporcionam rendimento” (Giron, 1992, p. 12). Chiara Saraceno também aponta esse elemento como característica das mulheres casadas da primeira metade do século XX. Em suas palavras, “embora a operária de uma fábrica se tivesse tornado quase uma figura emblemática da industrialização, a verdade é que se tratava geralmente de uma jovem, não casada”. As mulheres adultas casadas encontravam-se, em geral, no que hoje se chamaria economia informal (Saraceno, 1997, p. 35).

Maria Abel Machado (1998), em sua análise sobre as mulheres da cidade de Caxias do Sul, nas primeiras décadas do século XX, mostra como foram recebidas as mudanças na sociedade — especialmente a saída das mulheres do espaço doméstico — e, as consequências que essas atitudes trouxeram para as que decidiam protagonizar esse movimento. Segundo a autora,

trabalhavam, cuidavam de seus afazeres domésticos, criavam os filhos, participavam das orações da Igreja, mas deviam permanecer confinadas no espaço doméstico, como era exigido pela ordem geral, comandada por uma sociedade de lideranças masculinas. No entanto, a mulher saiu de casa, precisou trabalhar para se manter e para ajudar a família e, ao deixar o espaço doméstico, buscou um novo espaço num mundo que até então era privilégio dos homens. As reações foram fortes, foram criticadas de forma agressiva e até desabonatória (Machado, 1998, p. 85-86).

¹³⁴ E.S.P recebia um valor maior de remuneração que sua irmã, como consta no livro de registros de contratação dos trabalhadores. O valor recebido pela primogênita era de “CR\$ 4.000,00” e a da irmã “CR\$ 3.000,00”.

¹³⁵ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

A saída das mulheres do espaço doméstico representou a separação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo¹³⁶. Cabe destacar que, a possibilidade que a elas foi apresentada também foi influenciada pela estrutura do patriarcado¹³⁷, alimentada pelo sistema político e econômico.

O trabalho desempenhado pelos integrantes da família foi fundamental para o fortalecimento e o sucesso da empresa, uma vez que cada membro contribuía de maneira significativa para o funcionamento e a consolidação do empreendimento. A cooperação familiar, aliada ao comprometimento e à divisão de responsabilidades, garantiu a continuidade das atividades produtivas e o aperfeiçoamento dos processos internos. Além disso, a atuação política de Armando exerceu papel estratégico na expansão dos negócios, ao possibilitar o estabelecimento de novas redes de contato e a abertura de mercados consumidores para os produtos da fábrica. Essa inserção política favoreceu não apenas o crescimento econômico da empresa, mas também a ampliação de sua influência na região, consolidando sua posição no setor industrial local.

3.2.1.1 Alcançando o mercado internacional

A década seguinte foi marcada pelo início das atividades de exportações internacionais. O champanhe da vinícola foi comercializado, em 1942, para a empresa norte-americana Magazine Macy's, de Nova Iorque, consolidando o mercado consumidor de seus produtos e abrindo portas para o comércio mundial. Segundo anotações¹³⁸ de Armando,

temos 300.000 garrafas empilhadas em fermentação e envelhecimento, das colheitas de 1934, 1935, 1936 e 1937 e mais de 100.000 litros nas pipas da colheita de 1938 a serem engarrafados, para seguirem todo o tratamento adequado (Caderno de anotações pessoais de Armando Peterlongo).

Em virtude de todo o progresso econômico do empreendimento familiar, Armando ampliou as instalações da vinícola e começou a produzir especialidades de vinhos tintos, brancos, de conhaque e uísque. Conseguiu desenvolver, também, uma área de vinhedos de 120

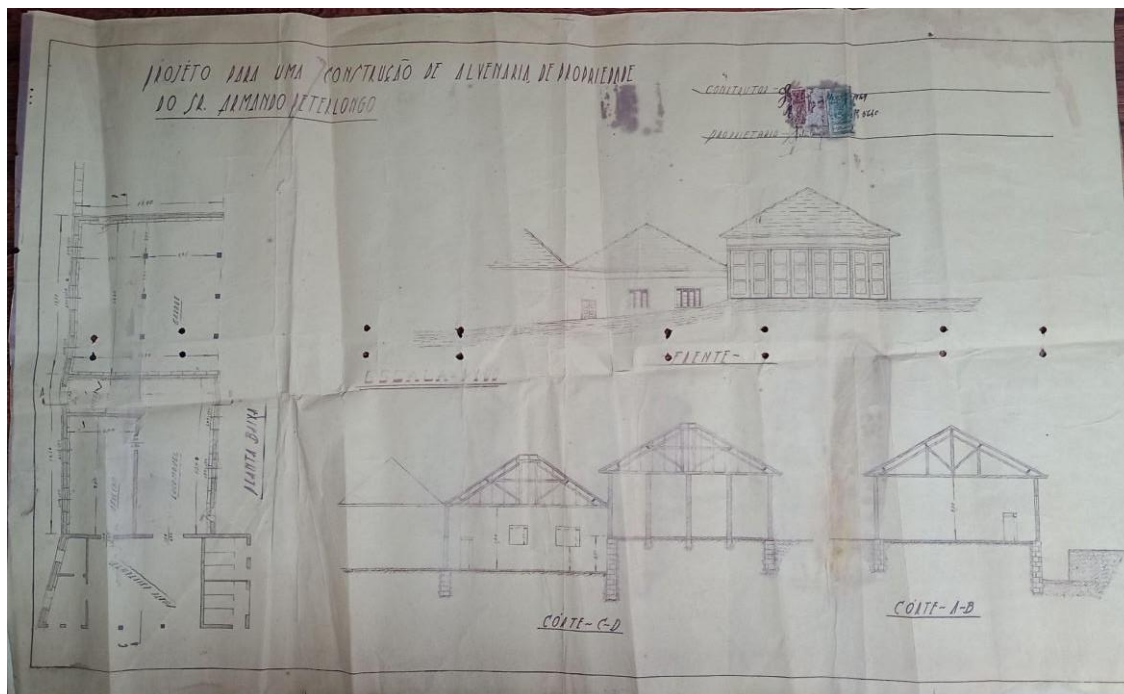
¹³⁶ Sobre as atividades desenvolvidas no espaço doméstico, ver: GUEDES, Raquel da Silva; BEZERRA, Sabrina Rafael; SILVA, Fábio Ronaldo da. As mulheres e o trabalho do cuidado: sobrecarga, amor ou uma problemática invisível? *Revista Mnemosine*, v. 14, n. 2, jul./dez. 2023, p. 76-90.

¹³⁷ Quanto a discussão das influências do patriarcado, ver: LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

¹³⁸ Essas anotações de Armando Peterlongo estão organizadas em uma espécie de álbum, onde ele conta detalhes dos processos de elaboração dos champagnes, capacidade de produção e alguns fatos históricos da empresa.

hectares de parreirais de uvas finas, conforme se confere na Figura 33.

Figura 33 – Projeto de ampliação das instalações da vinícola em 1949



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi (1949).

Na Figura 33 do projeto, é possível identificar os espaços existentes e os que seriam ampliados, a partir da execução da obra. Na parte à direita, ficaria a construção da garagem, ao centro o espaço da oficina e ao lado dela, no espaço menor, a instalação do motor e, a área descrita como “móvel”. À esquerda, é identificada a parte da fábrica já existente. A obra se ligava às novas necessidades de atendimento às demandas produtivas da vinícola que chegaram ao auge na década de 1940.

Abaixo apresenta-se Tabela 18 com os dados contábeis da vinícola que demonstram o crescimento produtivo, a partir de seu capital financeiro.

Tabela 18 – Balanço contábil da vinícola Armando Peterlongo de 1948

		(continua)	
Capital ativo	Valor	Capital passivo	Valor
Caixa	218.492,90	Capital	7.000.000,00
Bancos	1.431.890,10	Reserva compulsória	497.210,50
Contas em suspenso	17.648,70	Fundo para vinhedos novos	550.335,20
Contas correntes (devedoras)	3.042.797,40	Fundo reserva de aumento de capital	538.921,10
Mercadorias	3.985.137,00	Fundo para renovação de máquinas	14.631,70

		(conclusão)	
Capital ativo	Valor	Capital passivo	Valor
Vinhedos	63.227,80	Contas correntes (credoras)	1.719.834,70
Veículos	96.000,00	Contas a pagar	36.986,40
Vasilhame	17.533,30	I.A P.I	1.025,80
Máquinas e utensílios	167.866,50	I.A P.E.T.C	39,00
Sociedade Tanino Montenegro Ltda	70.000,00		
Obrigações de guerra	45.300,00		
Obrigações de guerra em custódia	369.100,00		
Depósito compulsório	367.900,70		
Certificados equipamento	265.215,00		
Câmbio	49.114,30		
Caixa Econômica Federal- c/ caução	5.000,00		
Créditos no estrangeiro	145.759,70		
Total	10.358.984,40	Total	10.358.984,40

Fonte: Livro Diário de Contas nº 2 de 11/11/1948 a 25/08/1949 – Acervo particular da vinícola Peterlongo.

A década de 1940 foi um momento de grande crescimento econômico e de expansão da produção da vinícola, com início das exportações de champanhe para os Estados Unidos. Como é possível verificar na Tabela 18, o capital financeiro da empresa era alto, contando com valores significativos para investimentos internos de melhoria das instalações. Nesse balanço geral do ano de 1948, consta também um valor a ser destinado ao pagamento do ‘salário doença’ (IAP), para os trabalhadores que eventualmente sofressem algum tipo de acidente de trabalho dentro da vinícola.

Voltando à trajetória pessoal de Armando Peterlongo, no ano de 1941, ele foi eleito presidente da Liga de Defesa Nacional, órgão fundado pelo Governo Federal, durante a Segunda Guerra Mundial. Sete anos depois, foi eleito vereador municipal de Garibaldi e presidente da Câmara de Vereadores até o ano de 1951. Armando assumiu uma posição de destaque na sociedade garibaldense devido ao sucesso da empresa, bem como assumiu cargos públicos e políticos da cidade. Participar da política local e regional era uma maneira de também garantir o sucesso no mundo dos negócios, ou seja, a visibilidade para uma das maiores vinícolas da região da Serra Gaúcha¹³⁹. Isto porque, outras vinícolas fundadas, no mesmo período que a Peterlongo, caracterizavam-se como concorrentes para a empresa, como a vinícola Salton,

¹³⁹ Sobre as vinícolas presentes na região da Serra Gaúcha, ver: ROSA, Sílvia Mascella. Os primeiros 100 anos: O espumante brasileiro completa seu centenário como um dos ícones da viticultura. *Revista Adega*, [S. l.], 2013.

fundada em 1910 — começou a produzir espumantes em 1933 —, e as cooperativas Aurora, Garibaldi e a Riograndense, que também produziam espumantes.

De acordo com Sílvia Mascella Rosa, nos anos 1960 começam a se instalar empresas multinacionais do setor vinícola, “o Brasil do final da década de 1960 começou a chamar a atenção do mundo e a vinicultura do País deu mais um salto com a chegada das grandes empresas multinacionais, como a Martini & Rossi, Cinzano, Moët & Chandon, Maison Forestier, Heublein e Almadén” (Rosa, 2013, p.1). Apesar da concorrência comercial gerada com a chegada dessas empresas, a vinícola Peterlongo manteve sua produtividade.

As décadas seguintes, de 1950 e 1960, não foram diferentes das anteriores para a vinícola Peterlongo, pois mantiveram os índices de crescimento econômico. No ano de 1951, Armando negociou a compra de uma fazenda na região do município de São Jerônimo, iniciando um novo ramo de negócios, com a produção agrícola de soja. Funcionários de confiança do empresário passaram a ser designados para atividades no novo investimento, a fazenda.

Em 1952, Armando concorreu a deputado estadual pelo Partido Social Democrata. Logo depois, fundou o Rotary Club e foi nomeado presidente do aeroclube municipal. O envolvimento com cargos políticos acompanharam a expansão dos negócios na vinícola e outros investimentos.

Durante uma viagem de férias, organizada em agosto de 1966, com sua família para Roma, Armando faleceu. Seu corpo teve de ser embalsamado e trasladado para o Brasil, devido à demora de quarenta dias para a conclusão dos trâmites legais de transporte.

A ex-operária Mariana.E recorda os últimos contatos que teve com Armando e a notícia de sua morte durante a viagem, conforme segue.

Ele antes de sair, ele deixou tudo organizado. Porque ele faleceu na Itália. A primeira viagem que ele fez, a primeira viagem. Ele saiu de Garibaldi, no dia 05 de agosto, que era o dia do aniversário da dona Addy Peterlongo, a mulher dele. Saíram de Porto Alegre e, no dia 09, ele já estava falecido. Não aproveito nada, porque ele saiu daqui no inverno, em pleno agosto, era frio né, e lá era muito quente e ele era cardíaco né. E ele não resistiu. Não sei se era do calor, muita agitação, aquela coisa toda né. Tu sabe que ele andava caminhando dentro da firma um dia antes de ele ir embora. Caminhava dentro da firma, olhava tudo, tudo ele olhava. Até eu disse pro capataz que tava ali, eu disse: experimenta olha o Peterlongo se ele não tá se despedindo de tudo. Parecia que estava se despedindo de tudo. Porque ele passa por toda empresa olhando, conversando com todo mundo, aquela coisa toda. Ele era uma pessoa muito boa. E, conversando com todo mundo, aquela coisa toda. E ele disse assim: bom, eu vou, mas não sei se volto. Bem assim ele disse. Eu disse — O senhor não deve ser pessimista. Tem que dizer que vai voltar pra nós a viagem, como foi a viagem. Bom, bom, Deus saberá, disse ele. Sei lá, o

que ele sentia, porque essa viagem tinha sido adiada várias vezes. Ele dizia que ia, ia, depois chegava na hora, acontecia alguma coisa. Ele era tudo na frente, era ele, ele né (Trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

O falecimento de Armando pôs fim ao segundo período administrativo da vinícola, caracterizado pelos altos índices de crescimento econômico. A partir desse ano, a fábrica passou aos cuidados de seus genros, já que o falecido dono tinha apenas duas filhas, e essas optaram por exercer funções longe dos espaços produtivos da Peterlongo. Sua esposa Addy faleceu no dia 13 de dezembro de 1981, com 67 anos.

Com a passagem da administração para os genros iniciou um terceiro período administrativo da fábrica. Os anos que se sucederam foram marcados pela continuação da política empresarial adotada por Armando. Contudo, aos poucos, a vinícola foi declinando, e, nos anos finais do século XX, esteve prestes a passar por um processo de falência. Para evitar que isso acontecesse, os familiares de Armando optaram pela venda da fábrica a outros empresários. Esse processo pôs fim a característica principal da Peterlongo: ser uma vinícola familiar.

Cabe destacar que, a capacidade de Armando em conduzir e expandir o negócio demonstrou não apenas sua habilidade administrativa, mas também sua visão estratégica. Seu envolvimento com a política foi igualmente decisivo, pois lhe proporcionou o acesso a redes de contato e a oportunidades que favoreceram a consolidação e a ampliação das atividades empresariais. Essa articulação entre o campo econômico e o político revelou a importância de sua atuação pessoal para o fortalecimento e o sucesso do empreendimento familiar.

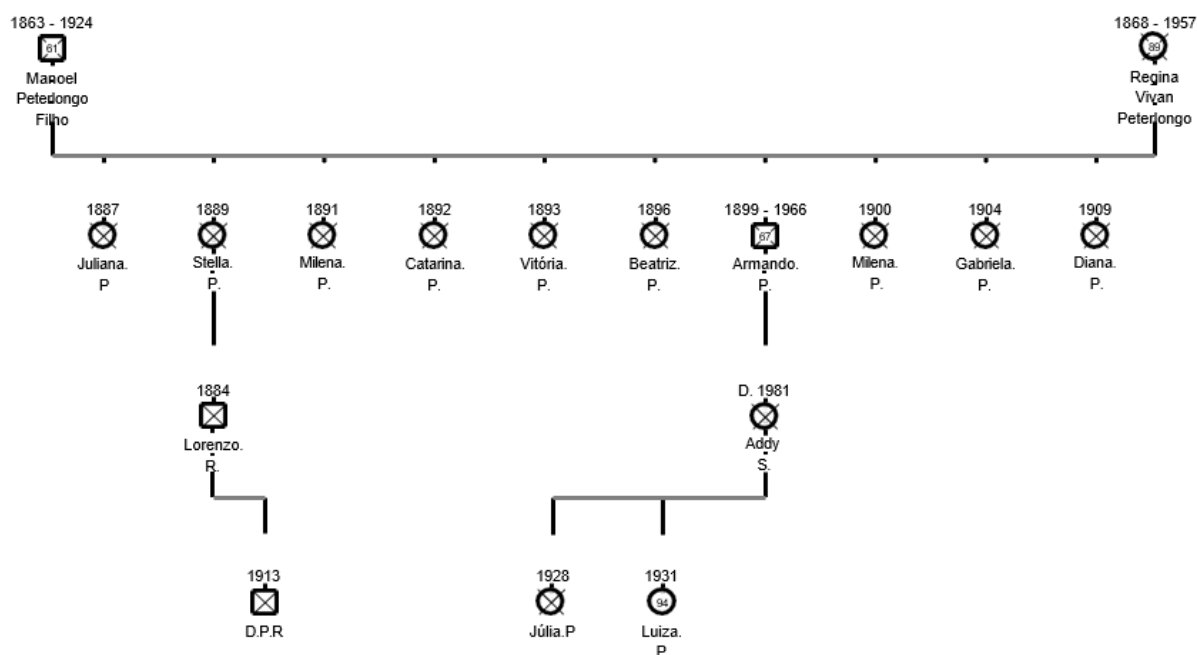
A região da Serra Gaúcha tem, em sua característica cultural, a presença de muitas vinícolas familiares¹⁴⁰; algumas se tornaram grandes empresas e outras se mantiveram pequenas, sob a administração familiar. No caso em específico da Peterlongo, ela alcançou grande ascensão econômica no mercado nacional e internacional durante os anos 1930 até 1960, porém após o falecimento de Armando a situação mudou. O declínio da empresa da família pode estar vinculada ao desinteresse das gerações posteriores e possíveis fragilidades na administração. De acordo com as fontes analisadas, os novos gestores da fábrica não possuíam as mesmas relações de contato de Armando e não conseguiram manter a política administrativa imposta por ele. Além disso, os investimentos econômicos na manutenção do maquinário

¹⁴⁰ Sobre as características das vinícolas da região é possível consultar: VALDUGA, Vander. O Rol da Vitivinicultura e do Turismo na Evolução Identitária da Região Uva e Vinho (Rio Grande do Sul): Uma Proposta de Estudos. *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul: Saberes e fazeres no turismo*: Interfaces. Universidade de Caxias do Sul, 2010.

existente e na compra de novas tecnologias também não acompanhou os valores anteriores, o que com o tempo prejudicou a competitividade produtiva da vinícola com as demais indústrias do setor vitivinícola.

Na Figura 34, apresenta-se a genealogia da família Peterlongo e o fim de um legado.

Figura 34 – Genealogia da família Peterlongo



Fonte: Elaborada pela autora¹⁴¹¹⁴⁰, com base nos Livros de Batismo e óbito da Paróquia de Garibaldi (2025).

A análise da genealogia da família Peterlongo permite observar como diferentes gerações estiveram articuladas ao desenvolvimento da vinícola, revelando a continuidade das relações familiares como elemento estruturante da trajetória empresarial. Três gerações se vinculam ao empreendimento, seja de modo direto — como Manoel, Armando, suas duas filhas, a irmã Stella P. e seu filho Davi P. R. —, seja de forma indireta, por meio dos demais familiares que acompanharam e vivenciaram o processo de consolidação e expansão da fábrica. Essa presença intergeracional evidencia a centralidade da família não apenas na manutenção do negócio, mas também na construção de uma identidade que entrelaça vínculos afetivos e econômicos.

¹⁴¹ Uso do software GenoPro2020.

3.3 DA VINÍCOLA À APOSENTADORIA: A SAGA DA FAMÍLIA DA EX-OPERÁRIA MARINA.E.

O depoimento da ex-operária foi um dos que mais contribuiu para o desenvolvimento da presente pesquisa. O percurso de sua família encontra o da família Peterlongo a partir da trajetória de vida de seu pai, Heitor.E. Este, nascido em 8 de setembro de 1896 na cidade de Garibaldi. Casou-se com Maria.S. em 22 de junho de 1921 e tiveram sete filhos. Cinco deles se tornaram operários da vinícola.

Heitor.E. foi um dos primeiros operários contratados por Armando Peterlongo, em 03 de janeiro de 1932, na função de zelador dos vinhedos. Quando ingressou na vinícola, ele possuía 49 anos, atuava como taxista e era casado.

Sua esposa permaneceu exercendo as atividades domésticas enquanto os filhos tinham a permissão do pai para iniciar seu trabalho na vinícola. Foram contratados por Armando ainda jovens. Mariana.E. explica sobre o consentimento do pai para iniciar o trabalho fora de casa,

Porque naquele tempo, não tinha quase moças para trabalhar, muito pouco, muita pouca moça que tinha disponibilidade de trabalhar, assim em firma que nem muitas vezes, os pais não deixavam trabalhar em firma, achavam que a filha não precisa trabalhar né. Então era difícil encontrar empregados, então o que ele tinha de mais ou menos dessa idade eles pegavam tudo, né. Quer dizer, que daí, da, da minha família, desde a minha irmã, das minhas irmãs, eu, todo mundo, né. Todos entraram trabalhando, mas é que elas trabalharam pouco. A Alice trabalhou 4 anos e depois casou. A Laura, minha irmã, a mesma coisa, trabalhou mais 3 ou 4 anos e casou e foi embora. E eu fiquei. E não casei e fiquei. Fiquei trabalhando (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

Cabe destacar que o patriarcalismo é um aspecto de relevância para a sociedade da época e que, de forma predominante, caracteriza a maior parte das famílias. De acordo com Göran Therborn (2006), pode-se compreender o patriarcado em duas dimensões básicas: a que se refere à dominação exercida pelo pai e a que diz respeito à dominação do marido. Ele marca as relações familiares, de geração ou conjugais, concomitantemente intrínseco às relações entre gêneros e gerações. Para o autor, “embora o patriarcado, sob várias formas, modelasse também assimetricamente as relações entre pai e filho, assim como as relações entre sogra e nora, o núcleo do poder patriarcal consistiu acima de tudo, no poder do pai sobre a filha e no marido sobre a mulher” (Therborn, 2006, p. 30).

Em especial, nessa trajetória familiar, é possível perceber que a influência patriarcal¹⁴²

¹⁴² LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo:

não se restringiu apenas às relações internas da família, ela também marcou o espaço laboral, sob dois formatos: primeiro, pela presença da figura do pai na vinícola. Seu consentimento parece estar condicionado às filhas irem trabalhar no mesmo espaço em que ele, ou seja, elas ainda permaneciam sob sua supervisão, mesmo que de forma indireta. E, um segundo aspecto, pela figura do patrão, do dono da vinícola.

A ex-operária Mariana.E. relatou, em entrevista, que via Armando Peterlongo como uma figura paterna e patronal, já que suas relações com os (as) operários (as) estabeleciam acordos e contatos semelhantes aos observados no seio familiar, com impacto particular sobre os trabalhadores mais jovens. Reproduzindo, desse modo, padrões sociais importantes para a época, como a liderança do pai sobre os demais integrantes da família ou mesmo a submissão às ordens do patrão como forma de seguir essa mesma lógica de convenção social.

As fontes consultadas na fábrica indicam que o patriarca da família Heitor.E permaneceu trabalhando na vinícola até sua aposentadoria. No livro de contratação dos operários, as últimas informações sobre sua situação trabalhista datam de maio de 1952. Contudo, a partir de maio de 1947 há o registro de que o trabalhador passou a receber um auxílio-doença que se estendeu até o ano de 1952, possivelmente, em decorrência de alguma enfermidade. Nessas informações, também constam a situação de uma cirurgia no estômago no ano de 1945. A seguir, o trecho com a descrição destes dados, a fim de que o leitor compreenda melhor a condição do operário.

Gozou as férias dos anos de 1936 a 1944. Em 06/04/45 esteve doente – operação no estômago – continuou recebendo o salário doença até 31/07/45. Deixou de constar na relação dos 2/3 por empregar suas atividades aos vinhedos. Passou a ganhar CR\$ 13,00 diários em 01/01/43. Passou a ganhar CR\$ 450,00 mensais. Passou a empregar suas atividades na fábrica desde 01/08/45. A partir de 01/01/46 passou a ganhar CR\$ 800,00 mensais. A partir de 01/05/47 está sob o auxílio do S.A.P.S. Teve alta do S.A.P.S, retornando à fábrica em 06/01/51, permanecendo como “empregado inativo” por conta da casa, em virtude de seu estado de saúde não permitir voltar ao trabalho. Passou a ganhar CR\$1.500,00 mensais em 01/06/51. Em agosto/51 recebeu o salário doença correspondente a 15 dias. Em agosto/51 passou os cuidados do S.A.P.S. Em maio/52, voltou como “empregado inativo” da fábrica. Pago o imposto sindical (Livro de registro de contratação dos operários da vinícola Armando Peterlongo).

Ao longo dos anos em que esteve vinculado à vinícola de Armando Peterlongo, Heitor.E exerceu funções de liderança dentro e fora da fábrica, especialmente, com as atividades que

envolviam os parreirais particulares da vinícola. Sua filha relata com mais detalhes como funcionava o trabalho de seu pai.

Era o responsável por tudo, então ele trabalhava, conforme ele trabalhava um pouco aqui um pouco lá. Ele tinha um carro só pra ele, né. Ele tava sempre pra cá, pra lá. Às vezes ele passava todos num dia, né. Das vezes aquele pra lá de São Roque era quando passava, ele passava os três. Depois pro lado de cá ele vinha no outro dia e assim vai indo, né.

Meu pai contratava, quando era época da uva meu pai era o responsável de contrata. Ele contratava, mas o Peterlongo fazia, registrava eles na firma, né, era tudo registrado. Meu pai levava todos os dados e era tudo registrado. E na hora do pagamento, eles iam nos parreirais fazer o pagamento todos, os do próprio escritório. Já iam lá, iam lá, direto lá, sem eles virem da colônia até ali, ou senão meu pai mesmo lavava o envelope com todos os salários, cada um com seu salário, né. Era tudo feito no escritório, era levado tudo pra lá, meu pai entregava todos (trecho da entrevista da ex-operária Mariana.E).

Ao sair da empresa, em 1952, Heitor.E passou a trabalhar em casa. Isto porque, no mês de maio do referido ano foi protocolado o projeto para construção de uma oficina em sua propriedade, conforme é possível de conferir no Capítulo 1, nas Figuras 15 e 17 da tese. Pelo projeto, é uma edificação simples, de madeira e que comportaria a execução de trabalhos de pequena complexidade.

O patriarca da família Heitor.E faleceu em 10 de janeiro de 1980, com a idade de 83 anos.

3.3.1 Os filhos na vinícola

Como já foi mencionado, cinco filhos¹⁴³ do casal foram contratados pela vinícola Armando Peterlongo em diferentes momentos. As contratações se iniciaram na década de 1940 e se estenderam pelos anos de 1950, de acordo com as particularidades de cada um deles.

A primeira filha a ingressar no trabalho foi a primogênita do casal, Alice.E. (18 anos, solteira). Nascida em 27 de dezembro de 1921, foi registrada na fábrica em 08 de março de 1939 na função de “operário-servente”¹⁴⁴. De acordo com o livro de registros, Alice.E deixou a vinícola em 30 de abril de 1942. Sua irmã contou que a saída foi motivada pelo casamento que ocorreu dia 20 de maio de 1942. Segue o registro da entrevista: “A Alice foi a mais velha que

¹⁴³ No livro de óbito do ano de 1980, consultado na Paróquia São Pedro de Garibaldi, consta a informação de que ele deixou sete filhos. Contudo, no livro de registro de contratação de operários, aparecem os nomes de cinco deles apenas.

¹⁴⁴ As aspas se referem a forma como é descrita a função exercida por cada trabalhador no Livro de registro de contratação de operários da vinícola Armando Peterlongo.

trabalhou antes. Quando ela casou, eu comecei a trabalhar no lugar dela [...]. Comecei a trabalhar em 42, e ela casou em 41” (trecho da entrevista concedida pela ex- operária Mariana.E).

A segunda filha a tornar-se operária foi Mariana.E. Como ela mesma relatou, sua entrada ocorreu para ocupar a vaga da irmã mais velha, que deixou o trabalho após o casamento. Mariana.E tem uma irmã gêmea, chamada Laura.E. A contratação de ambas se deu com apenas alguns meses de diferença. As irmãs nasceram em 30 de julho de 1925, na cidade de Garibaldi. O registro de contratação de Mariana.E data de 1º de julho de 1942, para a função de “operário-servente”, com remuneração de “800 réis por hora”. Sua irmã, Laura.E, ingressou em 1º de novembro de 1942, exercendo a mesma função e recebendo o mesmo valor. As duas foram contratadas com 17 anos de idade.

Mesmo que a trajetória das duas irmãs seja semelhante dentro da vinícola, ao menos nos primeiros anos de trabalho, na vida pessoal ela se distancia e diferencia em certos aspectos. O primeiro deles refere-se ao tempo de permanência nas funções laborais da fábrica. Enquanto Mariana.E ingressou ainda na juventude e permaneceu na vinícola até a sua aposentadoria, sua irmã Laura.E trabalhou apenas por alguns anos. Assim como a irmã mais velha Alice.E, Laura.E saiu da fábrica logo após o casamento. Mariana.E. explicou a decisão das irmãs,

A Alice trabalhou 4 anos, depois casou. A Laura, minha irmã, a mesma coisa, trabalhou mais 3 ou 4 anos e casou e foi embora. E eu fiquei. E não casei e fiquei. Fiquei trabalhando. [...] (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

Com relação ao tempo de permanência no trabalho fabril, os registros trabalhistas de Laura.E encerraram-se no ano de 1947. Apesar de não constar a informação de sua demissão ou saída espontânea, as fontes indicaram, como mencionado anteriormente, que a motivação para o encerramento de suas atividades na vinícola foi o casamento. Outro dado interessante em seu percurso de trabalho foi a ocorrência de um acidente de trabalho em 1946. De acordo com as anotações documentais, Laura.E teria se machucado com caco de vidro. A seguir, o trecho da anotação.

Esteve doente no período de 11 a 23/12/44, tendo recebido o salário doença no montante de CR\$ 96,00, conforme recibo. No dia 22/10/45 esteve doente e percebeu o salário doença. No dia 31/01/46 acidentou-se, corte com caco de vidro. Gozou as férias relativas aos anos de 1942/1943/1944. Gozou as férias de 1945 no período de 1/1 a 19/1/46. Gozou as de 1946 em 2 a 18/1/47. A partir de 1/1/43 passou a ganhar CR\$ 1,04 por hora. A partir de 12/6/43 passou a ganhar CR\$ 1,10 por hora. Em 1/12/43 passou a ganhar CR\$ 1,50 por hora.

Foi pago o Imposto Sindical de 1944 – Cr\$ 12,00 – ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vinho e Cervejas e Bebidas em Geral. A Partir de 1/1/46 passou a ganhar CR\$ 15,00 por dia. Em outubro de 1946 passou a ganhar CR\$ 17,40 por dia. Pagou o imposto sindical de CR\$ 17,40 em 31/8/47 (Livro de registro de contratação dos operários da vinícola Armando Peterlongo).

Infelizmente, não foram localizados os dados sobre o casamento, o número de filhos e o óbito de Laura. E nos livros paroquiais da cidade de Garibaldi. O que deixa uma lacuna na compreensão de parte de sua trajetória, pelo menos relacionada à vida fora das paredes da fábrica.

A entrevistada manteve seu vínculo empregatício com a vinícola até meados da década de 1970, momento que obteve a aposentadoria. No decorrer dos anos, sua dedicação ao trabalho fez com que ela assumisse diversas funções na fábrica e cargos de liderança. Apesar de não ter sido localizado o registro de mudança de funções, a ex-operária relatou seu cotidiano na fábrica ao longo dos anos.

A vinícola foi o único emprego da senhora?

O único. Trabalhei em tudo lá dentro. Trabalhei desde o pequenininho até o mais alto. No fim, eu era capataz geral. [...] Eu era conhecida em tudo lá dentro. Conhecia tudo e trabalhei no laboratório, eu trabalhei no almoxarifado, eu trabalhei na firma, eu cuidei da firma e eu fui capataz geral lá dentro (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E)

Possivelmente, o tempo de permanência no trabalho e a forma de execução das atividades tenham possibilitado a ela experienciar os diferentes setores e níveis hierárquicos na vinícola. Além disso, em outro momento da fala, Mariana.E evidenciou que, ao longo dos anos, aproximou-se da família Peterlongo e manteve relações pessoais com as filhas do patrão. Relatou que, brincava com as filhas de Armando nos finais de semana e que, após o casamento delas, era chamada para tomar conta de seus filhos.

é eu me criei com eles lá, tudo vizinho. Pra mim o Peterlongo era segundo pai, ele era meu segundo pai. E as filhas dele eram minhas irmãs, nós vivíamos juntas, sempre juntas. Nos criamos juntas e ia pro colégio juntas, voltava pra casa junto. Quando comecei a trabalhar na firma, saía da firma e ia pra casa delas. Pena que tudo se perdeu. Quando Zenei, veio as filhas, eu cuidei das filhas deles. Muitas vezes eles iam pro baile, iam pra algum lugar, eu ia lá cuidar delas. Cuidei muito das filhas dela. Cuidei tanto da Yasmin¹⁴⁵, como da Letícia. Foi a da Eneida, que eu não cuidei. Ela tinha

¹⁴⁵ A entrevistada revelou o nome de cada um dos filhos. Contudo, optou-se por citá-los com pseudônimos, utilizando o mesmo critério que os demais integrantes das famílias analisadas, a fim de manter o acordo de sigilo com a identidade das pessoas que ainda estão vivas.

sempre empregada fixa. Em vez a Zenei, quando ela saía, ela me chamava pra cuidar das filhas dela. E assim as filhas dela faziam a mesma coisa. Quando saíam, iam pra um baile, iam pra uma festa, demoravam a sair, eu ia lá cuidar dos filhos delas. Ficava dormindo lá, enquanto eles iam. Ah, enquanto eu trabalhei lá, eu convivi com eles. Depois que eu me aposentei, pronto acabou tudo (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

Este trecho chama a atenção em dois pontos. O primeiro deles em que a ex-operária se reporta ao ex-patrão como seu “segundo pai”. Mais uma vez, ela reforça a lembrança citada em outro momento da entrevista, que transmite a ideia de que a prática patriarcal¹⁴⁶ acontecia na fábrica. Como analisado anteriormente, o patriarcado perpassa os limites da família e chega ao espaço da vinícola como parte dos padrões sociais da época e das vivências dos indivíduos. Sendo assim, interiorizada e até naturalizada na fala da entrevistada. Um segundo aspecto é a relação interpessoal estabelecida entre Mariana.E e as filhas de Armando Peterlongo.

A referida entrevistada recorda do vínculo com as integrantes de família Peterlongo com carinho, deixando entender ter sido amiga muito próxima das filhas do ex-patrão. Da mesma forma que Mariana.E lembra de Armando como um “segundo pai”, as filhas também são mencionadas como parte de sua família: “E as filhas dele eram minhas irmãs”. A partir do casamento das amigas, Mariana.E passa a ser chamada para ajudar no cuidado dos seus filhos, em momentos em que tinham que se ausentar por compromissos pessoais. Mas, no meio dessa lembrança, a ex-operária comenta: “Pena que tudo se perdeu”. E, no final da fala, usa o termo “Depois que eu me aposentei, pronto acabou tudo”. Sobre esse afastamento, infelizmente, a entrevistada não quis prosseguir falando sobre o assunto. Apenas deixou transparecer um sentimento de tristeza em sua fala.

Na sequência da conversa, a ex-operária comentou sobre as mudanças que ocorreram em sua trajetória de vida após a aposentadoria na vinícola. Quais foram as escolhas pessoais, os novos aprendizados e o convívio com os pais e familiares.

Sim, me aposentei lá, em 1974. Saí de lá dia 31 de outubro, foi meu último dia. Ah, eu disse pra elas, agora eu vou me aposentar em tudo. Agora acabou, se vocês me pedirem pra ficar com os filhos de vocês. Não quero mais. Agora vocês cuidem os filhos de vocês, contratem empregada. É que elas não tinham confiança na empregada, né. Assim, a empregada tinha tudo, mas pessoa estranha assim, ela não. E depois podiam maltratar as crianças também, né. O Germano, por exemplo, filho da Yasmin, cuidava dele desde nenê. Ela saía, e muitas vezes eu estava dormindo em casa e, batiam na porta pra vim me buscar. Às vezes a minha mãe dizia: — Não vai que é muito frio. Ah, mãe, eu me agasalho e vou. Ah, eu gostava de cuidar de criança. Cuidei da Eduarda.

¹⁴⁶ FEDERECI, Silvia. O patriarcado do salário – notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

E depois eu me aposentei, né. Aí, não cuidei mais. E eles não vieram mais me procurar. Ah, eu disse que ia me aposentar e não queria mais. E depois eu saí de Garibaldi, eu me aposentei com 49 anos, era muito moça ainda. E, aí eu disse, eu vou fazer alguma coisa. Aí, eu fui a Porto Alegre e fiquei na casa de uma prima minha e fui fazer um curso de cabeleireiro. Fiquei dois anos em Porto Alegre. Fiz curso, voltei pra cá e abri o meu salão de beleza e fiquei trabalhando. Ah, mas não muitos anos. Logo que eu tinha botado o instituto a minha mãe faleceu. Aí eu fiquei com o meu pai e meu irmão e a minha cunhada, essa aqui que mora aqui. E fiquei trabalhando. Depois meu pai, dois anos e meio, meu pai faleceu. Eu fiquei mais um ano e meio trabalhando, depois a gente vendeu tudo. E eu fui embora pra Chapecó, morei lá com minha irmã. Daí eu não trabalhei mais. Parei (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

Mariana.E relatou que foi por decisão dela que o convívio próximo com os familiares do ex-patrão terminou. Sua trajetória foi constantemente influenciada pelas redes interpessoais que estabeleceu com a família Peterlongo. Os contatos e as relações de sociabilidade entre as operárias e os integrantes da família do ex-patrão atravessaram gerações. A entrevistada também lembrou das mudanças profissionais que passou. Como se aposentou com 49 anos, ela decidiu aprender uma nova profissão e mudar de cidade. Passando de ex-operária para empreendedora, proprietária de um salão de beleza.

Contudo, devido ao falecimento dos pais, optou por mudar de estado, passando a residir com os familiares na cidade de Chapecó, em Santa Catarina. Posteriormente, mudou novamente de residência, voltando para Garibaldi¹⁴⁷. Os motivos das mudanças não foram explicados.

Nas Figura 35 e 36, apresenta-se o registro de funcionária da Peterlongo.

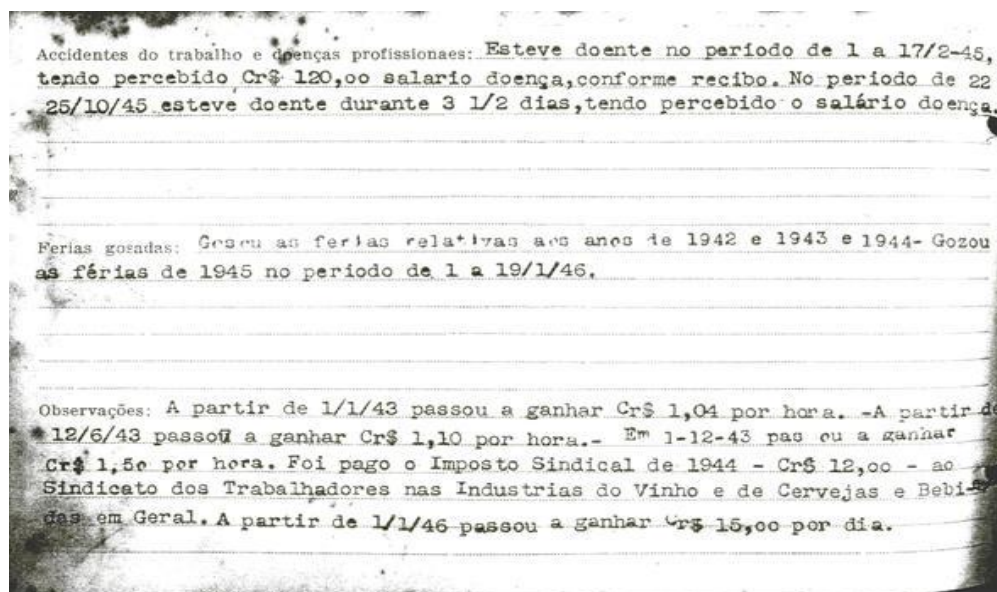
Figura 35 – Registro de trabalho da ex-operária

REGISTRO DE EMPREGADOS									
Nº da Cart. Prof.	11307		Serie	57		Nº de ordem	33		
Nome	IRMA ELY								
Data da admissão	1	de	Julho	de	1942				
Nascido a	30	de	Julho	de	1925				
Filho de	Rafael Ely								
de	Florinda Ely								
Estado civil	solteira		Nacionalidade	Bras.					
Lugar do nascimento	Garibaldi								
Casado com brasileira?			Tem filhos brasileiros?			Quantos?			
Naturalizado em	de		de			Natureza do cargo:	servente		
Remuneração	800 reis por hora		forma de pag.:	mensal					
Residência	Garibaldi								
Nome dos Beneficiários	pais								
Gratuito	Das 8 às 12 e das 1 1/2 às 5 1/2								
Assinatura do empregado									
Adm. em	de	de 19	de 19	de 19	de 19	de 19	de 19	de 19	de 19

Fonte: Livro de registro de contratação dos operários.
Acervo particular da vinícola Peterlongo.

¹⁴⁷ Quando aconteceu o encontro, ela residia na parte inferior da casa das sobrinhas.

Figura 36 – Verso do registro de trabalho da ex-operária



Fonte: Livro de registro de contratação dos operários.
Acervo particular da vinícola Peterlongo.

3.1.1.1 O matrimônio

Cabe abrir um breve parêntese na descrição da trajetória da ex-operária e para retomar o segundo aspecto que diferenciou a trajetória de vida das irmãs gêmeas Mariana.E e Laura.E: o matrimônio. A escolha por casar-se mudou o percurso de vida das jovens. Isso porque, enquanto para Alice.E. e para Laura.E., o matrimônio influenciou a vida profissional e as fez saírem da fábrica para dedicarem-se exclusivamente às atividades domésticas, Mariana.E não se casou e permaneceu trabalhando na vinícola. Na fala da entrevistada, o tema foi tratado de forma corriqueira, sem nenhuma problematização sobre isso.

Cabe pensar sobre essa questão da mulher solteira e o peso que representa não se unir em matrimônio na primeira década do século XX, especialmente as diferenças de significado para homens e mulheres. De acordo com Ipojuca Campos¹⁴⁸,

(...) se por um lado as bodas eram interpretadas pela sociedade ou por parte dela como código de disciplina às mulheres, por outro, via-se no solteirismo [das mulheres] o mal a ser combatido e higienizado. O solteirismo e a reprodução dos seus sentidos jamais foram tratados somente como problemas da mulher e do homem diretamente envolvidos, mas igualmente como inconveniências à sociedade. Deve-se dizer que eles [os homens] nunca eram

¹⁴⁸ Artigo que discute o ser solteiro e o matrimônio em Belém durante o período de 1916 a 1925. CAMPOS, Ipojuca Dias. Solteirismo e tempo matrimonial, Belém (1916-1925). *Revista Cordis: Mulheres na história*, São Paulo, v. 2, n. 13, p. 33-48, jul./dez. 2014. ISSN 2176-4174.

vistos como solteirões aos 20 anos e até mesmo arriscavam-se a propagandear as vantagens do estado de celibatário, como tão bem é anunciado em uma das epígrafes. Todavia, às mulheres chegar à segunda década de vida sem a companhia de um esposo ou pretendente soava como enfrentamento ao que era dito ser a própria natureza feminina: casamento-esposo-filhos-casa (Campos, 2014, p. 34-35).

Arelado às mulheres estava sua condição primeira de casar-se para gerar filhos. O matrimônio poderia representar a continuidade da família e o cumprimento de seu dever social nesse período. Deixar de seguir a prerrogativa do casamento e permanecer solteira, vivendo na casa dos pais poderia gerar julgamentos e um peso social.¹⁴⁹

3.1.1.2 Filhos homens

Os dois irmãos mais novos de Mariana.E também passaram pelo espaço da vinícola Peterlongo como operários: André.E (17 anos, solteiro) e Gabriel.E (18 anos, solteiro). Como já mencionado, durante a conversa, ela citou a presença dos irmãos¹⁵⁰ na fábrica.

O quarto filho do casal, André.E, nasceu no dia 08 de junho de 1936, na cidade de Garibaldi. Foi contratado em 23 de novembro de 1953 para exercer a função de “operário-servente”. Ele teve sua trajetória na fábrica muito semelhante à das irmãs Alice.E e Laura. Ocupou a mesma função laboral e permaneceu por alguns anos apenas trabalhando ali. Sua dispensa é datada de 28 de junho de 1956. Não constam informações sobre os motivos de sua saída. Durante a conversa, Mariana.E citou que o irmão morava em Santa Catarina com sua família.

O quinto filho Gabriel.E (17 anos, solteiro) nasceu em 07 de setembro de 1944, também em Garibaldi. Ingressou na Peterlongo em 22 de agosto de 1962, na mesma função dos demais irmãos “operário-servente”. Não foram localizadas informações sobre a data ou o motivo de sua saída da vinícola. Sua irmã Mariana.E contou que seu irmão já é falecido. E ela mora no primeiro andar da casa das sobrinhas, *“O Gabriel, que foi o último que trabalhou, era o mais moço da família, que ele é falecido. Ele faleceu cedo também, que é o pai das meninas aqui onde eu moro”* (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

¹⁴⁹ Sobre o significado do matrimônio para as mulheres, ver: LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

¹⁵⁰ O trecho mencionado da entrevista foi citado na introdução da tese como epígrafe inicial.

3.3.2 A trajetória do tio Vitor. S

Além do patriarca da família e dos seus cinco filhos terem trabalhado na vinícola, o tio Vitor.S (32 anos, casado) também foi contratado por Armando Peterlongo. Um dos primeiros registros de trabalhadores que foram encontrados nas fontes documentais da fábrica foi o dele.

Nasceu em 27 de julho de 1897, na cidade de Garibaldi, e sua admissão na fábrica data de 07 de agosto de 1929. Nessa época, o trabalhador tinha 32 anos e era casado. De acordo com o livro de registro paroquial¹⁵¹, casou-se com Sofia.P e não tiveram filhos. Sua função laboral consta como “capataz”¹⁵². De acordo com a sobrinha Mariana.E, o tio trabalhou por um longo tempo na vinícola, mas um acidente de trabalho comprometeu sua saúde e sua permanência na fábrica. Segundo ela, *ele se acidentou e perdeu uma vista e começou a prejudicar a outra, e ele não pôde mais trabalhar. Mas ele trabalhou muitos anos lá dentro (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).*

Nos registros documentais da Peterlongo, a ocorrência do acidente de trabalho também foi citada. “Recebe auxílio secundário de S.A.P.S. desde 1/3/1940. Deixou os serviços por incapacidade física a 28/2/1940” (Livro de registro da contratação dos operários da vinícola Armando Peterlongo). Neste trecho, foi informado que o motivo da saída do operário ocorreu em decorrência do acidente que sofreu durante as atividades laborais. Por isso, passou a receber o auxílio financeiro também.

¹⁵¹ Nos livros de casamento da Paróquia de Garibaldi não foi localizada a data de seu casamento. A informação sobre a sua esposa e de que não tiveram filhos consta no livro de óbito do ano de 1985.

¹⁵² Esta é a forma de inscrição encontrada no Livro de registros de contratação dos operários da vinícola.

Figura 37 – Vitor.S e outros trabalhadores no espaço da vinícola Peterlongo



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi (Década de 1940).

Na Figura 37, é possível visualizar dois trabalhadores já citados no decorrer da tese. Da esquerda para a direita estão: Estevão.T¹⁵³, Cecília.B, Vitor.S, Heitor.E e Elisa.B.C. No canto direito da foto, há Vitor.S e na sequência, com a mão erguida, Heitor.E. Ou seja, o tio e o pai da entrevistada Mariana.E.

Vitor.S esteve na fábrica por 11 anos. Depois desse tempo, procurou emprego em outra vinícola da cidade, a Rossoni. Sobre a experiência do tio, a ex-operária Mariana.E relata:

Sim, o Vitor foi o químico da firma Rossoni. Só que ele abandonou. Ele não era de negócio, ele era de trabalhar. Ele era uma pessoa, quando o pessoal sabia tudo mandava ele embora, aí ele ia. É, ele não era pessoa de negócio, ele era pessoa de trabalhar. Ele era uma pessoa tão boa que todo mundo passava por cima dele. E assim era meu pai (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

De acordo com fontes do Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi, Vitor.S teve destaque profissional ao trabalhar na vinícola Rossoni. Dedicou-se à produção de vinhos e licores que representavam sucesso de vendas no mercado nacional.

E meu tio depois que saiu de lá, da Peterlongo, ele foi trabalhar no Rossoni. Que ali que começaram a fazer o champagne de, de a tal da sidra, né.

¹⁵³ Este operário que aparece na fotografia não faz parte do grupo de trabalhadores analisados.

Champagne de maçã. Era tudo o meu tio que fez, ele era o químico de lá também (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

Seu conhecimento nessa área foi assunto da Revista “O Cruzeiro” em edição internacional, de 16 de abril de 1957, conforme Figura 38. A reportagem da vida de Vitor.S reportou informações sobre seus conhecimentos dentro da área da enologia e a atividade de adestrador de gatos. Tarefa não muito comum de ser exercida nessa época.

Figura 38 – Reportagem da Revista “O Cruzeiro” sobre as habilidades de Vitor.S



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

Abaixo segue um trecho da notícia que destacou as habilidades do trabalhador e informou como seus conhecimentos foram relevantes para as atividades a que se dedicou. Segundo a reportagem,

En Garibaldi, ciudad del estado brasileño de Río Grande del Sur, vive un hombre que consiguió realizar dos de las cosas más difíciles que existen en la vida. Y el mayor mérito consiste, precisamente, en que una es completamente diferente a la otra: amaestrar gatos y preparar, como técnico, vinos y licores de calidad. Es el inventor de ocho métodos que transforman el champagne y el cofiac en verdaderos néctares de los dioses (*Revista O Cruzeiro*, Edición Internacional, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1957).

No trecho, o jornalista escreveu sobre o período que o ex-operário esteve na vinícola Rossoni e como contribuiu para desenvolver bebidas diferenciadas, como a cidra de maçã. Ele trabalhou também na fabricação de vinhos, licores e vinagres. Foi encontrado, dentre as fontes do acervo do arquivo histórico municipal de Garibaldi, um folder com imagens de uma das bebidas que o trabalhador desenvolvia, conforme Figura 39.

Figura 39 – Folder com ilustrações sobre os conhecimentos de Vitor.S ano de 1954¹⁵⁴



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

Segundo sua sobrinha Mariana.E., Vitor.S compartilhava seus conhecimentos com os proprietários das vinícolas e colegas de trabalho, e ele não teve o devido reconhecimento profissional¹⁵⁵ na época. Faleceu em 21 de dezembro de 1985 com 89 anos de idade.

¹⁵⁴ No registro de doação do Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi, consta a informação: “um quadro de fotos doado por Victorio Spath”. Possivelmente, as figuras fazem alusão às atividades a que ele se dedicava: à produção de bebidas e ao adestramento de gatos.

¹⁵⁵ No documento organizado pela prefeitura de Garibaldi: “As Histórias que a história não conta” (1989) encontrou-se uma entrevista com o senhor V.S. (32 anos, casado). Ele descreveu experiências de trabalho que vivenciou nas empresas que trabalhou.

3.3.3 As primas Aurora e Olívia

Mariana.E também mencionou, na entrevista, a presença de duas primas que fizeram parte do grupo de trabalhadores da vinícola Armando Peterlongo no período de auge de sua produção. Tratava-se das irmãs Aurora.S (18 anos, solteira) e Olívia.S (14 anos, solteira). O parentesco entre elas provinha da família materna da entrevistada.

Tinha duas funcionárias que trabalhavam lá, eram primas. A Aurora e a Olívia, o nome delas, duas irmãs que trabalhavam lá.

Elas são primas da senhora?

São primas sim, e hoje são falecidas. Faleceram cedo até (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

Olívia.S era filha de um dos irmãos da mãe da entrevistada Mariana.E. Nasceu em 19 de junho de 1925, na cidade de Garibaldi. Ingressou na vinícola Peterlongo em 06 de setembro de 1939, com a idade de 14 anos. Sua função era a de “operário-servente”. A última informação sobre sua situação laboral foi anotada em 1º de janeiro de 1946, e a data de saída da trabalhadora da fábrica não foi registrada.

Sua irmã Aurora.S nasceu em 11 de novembro de 1920, em Garibaldi. A contratação ocorreu, em 12 de novembro de 1938, com a idade de 18 anos. A função laboral era a de “operário-servente”, sendo informado no registro sobre um episódio que ela teria protagonizado na fábrica.

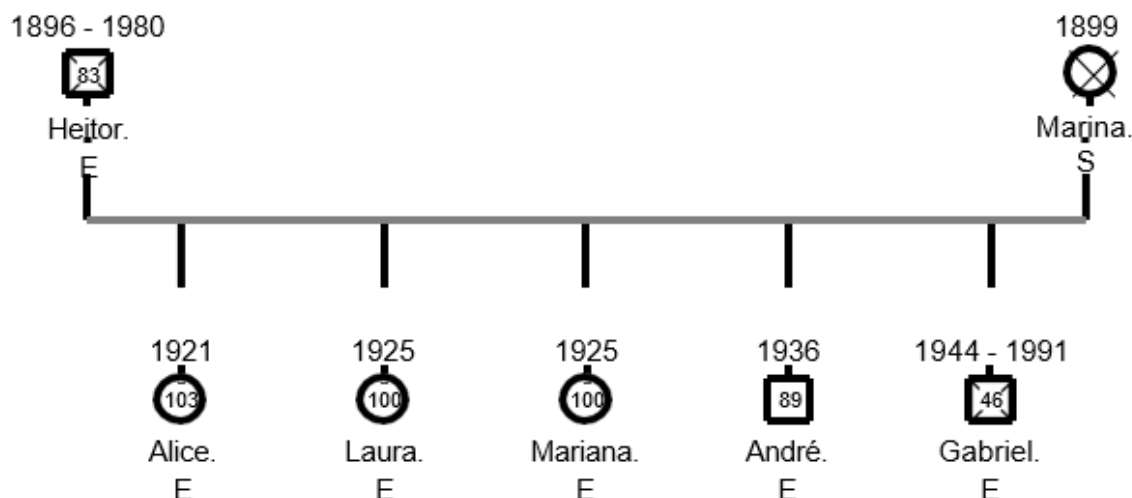
Esteve afastada por 3 dias por acidente no trabalho em 30/8/47 recebendo a indenização respectiva. Em 28/02/1950 foi suspensa do serviço por 8 dias, por desacato e por ter proferido palavras ofensivas à administração [...] (Livro de registro de contratação dos operários da vinícola Armando Peterlongo).

As fontes documentais pesquisadas não forneceram mais detalhes sobre o ocorrido. Mas pode-se identificar como a empresa tratava os conflitos que aconteciam com o(a)s operário(a)s.

Apesar da suspensão da fábrica por 8 dias, a operária retornou ao trabalho. Seus dados trabalhistas constam até 1954, não aparecendo nos registros o momento da saída.

Na Figura 40, há a genealogia da família E.

Figura 40 – Genealogia da família E.



Fonte: Elaborada pela autora¹⁵⁶, com base nos Livros de Batismo da Paróquia de Garibaldi (2025).

Por meio da figura da genealogia se torna visível que seis homens e mulheres da família foram impactado (a)s diretamente pelo trabalho na vinícola Peterlongo. Na imagem, optou-se por apresentar a ramificação familiar advinda do patriarca Heitor.E. Contudo, cabe lembrar que mais um grupo de indivíduos aparentados desempenhou atividades laborais na fábrica e contribuiu ativamente para o desenvolvimento produtivo do local.

Sobre esta família em especial, é importante pontuar que alguns indivíduos construíram uma relação interpessoal importante com os patrões, especialmente, o pai Heitor.E e a filha Mariana.E, eles estiveram muito próximos do convívio diário com Armando e seus familiares. A convivência e a confiança estabelecidas entre eles permitiram que a ex-operária frequentasse a casa do empresário para brincar com suas filhas e cuidar de seus netos. Essa situação demonstra como os vínculos de sociabilidade se intensificaram entre as duas famílias, estendendo a confiança para além do espaço produtivo da fábrica e da própria relação usual entre o trabalhador e o patrão.

3.4 FAMÍLIA O.: O TRABALHO NA VINÍCOLA AO LONGO DE GERAÇÕES

A terceira trajetória familiar apresenta vivências distintas das demais famílias que foram

¹⁵⁶ Uso do *software* GenoPro 2020.

apresentadas. Diferentemente das anteriores que tiveram o patriarca como o primeiro trabalhador a ingressar na Peterlongo, nesta última, foi um dos filhos que ingressou primeiro. Os pais, por sua vez, não foram contratados como operários.

O primeiro do grupo que se tornou operário da vinícola foi José.O. Nascido em 18 de janeiro de 1917, foi contratado em 1º de janeiro de 1938, aos 21 anos. Exercia a função de “operário-servente”. O último registro de suas atividades laborais consta do ano de 1946. Não há informações sobre a motivação e data de saída da vinícola.

Em 03 de fevereiro de 1940 casou-se com a também operária da vinícola, Clara.C (24 anos, solteira). A moça nasceu em 20 de setembro de 1915, em Garibaldi, e foi contratada na data de 12 de julho de 1937 para desempenhar a mesma função — “operária-servente”. Seu irmão Márcio.C¹⁵⁷ (solteiro) foi contratado em 12 de novembro de 1938 para ocupar a mesma função laboral, porém a data de demissão da fábrica não foi mencionada.

Ao analisar os registros de contratação de operários, identificou-se que os nomes dos jovens José.O e Clara.C apareciam, também, nos dados pessoais de outros operários, na condição de pais deles. Essa informação suscitou alguns questionamentos sobre a possibilidade de ser a fábrica o elo para a união do casal e a formação da família. Contudo, não foi possível confirmar tal informação por meio das fontes consultadas. Dentre todo o grupo de operários da vinícola, este foi o único casal que apresentou a dupla condição de operário(a) e de pais de outros operário(a)s. Isso não significa que a situação não tenha ocorrido em outros casos, apenas não foi identificada no recorte temporal analisado e nas fontes documentais consultadas.

A trajetória da família formada por este casal, bem como a continuidade de uma segunda geração na vinícola, será analisada posteriormente. Neste momento, retoma-se à trajetória de José.O e de seus irmão(a)s.

3.4.1 A primeira geração da Família O. na vinícola Peterlongo

Posterior a contratação de José.O, a segunda a ingressar foi a irmã Lourdes.O (18 anos, solteira). Nasceu em 24 de maio de 1921 e foi admitida em 03 de maio de 1939, com a idade de 18 anos. A função exercida era a de “operário-servente”. A jovem teve o último registro anotado no ano de 1940, sem a descrição do período e motivo de sua saída da vinícola.

Na sequência das admissões, identificou-se a de Mateus.O (17 anos, solteiro)¹⁵⁸. O

¹⁵⁷ Não foi encontrada a informação de sua data de nascimento.

¹⁵⁸ De acordo com o livro de óbito do ano de 2004 da Paróquia de Garibaldi, Mateus.O faleceu em 07 de março deste ano com 78 anos de idade. Residia na cidade de Caxias do Sul, era casado com Manuela.V e deixou um

terceiro irmão nasceu em 24 de julho de 1926 e iniciou seu trabalho na fábrica em 05 de julho de 1943, com a idade de 17 anos. Assim como os irmãos mais velhos, foi contratado para desempenhar a função de “operário-servente”. Segundo o documento, Mateus.O se acidentou no trabalho.

[...] Acidentou-se em 27/03/45 — corte com caco de vidro — ficou 8 dias sem trabalhar. De 17 a 22 de outubro de 1945 esteve doente, tendo recebido o salário doença. [...] Deixou a fábrica em 31/12/43. Voltou à fábrica em 18/02/44. [...] (Livro de registro de contratação dos operários da vinícola Armando Peterlongo).

No trecho acima, pode-se acompanhar a saída de Mateus.O da vinícola por alguns meses e seu retorno na sequência. No mesmo documento, aparece o último registro de sua presença na vinícola com data do ano de 1946.

Isabela.O (16 anos, solteira) foi a quarta irmã a ser admitida por Armando Peterlongo. Nascida em 28 de maio de 1932. Foi contratada a partir de 09 de novembro de 1948, com 16 anos. Assim como os demais irmãos, exercia a função de “operário-servente”. Também era solteira e tinha os pais como seus beneficiários. Não constam mais dados sobre o percurso laboral de Isabela.O (16 anos, solteira) nos documentos consultados.

O seguinte a ser admitido foi Lucas.O (21 anos, solteiro). O quinto filho nasceu em 16 de janeiro de 1928 e começou a trabalhar na Peterlongo em 1º de setembro de 1949, aos 21 anos de idade. A função exercida foi a mesma dos demais irmãos. O que o distingue é o valor da remuneração, pois esta acompanhava os reajustes do salário mínimo da época. Nesse momento, Lucas.O ingressou recebendo o valor de “CR\$ 24,00 diários”. Não há mais informações sobre seu tempo de trabalho na vinícola.

Guilherme.O (20 anos, solteiro), o sexto integrante da família, entrou na vinícola de Armando Peterlongo em 06 de março de 1950. Nascido em 06 de outubro de 1930, tinha 20 anos quando foi empregado. Apesar de ser mais velho do que sua irmã Isabela.O, ingressou em um período posterior a ela. Também exerceu a mesma função laboral dos irmãos. Não foram identificadas outras informações sobre sua presença na fábrica e o período de saída.

A primeira geração¹⁵⁹ da família O. mostra como a entrada do irmão mais velho influenciou os demais a tomarem a decisão de buscar um emprego na vinícola também. Apesar

filho.

¹⁵⁹ Não foram encontradas informações sobre o casamento e óbito dos operários P.O (18 anos, solteira), T.M.O (16 anos, solteira), H.O (21 anos, solteiro) e R.O (20 anos, solteiro) nos livros paroquiais da cidade de Garibaldi. O que pode indicar que tenham contraído matrimônio em outra cidade ou que não tenham se casado. E, também, que ainda não faleceram ou se isso aconteceu não está registrado ali.

de todos ingressarem ainda muito jovens na Peterlongo, em momentos distintos e permanecerem por períodos diferentes no espaço laboral, a convivência entre eles aconteceu. Estendendo a sociabilidade vivenciada na família¹⁶⁰ para o espaço da vinícola, como uma continuidade das relações parentais já constituídas. Podendo ser um indício da manutenção das relações paternalistas presentes na vida familiar que são expandidas para a fábrica, como já analisado anteriormente ao conhecer a trajetória da família E. Neste caso, não pela presença do pai na fábrica, mas pela participação do irmão mais velho, transpondo a figura patriarcal, de liderança e cuidado dos demais irmãos, para o filho José.O.

3.4.2 A segunda geração da família O. na vinícola Peterlongo

A vinícola de Armando Peterlongo não apenas influenciou o percurso de trabalho dos filhos da família O. como também a vida de parte dos netos. Isso porque cinco filhos do primogênito se tornaram operários da fábrica também. Possivelmente, influenciados pelo pai José.O que foi o primeiro a tomar a decisão de ir trabalhar na vinícola, ainda na década de 1930. Mais uma vez, é possível perceber como a cultura da prática das relações patriarcais estava presente na sociedade da época e, da mesma forma, como ela era replicada para outros espaços de convivência dos indivíduos, levando a uma continuidade, mesmo que de forma automática¹⁶¹, da manutenção dos alicerces paternalistas¹⁶² vivenciados por eles nos espaços da casa e do trabalho.

O ingresso da segunda geração da família O. na fábrica se deu com a contratação de Ester.O. A filha mais velha de José.O nasceu em 15 de março de 1943, ainda quando seu pai era operário na Peterlongo. Foi empregada no dia 15 de outubro de 1957, com 14 anos de idade.

Na mesma função que seu pai e seus tios ocuparam a de “operário-servente”. Permaneceu trabalhando até 18 de agosto de 1960. Não há informações sobre a motivação para sua saída.

O segundo filho a ser admitido foi Luís.O (21 anos, solteiro). Nasceu em 05 de novembro de 1941, na cidade de Garibaldi, como todos os seus irmãos. Ele iniciou suas funções laborais na vinícola em 2 de maio de 1962, com a idade de 21 anos. Diferente dos demais

¹⁶⁰ Sobre estratégias familiares, ver: SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História. Questões e Debates*, v. 51, p. 13-29, 2009.

¹⁶¹ A referência ao termo para explicar que os indivíduos muitas vezes reproduzem padrões sociais sem mesmo perceberem que estão fazendo, sendo uma prática comum em suas vivências.

¹⁶² Sobre os alicerces patriarcalistas, ver: LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

indivíduos do núcleo familiar, Luís.O ingressou na função de “auxiliar de escritório”. Mas recebeu a mesma remuneração que um trabalhador que tem por função a de “operário-servente”, sendo de “CR\$ 365,90 diários”. Da mesma forma, na fonte a que se teve acesso, não foi anotada a data de sua demissão.

Na sequência das admissões dos filhos do operário José.O, aparece o cadastro de João.O (17 anos, solteiro). Nascido em 12 de abril de 1946, também no período que seu pai trabalhava na fábrica de Armando Peterlongo. Seu ingresso tem o registro de 21 de outubro de 1963 para exercer a função de “operário-servente”, com 17 anos de idade. Sua saída data de 16 de dezembro de 1963, permanecendo apenas por dois meses na fábrica.

O quarto filho Felipe.O (16 anos, solteiro) nasceu em 7 de dezembro de 1948 e foi empregado na vinícola em 31 de agosto de 1964, com 16 anos de idade. Também ocupou a função de “operário-servente” e, como seu irmão João.O, permaneceu apenas dois meses na fábrica. Sua saída tem o registro de 31 de dezembro de 1964.

A última filha de José.O a ser empregada foi Aurora.O (20 anos, solteira). Ela nasceu em 8 de junho de 1944, também no período em que o pai desempenhava funções na Peterlongo. Ela é a segunda filha do casal, mas ingressou na fábrica mais tarde do que seus demais irmãos. Aos 20 anos de idade, foi contratada no mesmo dia que o irmão Felipe.O (16 anos, solteiro), em 31 de agosto de 1964. A função laboral também era a de “operário-servente”. E da mesma forma que os irmãos, João.O e Felipe.O, permaneceram apenas por dois meses na vinícola, tendo as demissões cadastradas em 31 de dezembro de 1964.

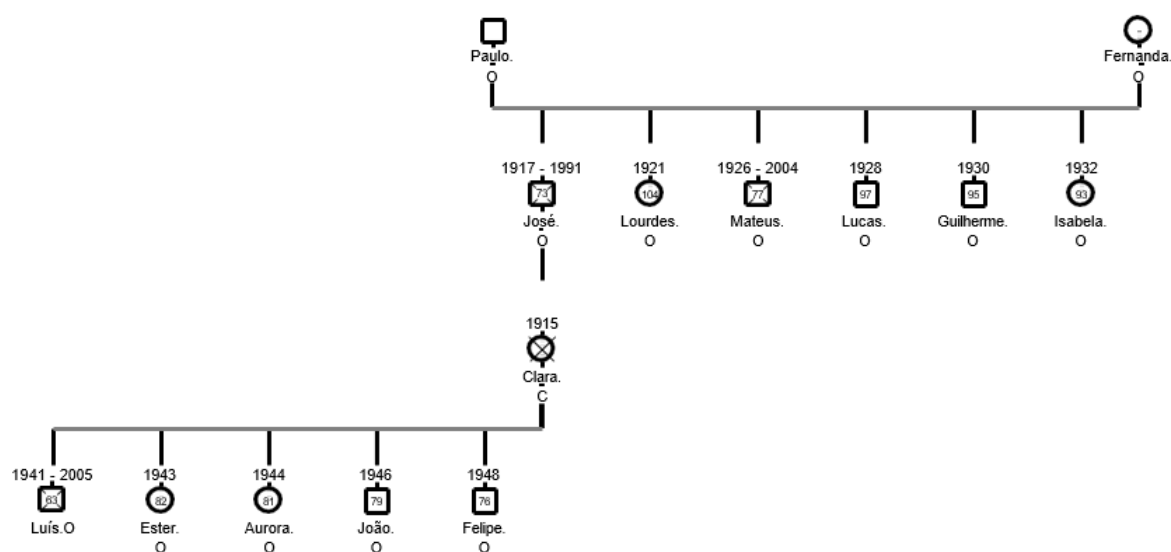
A curta passagem dos irmãos pela fábrica pode ser explicada pela existência de períodos de maior trabalho e produção, como nas colheitas de uvas ou em momentos de aumento da produtividade das bebidas em razão do crescimento das vendas, especialmente próximo às festividades de fim de ano, que elevavam a procura por champagnes, por exemplo. A ex-operária Mariana.E explicou um pouco desse trabalho sazonal que se repetia na vinícola todos os anos em alguns meses.

Mais ou menos começava a pegar em agosto. Os funcionários que vão entrando, os novatos, pegavam em agosto. Mais ou menos tudo pessoas que não conheciam nada, né. Que eram tudo aprendizes, né. Então já pegavam num serviço mais pesado, então eles pegavam no serviço mais bruto. E, depois lava garrafa, coisas assim de serviço mais humilde, vamo dizer, né. E, depois se tinha pessoas que trabalhavam bem, trabalhavam direitinho, se aprendiam bem, que eram bem inteligentes, que faziam as coisas. [...] Então ficava com gente nova muitas vezes, ficava porque precisava, né. Então ficava com novatos. Então esses eram efetivos. Pegavam efetivos. Então continuavam sempre depois. E agora se não precisasse não. Mas a maior parte ficava

gente, ficava, ficava, uns 4 ou 5 no máximo, seis conforme precisava. Porque muitas vezes, ou casava as gurias ou iam embora, trocavam de serviço, sabe. Sempre tem gente que sai. Então já pega os novatos, as pessoas novas (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

A trajetória da família O. dentro do espaço da vinícola Peterlongo possui a particularidade de que parte do grupo familiar se formou pelo vínculo com o trabalho. Isso aconteceu quando o operário José.O se casou com a operária Clara.C. É possível que os jovens tenham se conhecido fora da vinícola, contudo, o convívio diário no espaço de trabalho também pode ter sido uma ligação entre os dois. Anos depois, os filhos do casal ingressaram na mesma fábrica para exercer funções semelhantes às que foram executadas pelos pais e tios anteriormente. Ou seja, para esta família a vinícola se constituiu como uma estratégia¹⁶³ ou também uma oportunidade na busca pela obtenção de recursos de sustento de seus membros. A Figura 41 apresenta a genealogia da família O.

Figura 41 – Genealogia da família O.



Fonte: Elaborada pela autora¹⁶⁴ com base nos Livros de Batismo da Paróquia de Garibaldi (2025).

A genealogia da família O. evidencia a presença de José.O na fábrica e seu papel estratégico na integração de seus familiares ao ambiente laboral. Como primeiro membro da

¹⁶³ Sobre as estratégias adotadas por operários em suas trajetórias laborais ver: GRIBAUDI, Maurizio. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV, 2021, p. 160-197.

¹⁶⁴ Uso do software GenoPro2020.

família a ser contratado, José.O exerceu influência direta na admissão de irmãos e irmãs, além de casar-se com uma das operárias, o que, subsequentemente, abriu caminhos para que cinco de seus filhos fossem incorporados ao quadro de funcionários ao longo do tempo. Essa trajetória demonstra a centralidade das redes de sociabilidade e de parentesco para Armando Peterlongo, uma vez que a confiança cultivada entre o operário e o empresário não apenas facilitou a contratação de familiares, mas também assegurou sua permanência na fábrica. Após o matrimônio, essa relação de confiança se ampliou, tornando evidente a viabilidade de inserção de seus descendentes no ambiente fabril.

3.5 A FAMÍLIA B.: A TRAJETÓRIA DE ELISA.B

A quarta trajetória de vida que se buscou reconstruir não está diretamente ligada a um núcleo familiar, mas sim, diz respeito ao percurso de uma ex-operária em especial, a jovem Elisa.B (14 anos, solteira). Desde o início da pesquisa nas fontes documentais da fábrica, seu nome apareceu nos registros de contratação dos operários, ainda no final da década de 1920. No decorrer da coleta de informações, percebeu-se que sua presença na vinícola era constante. A saída e, depois de transcorridos alguns anos, o retorno chamou a atenção. Neste sentido, um padrão que se repetia nas contratações das moças trabalhadoras era o de ingresso ainda muito jovens e solteiras e, depois, sua saída, na maioria das vezes, devido ao matrimônio. Assim, grande parte das operárias permaneceu por alguns anos trabalhando e o retorno após o casamento não acontecia. Pelo menos, não se encontrou um novo registro em seus nomes. Mas, com a jovem Elisa.B, foi diferente. Por isso, contar um pouco mais sobre a história de vida da jovem operária se faz interessante.

Elisa.B nasceu em 31 de maio de 1915, na cidade de Garibaldi. Ingressou na vinícola com 14 anos de idade para exercer a função de “operário-servente”, a partir de 05 de agosto de 1929. Alguns anos depois de sua admissão, a irmã também foi contratada. Camila.B (17 anos, solteira) nasceu em 18 de fevereiro de 1921 e foi empregada na vinícola em 14 de junho de 1938, com a idade de 17 anos. Exerceu a mesma função da irmã Elisa.B.

Elisa.B deixou a fábrica, pela primeira vez, no ano de 1938. Segundo o registro, a demissão aconteceu por sua vontade. “Gozou as férias relativas aos anos de 1936, 1937 e parte de 1938, época em que deixou o estabelecimento. Deixou a fábrica em 27/08/1938 — por sua livre vontade. Readmitida em 15/02/1941” (Livro de contratação dos operários da vinícola Armando Peterlongo). A provável justificativa para sua demissão teria sido o casamento.

Casou-se com Juliano.C (24 anos, solteiro) em 17 de setembro de 1938, menos de um

mês após sua demissão da fábrica. Na época, seu noivo tinha 24 anos; e ela, 23 anos. Tiveram dois filhos.

Ainda de acordo com a fonte empresarial, Elisa.B retornou para a vinícola cerca de 3 anos depois, em fevereiro de 1941. Em seu segundo registro trabalhista, a operária adotou o sobrenome do marido, tornando-se Elisa.B.C. Com a idade de 26 anos, retomou para a mesma função ocupada anteriormente, mas seus beneficiários mudaram, passando a ser o esposo e os filhos.

A ex-operária Mariana.E citou a colega de trabalho na conversa, destacando seu percurso laboral dentro da vinícola e apontando para a particularidade da viuvez que a acometeu. Ela comentou como sua volta para a fábrica ocorreu apenas depois de ter seus filhos crescidos e que o falecimento de seu esposo foi uma das motivações para sua permanência no trabalho da fábrica.

Porque ali na firma, o Peterlongo, uma coisa que ele não queria, ah, por exemplo, a moça que trabalhava lá, se ela se casava ele não queria mais que ela voltasse a trabalhar. Não, porque se ela tivesse filho, ele não. Se ela quisesse trabalhar, ele fazia ela assinar um termo que o dia que ela ficasse grávida ela era obrigada a sair. Ela saía. Só as solteiras. Tinha muito pouca de casada. Mas alguma solteira que casasse e continuasse trabalhando, ela tinha que ficar lá até o dia que ela ficasse grávida. O dia que ela ficasse grávida ela era obrigada a ir embora. E ele não queria uma pessoa grávida lá dentro. Porque se incomodavam muito, aquele tempo lá também, né. Tinha que botar num serviço leve, não podia pegar qualquer coisa. Lá serviço muito, muito leve também não tinha, né. E o médico, aquela coisa toda. E estava sempre de atestado. Então ele evitava. Essa C.C. ali, que ela tinha dois filhos, mas ela trabalhou de solteira, depois ela casou e ficou em casa. E ela teve os filhos e quando os filhos estavam criadinhos, ela voltou a trabalhar. Também nesse meio tempo ele ficou viúva, né. Então ela criou os filhos sozinha. Então ela tinha que trabalhar pra criar os filhos (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

A questão da viuvez é complexa de ser compreendida e discutida, uma vez que essa condição pode afetar homens e mulheres de formas diferentes, devido aos papéis sociais que cada gênero exerce na família. Durante a primeira metade do século XX, a grande maioria das famílias tinha o pai como figura responsável pelo provimento financeiro da família. A industrialização, aos poucos, levou à inserção das mulheres no mercado de trabalho, mesmo assim, ainda é o homem o que ocupa esta responsabilidade principal.

Em relação à viuvez feminina, ela coloca a mulher numa posição de assumir os papéis

masculinos, especialmente em relação à família e negócios.¹⁶⁵ Como afirma Ana Rita Brás, “a viuvez feminina parece trazer sempre uma resignificação das questões de gênero depois da viuvez: tanto as mulheres como homens viúvos têm de assumir novos papéis ou encontrar alguém que substitua o papel do cônjuge perdido” (Brás, 2022, p. 61). Dessa forma, como ocorreu com Elisa.B.C, foi necessário que ela assumisse uma nova função, passando a liderar a família na busca por recursos financeiros. A vinícola tornou-se, então, o espaço onde procurou garantir trabalho e assegurar o sustento do lar. De acordo com Ana Rita Brás,

dentro das famílias, são as mulheres quem particularmente assumem esse trabalho de reprodução social. É fundamental perceber os custos dessa realidade estrutural na vida das mulheres, nomeadamente nas suas trajetórias profissionais e no seu papel na reprodução social familiar (Brás, 2022, p. 61).

Elisa.B.C deixou de se dedicar exclusivamente às tarefas domésticas, assumindo papéis mais amplos na gestão da família. Esse processo evidencia a forma como a reorganização das responsabilidades familiares se articulou com a entrada de seu filho na fábrica, trabalhando junto à mãe, o que reforça a dimensão coletiva do trabalho familiar e a transmissão intergeracional de práticas laborais.

De acordo com a fonte empresarial¹⁶⁶, seu filho Arthur.C (15 anos, solteiro) nasceu em 17 de setembro de 1947 e foi admitido na vinícola na data de 04 de julho de 1962, com a idade de 15 anos. Como sua mãe, passou a ocupar a função de “operário-servente” na fábrica. Até 1966, data limite da pesquisa, não constam, nas fontes da vinícola, outras informações sobre sua permanência no trabalho, tampouco sobre a contratação do outro irmão.

Elisa.B.C¹⁶⁷ viveu até os 92 anos de idade, e não foi encontrado registro de que tenha se casado novamente.

O percurso da ex-operária configura-se como um caso singular entre as fontes relativas à vinícola, por dois aspectos centrais. O primeiro refere-se ao fato de ter sido a única mulher a retornar ao trabalho fabril após o casamento; o segundo, à circunstância de que esse retorno ocorreu quando já se encontrava viúva. Tal movimento de reingresso evidencia a consolidação de uma relação de confiança entre a trabalhadora e Armando Peterlongo, que não apenas a readmitiu, mas também autorizou a contratação de um de seus filhos. Essa situação permite

¹⁶⁵ Sobre a viuvez em contextos rurais, ver: BUAES, Caroline Stumpf. O envelhecimento e a viuvez da mulher num contexto rural: algumas reflexões. *RBCEH*, Passo Fundo, v. 4, n. 1, p. 103-114, jan./jun. 2007. MOTTA, Alda Britto da. Viúvas: o mistério da ausência. *Estudos interdisciplinares do envelhecimento*, Porto Alegre, v. 7, p. 7-24, 2005.

¹⁶⁶ Livro de registro de contratação dos operários da vinícola Peterlongo.

¹⁶⁷ De acordo com o livro de óbitos da Paróquia de Garibaldi, C.B.C faleceu no dia 14 de outubro de 2007.

inferir que o acesso e a permanência no trabalho estavam intrinsecamente vinculados às redes de sociabilidade e de parentesco que permeavam as relações entre os operários e o empresário.

3.5.1 A presença de familiares de Elisa.B na fábrica

Elisa.B.C não foi a única integrante de seu núcleo familiar a compor o grupo de trabalhadores da vinícola. Além da sua presença e da sua irmã Camila.B, também se identificou a contratação de seu tio Miguel.B¹⁶⁸ e suas primas Cecília.B, Heloísa.B e Eva.B, filhas de Miguel.B.

As primas de Elisa.B.C ingressaram em um período muito próximo de sua entrada também. Ainda em 1929, a familiar Cecília.B foi contratada em 16 de setembro para desempenhar a mesma função da prima. Na época, a moça tinha 15 anos de idade. Nascida em 29 de dezembro de 1914 em Garibaldi.

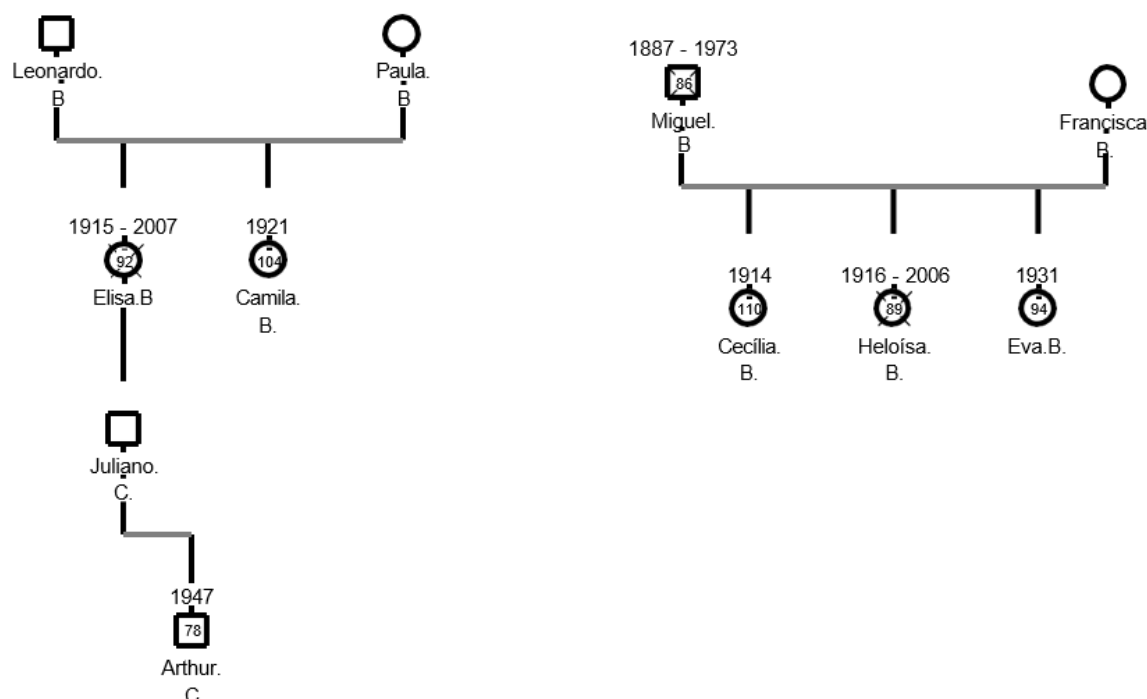
Alguns anos depois, foi a vez da Heloísa.B de ser contratada. A jovem, nascida em 1º de outubro de 1916, foi admitida na vinícola em 10 de outubro de 1932, com 16 anos. O terceiro a ser empregado foi o pai das jovens, Miguel.B (59 anos, casado). Sua admissão aconteceu em 06 de janeiro de 1946 para exercer a função de “op. da turma volante”. O operário nasceu em 21 de fevereiro de 1887 e faleceu em 27 de agosto de 1973, com a idade de 85 anos. Deixou seis filhos.

Cerca de três anos depois, a terceira filha Eva.B foi admitida em 13 de setembro de 1949, com 19 anos. Seu nascimento data de 07 de julho de 1931 também na cidade de Garibaldi. Todas as irmãs assumiram a mesma função laboral e receberam remuneração semelhante.

Ao observar os dados dessa ramificação familiar de Elisa.B.C, é possível perceber que as filhas obtiveram a oportunidade de ingressar no trabalho industrial antes do pai ou da presença da figura de um irmão mais velho e do sexo masculino. A influência identificada foi a da prima Elisa.B.C admitida alguns meses antes. Assim, compreende-se, neste caso em específico, que a dinâmica da relação paternalista familiar ocorreu de modo diferente.

¹⁶⁸ No documento “As Histórias que a história não conta”, presente no arquivo histórico municipal de Garibaldi, há uma breve biografia do senhor Miguel.B.

Figura 42 – Genealogia da família B.



Fonte: Elaborada pela autora¹⁶⁹ com base nos Livros de Batismo da Paróquia de Garibaldi (2025).

A família B. se destacou por apresentar uma condição diferente dentre as operárias que passaram pela Peterlongo: a viuvez. Na primeira parte da imagem, é possível identificar a jovem Elisa.B e sua parentela. Ela que ingressou com 14 anos de idade na fábrica, casou-se, teve dois filhos e, anos depois, quando seu cônjuge faleceu, decidiu retornar para o trabalho, como alternativa de sustento da família. Na segunda parte da genealogia, percebe-se que a ramificação da família apresenta seu tio Miguel.B e três de suas filhas que estiveram presentes na fábrica e também fizeram parte da mão de obra que contribuiu para as atividades produtivas na fábrica.

3.6 DO PASSADO AO PRESENTE: A RELEVÂNCIA DO ESTUDO DE TRAJETÓRIAS

Bem, ao final do trabalho de pesquisa sobre as trajetórias de cada um dos personagens conhecidos neste estudo, algumas indagações ainda permanecem na mente de historiadora. Por exemplo, os dados que foram encontrados nas fontes documentais refletem, de modo aproximado, as vivências e as expectativas de vida de cada um deles? Foi possível apresentar a *agenda oculta*¹⁷⁰ dos indivíduos, e o significado que suas escolhas representaram para o

¹⁶⁹ Uso do *software* GenoPro 2020.

¹⁷⁰ O conceito é trazido pelo pesquisador no texto: GRIBAUDI, Maurizio. Percursos individuais e evolução

direcionamento que orientou suas trajetórias de vida pessoal, profissional e familiar? Acredita-se que sim, pelo menos relacionado às experiências laborais de cada família na vinícola.

O conceito de *agenda oculta* trazido por Maurizio Gribaudi sinaliza sobre a relevância de considerar distintas variáveis presentes no contexto de vida de cada indivíduo. Sejam elas referentes aos espaços pelos quais ele passou e/ou permaneceu, suas práticas cotidianas, as funções sociais desempenhadas, como sendo de caráter político, econômico, religioso e cultural, enfim, identificar a dinâmica que permeia a vida humana de modo geral. Segundo Maurizio Gribaudi,

O significado que ele pôde atribuir a sua união com a jovem encontra suas determinações naquele conjunto de elementos que podemos definir com termos diversos: “*configuração, agenda oculta ou conjunto estrutural*” — um conjunto que, mesmo sendo formado por ligações, práticas, imagens e crenças amplamente compartilhadas, adquire uma coerência e um sentido unicamente nas concretizações singulares da experiência vivida (Gribaudi, 2021, p. 173).

Sob essa óptica, ao longo do caminho de pesquisa percorrido, identificou-se que, nas relações cotidianas, os atores sociais desempenharam inúmeras funções que os caracterizaram como protagonistas. As jovens, que exerciam o papel de trabalhadoras na vinícola, também eram filhas, amigas, irmãs, familiares de outros indivíduos em outros espaços fora da fábrica. Com o passar do tempo, elas foram mudando suas atuações, tornando-se esposas, viúvas, mães, tias e até avós. A mesma situação aconteceu com os proprietários da vinícola, como no caso de Armando Peterlongo, que, inicialmente, desempenhou o papel de filho, de farmacêutico, de irmão e depois, pelas circunstâncias que se apresentaram a ele, foi o esposo, o pai, o patrão e o político.

Havia um protagonismo significativo dos operários e operárias na inserção de novos trabalhadores na fábrica, especialmente entre os próprios membros de suas famílias. As redes de parentesco e os vínculos de confiança estabelecidos dentro do ambiente fabril funcionavam como canais privilegiados de contratação, reforçando a presença de laços familiares no interior da empresa. Dessa forma, o ingresso de filhos, cônjuges ou outros parentes no mesmo espaço de trabalho não apenas garantia a continuidade de uma tradição laboral, mas também evidenciava o papel ativo dos trabalhadores na mediação e manutenção dessas relações de trabalho.

histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV, 2021, p. 160-197.

A partir da análise das quatro trajetórias, a pesquisa buscou evidenciar que, embora situadas em um mesmo contexto histórico e articuladas em torno de um espaço comum de sociabilidade e trabalho — a vinícola Armando Peterlongo —, as experiências individuais expressaram modos distintos de inserção nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais do período. Inseridas em uma sociedade moldada pelos fluxos migratórios europeus, majoritariamente italianos, essas famílias participaram, de forma desigual, dos processos de industrialização e urbanização que transformaram a cidade de Garibaldi. As variações observadas entre os percursos revelam não apenas a diversidade das estratégias familiares de reprodução social, mas também os mecanismos de diferenciação e hierarquização que condicionaram o acesso a posições de maior ou menor visibilidade dentro do tecido social local. Nesse sentido, pode-se afirmar que as trajetórias não são passíveis de comparação, uma vez que a relevância das ações de cada família ou indivíduo assume proporções distintas, conforme o ponto de partida e o olhar analítico que lhes é atribuído. Como destaca Maurizio Gribaudi,

creio que, portanto, se queremos pensar em termos de vida bem-sucedida, é necessário fazê-lo, sobretudo, no sentido goethiano do termo, pela capacidade que um indivíduo possui de administrar os próprios limites e as próprias possibilidades, alcançando um desenvolvimento harmônico do seu conjunto estrutural (Gribaudi, 2021, p. 179).

Nesse sentido, mesmo que os percursos tomem direções diferentes, muitas vezes, eles se cruzaram e se conectaram em espaços ou ações compartilhadas¹⁷¹ por cada indivíduo. Daí a importância de observar os dados de forma agrupada, pelo cruzamento de fontes e considerando os diferentes aspectos e espaços por eles experienciados. Segundo Maurizio Gribaudi,

um recurso, um fato histórico, um discurso, uma relação, um salário ou ainda um acontecimento demográfico não tem em si nenhum significado. Assume significado unicamente no horizonte concreto e preciso da experiência individual. Por outro lado, é igualmente evidente que tais configurações se formam e se mantêm também porque articulam grupos de experiências e de práticas sociais análogas, ou ao menos convergentes em relação ao modo como utilizam certos recursos mais do que outros, como propõem certos tipos de relação mais do que outros, como imaginam e como constroem as hierarquias sociais, como concebem, fabricam e põem em funcionamento as cosmografias sociais (Gribaudi, 2021, p. 180).

¹⁷¹ GIL, Tiago. Interações, densidades, grupos e comunidades: algumas reflexões sobre a apropriação da social network analysis pela micro-história italiana. In: VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre (org.). *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023, p. 223-240.

Em relação ao grupo de trajetórias analisadas, o elo que interligou foi o trabalho e o espaço da vinícola. Para a maioria, a relação interpessoal estabelecida manteve-se restrita ao âmbito profissional. A exceção ocorreu na trajetória da ex-operária Mariana.E, que relatou frequentar a casa dos patrões aos finais de semana e manter uma relação de amizade com as filhas destes na juventude. Também conviveu com os filhos da família, sendo chamada, em momentos esporádicos, para atuar como cuidadora. Contudo, segundo o próprio relato, a convivência foi encerrada quando houve a decisão de deixar a vinícola e se aposentar. No caso do seu tio, Vitor.S, a experiência laboral na Peterlongo possibilitou o ingresso em outro emprego e desenvolvimento de novas habilidades na fabricação de bebidas provenientes da uva e em bebidas destiladas. Além disso, buscou conhecimento na arte de adestrar gatos, alcançando reconhecimento internacional nessa atividade. Cada operário atribuiu diferentes significados ao próprio percurso de vida, seja condicionando-o ao trabalho desenvolvido na vinícola, seja ampliando suas experiências para além dos limites do espaço da Peterlongo.

Com relação aos significados que cada um dá as vivências, Maurizio Gribaudi escreve,

enquanto para algumas pessoas *existe um significado*¹⁷² pensar a sociedade como caracterizada pelo pertencimento regional, para outras faz sentido pensá-la como hierarquizada, dividida em classes, mas com ligações diretas de troca, e para outras, ainda, faz sentido pensar a prática do ofício não somente como recurso econômico, mas também, e sobretudo, como lugar de construção de identidade social (Gribaudi, 2021, p. 185).

Cada experiência¹⁷³ vivida por um indivíduo produz um conjunto de ideias, lembranças, conhecimentos e aprendizados, que pode ser associado ao seu percurso de vida individual e coletivo. A partir desse conjunto, é possível conectar diferentes realidades de vida, unindo espaços e formando redes interpessoais de sociabilidade que, juntos, podem contribuir para a trajetória pessoal e profissional de cada sujeito ou mesmo caracterizar grupos sociais que se aproximam por meio deles. Essas conexões, que são dinâmicas, podem influenciar na tomada de decisão dos indivíduos, levando-os a mudanças ou mesmo à manutenção das suas vivências interpessoais. Como foi o caso de alguns dos trabalhadores que foram analisados neste capítulo. Armando Peterlongo e Mariana.E escolheram permanecer na fábrica e fazer dela, por diferentes razões, seu espaço de sustento. Já, Vitor.S ousou e mudou sua trajetória profissional. Os integrantes da família O. optaram por fazer da Peterlongo o espaço de trabalho de indivíduos de

¹⁷² Grifo do autor.

¹⁷³ CERUTTI, Simona. “A Contrapelo”: diálogo sobre o método. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV, 2021a, p. 59-68.

duas gerações de seu núcleo familiar, transformando-o em uma extensão das relações de convivência da família, por exemplo.

Sobre as experiências sociais, Maurizio Gribaudo escreve que,

as experiências sociais apresentam a possibilidade de novas conexões (lógicas, mas, muitas vezes materiais). Frequentemente, isso ocorre pela inserção, de um modo ou de outro, das experiências em uma série de conexões, de imagens e representações já existentes, mas às vezes esse processo permite a reorganização dos elementos presentes dentro de uma velha configuração, de um conjunto estrutural, sob uma nova forma que pode parecer melhor e mais coerente. Essa reconfiguração, concretizada de imediato ou num lapso de tempo mais longo, pode, contudo, tornar-se global e abrir perspectivas de ações drasticamente novas para o indivíduo, o grupo ou a sociedade que passe por essa experiência (Gribaudo, 2021, p. 189).

Neste mesmo trecho, Maurizio Gribaudo (2021) também discorre sobre como as experiências podem levar à reconfiguração do conjunto estrutural que dá significado às vivências, sejam individuais ou coletivas. Acredita-se que o ex-operário Vitor.S tenha passado por esse processo, visto que, em sua trajetória, percebeu-se que, apesar de ter ingressado na vinícola de Armando Peterlongo e ter tido sucesso nas atividades laborais, optou por sair depois do acidente que sofreu. Mesmo depois da enfermidade, amparando-se na experiência profissional anterior, buscou uma nova oportunidade de trabalho em outra vinícola da cidade. E, a partir dessa vivência, ressignificou seus conhecimentos para dedicar-se ao adestramento de gatos. Ou seja, em sua trajetória de vida, as situações que vivenciou lhe oportunizam passar por mudanças e ele escolheu, a partir desses aprendizados, trilhar diferentes caminhos depois de ter passado pela vinícola Peterlongo.

Vitor.S. destacou-se por ter sido o único a reconfigurar seu percurso profissional, evidenciando uma ruptura em relação ao padrão predominante entre os demais trabalhadores analisados. Estes, conforme apontam as fontes, mantiveram a estrutura previamente estabelecida de suas trajetórias, o que sugere maior estabilidade — ou mesmo uma limitação — nas possibilidades de mobilidade e transformação social. Bem, a ex-operária Mariana.E, por exemplo, esteve na Peterlongo desde a juventude até a aposentadoria. Após alcançá-la, relatou-se a busca por uma nova profissão, com o investimento de um negócio próprio e a abertura de um salão de beleza. Ou seja, apesar de ter mantido por muitos anos suas perspectivas voltadas à rotina de trabalho na vinícola, ao deixar esse espaço, tornou-se possível ressignificar as ações e desenvolver novos projetos de vida.

As mudanças, as novidades, as reconfigurações de vida individuais são frutos do desenvolvimento de processos intrínsecos ao indivíduo. Em um primeiro momento, podem

parecer resultar apenas das escolhas pessoais feitas ao longo do percurso de vida. No entanto, esses movimentos decorrem também de transformações ocorridas na sociedade e nos espaços por eles ocupados. Ou seja, a vida dessas pessoas faz parte da dinamicidade social que os interliga a outras vidas e a construção dos espaços que eles produzem. Maurizio Gribaudi coloca que, “uma biografia, um percurso individual, nos parece, portanto, o desenvolvimento de um ser orgânico totalmente imerso no espaço social e determinado pelas relações ali presentes” (Gribaudi, 2021, p. 193).

Com relação à conexão entre as trajetórias pessoais aos contextos históricos e aos espaços produzidos pelos indivíduos, Mariela Ceva escreve que,

esa trayectoria de vida no puede ser una simple compilación de hechos sino debe tender a reconstruir como el individuo logro o no compatibilizar deseos, aspiraciones con el contexto en el que debió desarrollar su experiencia diaria. [...] En ese sentido, la experiencia personal individual resulta estrictamente conexas a la dimensión macro de la estructura social (Ceva, 2016, p. 270).

A dinamicidade que caracteriza o percurso de vida de um indivíduo reflete-se igualmente na vida em sociedade. No processo de construção de diferentes espaços, as conexões e relações sociais moldam experiências e influenciam trajetórias individuais e coletivas. A análise detalhada dos percursos dos trabalhadores possibilitou identificar a singularidade de suas trajetórias, evidenciando a sensibilidade necessária para compreender o passado em sua complexidade. Reconhece-se que a riqueza social contida em cada percurso de vida é composta por uma infinita complexidade imaterial, difícil de ser plenamente apreendida ou traduzida. Nesse sentido, buscou-se compreender apenas uma parcela dessa trama social, projetando ao presente o protagonismo dos trabalhadores que atuaram no início do século XX na cidade de Garibaldi, reconhecendo-os como produtores ativos dos espaços urbanos a partir das experiências pessoais e coletivas vivenciadas.

Além disso, é possível observar como determinadas práticas e valores moldaram os espaços de convivência, especialmente no âmbito das relações interpessoais. O estudo das trajetórias analisadas permitiu identificar questões gerais, como os canais de empregabilidade da fábrica e a forma como as relações de trabalho se entrelaçavam com vínculos afetivos, paternais e responsabilidades que iam além do ambiente fabril. O caso da operária que mantinha amizade com as filhas do patrão ilustra essa dinâmica, evidenciando a existência de laços sociais que influenciavam oportunidades e experiências no trabalho. Embora cada trajetória apresente singularidades, a diversidade dessas experiências revela elementos estruturantes que marcaram tanto os contextos laborais quanto os universos sociais e culturais nos quais os trabalhadores

estavam inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sim, me aposentei lá, em 74. Sai de lá dia 31 de outubro, foi meu último dia. Ah, eu disse pra elas, agora eu vou me aposentar em tudo (trecho da entrevista concedida pela ex-operária Mariana.E).

As falas da ex-operária Mariana.E acompanharam cada etapa do estudo como um fio condutor¹⁷⁴ que perpassou a reescrita das trajetórias. E as memórias indicaram para as experiências pessoais vivenciadas e compartilhadas. Elas abriram caminhos e possibilidades para compreender o cotidiano, não apenas da fábrica, mas também da cidade e das pessoas que faziam parte de sua rede de parentesco e sociabilidade. Da conversa realizada há alguns anos, foi possível mapear um caminho historiográfico para a concretização desta pesquisa. Havia, naquele momento, a percepção de que isso seria possível? Não, mas no decorrer da busca e da leitura das fontes, novas informações e dados foram se encaixando, e os contextos históricos foram sendo acessados.

Um dos principais questionamentos ao longo deste trabalho foi o de como seria possível reconstruir a riqueza imaterial — neste caso, a relevância dos vínculos interpessoais — presente no percurso de vida de um indivíduo. Tornou-se necessário formular perguntas adequadas às fontes, capazes de articular dados que permitissem uma compreensão aprofundada dos contextos individuais e coletivos. Para tanto, foi imprescindível realizar o cruzamento de diferentes documentos que possibilitassem ampliar a compreensão das relações sociais vivenciadas pelos indivíduos e sua parentela.

Desde o primeiro contato que se teve com o acervo particular da vinícola Peterlongo, a busca por encontrar documentos que pudessem indicar quem teriam sido os trabalhadores da fábrica e como estava estruturado o sistema de funcionamento do aparato empresarial, ganhou atenção na observação de dados. A partir da identificação das informações de cada operário (a), percebeu-se a necessidade de continuar a busca por outras fontes que permitissem ampliar o entendimento dos contextos. Nos livros paroquiais, foi possível obter informações pessoais dos integrantes dos grupos familiares de trabalhadores e compreender algumas das dinâmicas que marcavam as trajetórias, por exemplo, com quem se casaram e em que período, quantos filhos tiveram, quem foram seus padrinhos e se havia redes de compadrio formadas. Contudo, ainda faltava entender onde viviam e quais espaços da cidade foram ocupados por eles, por isso as

¹⁷⁴ GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989.

fontes cartoriais¹⁷⁵ passaram a ser consultadas.

O território de Garibaldi foi formado a partir da ocupação das áreas situadas a nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, por imigrantes europeus que se estabeleceram nos núcleos coloniais criados na região. Com o crescimento da localidade, ela foi promovida à condição de freguesia e, posteriormente, conquistou a independência administrativa. Durante o processo, ocorreu o aumento populacional e a área central da colônia foi sendo urbanizada. Com esta evolução, casas de negócios foram fundadas e as primeiras indústrias surgiram. A maioria delas, a partir de atividades que eram realizadas pelos imigrantes em suas próprias casas, como foi o caso da cantina da família Peterlongo. Criada por Manoel para atender as necessidades pessoais de produção de vinhos¹⁷⁶ e que, aos poucos, foi crescendo e se tornando uma indústria de importante representatividade para a cidade e a região.

Com o crescimento econômico, ocorreu o êxodo rural em direção à cidade. Trabalhadores oriundos da área rural de Garibaldi, ou mesmo de localidades próximas, começaram a migrar em busca de emprego, sendo a década de 1930 o período que registrou o aumento das demandas produtivas e das contratações de operário (a)s. Com a chegada destes indivíduos, a urbanização intensificou-se: foram criados os bairros, ruas foram pavimentadas, a iluminação pública foi ampliada e a construção de residências e edificações cresceu, levando à constituição dos espaços da cidade.

Dentro deste contexto, viviam os homens e as mulheres que ingressaram na vinícola Peterlongo a partir dos anos 1930. Sendo o encontro, para alguns deles, de forma ocasional, decorrente da contratação na fábrica. Enquanto, para outros, a relação interpessoal era anterior, porque tinham vínculos de parentesco entre si. E, para um terceiro grupo, neste caso, o da própria família empresária, a conexão familiar e laboral foi aparentemente inevitável, pelo menos entre as filhas de Armando trabalharam na fábrica até o seu casamento.

O resultado destas relações interpessoais foi a formação de redes de sociabilidade entre o(a)s trabalhadores, originárias por diferentes vivências. Algumas aconteceram a partir das trocas sociais que ocorreram no trabalho diário da vinícola. Outras, baseadas na relação hierárquica existente entre o empresário e o(a)s trabalhadores. E, para outros ainda, as redes sociais se estendiam para além das paredes da vinícola, como o caso da ex-operária Mariana. E que frequentava a casa dos patrões para brincar com suas filhas e, depois, para cuidar dos filhos

¹⁷⁵ Na cidade de Garibaldi, existe apenas um cartório que, infelizmente, passou por um incêndio e muitos documentos do início do século foram perdidos. Além do incidente, também o acesso às fontes ficou restrito às regras de funcionamento do estabelecimento que não permitem realizar a pesquisa direta aos documentos.

¹⁷⁶ Como citado anteriormente, o setor vinícola teve destaque na região em virtude da uva ser um dos principais cultivos agrícolas.

deles.

Dessa forma, buscou-se analisar, nos capítulos 1 e 2 da tese, os contextos da cidade e do interior da vinícola, demonstrando ao leitor como os processos de urbanização e de industrialização evoluíram, concomitantemente, e apresentaram uma interrelação entre eles. Visto que, o início das atividades da indústria aconteceu logo depois da emancipação política de Garibaldi, ou seja, a cidade e a Peterlongo cresceram juntas ao longo da primeira metade do século XX.

Ao desenvolver a análise contextual entre o urbano e o industrial, não se pretendeu esgotar os estudos sobre os espaços da cidade ou mesmo sobre os impactos socioeconômicos da presença da Peterlongo para a região. A ideia foi a de suscitar o início das discussões sobre a relação existente entre os dois e refletir quanto à importância de entender os espaços a partir dos indivíduos que nele viveram, de forma a identificar as localidades como produções sociais e resultado da ação de quem por elas passou. Neste caso, trata-se de perceber a dupla contribuição social dos operários e das operárias da vinícola, considerando-os em seus papéis de habitantes da cidade e de trabalhadores da indústria.

O capítulo final da tese foi dedicado à descrição das trajetórias de vida de homens e mulheres empregados por Armando Peterlongo ao longo das três décadas de ascensão econômica da fábrica. Durante os anos de 1930 a 1960, identificou-se um total de 465 registros de trabalhadores. Dentre esse grupo, foi possível perceber que diferentes percursos individuais de vida foram vivenciados por eles.

A compreensão e definição das quatro trajetórias¹⁷⁷ apresentadas no capítulo foram sendo construídas no decorrer da leitura das fontes. Em um primeiro contato com os documentos, três casos haviam chamado a atenção. Contudo, ao realizar o cruzamento entre as fontes, novas informações se apresentaram, e a escrita dos percursos foi ampliada. No primeiro percurso, o da família Peterlongo, percebeu-se o quanto a existência da fábrica impactou diretamente a vida de Armando que, pouco antes do falecimento de seu pai, precisou mudar suas escolhas pessoais para assumir a administração no lugar do patriarca. Na segunda trajetória, foram conhecidos os percursos individuais dos familiares da ex-operária Mariana. E citada ao longo de todo estudo. Desde o seu pai, empregado ainda no início dos anos 1930 até

¹⁷⁷ GRIBAUDI, Maurizio. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV, 2021, p. 160-197. SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia C.B. “Molliamo tutto e ce ne andiamo a vivere in Brasile!”: Trajetórias de imigrantes italianos em São Paulo. In: VENDRAME, Máira I.; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra&Voz, 2020, p. 249- 282.

o de seus irmãos e irmãs que foram contratados por influência dele na vinícola. Um de seus tios e duas primas também estavam entre os trabalhadores desse período. O tio Vitor.S trabalhou diretamente na elaboração das bebidas, em funções semelhantes às do enólogo da fábrica, mesmo não sendo reconhecido como tal. Isso indica que nem todas as informações sobre as atividades que desenvolveu na Peterlongo foram registradas em seu cadastro de empregado. E, por isso, novas fontes documentais precisaram ser consultadas. A terceira trajetória familiar chamou a atenção, pois a vinícola esteve presente na vida de indivíduos de duas gerações da família. O primeiro grupo formado por irmãos e irmãs de José.O que trabalharam nos anos 1930 e 1940 na fábrica e o segundo grupo constituído por seus filhos e filhas. Outro dado interessante é que o operário José.O se casou com a também operária Clara.C decorrente de seu convívio diário no trabalho, tornando-se, assim, o elo entre a fábrica e sua família. Por fim, foi descrita a trajetória de Elisa.B, cujo registro, na primeira leitura dos dados, acabou misturado ao de outras moças jovens que foram admitidas na vinícola no mesmo período. Contudo, em análise posterior, verificou-se que ela deixou a fábrica em data próxima ao seu casamento e, anos depois, retornou ao trabalho, já viúva. Pouco depois, um de seus filhos também foi admitido. Esse caso permitiu reconhecer os impactos que a viuvez pode trazer para a vida das mulheres, bem como às suas famílias.

O casamento e outros ciclos de vida das mulheres, como a maternidade ou a viuvez, exerceram grande influência sobre sua presença no ambiente de trabalho nas fábricas. Esses momentos marcantes frequentemente determinavam períodos de afastamento, seja por obrigações familiares ou por expectativas sociais quanto ao papel feminino na família. Ao mesmo tempo, algumas mulheres retornavam ao trabalho após mudanças em sua situação pessoal, como a viuvez ou a necessidade de complementar a renda familiar, revelando que a relação entre vida pessoal e trajetória profissional não era linear, mas permeada por decisões e contingências que atravessavam tanto as esferas doméstica quanto laboral. Dessa forma, os ciclos de vida das mulheres moldavam não apenas sua permanência ou ausência na fábrica, mas também a maneira como eram integradas e reconhecidas dentro do espaço produtivo.

Sobre o tema das trajetórias, em especial a vida dos indivíduos e das famílias descritas, ainda há muito a ser estudado e analisado. Assim, não se considera esgotado o tema; pelo contrário, trata-se do início da narrativa histórica sobre as famílias operárias de Garibaldi. Ademais, como mencionado anteriormente, o estudo de trajetórias caracteriza-se pela complexidade analítica de diferentes elementos interligados entre si.

O trabalho desenvolvido evidencia que as vias familiares funcionavam como canais privilegiados de acesso ao emprego na fábrica, constituindo não apenas uma forma de inserção

econômica, mas também um mecanismo de reprodução e conformação social dos espaços urbanos próximos à unidade industrial. As relações de parentesco e de proximidade entre trabalhadores e o empregador revelam como os vínculos pessoais moldavam as oportunidades laborais e estruturavam a dinâmica comunitária, estabelecendo redes de confiança que ultrapassavam o âmbito estritamente profissional. A contribuição deste estudo reside justamente na demonstração de que o emprego na fábrica não se limitava à dimensão econômica, mas atuava como um elemento central na configuração social da cidade, mostrando como a história do trabalho e das famílias se entrelaçava com a organização do espaço urbano e com a vida coletiva.

FONTES

1. Livros de registros de contratação dos operários da vinícola Peterlongo – dos anos de 1929 a 1966.
2. Biografia de Armando Peterlongo.
3. Fotografias do interior da vinícola.
4. Fotografias de operárias e operários.
5. Registros de contabilidade da vinícola Peterlongo – anos 1940 a 1960.
6. Livro de anotações sobre a vinícola escrito por Armando Peterlongo.
7. Projeto arquitetônico de ampliação da vinícola – 1950.
8. Projeto arquitetônico de construção de casa de alvenaria do operário R.O.E – 1952.
9. Registros cartoriais de terrenos de propriedade de Armando Peterlongo:
 - Livro 3/S, fls. 7 – datada de 20 de junho de 1956;
 - Livro 3/R, fls. 148 – datada de 09 de fevereiro de 1956;
 - Livro 3/T, fls. 062 – datada de 11 de dezembro de 1958;
 - Livro 3/T, fls. 256 – datada de 12 de abril de 1960.
10. Mapa da cidade de Garibaldi produzido por Manoel Peterlongo – 1915.
11. Inventário do acervo arquitetônico da cidade de Garibaldi.
12. Livro de impostos da cidade de Garibaldi – 1928 a 1954.
13. Livros da Paróquia São Pedro da cidade de Garibaldi – batismo: anos de 1885 a 1950.
14. Livros da Paróquia São Pedro da cidade de Garibaldi – casamento: anos de 1900 a 1960.
15. Livros da Paróquia São Pedro da cidade de Garibaldi – óbito: anos de 1920 a 2024.
16. Livro “As Histórias que a história não conta”: escrito em 1989:
 - Entrevista com o ex-operário V.S realizada por sua filha em 20 de março de 1986;
 - Biografia do ex-operário S.B;
 - Texto escrito por uma das tataranetas de Manoel Peterlongo em 1989;
17. Revista “O Cruzeiro” de 1957.
18. Catálogo com informações sobre as cantinas e vinícolas da cidade de Garibaldi.

BIBLIOGRAFIA

ABAD, Rocio García. *Una propuesta metodologica para un analisis micro de las migraciones a corta y media distancia: los seguimientos nominativos*. Actas do VI Congresso da Associação de Demografia Histórica/ Asociación de Demografia Historica (ADEH). Castelo Branco (Portugal), ADEH/ Politécnico de Castelo Branco, 2004.

ABRAMO, Lais; VALENZUELA, Elena. Repartição desigual do tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In: ABREU, A. P. et al. (org.). *Travail, care et politiques sociales*. Débat Brésil-France Paris: Mage, 2014.

AGO, Renata. A herança móvel. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

AMARAL, Igor. A história centenária da Peterlongo. [S. l.]: *Sabores do Sul*, 2015. Disponível em: <https://revistasaboresdosul.com.br/a-historia-centenaria-da-peterlongo/>

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18. Brasília, setembro - dezembro de 2015.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (org.). *Gênero, família, e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi (org.) *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: Edusc, 2007.

ARAÚJO, Clara; VEIGA, Alinne. Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: horas no trabalho doméstico e bem-estar no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18, Brasília, setembro - dezembro de 2015, p. 179-209.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENOLOGIA – ABE. História do Champagne. Bento Gonçalves: ABE, [2025]. Disponível em: <https://www.enologia.org.br/curiosidade/historia-do-champagne>

AZEVEDO, Thales. *Italianos e gaúchos*. Porto Alegre: A Nação, 1975.

BANDIERI, Suzana. Microhistoria, Microanálisis, Historia Regional, Historia Local. Similitudes, diferencias y desafíos teóricos y metodológicos: Aportes desde la Patagonia. *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, mayo-octubre, v. 21, n. 1, 2021.

BARRONCAS, Ramon. A memória, o esquecimento e o compromisso do historiador. In: *Em Tempo de Histórias*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB), nº 21, Brasília, Ago. – Dez. 2012.

BARTH, Fredrik. *Balinese Worlds*. Chicago-London: *The University of Chicago Press*, 1993.

BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. Sposarsi nel Brasile. Alguns aspectos da nupcialidade entre imigrantes italianos em terras paulistas. In: DE BONI, L. A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Edições Est, v. 3, 1996.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências*. São Paulo: Contexto, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Edição original: 1970.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENEDUZI, Luís Fernando. Gênero e poder no processo migratório italiano no Rio Grande do Sul: um estudo de caso na ex-colônia de Conde d'Eu. In: HERÉDIA, Vânia. RADÜNZ, Roberto. (org.) *Imigração e emigração: balanço historiográfico no sul do Brasil*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2022, p. 371-399.

BENEDUZI, Luís Fernando. *Mal di Paese: as reelaborações de um vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D'Eu (1884-1925)*. 2004. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BERNASCONI, Alicia. Imigrantes Italianos na Argentina (1880- 1930): Uma aproximação. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000, p. 61- 92.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidade. In: *Revista Mexicana de Sociología*, v. 61, n. 2, jun. 1999.

BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 a 1920)*. 2002. 280 f. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2005.

BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BRÁS, Ana Rita. E tudo a viuvez levou ? O impacto da morte do cônjuge no papel das mulheres nas famílias. *Fórum Sociológico*, n. 40, II Série, 2022.

BRUSCHINI, Cristina. *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas populares*. São Paulo: Vértice, 1990.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?. In: ARAÚJO, C.; PICANÇO, F. & SCALON, C. (org.). *Novas conciliações e antigas tensões: gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: Edusc, 2007.

BUAES, Caroline Stumpf. O envelhecimento e a viuvez da mulher num contexto rural: algumas reflexões. *RBCEH*, Passo Fundo, v. 4, n. 1, p. 103-114, jan./jun. 2007.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história - novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CAMPOS, Ipojuca Dias. Solteirismo e tempo matrimonial, Belém (1916-1925). *Revista Cordis: Mulheres na história*, São Paulo, v. 2, n. 13, p. 33-48, jul./dez. 2014.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CANEPARI, Eleonora. Carreiras em movimento: Mobilidade profissional e acesso ao trabalho em uma cidade do Antigo Regime (Roma, séculos XVII-XVIII). In: VENDRAME, Máira I.; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra&Voz, 2020.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

CARNEIRO, Deivy Ferreira; Micro-história e uma análise da relação entre a população e a justiça criminal. In: VENDRAME, Máira I.; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra&Voz, 2020.

CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

CERUTTI, Simona. Inmigración y familia. Una mirada desde las redes de inmigrantes italianos en la Argentina. In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). *Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: OIKOS; Editora da Unisinos, 2016.

CERUTTI, Simona. “A Contrapelo”: diálogo sobre o método. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV, 2021a.

CERUTTI, Simona. Microstoria: relações sociais versus modelos culturais? Algumas reflexões sobre estereótipos e práticas históricas. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV, 2021b.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CEVA, Mariela. Inmigración y familia. Una mirada desde las redes de inmigrantes italianos en la Argentina. In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). *Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: OIKOS; Editora da Unisinos, 2016.

CEVA, Mariela. Trajetórias de trabalhadores italianos: redes sociais familiares em contextos transnacionais (1895-1960). In: VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre (org.).

Territórios da História: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim.* O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. *História de Garibaldi: 1870 – 1993.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

CONCEIÇÃO, Naílle da Silva Gustavo; BÁRBARA, Jeisciclan de Araújo Santa; QUEIROZ, Francisco Alves de. Dupla jornada de trabalho feminina: uma análise das influências na qualidade de vida da mulher. *Revista Imersão*, Bahia, v.3, n. 3. setembro de 2021. Disponível em: <https://revista.fcgedu.com.br/index.php/1>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O Italiano da Esquina: Imigrantes na Sociedade Porto-Alegrense.* Porto Alegre: EST, 1991.

COSTA, Rovílio; BONI, Luis Alberto de; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu.* 2. ed. Porto Alegre: EST, 1999. D'ARAUJO, Maria Celina. *A Era Vargas.* 6. Impressão. São Paulo: Moderna, 2004. DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre.* São Paulo: Paz e Terra, 1987.

DE BONI, Luís A. (org.). *A Presença Italiana no Brasil.* Porto Alegre: EST, 1987 (v. 1), 1990 (v. 2), 1996 (v. 3).

DE BONI, Luís A. *La Mérica: Escritos dos Primeiros Imigrantes Italianos.* Caxias do Sul: UCS. Porto Alegre: EST, 1977.

DE BONI, Luís A.; COSTA, Rovílio. *Os Italianos do Rio Grande do Sul.* 2. ed. Porto Alegre: Vozes – EST; Caxias do Sul, UCS, 1982, (Imigração Italiana, 29).

DE BONI, Luís Alberto. *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves.* Porto Alegre: EST, 1985.

DE VITO, Christian G. História sem escala: a perspectiva micro-espacial. In: VENDRAME, Maíra I; KARSBURG, Alexandre (org.). *Territórios da História: o micro, o local e o global.* São Paulo: Alameda, 2023.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2006.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* São Paulo: Boitempo, 2019.

FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: A Imigração em Massa para a América Latina.* São Paulo: Edusp, 1999.

FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva.* Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.* Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário – notas sobre Marx, gênero e feminismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNÁNDEZ, Sandra. Escala, espacio, lugar. Reflexiones sobre la perspectiva regional/local. In: CERDÁ, Juan Manuel; MATEO, Graciela (org.) *La ruralidad en tensión*. Buenos Aires. 1. ed., 2020.

FLORES, M. A. D. Peterlongo | História em imagens. [S. l.]: *Blog Vinho & Arte*, 2015. Disponível em: <https://vinhoearte.blogspot.com/2014/06/peterlongo-historia-em-imagens.html>

FONTOURA, Luiz F. Mazzini. Agricultura: da associação à modernização. In: GERTZ, René; GOLIN, Nelson B. T. *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Porto Alegre: Méritos, vol. 3, tomo II, 2007.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica*. Topoi, Rio de Janeiro, set. 2002.

FRANZINA, Emilio. *A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRANZINA, Emilio. Um balanço da historiografia da imigração. In: HERÉDIA, Vânia. RADÜNZ, Roberto (org.) *Imigração e emigração: balanço historiográfico no sul do Brasil*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2022.

GARDELIN, Mário. *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul: Fontes Literárias*. Porto Alegre – Caxias do Sul: EST – EDUCS, 1988.

GIL, Tiago. Interações, densidades, grupos e comunidades: algumas reflexões sobre a apropriação da social network analysis pela micro-história italiana. In: VENDRAME, Maíra I; KARSBURG, Alexandre (org.). *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023.

GINZBURG, Carlo. “*Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito*”/ “O inquisidor como antropólogo”. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. Os andarilhos do bem, cinquenta anos depois. In: VENDRAME, Maíra I.; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989a.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989b.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José H. (org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GIRON, Loraine Slomp. *Produção e reprodução: a mulher e o trabalho na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. Cadernos de Pesquisa. Caxias do Sul: UCS, 1992.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *História da Imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2007.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa. *Casas de negócios*. Caxias do Sul: Educ, 2000.

GIRONDI, Elenita; SANT'ANA, Elma. *Garibaldi: a cidade e o herói*. Caxias do Sul: Maneco, 2007.

GIULI, Matteo. Morfologia social e contextualização topográfica: a micro-história de Edoardo Grendi. *Revista Brasileira de História*, n. 76, 2017.

GOBBATO, Celeste. *Manual do viti-vinicultor brasileiro*. Vol. I. Porto Alegre: Globo, 1940.

GONÇALVES, José Victor Maritan. Sposarsi a Franca: tendências da nupcialidade entre imigrantes italianos no interior paulista, 1885-1930. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 38, 2021, p. 1-23.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. Tradução de Henrique Espada Lima *Revista. Quaderni Storici*, v.12, n. 35, 1977, p. 506-520.

GRIBAUDI, Maurizio. Forma, tensão e movimento: A plasticidade da história. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020.

GRIBAUDI, Maurizio. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Máira Ines. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

GRIBAUDI, Maurizio. *Paris, ciudad obrera: una historia oculta, 1789 -1848*. 2. ed. Sociedad Autónoma de Buenos Aires. SB, 2023.

GUEDES, Raquel da Silva; BEZERRA, Sabrina R.; SILVA, Fábio R. Da. As mulheres e o trabalho do cuidado: sobrecarga, amor ou uma problemática invisível? *Revista Mnemosine*, v. 14, n.2, Julho/Dezembro, 2023.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. MACHADO, Maria Abel . A formação de núcleos urbanos na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Scripta Nova (Barcelona)*, Barcelona, v. VII, p. 146(065), 2003.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Fontes documentais sobre a emigração italiana no século XIX e XX. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. *Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: Educ, 2016.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A colonização italiana no Sul do Brasil no século XIX. *Visioni Latinoamericane*, v. XIII, p. 107-118, 2021.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A Construção de Vilas operárias no Sul do Brasil: O caso de Galópolis. *Scripta Nova (Barcelona)*, v. VII, p. 146(080), 2003.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A vitivinicultura na zona colonial italiana do Rio Grande do Sul. In: NODARI, Eunice Sueli; ROJAS, Facundo; CERDÁ, Juan Manuel; MORETTO, Samira Peruchi (org.). *História ambiental da vitivinicultura americana*. Cinco séculos de territórios e natureza em torno do vinho. [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2024.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Fontes documentais sobre a emigração italiana no século XIX e XX. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. *Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de Industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. MACHADO, Maria Abel. A formação de núcleos urbanos na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Scripta Nova (Barcelona)*, Barcelona, v. VII, p. 146(065), 2003.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A colonização italiana no Sul do Brasil no século XIX. *Visioni Latinoamericane*, v. XIII, p. 107-118, 2021.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A Construção de Vilas operárias no Sul do Brasil: O caso de Galópolis. *Scripta Nova (Barcelona)*, v. VII, p. 146(080), 2003.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Patrimonio, lavoro e tradizione. Cultura del vino nella zona di immigrazione italiana nel sud del Brasile. *Giornale Di Storia Contemporanea*, v. 1, p. 93-103, 2020.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RADÜNZ, Roberto (org.) *Imigração e emigração: balanço historiográfico no sul do Brasil*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2022.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RADÜNZ, Roberto (org.). *145 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2021.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. *Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti.; TESSARI, Anthony Beux (org.) *Mulheres empreendedoras: a construção de uma caminhada*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2017.

HERRELEIN, Ronaldo Jr.; CORAZZA, Gentil. Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1930-85). In: GERTZ, René; GOLIN, Nelson B. T. *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Porto Alegre: Méritos, vol. 4, 2007.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estatísticas do séc.

XX. [S. l.]: IBGE, [2025].

IMÍZCOZ, José María . Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras História*, Porto, III Série, v. 5, 2004, p. 115-140.

IMÍZCOZ, José María. Patronos y mediadores. Redes familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonia de las elites baztanesas en el siglo XVIII. In: IMÍZCOZ, José Maria (org.) *Redes familiares y patronazgo*. Aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JORNAL ZERO HORA. Casal Addy e Armando Peterlongo. Porto Alegre: Caderno Almanaque Gaúcho, 2014.

KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Máira I. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-história. In: VENDRAME, Máira I.; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (org.). *Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: OIKOS; Editora da Unisinos, 2016.

KERTZER, David I.; BARBAGLI, Marzio (compiladores). La vida familiar en el siglo XX. *Historia de la familia europea*, Barcelona, Paidós Ibérica, v.3, 2004.

KERTZER, David I.; BARBAGLI, Marzio (compiladores). *La vida familiar desde la Revolución Francesa hasta la Primera Guerra Mundial (1789-1913)*. Barcelona, Paidós Ibérica, v. 2, 2003.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

KOFF, Elenita J. Girondi. *Os primórdios da colonização de Garibaldi*: Conde D'Eu-1870/1875. Bento Gonçalves: Grafite, 1991.

LAZZAROTTO, Valentim. *Pobres construtores de riqueza*. Caxias do Sul: EDUCS, 1981. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). *Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: OIKOS; Editora da Unisinos, 2016.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra&Voz, 2020.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. Pensando as transformações da Micro-História no debate histórico hoje. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. E ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (org.) *Exercícios de Micro-História*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LOBATO, Mirta Z. *La vida en las fabricas: trabajo, protesta y política en una comunidad obrera, Berisso (1904-1970)*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2001.

LORENZONI, Julio. *Memórias de um emigrante italiano*. Traduzido por Pe. Aldo S. Lorenzoni. Pelotas: Ponto de Vista, 2011.

MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade*. História de Caxias do Sul 1875/1950. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2001.

MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto*. Caxias do Sul: Maneco, 1998.

MAESTRI, Mário (org.). *Nós, os Ítalo-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

MAESTRI, Mário. *Os Senhores da Serra: A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

MAESTRI, Mário (org.). *Nós, os Ítalo-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul – implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: Est Edições, 2001.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

MÍGUEZ, Eduardo. “Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas”. In: BJERG, María; OTERO, Hermán (compiladores). *Immigración y redes sociales en la Argentina Moderna*. Buenos Aires: CEMLA, 1995.

MOTTA, Alda Britto da. Viúvas: o mistério da ausência. *Estudos interdisciplinares do envelhecimento*, Porto Alegre, v. 7, p. 7-24, 2005.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém- industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

NODARI, Eunice Sueli; ROJAS, Facundo; CERDÁ, Juan Manuel; MORETTO, Samira Peruchi (org.). *História ambiental da vitivinicultura americana*. Cinco séculos de territórios e natureza em torno do vinho. [E-book]. São Leopoldo, RS: Oikos, 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PENA, Maria Valéria J. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle (org.). Os atores: à margem: solteiros e solitário. *In: História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol. IV. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PETERLONGO, Emanuelle (Estrada Geral, I Secção, 472.998 m², título provisório em 5.2. 1884 e definitivo em 1894), casado com Luígia, austríacos. Filhos: Manoel, Victoria (L 312, p.14). *In: COSTA, Rovílio; BONI, Luis Alberto de; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1999.

PINSKY, C. B. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra & Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *In: Tempo/Revista do Departamento de História da UFF*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, v. 1, n. 2, Dez. 1996.

POSSAS, Lúcia M. V. *Viuvez, gênero e oralidade: recuperando os sujeitos invisíveis nos “anos de chumbo”* (Brasil, 1970-1980). Dossiê, 2010, p. 87-101.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia*. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e sexualidade. *In: PRIORI, M. Del (org.). História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. *In: M. BJERG AND H. OTERO. Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil (Argentina), Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, 1995.

REICHEL, Heloísa Jochims. A industrialização no RS na República Velha. *In: DACANAL, J.H. (org.). RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROSENTHAL, Paul-André. “Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a microstoria”. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROWLAND, Robert. População, Família e Sociedade- Portugal, séculos XIX- XX. Oeiras: Celta Editora, 1997.

ROSA, Sílvia Mascella. Os primeiros 100 anos: O espumante brasileiro completa seu centenário como um dos ícones da vinicultura. *Revista Adega*, [S. l.], 2013. Disponível em: nacional https://revista.adeqa.uol.com.br/artigo/os-primeiros-100-anos_9482.html

RUGGIERO, Antônio De. A Porto Alegre dos Imigrantes Italianos. In: KÜHN, Fábio; SCOTT, Ana Silvia Volpi (org.). *Porto Alegre 250 anos: de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SAMARA, Eni de Mesquita (org.). Família e Grupos de Convívio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, v. 9, n. 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Populações: (Con) vivência e (In) tolerância*. Cursos e Eventos. Nova Série, nº 4., Humanitas/ USP, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (org.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1987.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SARACENO, Chiara. *Sociologia da família*. Lisboa: Estampa, 1997.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, G.S.; SCOTT, Dario. Negócios em família: migração, comerciantes portugueses e suas redes (Porto Alegre/ Rio Grande de São Pedro, séculos XVIII-XIX). *Revista do Arquivo Nacional*, v. 30, p. 105-120, 2017.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. A família como objeto de estudo para o Historiador. In: Coleta Rinaldi Althoff; Ingrid Elsen; Rosane Gonçalves Nitschke (org.). *Pesquisando a Família*. Olhares Contemporâneos. Florianópolis: Papa-Livro Editora, 2004.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. TRUZZI, Oswaldo. Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colônia da Nova Lousã, em São Paulo. *Revista da Faculdade de Letras*, Série de História (Universidade do Porto), Porto - Portugal, v. 6, p. 339-354, 2005.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos S.; SILVA, Jonathan F.; CESAR, Tiago da Silva; MOREIRA, Paulo R. S. (org.); *História das Crianças no Brasil Meridional*. 1. ed. São Leopoldo: Editora Oikos/ Editora UNISINOS, 2016.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos S.; SILVA, Jonathan F.; FREITAS, Denise T. L. (organizadores). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. 1. ed. São Leopoldo: Oikos Editora/ Editora UNISINOS, 2014.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades do Antigo Regime. *Revista Mediações* (UEL), v. 18, p. 106-124, 2013.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. 6. ed. Guimarães: NEPS, 1999.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História. Questões e Debates*, v. 51, p. 13-29, 2009.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. BASSANEZI, Maria Silvia C.B. “Molliamo tutto e ce ne andiamo a vivere in Brasile!”: Trajetórias de imigrantes italianos em São Paulo. In: VENDRAME, Maíra I.; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra&Voz, 2020.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos S.; SILVA, Jonathan F. (organizadores). *História das Mulheres no Brasil Meridional*. 1. ed. São Leopoldo (RS): Oikos Editora / Editora Unisinos, 2022.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; TRUZZI, Oswaldo. Tipologias Migratórias, cadeias, redes e um estudo de caso. Redes migratórias: revisão conceitual e uma aplicação. *Paper* apresentado no 30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2006.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história- novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, outubro de 2011, p. 47-62.

SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar, 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968.

SOIHET, Rachel. É proibido não ser mãe: opressão e moralidade da mulher pobre. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História da sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização Brasileira*. Tese de Professor Titular, FEA/UFRJ. Campinas: IE/UNICAMP, 1978.

TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

TEDESCO, João Carlos. Imigrantes e desenvolvimento econômico nos espaços de origem. A imigração e o retorno de brasileiros da Itália. In: HERÉDIA, Vânia B. M.; RADÜNZ, Roberto (org.). *145 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2021.

TEJO, Limeira. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: *Estatística industrial do RS – ano de 1937*. Porto Alegre: Globo, 1939.

THERBORN, Göran. *Sexo e Poder: a família no mundo – 1900/2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair. Reconpondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Revista Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 15, abr. 1997, p.51-71.

TISOTT, Ramon Victor. *Pequenos trabalhadores: infância e industrialização em Caxias do Sul-fim do século XIX e início do XX*. 2008. 222 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2008.

TORRE, Angelo. A produção histórica dos lugares. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra&Voz, 2020.

TORRE, Angelo. Comunidade e Localidade. In: VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre (Org). *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023.

TORRE, Angelo. Micro/macro: ¿local/global? El problema de la localidad en una historia especializada. *Historia Critica*, n. 69, Colombia, 2018.

TORRES, Anália. *Vida conjugal e trabalho: uma perspectiva sociológica*. Lisboa: Celta, 2004.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico - um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

TRIVELLATO, Francesca. “Existe um futuro para a Micro-história italiana na Era da História Global?”. 2011.

TRIVELLATO, Francesca. Há um futuro para a micro-história italiana na era da história global? *California Italian Studies*, Berkeley: University of California, v.2, n.1, p.1-24, 2011.

TRIVELLATO, Francesca. *Familiaridade entre estranhos: a diáspora sefardita, Livorno e o comércio transcultural na Idade Moderna*. Lisboa: Edições 70, 2009.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 1, 2008.

TRUZZI, Oswaldo. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1860-1930). *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 29, n. 1, p. 169-189, 2012.

VALDUGA, Gustavo. Paz, Itália, Jesus: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945). 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VALDUGA, Vander. O Rol da Vitivinicultura e do Turismo na Evolução Identitária da Região Uva e Vinho (Rio Grande do Sul): Uma Proposta de Estudos. *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul: Saberes e fazeres no turismo: Interfaces*. Universidade de Caxias do Sul, 2010.

VENDRAME, Máira I. A produção social dos lugares. In: VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre (Org). *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo:

Alameda, 2023a.

VENDRAME, Máira I. BECKER NETO, O. Produção social do espaço imigrante (Brasil Meridional, século XIX): Reflexões a partir da metodologia da micro-história. *Vozes, pretérito & devir*, v. XIV, p. 76-95, 2022.

VENDRAME, Máira I. Entrevista com Maurizio Gribaudi. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020.

VENDRAME, Máira I. Imigração e gênero: reflexões sobre os estudos migratórios femininos. *Revista de pesquisa histórica Clio*, v. 41, p. 30-57, 2023b.

VENDRAME, Máira I. KARSBURG, A. O. O negócio das migrações: empresários, agentes e colonização no Brasil do século XIX. Topoi (on-line): *Revista de História*, v. 25, p. 1-23, 2024.

VENDRAME, Máira I. Micro-história socioespacial: práticas, saberes e territórios no debate historiográfico italiano. *Lócus*, v. 31, p. 60-81, 2025.

VENDRAME, Máira I. O “paraíso terrestre”: alimentação como propaganda e construção da identidade italiana no sul do Brasil. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS*, v.10, n. 20, Julho - Dezembro de 2018.

VENDRAME, Máira I. *O poder na aldeia*: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VENDRAME, Máira I. Viver em solidão: viúvas, mulheres solteiras e abandono no mundo rural (Espanha e América Latina, séculos XVI-XXI). *Revista de História da Unisinos*, v. 27, p. 657, 2023c.

VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (org.). Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Editora OIKOS; Editora da Unisinos, 2016.

VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre (org.). A produção social dos lugares. In: VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre (org.). *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023.

VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre (org.). *Territórios da História: o micro, o local e o global*. São Paulo: Alameda, 2023.

VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra&Voz, 2020.

VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre. Entrevista com Maurizio Gribaudi. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra&Voz, 2020.

VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (org.).

Ensaaios de Micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Editora OIKOS; Editora da Unisinos, 2016.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. “Tem que saber fazer pão”: Gênero e família na migração italiana para o Rio Grande do Sul. *In*: HERÉDIA, Vânia. RADÜNZ, Roberto (org.) *Imigração e emigração: balanço historiográfico no sul do Brasil*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2022, p. 353-369.

ZONABEND, Françoise. Da família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família. *In*: BURGUIÈRE, André; KLAPISCH-ZUBER, Christiane; SEGALLEN, Martine; ZONABEND, Françoise. *História da família – Mundos Longínquos*. Lisboa: Terramar, v.1, 1996.

ANEXO A – CARTA DE CESSÃO

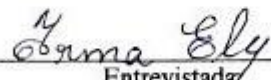
Carta de Cessão

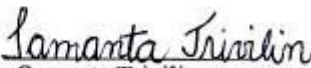
Pelo presente documento, eu Irma Ely, brasileira, estado civil solteira, operária/aposentada e atualmente artesã, Carteira de identidade nº 6017719153, CPF nº 337441060-04, domiciliada e residente em Garibaldi-RS, à rua Buarque de Macedo, nº 4318, bairro Santa Terezinha, declaro ceder a Samanta Trivilin, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do presente depoimento, de caráter histórico e documental, que prestei a referida pesquisadora, na cidade de Garibaldi, em 11 de dezembro de 2007, num total de aproximadamente duas horas e meia de gravação, perante a pesquisadora, presente no ato da produção da entrevista.

A pesquisadora fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, somente para fins culturais e acadêmicos, o mencionado depoimento no seu todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de se obrigar a garantir sua integridade e indicação de fonte e autor, sob pena de aplicação de leis em vigor.

Outrossim, declaro que me foi lido os termos da Carta de Cessão acima mencionados. Nesse ensejo, assino em duas vias a presente Carta.

Garibaldi, 04/06/2008.


Entrevistada


Samanta Trivilin